



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 748

Sexta-feira - 27 de Maio de 2011

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Antônio Carlos .....	1
Arroio Trinta.....	3
Ascurra.....	7
Biguaçu .....	11
Braço do Trombudo .....	11
Caçador.....	11
Campo Alegre .....	14
Campos Novos .....	15
Capinzal .....	17
Catanduvas.....	18
Concórdia .....	18
Coronel Martins.....	19
Corupá .....	21
Curitibanos .....	25
Forquilha.....	26
Fraiburgo.....	36
Garopaba.....	42
Gaspar .....	44
Guaramirim.....	45
Herval do Oeste .....	45
Iomerê .....	47
Irineópolis .....	48
Itapoá .....	51
Joaçaba.....	52
Lages .....	71
Lauro Muller .....	71
Luzerna .....	72
Massaranduba.....	75
Monte Carlo .....	76
Morro da Fumaça .....	77
Nova Trento .....	78
Novo Horizonte .....	78
Palmitos .....	80
Pinheiro Preto .....	105
Porto União.....	109
Rio do Sul.....	112
Santa Terezinha do Progresso .....	143
São Lourenço do Oeste.....	145
São Pedro de Alcântara.....	152
Schroeder.....	156
Timbó .....	160
Tunápolis.....	161
Vargeão.....	164
Vidal Ramos.....	164
Videira.....	165

### Associações

AMMVI .....	165
AMOSC.....	180

### Consórcios

CIDEMA.....	180
CINCO .....	181
CIS/AMUREL .....	210

## Antônio Carlos

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Decreto NO 051/2011

DECRETO NO 051/2011

Convoca a Conferência Municipal de Saúde, e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso das suas atribuições legais, em especial o conferido pelo artigo 56, VI, da Lei Orgânica do Município de Antônio Carlos:

#### DECRETA:

Art. 1º - A Conferência Municipal de Saúde é o fórum máximo de deliberação da Política de Saúde conforme dispõe a Lei Federal 8.142/90.

Art. 2º - Conforme decisão do Conselho Municipal de Saúde, fica convocada a IV Conferência de Saúde do Município de Antônio Carlos para o dia 01 de julho de 2011.

Art. 3º - O tema central da Conferência será "TODOS USAM O SUS! SUS NA SEGURIDADE SOCIAL, POLÍTICA PÚBLICA, PATRI-MÔNIO DO POVO BRASILEIRO", com o seguinte eixo: ACESSO E ACOLHIMENTO COM QUALIDADE - UM DESAFIO PARA O SUS:

o Política de saúde na seguridade social, segundo os princípios da integralidade, universalidade e equidade,

o Participação da comunidade e controle social,

o Gestão do SUS (Financiamento; Pacto pela Saúde e Relação Público x Privado; Gestão do Sistema, do Trabalho e da Educação em Saúde).

Art. 4º - A Conferência de Saúde, será realizada no Anfiteatro Leda Regina de Souza, Rua Eloi Silva, s/n - Bairro Centro - Tijucas - SC.

Art. 5º - A Conferência será presidida pelo Prefeito Municipal e coordenada pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 6º - As normas de organização e funcionamento da Conferência serão expedidas em Portaria deliberada pelo Conselho Municipal de Saúde e publicada pela Secretaria Municipal de Saúde.

#### CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme e Guilherme Noronha - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Art. 7º - Publique-se, divulgue-se, cumpra-se.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 24 de maio de 2011.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 052/2011**

DECRETO Nº 052/2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superávit Financeiro no Orçamento Programa de 2011.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1.303 de 14 de Dezembro de 2010.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 320.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0002.1.003-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 310.000,00

05 - SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL

05.03 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.03.08.244.0006.2.030-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00.

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair superávit financeiro R\$ 320.000,00.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 26 de Maio de 2011.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 26 de Maio de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

### **Portaria N.º 249/2011**

PORTARIA N.º 249/2011

CONSTITUI E NOMEIA A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, e da competência que lhe confere o inciso VI do art. 56 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores OSVALDO GUESSER, RODRIGO CONRAT E MARIA INÊS KREMER, para, sob a presidência do primeiro, comporem a COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO, da área a seguir transcrita:

- Uma área de terra contendo 3.663,18 (três mil, seiscentos e sessenta e três virgula dezoito metros quadrados), situada na Rua

Pedro Gerônimo Guessser, Rachadel, Antônio Carlos/SC, matriculada no Registro de Imóveis da Comarca de Biguaçu sob o n.º 14.775, do Livro n.º 2 CC, fls. 173, conforme memorial e planta em anexo.

Art. 2º - A referida Comissão dispõe de 10 (dez) dias para apresentar o Laudo de Avaliação.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 18 de maio de 2011.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

### **Portaria N.º 255/2011**

PORTARIA N.º 255/2011

Dispõe sobre a Convocação da Conferência Municipal de Saúde de Antônio Carlos/SC, conforme disposto no Decreto Municipal n.º 051/2011 e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos e VERA LÚCIA CONRAT DA SILVEIRA, Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, e da competência que lhe confere o inciso VI do art. 56 da Lei Orgânica do Município, e conforme estabelece o Decreto Municipal nº 051/2011:

RESOLVEM:

Art. 1ª - Fica convocada a IV Conferência Municipal de Saúde de Antônio Carlos conforme determinação legal do Decreto nº 051/2011, de 24 de maio de 2011, do Prefeito Municipal.

Art. 2º - A Conferência Municipal de Saúde será presidida pelo Sr. Prefeito Geraldo Pauli e na sua ausência pelo Coordenador Geral da Conferência.

Art. 3º - A Conferência será realizada no Anfiteatro Leda Regina de Souza, Rua Eloi Silva, s/nº - Bairro Centro - Tijucas- SC.

Art. 4º - A Conferência terá uma Comissão Organizadora que se responsabilizará por todas as atividades de sua execução.

Art. 5º - A Comissão Organizadora terá a seguinte composição:

Presidente: Geraldo Pauli

Coordenador Geral: Vera Lúcia Conrat da Silveira

Coordenadores Adjuntos:

Sergio Murilo Cordeiro - SMS- Tijucas

Karina Wolff - Tijucas

Adriana Graff Carvalho - Gov. Celso Ramos

Eloiza Schmitt - Antonio Carlos

Lilian Poli de Barros - São João Batista

Jerusa C. Martins - Biguaçu

Giseli dos Santos - Biguaçu

Secretária Executiva: Isolene Bernadete Hoffmann

Tesoureiros: Carlice B. Schmitz

Secretaria de Credenciamento: Karina dos Santos Wolff

Secretaria de Divulgação e Comunicação: Karina Peixoto

Relatora da comissão: Eloisa Schmitt

Relatora Adjunta: Jerusa C. Martins

Mediador: Sergio Murilo Cordeiro

Art. 6º - As diversas sub-divisões da referida Comissão terão as seguintes funções:

Coordenador Geral: Assumir a responsabilidade oficial pela Conferência, assinar documentos oficiais, deliberar sobre assuntos técnicos, administrativos e financeiros sobre a realização da mesma.



Coordenadores Adjuntos: Auxiliarão os coordenadores e se responsabilizarão pela estrutura organizativa da Conferência: local da realização, alimentação, hospedagem e locomoção dos palestrantes, e suporte necessário à organização, antes e durante a realização do evento.

Secretário Executivo: Encaminhar as solicitações, comprar material, providenciar recursos para o funcionamento de cada etapa e acompanhar a execução dos diversos trabalhos junto com o Coordenador Geral.

Tesoureiro: Ordenar a receita e a despesa da Conferência.

Relator Geral e Adjunto: Elaborar documentos, ofícios convocando palestrantes, convidados e delegados da Conferência, e elaborar o relatório final da Conferência.

Secretaria de Credenciamento: Se responsabilizará pelo credenciamento dos delegados da Conferência e ficará à disposição até o dia 30 de junho de 2011 na sede da Secretaria, durante a Conferência dia 01 de julho de 2011, depois da Conferência na sede da Secretaria Municipal de Saúde, para atender aos delegados.

Secretaria de Comunicação e Divulgação: Se encarregará de divulgar a Conferência, dar entrevistas nas rádios e apoiar os palestrantes e demais participantes na apresentação e divulgação de informações durante a Conferência.

Art. 7º - Os demais delegados serão indicados pelas entidades legalmente constituídas no Município.

Art. 8º - A Secretaria Municipal de Saúde dará o apoio necessário ao desenvolvimento das atividades da Comissão.

Art. 9º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 24 de maio de 2011.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

VERA LÚCIA CONRAT DA SILVEIRA  
Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social

### **Aviso de Licitação - PL Nº 090/2011**

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório: nº 090/2011; Modalidade: Pregão Presencial nº 053/2011; Tipo: Menor Preço Global; Objeto: Aquisição de peças e serviços de mão de obra para revisar e recuperar partes danificadas do caminhão Mercedes-Benz LK 1414, Placa MAF 1984, da frota de veículos da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, conforme previsto no edital e seus anexos; Abertura: dia 09/06/2011 às 09:00 (nove) horas.

Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. Fone (48) 3272-1123. Ou no site [www.antoniocarlos.sc.gov.br](http://www.antoniocarlos.sc.gov.br).

Antônio Carlos, 26 de Maio de 2011.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

### **Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 092/2011**

#### **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

Ata de Registro de Preço nº.: 092/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 062/2011 - Pregão Presencial nº 034/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Trator Peças Para Trator Ltda - EPP; Objeto: aquisição parcelada de materiais cortantes para a secretaria de obras e serviços públicos do município de Antonio Carlos; Valor: R\$ 22.622,00 (vinte e dois mil seiscentos e vinte e dois reais); Prazo: 28/04/2011 - 28/04/2012.

Antônio Carlos, 28 de Abril de 2011.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

### **Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 093/2011**

#### **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

Ata de Registro de Preço nº.: 093/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 062/2011 - Pregão Presencial nº 034/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Retrasa Recuperadora de Tratores Ltda - EPP; Objeto: aquisição parcelada de materiais cortantes para a secretaria de obras e serviços públicos do município de Antonio Carlos; Valor: R\$ 11.763,00 (onze mil setecentos e sessenta e três reais); Prazo: 28/04/2011 - 28/04/2012.

Antônio Carlos, 28 de Abril de 2011.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

### **Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 094/2011**

#### **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

Ata de Registro de Preço nº.: 094/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 065/2011 - Pregão Presencial nº 035/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Radial Engenharia, Construções e Dragagens Ltda; Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços em reposição de pavimentação Asfáltica (tapa buraco), através do uso de unidade móvel alto propulsora acoplada em caminhão especial a realização de pequenos reparos em todas as vias públicas de pavimentação asfáltica do Município de Antonio Carlos; Valor: R\$ 73.500,00 (setenta e três mil e quinhentos reais); Prazo: 29/04/2011 - 29/04/2012.

Antônio Carlos, 29 de Abril de 2011.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

## **Arroio Trinta**

### **PREFEITURA MUNICIPAL**

### **Lei Nº 1542, de 26/05/2011.**

LEI Nº 1542, DE 26/05/2011.

Dispõe sobre a Revisão do PPA - Lei nº 1478/2010, com a inclusão, exclusão e alteração de ações de projetos/atividades, produtos, metas e fontes de recursos e detalhamento da destinação de recursos para o exercício de 2012, e dá outras providências.

CLÁUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, coloca para apreciação e aprovação o seguinte Projeto de Lei:



Art. 1º Ficam alteradas as planilhas que compõem o Plano Plurianual representadas no anexo III, com inclusão, exclusão e alteração de ações, com adequação de metas e valores para o exercício de 2012, e estruturação de acordo com as fontes e detalhamento da destinação de recursos do anexo II que integra a presente Lei e estabelecerá as diretrizes para os exercícios de 2012, conforme programas especificados no anexo I.

Art. 2º Os valores constantes em cada ação foram atualizados de acordo com as previsões de arrecadação de receitas do anexo IV, com a indicação das respectivas fontes e detalhamento das destinações de recursos.

Art. 3º As alterações constantes no anexo III, e anexo IV, integram a presente Lei, juntamente com os anexos I e II.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 26 de maio de 2011.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 26 de maio de 2011.

NELSON CAMPAGNIN

Secretário Municipal de Administração

### **Lei Nº 1543, de 26/05/2011.**

LEI Nº 1543, DE 26/05/2011.

Dispõe sobre as Diretrizes para Elaboração da Lei Orçamentária do Município, para o exercício 2012, e dá outras providências.

CLÁUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam estabelecidas diretrizes, para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2012, as diretrizes gerais de que trata esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº. 4.320 de 17 de Março de 1964, na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

I - metas e prioridades da administração municipal;

II - a estrutura e organização do orçamento;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município;

IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - das metas fiscais; e

VII - das disposições gerais.

### **CAPÍTULO I**

#### **DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO**

Art. 2º Em consonância com o Artigo 165 §2º, da Constituição Federal, as Metas e as Prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2012, são as especificadas, no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, nas quais terão precdência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2012, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§1º. Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2012, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir

as metas estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§2º. O anexo de metas fiscais de receita e de despesas conterá, no que couber, o disposto no § 2º do Artigo 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

### **CAPÍTULO II**

#### **DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO**

Art. 3º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por programas e ações no Plano Plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção das atividades do governo como um todo.

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa de governo, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que ocorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.

IV - Operações especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§1º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como, as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§2º. Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, sub-função e programa às quais se vinculam.

Art. 4º A Proposta Orçamentária do Município evidenciará as receitas em conformidade com a Portaria conjunta nº 004, de 30 de novembro de 2010, e alterações posteriores efetuadas pelo Ministério da Fazenda e a despesa em conformidade com a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de Maio de 2001 e posteriores alterações, com o seguinte desdobramento:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;

III - Resumo Geral da Despesa;

IV - Programa de Trabalho;

V - Programa de Trabalho de Governo por Funções, Sub-Funções, Programas, por Projetos e Atividades;

VI - Demonstrativo da Despesa por Funções, e Sub-Funções conforme o Vínculo com os Recursos;

VII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;

VIII - Demonstrativo da Despesa por modalidade, podendo ser indicado o seu desdobramento por Elemento e/ou Sub-Elemento, segundo cada Unidade Orçamentária;

IX - Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;

X - Demonstrativo da Evolução da Receita por fonte, conforme disposto no Artigo 12 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000;

XI - Demonstrativo da Evolução da Despesa por categoria econômica, podendo ser indicada as modalidades;

XII - Demonstrativo do orçamento fiscal.

§1º. Os Fundos Municipais poderão integrar o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas.

§2º. Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados



para atender a Portaria nº. 42, de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001, Portaria conjunta nº. 004, de 30 de novembro de 2010 e alterações posteriores efetuadas pelo Ministério da Fazenda.

Art. 5º O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Executivo, Instituto de Previdência e dos Fundos Municipais, abaixo descritos:

- Fundo Municipal de Saúde (descentralizado);
- Fundo Municipal de Assistência Social (centralizado);
- Fundo Municipal da Criança e da Adolescência (centralizado);
- Fundo de Assist. Social e Médica dos Serv. Públicos (descentralizada);
- Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais - IPREARROIO (descentralizado)

Art. 6º Mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - Texto da Lei;

II - Quadro Demonstrativo da Evolução da Receita Arrecadada dos exercícios de 2008 a 2010, fixada para 2011 e projetada para 2012 a 2014;

III - Quadro Demonstrativo da Dívida Fundada em 31 de Dezembro de 2010 e a projeção de desembolso para os exercícios de 2012 a 2014;

IV - Quadro Demonstrativo da Dívida Flutuante, com identificação das contas e saldos no último dia do mês imediatamente anterior ao da remessa da Proposta orçamentária à Câmara Municipal;

V - Quadro demonstrativo da composição do Ativo Financeiro no último dia do mês imediatamente anterior à remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal;

VI - Quadro Demonstrativo dos tributos lançados e não arrecadados nos exercícios de 2008 a 2010;

VII - Justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício de 2012;

VIII - Quadro Demonstrativo das Receitas Correntes Líquidas de 2008 a 2010, despesas com pessoal por Poder para o mesmo período e percentual de comprometimento;

IX - Demonstrativo da aplicação das receitas de alienações e de operações de crédito, se for o caso.

### CAPÍTULO III

#### DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 7º O Orçamento Fiscal do Município para o exercício de 2012 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo e seus Fundos e as ações e metas serão extraídas do Plano Plurianual atualizado.

Art. 8º Os estudos para definição da previsão da Receita para o exercício de 2012, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior e fatores locais que possam influenciar da definição da previsão da receita.

Art. 9º Se a receita estimada para o exercício de 2012, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10 Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional

as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo:

- I - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação de despesas com horas extras;
- III - redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;
- IV - redução dos investimentos programados;
- V - redução de contratos, auxílios, contribuições e subvenções;
- VI - demissão de ocupantes de cargos comissionados.

Parágrafo Único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 11 A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não poderá exceder, no exercício de 2012 a 10% (Dez por cento) da Receita Corrente Líquida fixada no exercício de 2012.

Art. 12 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo IX desta Lei.

§1º. Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2011.

§2º. Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 13 O Orçamento para o exercício de 2012, de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 10 % da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, resultado primário e reforço de dotações orçamentárias, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 14 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 15 Para atender o disposto na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000, o Executivo Municipal incumbir-se-á do seguinte:

I - estabelecer programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, com a devida publicação, dentro do prazo legal;

II - publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas fiscais de receitas e despesas, e se não atingidas deverá realizar cortes na realização de despesas do Poder Executivo e do Legislativo;

III - O Poder Executivo Municipal emitirá ao final de cada semestre, relatório de gestão fiscal, avaliando o cumprimento das metas fiscais, em audiência pública.

Art. 16 Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

§1º. Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais;

§2º. A eventual arrecadação de receitas de determinada fonte de recursos vinculados ou não, em montante superior ao previsto na Lei do Orçamento Anual, se constituirá recurso hábil a suplementações orçamentárias por excesso de arrecadação, ou provável excesso, quando evidenciado o ingresso do recurso excedente ou

comprovado através de convênio firmado em cada fonte específica.

Art. 17 As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2011, serão as constantes no Anexo VII desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 18 A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei específica.

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade Municipal.

Art. 19 Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade deverá apresentar declaração de funcionamento regular em 2012, por autoridades locais, e comprovante de regularidade fiscal e de sua Diretoria.

Art. 20 As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, com a respectiva prestação de contas.

Art. 21 Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 22 Despesas de custeios de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 23 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o Exercício de 2012, a preços correntes.

Art. 24 O Poder Executivo Municipal é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

IV - transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do Inciso VI do Artigo 167 da Constituição Federal.

Art. 25 Durante a execução orçamentária de 2012, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, fiscais e no plano plurianual, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício, constantes do Anexo X desta Lei e alterações posteriores.

#### CAPÍTULO IV

#### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA

Art. 26 O Poder Executivo Municipal, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá à seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a serem incluídas na proposta

orçamentária, podendo, se necessário, incluir novos programas e ações.

Art. 27 Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2012, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento e incluídas posteriormente mediante crédito especial ou suplementar.

Art. 28 As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária com alterações posteriores e autorizadas por lei específica.

Art. 29 A verificação dos limites da dívida pública serão na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

#### CAPÍTULO V

#### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 30 O Executivo Municipal, mediante lei, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observada os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Parágrafo Único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art. 31 A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecido os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 32 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 33 O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000:

I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;

II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

V - Disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 34 Os contratos de terceirização de mão-de-obra realizados com a Administração Pública Municipal, que se referirem à substituição de servidores ou empregados públicos, serão contabilizados como "outras despesas de pessoal".

Parágrafo Único. Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal, excluídas as despesas decorrentes de utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 35 A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

## CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 36 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentado estudos do seu impacto e atender ao disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 37 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 38 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

## CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39 O Poder Executivo Municipal deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 40 Caso seja necessária à limitação de empenhos e da movimentação financeira, essa será de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de despesas com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, diversas despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, paralisação temporária de atividades caracterizadas como não essenciais; reavaliação da distribuição de cotas mensais do orçamento em cada órgão; reanálise dos custos de cada ação orçamentária em execução e seleção de prioridades a serem efetuadas até o final do exercício.

§1º. Na hipótese de ocorrência dos dispostos no caput deste artigo, o Chefe do Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível, para empenho e movimentação financeira.

§2º. O Chefe do Poder Executivo Municipal, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação financeira e empenho.

Art. 41 O Poder Executivo Municipal deverá elaborar e publicar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2012, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão do Poder Executivo, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 42 Até o dia 30 de Outubro de 2011, O Executivo Municipal encaminhará a Câmara Municipal à proposta orçamentária para o Exercício Financeiro de 2012.

§1º. A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo, respeitando-se evidentemente toda a tramitação prevista no Regimento Interno da mesma.

§2º. Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2012, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§3º. Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de

2011, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, anulação de saldos de dotações não comprometidas.

Art. 43 O Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, devendo ser encaminhado cópia de todos os convênios firmados a Câmara Municipal de Vereadores, para comprovação da transparência administrativa.

Art. 44 Fazem parte integrante desta Lei os seguintes Anexos:

- a) - Demonstrativo I - Metas anuais;
- b) - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- c) - Demonstrativo III - Metas fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixas nos três exercícios anteriores;
- d) - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) - Demonstrativo V - Origem e aplicação de recursos obtidos com alienação de ativos;
- f) - Demonstrativo VI - Avaliação da Situação financeira e atuarial do RPPS;
- g) - Demonstrativo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;
- h) - Demonstrativo VIII - Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- i) - Demonstrativo IX - Anexo de riscos fiscais;
- j) - Demonstrativo X - Metas e prioridades.

Art. 45 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 46 Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 26 de maio de 2011.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 26 de maio de 2011.

NELSON CAMPAGNIN

Secretário Municipal de Administração

**Ascurra**

### **PREFEITURA MUNICIPAL**

#### **Decreto Nº. 2222, de 13 de dezembro de 2010.**

DECRETO Nº. 2222, de 13 de dezembro de 2010.

Abre Crédito Suplementar pelo Excesso de Arrecadação.

Aires Rogério Dalfovo, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n. 1158/2009 de 14/12/2009,

DECRETA:

Art. 1º - Suplementa dotação orçamentária conforme abaixo discriminado:

04.001 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.365.0040.2013 Manutenção do Ensino Infantil

3000000000000000 Despesas Correntes

3100000000000000 Pessoal e Encargos Sociais

3190000000000000 Aplicações Diretas

010100 Rec. de Imp. e de Transf. de Imp.-Educação 20.000,00

04.001 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.365.0040.2009 Manutenção Ensino Fundamental e Val. Do



Magistério  
3000000000000000 Despesas Correntes  
3100000000000000 Pessoal e Encargos Sociais  
3190000000000000 Aplicações Diretas  
011800 Transf. do FUNDEB - (APLICAÇÃO- PROF.) 60.000,00  
TOTAL 80.000,00  
Art. 2º. - As despesas vigentes pelo artigo primeiro do presente Decreto serão supridas pelos recursos financeiros do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 13 de dezembro de 2010.  
AIRES ROGÉRIO DALFOVO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 13 de dezembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

### **Decreto Nº. 2223, de 13 de dezembro de 2010.**

DECRETO Nº. 2223, de 13 de dezembro de 2010.  
Abre Crédito Suplementar pelo Excesso de Arrecadação.

Aires Rogério Dalfovo, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n. 1158/2009 de 14/12/2009,

DECRETA:  
Art. 1º - Suplementa dotação orçamentária conforme abaixo discriminado:

05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0070.2025 Manutenção Saúde - Recursos SUS  
3000000000000000 Despesas Correntes  
3300000000000000 Outras Despesas Correntes  
3390000000000000 Aplicações Diretas  
016702 Farmacia Basica Estado 8.004,38  
TOTAL 8.004,38

Art. 2º. - As despesas vigentes pelo artigo primeiro do presente Decreto serão supridas pelos recursos financeiros do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 13 de dezembro de 2010.  
AIRES ROGÉRIO DALFOVO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 13 de dezembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

### **Decreto Nº. 2224, de 15 de dezembro de 2010.**

DECRETO Nº. 2224, de 15 de dezembro de 2010.  
Abre Crédito Suplementar pelo Superávit Financeiro do ano de 2009.

Aires Rogério Dalfovo, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n. 1158/2009 de 14/12/2009.

DECRETA:  
Art. 1º - Abre crédito suplementar nas dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

03.001 SECRETARIA ADMINIST. E PLANEJ  
004.121.0100.2002 Man. Ativ. Administ. Financeira e Orçamentária  
3000000000000000 Despesas Correntes  
3300000000000000 Outras Despesas Correntes  
3390000000000000 Aplicações Diretas  
30000 Vínculo - Recursos Ordinários 4.000,00  
TOTAL 4.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 15 de dezembro de 2010.  
AIRES ROGERIO DALFOVO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto 15 de dezembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

### **Decreto Nº. 2225, de 16 de dezembro de 2010.**

DECRETO Nº. 2225, de 16 de dezembro de 2010.  
Autoriza a anulação e suplementação de dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde

Aires Rogerio Dalfovo, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 1209, de 16/12/2010.

DECRETA:  
Art. 1º - Abre Crédito Suplementar no valor de R\$14.700,00 (quatorze mil e setecentos Reais) no Orçamento vigente, do Fundo Municipal de Saúde, na Seguinte Dotação orçamentária:

05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
10.301.0070.2024 Manutenção do Fundo Munic. Saúde  
3000000000000000 Despesas Corrente  
3100000000000000 Pessoal e Encargos Sociais  
3190000000000000 Aplicações Diretas  
010000 Recursos Ordinarios 14.700,00  
TOTAL 14.700,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atender ao disposto no artigo primeiro do presente Decreto, correrão por conta da anulação parcial da Seguinte Dotação Orçamentária:

05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
10.301.0070.1018 Construção e reformas de centro de saúde  
4000000000000000 Despesas de Capital  
4400000000000000 Investimentos  
4490000000000000 Aplicações Diretas  
010000 Recursos Ordinarios 14.700,00  
TOTAL 14.700,00

Art. 3º - Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, 16 de dezembro de 2010.  
AIRES ROGÉRIO DALFOVO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 16 de dezembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos



**Decreto Nº. 2226, de 16 de dezembro de 2010.**

DECRETO Nº. 2226, de 16 de dezembro de 2010.

Abre Crédito Suplementar pelo Excesso de Arrecadação.

Aires Rogério Dalfovo, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n. 1158/2009 de 14/12/2009,

DECRETA:

Art. 1º - Suplementa dotação orçamentária conforme abaixo discriminado:

## 05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0070.2024 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

30000000000000 Despesas Correntes

33000000000000 Outras Despesas Correntes

33900000000000 Aplicações Diretas

010200 Rec. de impostos e de transf.Imp.Saúde 5.000,00

## 05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0070.2024 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

30000000000000 Despesas Correntes

31000000000000 Pessoal e Encargos Sociais

31900000000000 Aplicações Diretas

010200 Rec. de impostos e de transf.Imp.Saúde 14.000,00

T O T A L 19.000,00

Art. 2º. - As despesas vigentes pelo artigo primeiro do presente Decreto serão supridas pelos recursos financeiros do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 16 de dezembro de 2010.

AIRES ROGÉRIO DALFOVO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 16 de dezembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

**Decreto Nº. 2227, de 16 de dezembro de 2010.**

DECRETO Nº. 2227, de 16 de dezembro de 2010.

Autoriza a anulação e suplementação de dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde

Aires Rogerio Dalfovo, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 1158, de 14/12/2009.

DECRETA:

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar no valor de R\$6.400,00 (seis mil e quatrocentos Reais) no Orçamento vigente, no fundo Municipal de Saúde, na Seguinte Dotação orçamentária:

## 05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0070.2024 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

30000000000000 Despesas Corrente

31000000000000 Pessoal e encargos sociais

31900000000000 Aplicações Diretas

010000 Recursos Ordinarios 6.400,00

TOTAL 6.400,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atender ao disposto no artigo primeiro do presente Decreto, correrão por conta da anulação parcial da Seguinte Dotação Orçamentária:

## 05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0070.2024 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

30000000000000 Despesas Correntes

33000000000000 Outras Despesas Correntes

33710000000000 Transf. a consórcios públicos

010000 Recursos Ordinarios 6.400,00

TOTAL 6.400,00

Art. 3º - Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, 16 de dezembro de 2010.

AIRES ROGÉRIO DALFOVO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 16 de dezembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

**Decreto Nº. 2228, de 17 de dezembro de 2010.**

DECRETO Nº. 2228, de 17 de dezembro de 2010.

Abre Crédito Suplementar pelo Excesso de Arrecadação.

Aires Rogério Dalfovo, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n. 1158/2009 de 14/12/2009,

DECRETA:

Art. 1º - Suplementa dotação orçamentária conforme abaixo discriminado:

## 07.001 SECRETARIA TRANSP. E SERV. URBANOS

15.452.0030.2061 Manutenção Melhoria de Iluminação Pública

30000000000000 Despesas Correntes

33000000000000 Outras Despesas Correntes

33900000000000 Aplicações Diretas

011700 Contribuição para o COSIP 19.000,00

TOTAL 19.000,00

Art. 2º. - As despesas vigentes pelo artigo primeiro do presente Decreto serão supridas pelos recursos financeiros do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 17 de dezembro de 2010.

AIRES ROGÉRIO DALFOVO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 17 de dezembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

**Decreto Nº. 2229, de 17 de dezembro de 2010.**

DECRETO Nº. 2229, de 17 de dezembro de 2010.

Abre Crédito Suplementar pelo Superávit Financeiro do ano de 2009.

Aires Rogerio Dalfovo, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n. 1158/2009 de 14/12/2009.

DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito suplementar nas dotações orçamentárias

abaixo discriminadas:

05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
10.301.0070.2024 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
3000000000000000 Despesas Correntes  
3300000000000000 Outras Despesas Correntes  
3390000000000000 Aplicações Diretas  
30000 Vínculo - Recursos Ordinários 9.000,00  
TOTAL 9.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 17 de dezembro de 2010.  
AIRES ROGÉRIO DALFOVO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto 17 de dezembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

### **Decreto Nº. 2230, de 17 de dezembro de 2010.**

DECRETO Nº. 2230, de 17 de dezembro de 2010.

Autoriza a anulação e suplementação de dotações orçamentárias

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 1158, de 14/12/2009.

DECRETA:

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar no valor de R\$8.800,00 (oito mil e oitocentos reais) no Orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, na Seguinte Dotação orçamentária:

07.001 SECRETARIA TRANSP. E SERV. URBANOS  
15.452.0030.2016 Manutenção Desp. De obras e Estradas de Rodagem.  
3000000000000000 Despesas Corrente  
3300000000000000 Outras Despesas Correntes  
3390000000000000 Aplicações Diretas  
010000 Recursos Ordinarios 8.800,00  
TOTAL 8.800,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atender ao disposto no artigo primeiro do presente Decreto, correrão por conta da anulação parcial da Seguinte Dotação Orçamentária, do Orçamento Municipal:

07.001 SECRETARIA TRANSP. E SERV. URBANOS  
15.452.0030.2016 Manutenção Desp. De obras e Estradas de Rodagem.  
3000000000000000 Despesas Corrente  
3100000000000000 Pessoal e Encargos Sociais  
3190000000000000 Aplicações Diretas  
010000 Recursos Ordinarios 8.800,00  
TOTAL 8.800,00

Art. 3º - Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, 17 de dezembro de 2011.  
AIRES ROGERIO DALFOVO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 17 de dezembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

### **Decreto Nº. 2231, de 17 de dezembro de 2010.**

DECRETO Nº. 2231, de 17 de dezembro de 2010.

Abre Crédito Suplementar pelo Excesso de Arrecadação.

Aires Rogério Dalfovo, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n. 1158/2009 de 14/12/2009,

DECRETA:

Art. 1º - Suplementa dotação orçamentária conforme abaixo discriminado:

09.001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL  
08.244.0080.2019 Manutenção Geral da Assist. Social  
3000000000000000 Despesas Correntes  
3300000000000000 Outras Despesas Correntes  
3390000000000000 Aplicações Diretas  
010000 Recursos ordinários 2.950,00  
03.001 SECRETARIA ADM. E PLANEJ.  
04.121.0100.2002 Manutenção Ativ. Admin. Financ. e Orçament.  
3000000000000000 Despesas Correntes  
3300000000000000 Outras Despesas Correntes  
3390000000000000 Aplicações Diretas  
010000 Recursos ordinários 5.000,00  
TOTAL 7.950,00

Art. 2º. - As despesas vigentes pelo artigo primeiro do presente Decreto serão supridas pelos recursos financeiros do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 17 de dezembro de 2010.  
AIRES ROGÉRIO DALFOVO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 17 de dezembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

### **Decreto Nº. 2232, de 17 de dezembro de 2010.**

DECRETO Nº. 2232, de 17 de dezembro de 2010.

Abre Crédito Suplementar pelo Excesso de Arrecadação.

Aires Rogério Dalfovo, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n. 1158/2009 de 14/12/2009,

DECRETA:

Art. 1º - Suplementa dotação orçamentária conforme abaixo discriminado:

05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0070.2024 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
3000000000000000 Despesas Correntes  
3300000000000000 Outras Despesas Correntes  
3390000000000000 Aplicações Diretas  
010200 Rec. de Impostos e Transf. Imp-Saúde 11.500,00  
TOTAL 11.500,00

Art. 2º. - As despesas vigentes pelo artigo primeiro do presente Decreto serão supridas pelos recursos financeiros do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 17 de dezembro de 2010.  
AIRES ROGÉRIO DALFOVO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 17 de dezembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

## Biguaçu

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Publicação de Licitação PE 061 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO Nº. 061/2011- FMS

Objeto: aquisição de materiais de enfermagem e medicamentos  
para uso da Secretaria Municipal de Saúde de Biguaçu.

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14:00h do dia  
09/06/2011, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br),  
horário de Brasília - DF.

Recebimento das Propostas: das 14:00h do dia 30/05/2011, às  
14:00h do dia 09/06/2011.

Local para obtenção do edital: no endereço eletrônico do prove-  
dor do pregão eletrônico - Cidade Compras - [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br).

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3243-1040.

Biguaçu, 25 de maio de 2011.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - Por Delegação  
Secretário Municipal de Saúde

## Braço do Trombudo

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Portaria 095/2011

PORTARIA 095/2011

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do  
Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribui-  
ções legais, e amparado nas Leis 0504/2005 de 23.12.05 e na Lei  
0512/2006 de 05.04.06, etc.

#### RESOLVE:

Art. 1º. Determinar que o 2º sorteio do concurso "Pague para  
Ver, Braço do Trombudo Crescer", será realizado no dia 31 de maio  
de 2011, as 16:30h, na Prefeitura Municipal de Braço do Trombu-  
do.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,  
condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos  
do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 25 de maio de 2011.  
VILBERTO MULLER SCHOVINDER  
Prefeito Municipal

**Pregão Presencial 31/2011 para Registro de Preço**  
PROCESSO LICITATÓRIO 34/2011  
EDITAL DE LIC. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 31/2011  
PARA REGISTRO DE PREÇO

O Município de Braço do Trombudo, SC, torna público para conheci-  
mento dos interessados que, até as 9:00 horas do dia 13.06.2011,  
estará selecionando a melhor proposta para Aquisição de Material  
Gráfico para manutenção das secretarias municipais. Maiores in-  
formações e o Edital Completo serão fornecidos pelo departamen-  
to de licitação, da Prefeitura Municipal pelo fone 47 35470179 ou  
e-mail [licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br](mailto:licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br)

Braço do Trombudo, em 25 de maio de 2011.  
VILBERTO MULLER SCHOVINDER  
Prefeito Municipal

## Caçador

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Decreto Nº 4.854

DECRETO nº 4.854, de 20 de maio de 2011.

Aprova Regimento Interno do Conselho Municipal do Idoso de Ca-  
çador.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições  
legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Mu-  
nicípio de Caçador,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal  
do Idoso de Caçador, nos termos em anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de maio de  
2011.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE  
CAÇADOR - SC

Art.1º - O Conselho Municipal do Idoso - CMI de Caçador foi criado  
pela Lei Ordinária Municipal 1953/2003 de 14/08/2003, previsto  
na Lei Federal 8.842/94, sendo um órgão municipal de delibera-  
ção colegiada, consultivo e colaborador das ações de proteção e  
defesa dos direitos do idoso.

Art. 2º - Ao Conselho em conformidade com a legislação em vigor,  
competete:

I - Articular ações que possibilitem qualidade de vida e bem estar  
a toda pessoa idosa do município.

II- Promover estudos de pesquisas que visem à dignidade do ido-  
so.

III- promover assembléia, fóruns, encontros, seminários, confe-  
rências ou atividades equivalentes, sempre que julgar oportuno,  
sobre os direitos e bem estar do idoso.

IV - Colaborar com os órgãos públicos e entidades não governamentais para garantir os direitos do idoso como pessoa e como cidadão.

V - Promover ações, definir critérios, formas e meios de fiscalização em conjunto com a Promotoria Pública, sugerindo modificações, quando for o caso, das ações executadas no município que afetem a pessoa idosa.

VI - Proceder o registro das entidades governamentais e não governamentais que atendam pessoas da terceira idade e que mantenham os programas abaixo relacionados:

a ) Orientação e apoio de idosos na família;

b ) Abrigos;

c ) Oficinas de trabalho e atividades de produção;

d ) Serviços médicos e social;

e ) Atividades manuais e artísticas;

f ) Lazer, cursos, debates, palestras, seminários de assuntos que os próprios idosos solicitaram ou tenham manifestado interesse.

g) Todo o trabalho com idosos deve seguir as seguintes orientações:

- Integração de gerações;

- Participação, ocupação e convívio de idosos;

- Priorizar a permanência do idoso junto à família, se existir, ou integrá-lo em lar substituto, mantendo-o sempre que possível, no meio onde vive e em seu círculo de amizades.

## Capítulo II

### Da Composição

Art. 3º - O Conselho Municipal do Idoso é constituído por dez (10) membros com seus respectivos suplentes cinco (05) representantes do Poder Público nas três esferas de governo e cinco (05) representantes da sociedade civil, que deverão observar as disposições contidas na Lei Municipal nº 1953/2003.

Art. 4º - A estrutura do CMI será composta:

I - Assembléia Geral;

II - Diretoria;

III - Comissões

IV - Secretaria Executiva.

### Sessão I

#### Da Assembléia Geral

Art 5º - Assembléia Geral é constituída pelos Conselheiros e instala-se no mínimo com a presença da metade mais um dos seus membros, observando-se a paridade, cabendo ao presidente o direito ao voto de desempate.

§ 1º - O "quorum" será verificado no início da sessão pela assinatura dos conselheiros no Livro de Presença.

§ 2º - Não havendo "quorum" para abertura da sessão até 20 minutos da hora prevista, o (a) Presidente deixará de instalar os trabalhos, mandando consignar em ata o nome dos Conselheiros presentes.

§ 3º - Os Conselheiros deverão receber no início da sessão a pauta do dia, ou retirar, a partir de quarenta e oito horas antes, na Secretaria do Conselho, ou via Correio Eletrônico.

§ 4º - Não estando presente o Presidente do Conselho, assumirá a presidência da sessão, o Vice-presidente.

§ 5º - Somente deixará de ocorrer deliberações e votações das proposições apresentadas pelas Comissões de Trabalho, no caso de falta de "quorum" ou por motivo relevante, acordado por unanimidade dos presentes.

Art 6º - O Conselho se reunirá em sessão ordinária mensal, que ocorrerá toda segunda-feira da segunda semana cada mês.

Art 7º - Além das sessões ordinárias acima, o Conselho poderá ser convocado para uma sessão extraordinária ou em caráter de urgência, convocadas pelo Presidente ou por 2/3 dos conselheiros, sempre que for necessário.

Art 8º - O Conselheiro que se ausentar em três sessões seguidas ou a cinco sessões intercaladas, não se fazendo representar pelo suplente, sem justificativa, perderá o seu mandato, sendo comunicado ao órgão a que ele pertence para devida substituição.

Art 9º - No caso de renúncia ou impedimento do (a) Presidente, por período superior a 120 dias, será realizada nova eleição dentro

de trinta dias. Nestes casos assumirá interinamente a presidência o (a) vice presidente.

Art 10º - Havendo número legal e declarada aberta a Sessão, os trabalhos prosseguirão obedecendo a seguinte ordem:

I - Leitura, discussão e aprovação da ata da sessão anterior.

II - Comunicação e registro de fatos e comentários sobre assuntos de ordem geral, conhecimentos dos ofícios expedidos e correspondências recebidas, podendo cada Conselheiro, usar da palavra por um período máximo de 05 (cinco) minutos.

III - Ordem do dia.

IV - Concessão da palavra para apresentação de moções, indicações, requerimentos e iniciativas não diretamente relacionadas com os assuntos de ordem do dia.

§ 1º - As votações serão simbólicas, nominais ou por voto aberto.

§ 2º - Havendo matéria que exija parecer, o Colegiado designará um relator, que deverá elaborá-lo e entregá-lo a Diretoria do Conselho até cinco dias úteis antes da próxima sessão.

§ 3º - Será dispensada a leitura do parecer cujas cópias tenham sido previamente distribuídas, salvo as requeridas por um Conselheiro, para efeito de esclarecimento.

§ 4º - Não estando o relator presente a sessão, o parecer será lido pelo (a) Coordenador (a) da Comissão de Trabalho e colocado em discussão entre os presentes, podendo cada Conselheiro fazer uso da palavra por até cinco minutos. Iguais prazos terão os Conselheiros no caso da presença do relator, tendo este, porém dez minutos para a resposta.

§ 5º - Poderão ser convidados a comparecer à Sessão de Plenário ou às reuniões das Comissões de Trabalho, autoridades, técnicos ou servidores especializados e pessoas da comunidade a fim de prestarem esclarecimentos sobre a matéria em discussão.

§ 6º - Na discussão de qualquer matéria poderão ser apresentadas emendas substitutivas, aditivas e modificativas, tendo na votação, preferência as emendas que serão primeiramente examinadas.

§ 7º - No caso de adiamento da discussão, a matéria adiada terá precedência sobre qualquer outra, salvo decisão em contrário da maioria dos Conselheiros presentes.

§ 8º - Todo Conselheiro terá direito a vistas de processo, ficando aquele que solicitar tal procedimento, obrigado a apresentar na sessão seguinte seu voto por escrito salvo prazo maior aprovado pelo plenário.

§ 9º - Antes das votações o Plenário decidirá sobre os pedidos de urgência, para que seja apreciada determinada proposição com dispensa das exigências regimentais, salvo a proposição referente ao "quorum".

§ 10º - Todo Conselheiro poderá formular questões de ordem, cabendo recursos da decisão do Presidente ao Plenário.

§ 11º - As deliberações do Plenário serão na forma de resolução que se constituirá instrumento legal passível pela execução por parte do Conselho. Deliberações estas que deverão ser publicadas nos jornais de nossa cidade, bem como por meio eletrônico oficializado pelo município.

### Sessão II

#### Da Presidência

Art. 11º - A Presidência do Conselho Municipal do Idoso, será exercida pelo(a) Conselheiro(a) eleito(a) pelos seus membros por um período de dois anos.

Parágrafo Único: devese haver alternância entre os mandatos das entidades governamentais e não governamentais deste conselho.

Art 12º - Compete ao Presidente do Conselho

I - Representar o Conselho em Juízo e fora dele, podendo delegar representação, inclusive com poderes para prestar depoimento em nome do Conselho;

II - Convocar, presidir o Conselho e dar execução às suas resoluções;

III- Superintender os serviços administrativos do Conselho;

IV - Aprovar a ordem do dia das sessões plenárias;

V - Participar das discussões concedendo a palavra aos



Conselheiros;

VI - Exercer ao direito de voto no caso de empate tendo assim o voto de Minerva;

VII - Manter intercâmbio com órgãos congêneres e fazer representar o Conselho em eventos locais, estaduais e nacionais, ou até mesmo internacionais;

VIII - Distribuir os processos às Comissões de Trabalho;

IX - Assinar a correspondência oficial;

X - Resolver, quando em caráter de urgência, os casos omissos referente do Conselho;

XI - Planejar, organizar e fazer executar as atividades técnicas-administrativas-financeiro do Conselho;

XII - Fiscalizar e acompanhar a prestação de Contas quadrimestralmente de todos os abrigados na Casa Lar São José ou congêneres, com parecer da Comissão de finanças.

### Sessão III

#### Da Vice-Presidência

Art 13º - A Vice-Presidência do CMI, será exercida pelo segundo Conselheiro mais votado para eleições da presidência.

Art. 14º - Caberá ao Vice-Presidente substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos, com as atribuições do mesmo.

Parágrafo Único: Auxiliará o Presidente, no que lhe for solicitado, em todas as atividades do Conselho e podendo fazer parte das comissões.

### Sessão IV

#### Do Secretário (a) Geral do CMI

Art 15º - O (a) Secretário (a) Geral do CMI, será um Conselheiro eleito pelos membros do Conselho.

Art. 16º - Compete ao (a) Secretário (a) Geral

a ) Comparecer as reuniões plenárias e lavrar as respectivas atas;

b ) Elaborar a correspondência oficial e convocações aos Conselheiros bem como organizar as correspondência recebidas;

c ) Auxiliar o Presidente e Vice em suas atividades no Conselho, podendo fazer parte das Comissões de Trabalho.

### Sessão V

#### Das Comissões de Trabalho

Art 17º - Serão formadas no Conselho Comissões de Trabalho em caráter permanente e temporário.

§ 1º - Cada Comissão será composta de tantos membros quantos forem necessários, escolhidos entre os Conselheiros, podendo contudo dela participar,(ou integrar) outras pessoas de reconhecimento saber e experiência na matéria, mas que não terão direito a voto nas deliberações da Comissão, para formação de seu parecer.

§ 2º - O pronunciamento da Comissão terá caráter de parecer e será submetido a aprovação de plenário, conforme artigo 10º deste regimento.

§ 3º - As Comissões de caráter temporário dissolvem-se automaticamente com a votação de parecer do trabalho para a qual foram constituídas.

§ 4º - Cada Comissão de Trabalho elegerá um coordenador que será um membro do Conselho.

Art 18º - As Comissões permanentes que compõe o Conselho Municipal do Idoso são:

I - Comissão de Normas e Análise de Documentos;

II - Comissão de Denúncias, Monitoramento e Fiscalização;

III - Comissão de Finanças.

Parágrafo Único - As Comissões terão suas atribuições definidas pela Assembléia Geral.

### Capítulo III

#### Dos Conselheiros

Art 19º - A função do Conselheiro é considerada de relevante interesse público e o servidor que exercer terá abonada as faltas ao serviço durante as reuniões do Conselho, ou quando estiver executando tarefas de interesse do Conselho. Para isso seu chefe

imediato será informado anteriormente, como justificativa.

Art 20º - O Conselho poderá licenciar o Conselheiro que o requerer até o prazo de 120 dias. Quando a licença for de prazo superior a este, o pedido de licença será apreciado pelo plenário, exceto quando for licença por afastamento para tratamento de saúde, devidamente comprovado. Nestes casos assume o suplente do Conselheiro licenciado.

§ único- Os Conselheiros que deixarem suas funções, nas suas instituições (governamentais ou não governamentais), deverão ser substituídos através de comunicação direta das instituições que representam, através de ofício assinado por seu Diretor ou Presidente.

Art 21º - No caso de exercício das atividades de Conselheiro, fora do Município de Caçador, o Conselho poderá solicitar ao Poder Público Municipal o pagamento de despesas de transporte, alimentação e hospedagem do Conselheiro, principalmente quando este for participar de eventos, encontros, seminários e estudos de assuntos referentes a idosos, de interesse do Município previamente autorizado.

Art 22º - É assegurado ao Conselheiro:

I - Participar com direito a voz e voto das sessões plenárias do Conselho e das Comissões de Trabalho de que seja integrante.

II - Solicitar as diligências necessárias ao prefeito no desenvolvimento de suas tarefas, quer como relator ou como Conselheiro.

III - Participar da escolha de Presidente; Vice-Presidente e do Secretário Geral do Conselho, bem como dos Coordenadores das Comissões de Trabalho.

IV - Convocar sessões extraordinárias do Conselho, de acordo com o artigo 7º deste regimento;

V - Solicitar vistas em processos, levantar questões de ordem no decorrer das sessões, integrarem as Comissões de Trabalho do Conselho, funcionar como Coordenador ou relator nas Comissões, ter acesso a todas as informações dos órgãos governamentais e não governamentais para acompanhamento da execução dos projetos, programas e trabalhos que digam respeito ao idoso.

VI - Participar com direito a voto dos trabalhos das Comissões que seja componente e no plenário, votar em todos os pareceres das Comissões apresentando proposições pertinentes à matéria da competência do Conselho.

VII - Solicitar seu afastamento do Colegiado, sempre por escrito explanando os motivos de seu afastamento, ou caso de troca de instituição ou titularidade.

### Capítulo IV

#### Das Disposições Gerais

Art 23º - Será exigido o "quorum" de dois terços dos Conselheiros, para revisão das deliberações tomadas pelo Plenário, quando a revisão for proposta no mesmo exercício.

Art 24º- Verificando-se a vacância do cargo de Presidente, Vice-Presidente e Secretário Geral haverá eleição do respectivo substituto para completar o mandato no prazo de 30 dias.

Art 25º - Os integrantes da Diretoria e Comissões de Trabalho, perderão seu mandato nos seguintes casos:

a) Violação deste regimento;

b) Renúncia;

c) Não comparecimento a três (3) reuniões consecutivas ou a cinco(5) intercaladas sem justificativas.

§ único- As renúncias serão comunicadas por escrito ao Presidente ficando este obrigado a comunicar aos demais participantes tal ocorrência.

Art 26º - Toda destituição de cargo será precedida de notificação escrita que assegure ao interessado pleno direito de defesa, cabendo recursos na forma deste Regimento.

Art 27º - O Conselho pode solicitar ao Poder Público Municipal, os recursos financeiros, materiais e humanos para seu funcionamento.

Art 29º - Este Regimento entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

**Portaria Nº 20.548**

PORTARIA Nº 20.548, de 18 de maio de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 122, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER retorno da Licença Sem Vencimentos as Servidoras Públicas Municipais abaixo relacionadas, especificando, nome, cargo, secretaria de lotação e data do retorno das licenças:

Nome	Cargo	Sec. Lotação	Data Retorno
Marilucy Wierzbicki	Secretária Escolar	05	06/05/11
Nilse de Fátima do Nascimento	Supervisora Escolar	05	06/05/11

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de maio de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA

Secretária de Educação.

**Portaria Nº 20.549**

PORTARIA Nº 20.549, de 18 de maio de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 2.689, de 24/02/10 que Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Convênio com o Poder Legislativo Municipal de Caçador,

**RESOLVE:**

COLOCAR A DISPOSIÇÃO do Poder Legislativo Municipal, as Servidoras Públicas Municipais abaixo relacionadas, sem ônus para a Municipalidade, especificando: nome, cargo, carga horária, lotação e local da disposição, com efeitos retroativos a 06 de maio de 2011, conforme segue:

Nome	Cargo	C.H	Lotação	Local da Disposição
Marilucy Wierzbicki	Secretária Escolar	40	Secretaria de Educação	Câmara Municipal de Caçador
Nilse de Fátima do Nascimento	Supervisora Escolar	40	Secretaria de Educação	Câmara Municipal de Caçador

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de maio de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA

Secretária de Educação.

**Editais de Convocação Nº 103 - Concurso Público**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 103, de 23 de maio de 2011.

Convoca aprovados em Concurso Público.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos dos arts. 37 e 41, da Constituição Federal,

combinado com o art. 17, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o estabelecido no art. 15, inciso I e art. 16, inciso VIII, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Caçador,

**C O N V O C A:**

Os cidadãos, a seguir relacionados, classificados em Concurso Público, conforme Edital nº 01, de 17/11/2007, para TOMAREM POSSE NOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS, de acordo com o Decreto nº 3.763, de 15/06/2007, que homologou o resultado final do Concurso, conforme sequência de classificação:

**AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**

Salete Lazari Agusti

Walmir Richter

Ana Paula Maia de Lima

Scheila Salete Fernandes

Julio Cesar Recalcatti

Maristela Aparecida Ribeiro

Dejanda Padilha

Cleria Mallmann Alves

Celso José Castilho

Berenice Aparecida dos Santos Bonfim

Noeli Gonçalves de Queiros

Edina Aparecida Domingues

Taísa Pelentier de Oliveira

Hoto Pereira

Eva Alciny Pontes Vieira

a) Os cidadãos deverão se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, na Prefeitura Municipal de Caçador, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perderem o direito ao Concurso de Ingresso.

b) A posse, o exercício e o estágio probatório, dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 23 de maio de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

**Campo Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL**

**Portaria Nº 8.245 de 13 de Maio de 2011**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.245 DE 24 DE MAIO DE 2011

CONCEDE PROGRESSÕES HORIZONTAIS POR CAPACITAÇÃO E DESEMPENHO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Capacitação a Servidora Pública Municipal - Técnica em Enfermagem - SÍRLONE DE SOUZA, Matrícula Funcional nº 000428, Registro no Sistema sob nº 954286, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Parágrafo único A Progressão que trata o caput deste Artigo dá-se em razão da Progressão obtida pela avaliação de Desempenho, passando do Nível 5 Sub-Nível 51, Referência C para Nível 5 Sub-Nível 51 Referência D no valor de R\$ 1.211,48 (um mil, duzentos e onze reais, quarenta e oito centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de setembro de 2010.

Art.2º) Conceder Progressão Horizontal por Capacitação a Servidora Pública Municipal já mencionada no Artigo 1º desta Portaria.

Parágrafo único A Progressão que trata o caput deste Artigo dá-se em razão da Progressão obtida pela avaliação de Desempenho e apresentação de Cursos de Capacitação de no mínimo de 150 horas passando do Nível 5 Sub-Nível 51, Referência D para Nível 5 Sub-Nível 51 Referência e no valor de R\$ 1.335,18 (um mil, trezentos e trinta e cinco reais, dezoito centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de setembro de 2010.

Art.3º) A diferença de vencimentos de que tratam as Progressões concedidas nos Artigos 1º; 2º e seus respectivos Parágrafos únicos, desta Portaria, conforme Processo Administrativo nº 558/2011, importam o valor de R\$ 854,47 (oitocentos e cinquenta e quatro reais, quarenta e sete centavos), já devidamente corrigido pelo INPC, do qual será descontado o valor de R\$ 75,85 (setenta e cinco reais, oitenta e cinco centavos) referente a Contribuição do Servidor ao IPRECAL, o valor Patronal de R\$ 151,70 (cento e cinquenta e um reais, setenta centavos).

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 01 de setembro de 2010.

Art.5º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 24 de maio de 2011.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 24/05/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **2ª Alteração ao Processo Licitatório-Nº 45/2011, Pregão (presencial)**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE -SC  
2ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO  
Nº 45/2011, PREGÃO (presencial)

Considerando impossibilidade administrativa para realizar a Sessão do Processo Licitatório 45/2011 Pregão (presencial), prorrogase a abertura do referido Processo conforme segue:

1.1.1 - DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES COM A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: ATÉ AS 09 HORAS E 45 MINUTOS, DO DIA 03/06/2011, NO PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

1.1.1.1 - A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos

documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

1.1.2 - DATA, H ORÁRIO E LOCAL PARA INÍCIO DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

DIA: 03/06/2011

HORA: 10 HORAS

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

As demais informações contidas no Edital do processo licitatório em epígrafe permanecem inalteradas e em vigor.

Publique-se esta alteração na imprensa oficial deste Município (DOM) e no site [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br).

Publique-se ainda o Edital consolidado com a 1ª alteração no site do Município [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)

Campo Alegre, 26 de maio de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Rua Cel. Bueno Franco, 292, Centro, Campo Alegre-SC. Tel: (47) 3632-2266

## **Campos Novos**

### **CÂMARA DE VEREADORES**

#### **Portaria Nº 33/2011**

Portaria Nº 33/2011

NOMEIA SERVIDOR QUE MENCIONA.

O cidadão José Adelar Carpes, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, a Sra. MARIA RIBEIRO MARTINS, brasileira, casada, portadora do CI nº 2.143.865 - SSP/SC, data de expedição 21/10/2004, CPF nº 652.512.889-72, para exercer a função temporária de Auxiliar de Serviços Operacionais - ASO - 01, da Câmara Municipal de Vereadores, conforme Contrato nº. 10/2011, a partir de 25/05/2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 25 de Maio de 2011.

JOSÉ ADELAR CARPES

Presidente da Mesa

#### **Moção Nº 42/2011**

MOÇÃO Nº 42/2011

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo

139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

**MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO.**

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, por seus representantes legais parabenizam a Sociedade Esportiva e Recreativa 7 de Setembro que consagrou-se nesta última sexta-feira campeã de Bocha do Campeonato Centenário de 2011.

Desejamos nesta os parabéns a toda equipe e treinadores pela conquista.

Sala das Sessões, em 10/05/2011.

JOSÉ ADELAR CARPES  
Presidente da Mesa

JOÃO VALDENIR DA SILVA

JOSÉ TADEU GUZATTI

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)

CIRILO RUPP

JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES

LEONILDO RECALCATTI

ADAVILSON TELLES

SILVIO HENRIQUE DE A. LOPES SOBRINHO

**Moção Nº 43/2011**

MOÇÃO Nº 43/2011

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

**MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO**

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, por seus representantes legais parabenizam a Rádio Simpatia FM, pelas instalações e pelo o ótimo trabalho que estão realizando em nossa cidade, desejamos à toda direção e equipe de funcionários boa sorte e pleno sucesso nesta nova caminhada.

Outrossim, disponibilizamos o nosso apoio para que a rádio continue crescendo em nosso Município.

Sala das Sessões, em 10/05/2011.

JOSÉ ADELAR CARPES  
Presidente da Mesa

JOÃO VALDENIR DA SILVA

JOSÉ TADEU GUZATTI

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)

CIRILO RUPP

JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES

LEONILDO RECALCATTI

ADAVILSON TELLES

SILVIO HENRIQUE DE A. LOPES SOBRINHO

**Moção Nº 44/2011**

MOÇÃO Nº 44/2011

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

**MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO**

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, por seus representantes legais parabenizam os representantes do Pinheiro Futebol Clube pela conquista do título "Campeonato Municipal Taça 104.9 FM".

Desejamos os parabéns pela conquista e sucesso nos próximos campeonatos!

Sala das Sessões, em 10/05/2011.

JOSÉ ADELAR CARPES  
Presidente da Mesa

JOÃO VALDENIR DA SILVA

JOSÉ TADEU GUZATTI

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)

CIRILO RUPP

JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES

LEONILDO RECALCATTI

ADAVILSON TELLES

SILVIO HENRIQUE DE A. LOPES SOBRINHO

**Moção Nº 45/2011**

MOÇÃO Nº 45/2011

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado aos familiares seguinte

**MOÇÃO DE PESAR**

Consternados com o falecimento do Senhor



**"VALDEMAR MACARIO DA ROCHA"**

O Poder Legislativo de Campos Novos manifesta os mais profundos sentimentos de pesar, transmitindo carinho e conforto aos seus familiares.

Nos irmanamos no sentimento e desejamos que Deus dê a tranquilidade a sua família nesse momento de dor e saudades. Homenagem Póstuma da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos.

Sala das Sessões, em 10/05/2011.

JOSÉ ADELAR CARPES  
Presidente da Mesa

JOÃO VALDENIR DA SILVA

JOSÉ TADEU GUZATTI

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)

CIRILO RUPP

JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES

LEONILDO RECALCATTI

ADAVILSON TELLES

SILVIO HENRIQUE DE A. LOPES SOBRINHO

**Moção Nº 46/2011**

MOÇÃO Nº 46/2011

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado aos responsáveis a seguinte

**MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE**

O Poder Legislativo de Campos Novos por meio de seus representantes Legais, manifestam integral e irrestrita solidariedade a

**"GREVE DOS PROFESSORES"**

A pedido do Vereador Adavilson Telles, vimos através desta manifestar nossa solidariedade aos professores, que estão participando do movimento em prol da implantação do Piso Nacional da Educação no Estado de Santa Catarina. Profissionais estes que só tem um único objetivo de garantir um direito que já os pertence por Lei Federal.

A implantação do Piso Nacional da Educação, nada mais é que o reconhecimento ao trabalho que o professor desempenha todos os dias.

Sala das Sessões, em 24/05/2011.

JOSÉ ADELAR CARPES  
Presidente da Mesa

**Moção Nº 47/2011**

MOÇÃO Nº 47/2011

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado aos familiares a seguinte

**MOÇÃO DE PESAR**

Consternados com o falecimento do Senhor

BERNARDINO ALVES DA SILVA

O Poder Legislativo de Campos Novos manifesta os mais profundos sentimentos de pesar, transmitindo carinho e conforto aos seus familiares.

Nos irmanamos no sentimento e desejamos que Deus dê a tranquilidade a sua família nesse momento de dor e saudade. Homenagem Póstuma da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos.

Sala das Sessões, em 24/05/2011.

JOSÉ ADELAR CARPES  
Presidente da Mesa

Continuação Moção Nº. 47/2011

## Capinzal

### PREFEITURA MUNICIPAL

**Contrato 0028/2011 - FMASC**

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO 0028/2011 - FMASC  
Pregão Eletrônico 0008/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAPINZAL

CONTRATADA: SERVIÇO NACIONAL DE APREND. INDUSTRIAL  
OBJETO: Contratação de empresa para execução de Curso de Curso de Qualificação Profissional em Fabricação Mecânica para a profissionalização de jovens egressos do PROJOVEM Adolescente 2010 - com carga horária de 120h (cento e vinte) horas, a fim de capacitar os adolescentes em situação de vulnerabilidade social e contribuir na inserção no mercado de trabalho, adolescentes estes do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) referenciadas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), inscritas no Cadastro único dos Programas do Governo Federal (CADUN). Os recursos para o custeio deste são oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.

VALOR R\$: 15.000,00

VIGÊNCIA: 20/05/2011 A 31/12/2011

**Contrato 0053/2011 - FMSC**

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO 0053/2011 - FMSC  
Pregão Presencial 0020/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL  
CONTRATADA: DIGIMAQ MULTIMARCAS COM. DE MAQ.LTDA.  
OBJETO: Contratação de empresa para Locação de equipamento multifuncional, com serviço completo de assistência técnica, para uso do Fundo Municipal de Saúde, recursos próprios.  
VALOR R\$: 8.400,00  
VIGÊNCIA: 20/05/2011 A 31/12/2011

## Catanduvas

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### **Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 0062/2011 - Edital de Carta Convite Nº 0033/2011**

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0062/2011

EDITAL DE CARTA CONVITE Nº 0033/2011

Objeto: Aquisição de um pacote de peças e serviços específicos para reforma de motor Cummins B/6 do caminhão caçamba placa MFM 1050 (carro oficial), visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Abertura das Propostas às 15 horas do dia 06 de junho de 2011. Da disponibilização do edital: o edital estará disponível em 27 de maio de 2011 no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: [www.catanduvas.sc.gov.br](http://www.catanduvas.sc.gov.br) e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 7:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144 ramal 230.

Catanduvas, SC, 25 de maio de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal.

#### **Ordem de Reinício de Obra**

Catanduvas - SC, 24 de maio de 2011.

ORDEM DE REINÍCIO DE OBRA

Contrato nº 0096/2010

Obra: Pavimentação da Rua Tiradentes

A obra referente à pavimentação em paralelepípedos e drenagem pluvial de parte da Rua Tiradentes, que se encontrava paralisada, teve seu reinício em 24 de maio de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

## Concórdia

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### **Aplicação de Sanções - Tomada de Preços Nº 22/2010 PMC**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

APLICAÇÃO DE SANÇÕES

Processo Licitatório nº 235/2010

Tomada de Preços nº 22/2010

Contrato nº 335/2010

Contratada: UNITECNO COOPERATIVA DE TRABALHO DE PROFIS-  
SIONAIS E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS

APLICA-SE à empresa UNITECNO COOPERATIVA DE TRABALHO DE PROFISSIONAIS E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS, inscrita no CNPJ nº 02.696.637/0001-90, representada pelo sua Presidente, Sr. Nésio Tumelero, empresa com sede na Rua Marechal Deodoro, 367, Concórdia, SC, CEP 89700-000, pelo inadimplemento contratual, a sanção de:

- multa de 20% (vinte por cento), totalizando o valor de R\$ 470,40 (quatrocentos e setenta reais e quarenta centavos), sobre os 30 dias de atraso na entrega dos projetos.

Entretanto, abre-se prazo para recurso, nos termos do inciso III, do art. 109, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, sem efeito suspensivo.

Concórdia, SC, 26 de maio de 2011.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

#### **Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 37/2011 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2011- PMC

Objeto: Contratação de serviços de decoração, locação de mesas, toalhas e sobre toalhas para a XXVI FENAL, de acordo com a Lei nº 3.999, de 17 de outubro de 2008, e em conformidade com as especificações constantes do Anexo "C" e "E" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 16:00h do dia 15/06/2011.

Abertura: dia 16/06/2011, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 24 de maio de 2011

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

#### **Extrato do Resultado do Julgamento e Classificação das Propostas - Tomada de Preços Nº 8/2011 PMC**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 8/2011 - PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material, mão de obra e equipamentos) para execução de passeios públicos em concreto, em diversos pontos do Município, conforme Projeto Básico constante no Anexo "D" do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase classificatória da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: a licitante EXECCUTTA PROJETOS E CONSTRUÇÕES sagrou-se vencedora do objeto da licitação em epígrafe com o menor preço global de R\$ 36.476,00 (trinta e seis

mil quatrocentos e setenta e seis reais). Outrossim, fica a licitante participante notificada que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório.

Concórdia, SC, 26 de maio de 2011  
INÊS SALETE KLEIN  
Presidente em Exercício

## Coronel Martins

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Decreto Nº. 090, de 20 de Maio de 2011

DECRETO Nº. 090, DE 20 DE MAIO DE 2011.

EXONERA A PEDIDO SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

#### EXONERAR A PEDIDO:

Art. 1º A Servidora Pública, Sra. Bernadete de Freitas, ocupante do Cargo Efetivo de Servente Geral, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 23 de maio de 2011, conforme requerimento protocolado sob nº. 1889 de 20/05/2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 20 de maio de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS  
Prefeito Municipal.

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI  
Chefe de Gabinete

#### Decreto Nº. 093, de 23 de Maio de 2011.

DECRETO Nº. 093, DE 23 DE MAIO DE 2011.

EXONERA A PEDIDO SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

#### EXONERAR A PEDIDO:

Art. 1º A Servidora Pública, Sra. Deisy Paula Teixeira Pertussatti, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Contabilidade, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 04 de maio de 2011, conforme requerimento protocolado sob nº. 1891 de 23/05/2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 23 de maio de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal.

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI  
Chefe de Gabinete

#### Decreto Nº. 094, de 26 de Maio de 2011

DECRETO Nº. 094, DE 26 DE MAIO DE 2011.

HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES E DIVULGA A NOTA DE TÍTULO DO TESTE SELETIVO nº. 002/2011, PARA ADMISSÃO EM CARATER TEMPORÁRIO JUNTO AO PODER EXECUTIVO DE CORONEL MARTINS - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com Item 4.3.7 Edital de Teste Seletivo n. 002/2011, e demais disposições legais, CONSIDERANDO que não houve interposição de recursos

#### Decreta:

Art. 1º - A Homologação das inscrições e divulga as notas de títulos para os cargos exigidos, relativas ao Teste Seletivo n. 002/2011, para admissão em caráter temporário, conforme segue:

#### I – INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

Cargo: Operador de Máquina I	
Nº Insc.	Nome do Candidato
41	SANDRO CAMPANA

Cargo: Operador de Máquina II	
Nº Insc.	Nome do Candidato
04	ANDRÉ LUIZ ZEVIESCKI
24	ELVIR PERUZZO
28	VALMIR RODRIGUES DE SOUZA
61	SIDEMAR CRUZ SANTETTI

Cargo: Motorista	
Nº Insc.	Nome do Candidato
08	JEZIEL DE OLIVEIRA
17	RODRIGO PAULO BARBOZA
29	JUNIOR AGUINALDO CAMPANA
40	GILMAR BELATTO
43	VANDERLEI ERCULINO CONSOLI
46	VILSO SOUZA DOS SANTOS
76	JOSIMAR BECKER
80	VALCIR ALVARISTO
89	JULIANO SEVERGNINI

Cargo: Pedreiro	
Nº Insc.	Nome do Candidato
55	JAIR BURATO

Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais	
Nº Insc.	Nome do Candidato
10	LEOZIR ANTONIO DE CARLI
23	VOLMIR GIRARDI
48	MARCOS ANTONIO DE SOUZA DA SILVA
51	ADEMIR JOSÉ GIRARDI
78	RAMON CASTILHO RAVARENA
82	DENILSO DA SILVA
86	CELSO DE OLIVEIRA
90	GILMAR ANTONIO BILICO

## Cargo: Vigia

Nº Insc.	Nome do Candidato
02	NIVALDO PEREIRA
18	RICARDO JOSÉ PERTILLE
21	VINISSIUS BELATTO
32	VALMOR LUIZ GONÇALVES
38	VALDEMAR DOS SANTOS
49	VANDERLEI JOSÉ BRUM
53	RICARDO ANTONIO ANTUNES
68	JENOIR ANGELO SEVERGNINI
79	MARCOS VINICIUS CRACO
88	VALDECIR BANDEIRA

## Cargo: Farmacêutico

Nº Insc.	Nome do Candidato
33	RAFAELA NISZCZAK DOS SANTOS

## Cargo: Técnico em Enfermagem

Nº Insc.	Nome do Candidato
03	ANGELICA BIELESKI
16	ANGELA DIESEL
34	KÁTIA CILENE GONÇALVES DA SILVA
63	JAQUELINE NERVIS
52	ROSEMERI TEREZINHA PIOVEZANA
83	CLARINES ANTUNES DE OLIVEIRA
87	DICELDA SANTACATARINA

## Cargo: Psicólogo

Nº Insc.	Nome do Candidato
07	DÉBORA BOTIN
11	MARINA LOCATELLI
13	TARCIANE LUCIA PEREGO BASTEZINI
35	ROSELAINE TURMINA
75	MIRIAN APARECIDA TONINI

## Cargo: Médico Veterinário

Nº Insc.	Nome do Candidato
81	MIKELI ANITA ZAFFARI

## Cargo: Contador

Nº Insc.	Nome do Candidato
19	VILSON VANDERLEI KIELB

## Cargo: Servente Geral

Nº Insc.	Nome do Candidato
09	NILCE LUCIA BIAVATTI
12	LUCINEI DE OLIVEIRA
22	LUCIA TEREZINHA ZANCO GIRARDI
27	SOLANGE TAFAREL
36	MARGARETE DE OLIVEIRA
39	JUCÉLIA MARA GIRARDI PINHEIRO
44	ELIANE RAMOS TEIXEIRA
45	LUCIANA PERUZZO BASI
54	TEREZINHA BOTTIN RESTELATTO
58	LEILA JUNG
64	MARCIANE WELCHEN INACIO
65	GENECIR SOUZA DOS SANTOS ANACLETO
66	SIMONE ZEVIESCKI
71	INES FATIMA BARRETE DA SILVA
72	JANAINA APARECIDA DO CARMO DE SOUZA
84	ELENIR RODRIGUES LISBOA PRETTO

## Cargo: Auxiliar Administrativo

Nº Insc.	Nome do Candidato
01	MAICO PICETTI

05	MARCELO SMANIOTTO
06	RAFAEL GODOY
14	IRMA MORES
15	CLEONICE APARECIDA DE JESUS
20	LUCÉLIA APARECIDA KIELB
26	CRISTIANE PAULA BARBOSA MENEROVICZ
30	RENATA MADELLA
31	ROSA MARIA CAMARGO
37	ANGELICA VALENCIO DE SOUZA
42	ELEANDRO AMARANTE
47	JOSOEL DE OLIVEIRA
50	ALEXANDRA MENEGATTI
56	FABIANA CENCI
57	JOCELI CASSOL
59	IVETE PERUZZO THIBES
60	ANDREIA MAY RODRIGUES
69	SILVIA GONÇALVES
73	SIDINÉIA BIAZIN
85	EVERTON LUIZ CIZINANDE

## Cargo: Professor Educação Especial

Nº Insc.	Nome do Candidato
62	ADRIANA SALETE MADELLA BURATO
67	RAQUÉLI DE OLIVEIRA DIAS DA SILVA
70	VANDRA CECATTO DE OLIVEIRA
74	JOCENI IDA DE JESUS BERTAN

## Cargo: Professor de Artes

Nº Insc.	Nome do Candidato
77	LORECI MARIA GARBIN POZZER

## Cargo: Agente de Informática

Nº Insc.	Nome do Candidato
25	RAFAEL PERTUSATTI

## II – DA PONTUAÇÃO RELATIVO AOS TÍTULOS

A divulgação da pontuação relativo aos títulos, que nos termos do item 4.3.3 do Edital de Teste Seletivo, a nota dos títulos tem peso 7 (sete), dos candidatos inscritos no Teste Seletivo n. 002/2011, para admissão em caráter temporário, conforme segue:

Cargo: Professor Educação Especial		
Nº Insc.	Nome do Candidato	Nota Título
62	ADRIANA SALETE MADELLA BURATO	5,95
67	RAQUÉLI DE OLIVEIRA DIAS DA SILVA	4,55
70	VANDRA CECATTO DE OLIVEIRA	3,36
74	JOCENI IDA DE JESUS BERTAN	3,54

## Cargo: Professor de Artes

Nº Insc.	Nome do Candidato	Nota Título
77	LORECI MARIA GARBIN POZZER	0,00

## Cargo: Agente de Informática

Nº Insc.	Nome do Candidato	Nota Título
25	RAFAEL PERTUSATTI	0,98

## III – DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

Conforme consta no Edital de Teste Seletivo n. 002/2011, as provas escritas, a todos os candidatos, serão aplicadas no dia 04 de junho de 2011, das 08:00 horas às 10h00, tendo como local a Escola Municipal Monteiro Lobato, Rua Glória, nº 07, Coronel Martins – SC,

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.



Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins (SC), em 26 de maio de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal.

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

## Corupá

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Portaria Nº 1342/11

PORTARIA Nº 1342/11

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DO SR. RENALDO WEDDERHOFF, DO CARGO DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato de trabalho de RENALDO WEDDERHOFF, do cargo de Assistente Administrativo, admitido sob contratação temporária, nomeado através da Portaria nº 1187/11 de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 15 de fevereiro 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 04 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

#### Portaria Nº 1343/11

PORTARIA Nº 1343/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SALA A SRA DANIELA NEVES DE SOUZA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. DANIELA NEVES DE SOUZA, a partir de 03 de fevereiro de 2011, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 29 de julho de 2011, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Auxiliar de Sala, com carga horária de 40 horas semanais, em razão ao aumento de matrículas na educação infantil, com a reforma e ampliação do CEI Pequeno Polegar na antiga Escola José Pasqualini e também da inexistência de candidato classificado em concurso

público para o referido cargo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 03 de fevereiro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 04 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

#### Portaria Nº 1344/11

PORTARIA Nº 1344/11

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRA. ELIANE SULMAM DE RAMOS, DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato de trabalho de ELIANE SULMAM DE RAMOS, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 1208/11 de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 28 de fevereiro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 04 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

#### Portaria Nº 1345/11

PORTARIA Nº 1345/11

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRA. ROSANI GUIMARAES JENZURA, DO CARGO DE PROFESSORA ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato de trabalho de ROSANI GUIMARAES JENZURA, do cargo de Professora ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 1229/11 de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de março de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 04 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1346/11**

PORTARIA Nº 1346/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SALA A SRA. GABRIELA TAVARES SILVA SCHIOCHET.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. GABRIELA TAVARES SILVA SCHIOCHET, a partir de 09 de maio de 2011, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 29 de julho de 2011, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Auxiliar de Sala, com carga horária de 40 horas semanais, em razão da ampliação no número de atendimento na educação infantil e também da inexistência de candidato classificado em concurso público para o referido cargo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1347/11 -**

PORTARIA Nº 1347/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSORA ACT A SRA. JILIAN DOS PASSOS FERREIRA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. JILIAN DOS PASSOS FERREIRA, a partir de 10 de maio de 2011, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 30 de junho de 2011, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Professora ACT, com carga horária de 40 horas semanais, em razão da substituição de professores que entraram em férias, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 10 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1348/11**

PORTARIA Nº 1348/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL DE EFETIVO COMO AGENTE COMUNITARIO, ELIZANGELA DO CARMO GODINHO PORSCH.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação de ELIZANGELA DO CARMO GODINHO PORSCH, aprovada no Concurso público nº 001/2010, para o cargo de Agente Comunitário, para o vencimento mensal com o Fator - 01, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 10 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1349/11**

PORTARIA Nº 1349/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSORA ACT A SRA JOSIANE IGNES LARSEN.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. JOSIANE IGNES LARSEN, a partir de 11 de maio de 2011, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 16 de dezembro de 2011, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Professora ACT, com carga horária de 20 horas semanais, em razão da substituição da funcionária Luciana da Cruz Signorelli, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 11 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1350/11**

PORTARIA Nº 1350/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSORA ACT A SRA CAROLINE MARIA WODZINSKY WURZ.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. CAROLINE MARIA WODZINSKY WURZ, a partir de 11 de maio de 2011, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 16 de dezembro de 2011, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Professora ACT, com carga horária de 40 horas semanais, em razão da substituição da funcionária Jaqueline Letícia Meira Piontkiewicz, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 11 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1351/11**

PORTARIA Nº 1351/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL DE EFETIVO COMO ASSISTENTE SOCIAL, ADEMILDE PANNACE.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação de ADEMILDE PANNACE, aprovada no Concurso Público nº 001/2010, para o cargo de Assistente Social, para o vencimento mensal com o Fator - 30, com carga horária de 30 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 12 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1352/11**

PORTARIA Nº 1352/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSORA ACT A SRA ANA MARIA KACZORSKY.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de

Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. ANA MARIA KACZORSKY, a partir de 12 de maio de 2011, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 16 de dezembro de 2011, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Professora ACT, com carga horária de 30 horas semanais, em razão da substituição do funcionário João Felipe Machado, que solicitou redução de carga horária, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 12 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1353/11**

PORTARIA Nº 1353/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SALA A SRA ANGELICA MARIZETE GESSNER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. ANGELICA MARIZETE GESSNER, a partir de 16 de maio de 2011, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 29 de julho de 2011, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Auxiliar de Sala, com carga horária de 40 horas semanais, em razão da substituição da funcionária Luana Dantas Izidro, que solicitou demissão e posteriormente foi efetivada no concurso público como Auxiliar Administrativa, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 16 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1354/11**

PORTARIA Nº 1354/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SALA A SRA GABRIELA VICENTE.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09

de 15 de dezembro de 2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. GABRIELA VICENTE, a partir de 19 de maio de 2011, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 29 de julho de 2011, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Auxiliar de Sala, com carga horária de 40 horas semanais, em razão da substituição da funcionária Luciene Bonkowski, que foi transferida para Escola Municipal Jose Pasqualini, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 19 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1355/11**

PORTARIA Nº 1355/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL DE EFETIVO COMO ENFERMEIRO ESTRATEGIA SAUDE DA FAMILIA, ABMAEL SILVA CABRAL.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação de ABMAEL SILVA CABRAL, aprovado no Concurso público nº 001/2010, para o cargo de Enfermeiro Estratégia Saúde da Família, para o vencimento mensal com o Fator - 29, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 23 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1356/11**

PORTARIA Nº 1356/11

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRA. VIVIANE DOS SANTOS, DO CARGO DE PROFESSORA ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Rescindir o contrato de trabalho de VIVIANE DOS SANTOS, do cargo de Professora ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 1232/11 de 07 de fevereiro de 2011.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 23 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1357/11**

PORTARIA Nº 1357/11

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRA. DANIELA NEVES DE SOUZA, DO CARGO DE AUXILIAR DE SALA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Rescindir o contrato de trabalho de DANIELA NEVES DE SOUZA, do cargo de Auxiliar de Sala, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 1343/11 de 04 de maio de 2011.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 18 de fevereiro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 23 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1358/11**

PORTARIA Nº 1358/11

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DO SR. ENO PONATH, DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Rescindir o contrato de trabalho de ENO PONATH, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitido sob contratação temporária, nomeado através da Portaria nº 1207/11 de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 02 de maio de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 23 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1359/11**

PORTARIA Nº 1359/11

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRA. MARILENE BORTONCELLO DA SILVA BUBLITZ, DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de



Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Rescindir o contrato de trabalho de MARILENE BORTON-CELLO DA SILVA BUBLITZ, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 1203/11 de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 02 de maio de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 23 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

## Curitibanos

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### **Editais de Pregão Presencial Nº 1/2011**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2011

O Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de materiais de expediente conforme solicitação do Bombeiro Militar, de acordo com as especificações mínimas descritas no anexo I deste edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 14.06.2011. A partir das 14:00 horas do dia 14.06.2011, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 20 de maio de 2011.

JOEL VIANEI LOHN

Prefeito em exercício

ADAILTON ALVES

Pregoeiro

#### **Editais de Pregão Presencial Nº 2/2011**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2011

O Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim

específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de materiais de higiene e limpeza conforme solicitação do Bombeiro Militar, de acordo com as especificações mínimas descritas no anexo I deste edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 14.06.2011. A partir das 16:00 horas do dia 14.06.2011, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 23 de maio de 2011.

JOEL VIANEI LOHN

Prefeito e.e

ADAILTON ALVES

Pregoeiro

#### **Editais de Pregão Presencial Nº 3/2011**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2011

O Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de artigos de cama, mesa e banho conforme solicitação do Bombeiro Militar, de acordo com as especificações mínimas descritas no anexo I deste edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:30 horas do dia 15.06.2011. A partir das 15:00 horas do dia 15.06.2011, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 23 de maio de 2011.

JOEL VIANEI LOHN

Prefeito e.e

ADAILTON ALVES

Pregoeiro

#### **Editais de Pregão Presencial Nº 77/2011**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2011

O Município de Curitibanos, SC neste ato representado por seu Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições e na forma prevista na Lei No. 8.666/93, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de Pregão Presencial, para compras e serviços, do tipo Menor Preço por Lote, para aquisição de Peças Originais e serviços para manutenção da Escavadeira Hidráulica Komatsu PC150-SE5 e Peças instaladas para o veículo Renault

Máster MDM-0916, conforme especificações constantes no anexo I deste Edital.

O Pregoeiro receberá os envelopes documentação de habilitação e envelopes propostas de preços dos interessados, devidamente protocolados no Protocolo Central da Prefeitura Municipal até as 15:30 horas do dia 08/06/2011, no protocolo da sede da Prefeitura, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta de preços dos interessados, serão abertos respectivamente pelo Pregoeiro, a partir das 16:00 horas do dia 08/06/2011, sito a Rua Lages, 400.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitiba.gov.br](http://www.curitiba.gov.br).

Curitiba, 23 de maio de 2011.

JOEL VIANEY LOHN e.e  
Prefeito

ADAILTON ALVES  
Pregoeiro

## Forquilha

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Portaria Nº. 176, de 1º de Abril de 2011.

PORTARIA Nº. 176, DE 1º DE ABRIL DE 2011.

NOMEIA AUGUSTINHO SAVI PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE ADMINISTRADOR DA GARAGEM MUNICIPAL, NÍVEL DAS-4.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal Nº. 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal Nº. 1.408, de 08 de dezembro de 2008, seus anexos,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado AUGUSTINHO SAVI para ocupar o cargo em Comissão de Administrador da Garagem Municipal, Nível DAS-4.

Art. 2º - O servidor supra nomeado terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 487/98, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 1º de abril de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 1º de abril de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO  
Chefe do Departamento de Governo

#### Portaria Nº. 177, de 1º de Abril de 2011.

PORTARIA Nº. 177, DE 1º DE ABRIL DE 2011.

NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JADER MICKAEL SOUZA PARA OCUPAR O CARGO DE MÉDICO DO PSF, NÍVEL ANS-37.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº. 751 de 20 de setembro de 2001 e Lei Municipal nº. 487, de 02 de dezembro de 1998 e Lei nº. 862, de 15 de maio de 2002,

CONSIDERANDO a necessidade de contratação temporária para substituir o servidor do quadro efetivo Edson Luiz dos Santos Bitencourt que está afastado em razão de licença sem vencimentos;

CONSIDERANDO que, no quadro permanente não tem servidor para ocupar a vaga, sendo que a contratação é de vital importância para a manutenção normal dos serviços públicos.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado, temporariamente, JADER MICKAEL SOUZA para ocupar o cargo de Médico do PSF, com carga horária de 40 horas semanais, Nível ANS-37.

Art. 2º - O servidor supra nomeado terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será pelo período em que o servidor do quadro efetivo estiver de licença sem vencimentos.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 1º de abril de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 1º de abril de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO  
Chefe do Departamento de Governo

#### Portaria Nº. 178, de 1º de Abril de 2011.

PORTARIA Nº. 178, DE 1º DE ABRIL DE 2011.

NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO OSVALDO GARCEZ DUTRA JUNIOR PARA OCUPAR O CARGO DE MÉDICO PLANTONISTA, NÍVEL ANS/P-1.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº. 751, de 20 de setembro de 2001 e Lei Municipal nº. 487, de 02 de dezembro de 1998 e Lei nº. 862, de 15 de maio de 2002,

CONSIDERANDO a necessidade de contratação para o cargo de Médico Plantonista;

CONSIDERANDO que todos os aprovados para o cargo de Médico Plantonista no Concurso 001/2009 já foram nomeados;

CONSIDERANDO que, no quadro permanente não tem servidor para ocupar a vaga, sendo que a contratação é de vital importância para a manutenção normal dos serviços públicos.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado, temporariamente, OSVALDO GARCEZ DUTRA JUNIOR para ocupar o cargo de Médico Plantonista, Nível ANS/P-1.

Art. 2º - O servidor supra nomeado terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será até a realização de Concurso Público.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 1º de abril de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 1º de abril de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO  
Chefe do Departamento de Governo

**Portaria Nº. 179, de 04 de Abril de 2011.**

PORTARIA Nº. 179, DE 04 DE ABRIL DE 2011.

EXONERA, POR MORTE, A SERVIDORA EFETIVA MARILÉIA MARIOT IGNACIA.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, Lei Municipal nº 751, de 20 de setembro de 2001 e Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998,

CONSIDERANDO que a servidora do quadro efetivo Mariléia Mariot Ignacia faleceu em 1º de abril de 2011, conforme Certidão de Óbito nº 25056 LV 00079 FLS 181, lavrada em 04 de abril de 2011, no Registro Civil das Pessoas Naturais, do Município de Tubarão/SC.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada, por morte, a servidora do quadro efetivo MARILÉIA MARIOT IGNACIA do cargo de Agente Comunitário de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Em razão da exoneração, por morte, fica declarado vago 01 (um) cargo de Agente Comunitário de Saúde.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 04 de abril de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 04 de abril de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO  
Chefe do Departamento de Governo

**Portaria Nº. 180, de 06 de Abril de 2011.**

PORTARIA Nº. 180, DE 06 DE ABRIL DE 2011.

EXONERA, A PEDIDO, DO CARGO TEMPORÁRIO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO A SERVIDORA JANAINA GOMES TEIXEIRA.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990;

CONSIDERANDO que a servidora Janaina Gomes Teixeira apresentou pedido de exoneração do cargo temporário de Auxiliar Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora JANAINA GOMES TEIXEIRA do Cargo Temporário de Auxiliar Administrativo.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 06 de abril de 2011.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 06 de abril de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO  
Chefe do Departamento de Governo

**Portaria Nº. 181, de 08 de Abril de 2011.**

PORTARIA Nº. 181, DE 08 DE ABRIL DE 2011.

EXONERA DO CARGO TEMPORÁRIO DE ENFERMEIRO DO PSF A SERVIDORA EVELYN BROGNOLI.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora EVELYN BROGNOLI do Cargo Temporário de Enfermeiro do PSF.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 08 de abril de 2011.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 08 de abril de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO  
Chefe do Departamento de Governo

**Portaria Nº. 182, de 11 de Abril de 2011.**

PORTARIA Nº. 182, DE 11 DE ABRIL DE 2011.  
NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MILTON FIORI PARA OCUPAR O CARGO DE PEDREIRO, NÍVEL TSA- 8.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº. 751, de 20 de setembro de 2001, seus anexos e alterações posteriores, Lei Municipal nº. 487, de 02 de dezembro de 1998 e Lei nº. 862, de 15 de maio de 2002,

CONSIDERANDO a necessidade de contratação temporária para o cargo de Pedreiro;

CONSIDERANDO que não há lista de espera em Concurso Público para o cargo de Pedreiro;

CONSIDERANDO que, no quadro permanente não tem servidor para ocupar a vaga, sendo que a contratação é de vital importância para a manutenção normal dos serviços públicos.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica nomeado, temporariamente, MILTON FIORI para ocupar o cargo de Pedreiro, Nível TSA-8.

Art. 2º - O servidor supra nomeado terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será até a realização de Concurso Público.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 11 de abril de 2011.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 11 de abril de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO  
Chefe do Departamento de Governo

**Portaria Nº. 183, de 11 de Abril de 2011.**

PORTARIA Nº. 183, DE 11 DE ABRIL DE 2011.  
NOMEIA, POR CONCURSO, DAIANE MOREIRA LIRA DA SILVA PARA EXERCER O CARGO EFETIVO DE VIGIA, NÍVEL TSA-4.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com a Lei Municipal nº. 751 de 20 de setembro de 2001 e seus anexos, e suas alterações posteriores.

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato da vaga de Vgia;

CONSIDERANDO, que a servidora em questão foi classificada em 8º lugar no Concurso Público, Edital nº. 001/2009, de 28 de outubro de 2009, homologado em 22 de dezembro de 2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica nomeada, por concurso, DAIANE MOREIRA LIRA DA SILVA para exercer o cargo de Vgia, Nível TSA-4.

Art. 2º - A servidora nomeada terá o prazo de 30 (trinta) dias para tomar posse.

Parágrafo Único - Se a posse não se der no prazo legal, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo o caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 11 de abril de 2011.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 11 de abril de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO  
Chefe do Departamento de Governo

**Portaria Nº. 184, de 13 de Abril de 2011.**

PORTARIA Nº. 184, DE 13 DE ABRIL DE 2011.  
CONCEDE LICENÇA, A PEDIDO E SEM VENCIMENTOS, À SERVIDORA ISABEL DE CESARO CAVALER.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 78 da Lei Municipal nº. 487/1998;

CONSIDERANDO que a servidora do quadro efetivo Isabel de Cesaro Cavaler, requereu licença sem vencimentos do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde para tratar de assuntos particulares;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedida, a partir de 13 de abril de 2011, licença, a pedido e sem vencimentos, pelo período de 01 (um) ano, à servidora ISABEL DE CESARO CAVALER do cargo de Agente Comunitário de Saúde.

Art. 2º - Caso a licença seja cancelada, ou encerrado o prazo da licença disposto nesta Portaria, deverá a servidora retornar às suas atividades normais num prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de exoneração.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 13 de abril de 2011.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal



Publicado no mural e registrado em 13 de abril de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO  
Chefe do Departamento de Governo

**Portaria Nº. 185, de 13 de Abril de 2011.**

PORTARIA Nº. 185, DE 13 DE ABRIL DE 2011.  
NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CAROLINA FIGUEIREDO RABELO PEDROSO PARA OCUPAR O CARGO DE AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, NÍVEL 1, REFERÊNCIA "INICIAL" DO ANEXO XI.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº 751, de 20 de setembro de 2001 e Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998, Lei nº 875, de 06 de junho de 2002, Lei nº 876, de 06 de junho de 2002 e Lei nº 862, de 15 de maio de 2002.

CONSIDERANDO que houve o desdobramento de turmas nos Centros de Educação Infantil;

CONSIDERANDO que, no quadro permanente não tem servidor para ocupar a vaga, sendo que a contratação é de vital importância para a manutenção normal dos serviços públicos.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica nomeada, em caráter temporário, CAROLINA FIGUEIREDO RABELO PEDROSO para ocupar o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais, Nível 1, Referência "INICIAL" do Anexo XI.

Art. 2º - A servidora supra nomeada terá o vínculo empregatício regido pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculada ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 13 de abril de 2011.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 13 de abril de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO  
Chefe do Departamento de Governo

**Portaria Nº. 186, de 13 de Abril de 2011.**

PORTARIA Nº. 186, DE 13 DE ABRIL DE 2011.  
EXONERA DO CARGO TEMPORÁRIO DE MÉDICO PLANTONISTA O SERVIDOR GEILSON PEREIRA SANTOS JUNIOR.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica exonerado o servidor GEILSON PEREIRA SANTOS JUNIOR do Cargo Temporário de Médico Plantonista.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 13 de abril de 2011.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 13 de abril de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO  
Chefe do Departamento de Governo

**Portaria Nº. 187, de 14 de Abril de 2011.**

PORTARIA Nº. 187, DE 14 DE ABRIL DE 2011.  
EXONERA, A PEDIDO, DO CARGO TEMPORÁRIO DE MOTORISTA O SERVIDOR KRISTHOFFER CLEMES PATRICIO.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990;

CONSIDERANDO que o servidor Kristhoffer Cledes Patricio apresentou pedido de exoneração do cargo temporário de Motorista;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica exonerado o servidor KRISTHOFFER CLEMES PATRICIO do Cargo Temporário de Motorista.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 14 de abril de 2011.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 14 de abril de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO  
Chefe do Departamento de Governo

**Portaria Nº. 188, de 18 de Abril de 2011.**

PORTARIA Nº. 188, DE 18 DE ABRIL DE 2011.  
EXONERA DO CARGO TEMPORÁRIO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS A SERVIDORA JUCELIA ROCHA DOS SANTOS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica exonerada a servidora JUCELIA ROCHA DOS SANTOS do Cargo Temporário de Agente de Serviços Gerais.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por

conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 18 de abril de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 18 de abril de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

### **Portaria Nº. 189, de 18 de Abril de 2011.**

PORTARIA Nº. 189, DE 18 DE ABRIL DE 2011.

EXONERA, A PEDIDO, DO CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL A SERVIDORA SUZANA DA SILVA GOULART DOS SANTOS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990;

CONSIDERANDO que a servidora Suzana da Silva Goulart dos Santos apresentou pedido de exoneração do cargo temporário de Professor de Educação Infantil;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora SUZANA DA SILVA GOULART DOS SANTOS do Cargo Temporário de Professor de Educação Infantil.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 18 de abril de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 18 de abril de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

### **Portaria Nº. 190, de 18 de Abril de 2011.**

PORTARIA Nº. 190, DE 18 DE ABRIL DE 2011.

NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO PRISCILA ARTISMO PINTO PARA OCUPAR O CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, NÍVEL 1, REFERÊNCIA "INICIAL" DO ANEXO IX.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº 751, de 20 de setembro de 2001, Lei nº 875, de 06 de junho de 2002, Lei nº 876, de 06 de junho de 2002 e Lei nº 862, de 15 de maio de 2002.

CONSIDERANDO a necessidade de contratação temporária para

substituir a servidora do quadro efetivo Gislaire Bressan Pereira Honorato que está afastada para tratamento de saúde;

CONSIDERANDO que, no quadro permanente não tem servidor para ocupar a vaga, sendo que a contratação é de vital importância para a manutenção normal dos serviços públicos.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada, temporariamente, PRISCILA ARTISMO PINTO para ocupar o cargo de Professor de Educação Infantil, Nível 1, Referência "Inicial" do anexo IX da Lei Nº 875, de 06 de junho de 2002.

Art. 2º - A servidora supra nomeada terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculada ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será pelo período em que a servidora do quadro efetivo estiver afastada para tratamento de saúde.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 18 de abril de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 18 de abril de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

### **Portaria Nº. 191, de 20 de Abril de 2011.**

PORTARIA Nº. 191, DE 20 DE ABRIL DE 2011.

EXONERA, A PEDIDO, DO CARGO EFETIVO DE MÉDICO PLANTONISTA O SERVIDOR JOÃO PAULO SVAISSER CARNEIRO.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO que o servidor do quadro efetivo João Paulo Svaissier Carneiro protocolizou pedido de exoneração do cargo efetivo de Médico Plantonista;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado, a partir do dia 20 de abril de 2011, a pedido, o servidor JOÃO PAULO SVAISSER CARNEIRO do cargo efetivo de Médico Plantonista.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 20 de abril de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 20 de abril de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO  
Chefe do Departamento de Governo

### **Portaria Nº. 192, de 25 de Abril de 2011.**

PORTARIA Nº. 192, DE 25 DE ABRIL DE 2011.  
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL AOS SERVIDORES QUE RELACIONA.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o Parágrafo Primeiro do Art. 8º da Lei Municipal nº. 751, de 20 de outubro de 2001,

CONSIDERANDO que o servidor Francisco João Cardoso afastou-se para tratamento de saúde de 13.12.02 até 20.12.02, de 08.02.05 até 28.03.05 e de 29.04.05 até 12.06.06;

CONSIDERANDO que a servidora Maria de Fátima de Liz Willmann afastou-se para tratamento de saúde de 25.09.07 até 09.10.07 e de 27.05.08 até 22.06.08;

CONSIDERANDO que a servidora Salvani de Oliveira Escalier afastou-se para tratamento de saúde de 09.10.09 até 20.12.09;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedida, aos servidores abaixo relacionados, progressão funcional horizontal, por antiguidade, conforme quadro abaixo:

Cód.	Nome	Função	Data da Progressão	Nível Progressivo
216	ALBERTINA ULIANO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	11/04/2011	TSA-08
997	FRANCISCO JOÃO CARDOSO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	22/04/2011	TSA-06
1951	MARIA DE FATIMA DE LIZ WILLMANN	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	25/04/2011	TSA-05
174	SALVANI DE OLIVEIRA ESCALIER	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	04/04/2011	TSA-08

Art. 2º - Os servidores referidos no artigo 1º desta Portaria receberão o novo valor do salário mensal, de acordo com os anexos III, IV, V, VI da Lei Municipal nº. 751/01, devidamente corrigido pelos índices oficiais de reajustes do funcionalismo público municipal, desde a data da progressão.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de abril de 2011.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 25 de abril de 2011.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 25 de abril de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO  
Chefe do Departamento de Governo

### **Portaria Nº. 193, de 27 de Abril de 2011.**

PORTARIA Nº. 193, DE 27 DE ABRIL DE 2011.  
CONCEDE AS FUNÇÕES GRATIFICADAS AOS SERVIDORES QUE RELACIONA.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com a Lei Municipal nº. 750, de 20 de setembro de 2001, seus anexos e alterações posteriores;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam concedidas as funções gratificadas aos servidores, conforme tabela abaixo:

MATRÍCULA	SERVIDOR	FUNÇÃO GRATIFICADA
2148	CLESIO BERETTA	FG-09 CHEFE ADJUNTO DE SEÇÃO
2003	FRANCISCO ESPEDITO BORGES	FG-10 ENCARREGADO DE SERVIÇO

Art. 2º - Os servidores designados passarão a perceber as vantagens da função, previstas na Lei Municipal nº. 750, de 20 de setembro de 2001 e alterações posteriores.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de abril de 2011.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 27 de abril de 2011.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 27 de abril de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO  
Chefe do Departamento de Governo

### **Portaria Nº. 194, de 27 de Abril de 2011.**

PORTARIA Nº. 194, DE 27 DE ABRIL DE 2011.  
NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CLEIZA MOTTA SPERFELD JOMES PARA OCUPAR O CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, NÍVEL 1, REFERÊNCIA "INICIAL" DO ANEXO IX.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº 751, de 20 de setembro de 2001, Lei nº 875, de 06 de junho de 2002, Lei nº 876, de 06 de junho de 2002 e Lei nº 862, de 15 de maio de 2002.

CONSIDERANDO a necessidade de contratação temporária para substituir a servidora do quadro efetivo Thisciana Fialho dos Santos que está afastada em razão de licença sem vencimentos;

CONSIDERANDO que, no quadro permanente não tem servidor para ocupar a vaga, sendo que a contratação é de vital importância para a manutenção normal dos serviços públicos.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Fica nomeada, temporariamente, CLEIZA MOTTA SPERFELD JOMES para ocupar o cargo de Professor de Educação Infantil, Nível 1, Referência "Inicial" do anexo IX da Lei Nº 875, de 06

de junho de 2002.

Art. 2º - A servidora supra nomeada terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculada ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será pelo período em que a servidora do quadro efetivo estiver de licença sem vencimentos.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 27 de abril de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 27 de abril de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

**Portaria Nº. 195, de 27 de Abril de 2011.**

PORTARIA Nº. 195, DE 27 DE ABRIL DE 2011.

NOMEIA, POR CONCURSO, JADER MICKAEL SOUZA PARA EXERCER O CARGO EFETIVO DE MÉDICO DO TRABALHO, NÍVEL ANS-33.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com a Lei Municipal nº. 751 de 20 de setembro de 2001 e seus anexos, e suas alterações posteriores.

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato da vaga de Médico do Trabalho;

CONSIDERANDO, que o servidor em questão foi classificado em 1º lugar no Concurso Público, Edital nº. 001/2009, de 28 de outubro de 2009, homologado em 22 de dezembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado, por concurso, JADER MICKAEL SOUZA para exercer o cargo de Médico do Trabalho, Nível ANS-33.

Art. 2º - O servidor nomeado terá o prazo de 30 (trinta) dias para tomar posse.

Parágrafo Único - Se a posse não se der no prazo legal, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo o caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 27 de abril de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 27 de abril de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

**Portaria Nº. 196, de 27 de Abril de 2011.**

PORTARIA Nº. 196, DE 27 DE ABRIL DE 2011.

NOMEIA, POR CONCURSO, REGINALDO MACHADO PARA EXERCER O CARGO EFETIVO DE MOTORISTA, NÍVEL TSA-8.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com a Lei Municipal nº. 751 de 20 de setembro de 2001 e seus anexos, e suas alterações posteriores.

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato da vaga de Motorista;

CONSIDERANDO, que o servidor em questão foi classificado em 6º lugar no Concurso Público, Edital nº. 001/2009, de 28 de outubro de 2009, homologado em 22 de dezembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado, por concurso, REGINALDO MACHADO para exercer o cargo de Motorista, Nível TSA-8.

Art. 2º - O servidor nomeado terá o prazo de 30 (trinta) dias para tomar posse.

Parágrafo Único - Se a posse não se der no prazo legal, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo o caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 27 de abril de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 27 de abril de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

**Portaria Nº. 197, de 29 de Abril de 2011.**

PORTARIA Nº. 197, DE 29 DE ABRIL DE 2011.

NOMEIA RAQUEL BACKES MARTINS PARA O CARGO DE CONSELHEIRO DO CONSELHO TUTELAR.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990 e Lei Municipal nº 1.488/2009,

CONSIDERANDO que Raquel Backes Martins foi eleita em 1º lugar no pleito do dia 19/04/2011,



**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica nomeada para o cargo de Conselheiro do Conselho Tutelar, órgão do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, RAQUEL BACKES MARTINS, eleita conforme determina legislação específica.

Art. 2º - A conselheira receberá a remuneração disposta na Lei Municipal nº 1488/09.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 29 de abril de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 29 de abril de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

**Portaria Nº. 198, de 29 de Abril de 2011.**

PORTARIA Nº. 198, DE 29 DE ABRIL DE 2011.

COLOCA A DISPOSIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR A SERVIDORA MARTA LIECHESKI COLONETTI.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990 e Lei Municipal nº 1.488/2009,

CONSIDERANDO que a servidora MARTA LIECHESKI COLONETTI foi eleita em 2º lugar no pleito realizado em 19 de abril de 2011; e conforme o art. 52 da Lei 1.488 de 28 de outubro de 2009, o funcionário público que pretender se inscrever candidato ao Conselho Tutelar deverá comprovar, até a inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Município, e caso eleito, poderá optar pelos vencimentos de sua origem, desde que a legislação de sua entidade estatal lhe faculte;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica colocada a disposição do Conselho Tutelar, a partir do dia 29 de abril de 2011, a servidora MARTA LIECHESKI COLONETTI para assumir cargo eletivo de Conselheira Tutelar.

Art. 2º - A servidora colocada à disposição do Conselho Tutelar conservará os direitos e vantagens inerentes ao exercício de seu cargo, conforme a Lei Nº 1.488 de 28 de outubro de 2009.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 29 de abril de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 29 de abril de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

**Portaria Nº. 199, de 29 de Abril de 2011.**

PORTARIA Nº. 199, DE 29 DE ABRIL DE 2011.

CONCEDE LICENÇA AOS SERVIDORES QUE RELACIONA.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 78 da Lei Municipal nº. 487/98;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedida licença aos servidores conforme tabela abaixo:

Cód.	Servidor	Cargo	Motivo do Afastamento	Data do Afastamento
2371	DEONILVA DE OLIVEIRA ARNS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	AUXÍLIO DOENÇA	30.03.2011
2204	ELIZANDRA BERTTA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	AUXÍLIO MATERNIDADE	15.03.2011
2736	GISLAINE BRESSAN PEREIRA HONORATO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	AUXÍLIO DOENÇA	05.04.2011
2815	HELENA JULIANA SYMONE BORGES	VIGIA	AUXÍLIO MATERNIDADE	01.03.2011
172	JANETE TEIXEIRA DE OLIVEIRA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AUXÍLIO DOENÇA	07.04.2011
602	LEONICE MARIA CARDOSO DA LUZ	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	AUXÍLIO DOENÇA	01.03.2011
2215	LISLAINE DA SILVA RIBEIRO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	AUXÍLIO MATERNIDADE	28.04.2011
2436	MARCIA REGINA RITTER PORTO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	AUXÍLIO MATERNIDADE	19.04.2011
2686	MARIA DA GLÓRIA BERETTA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM DO PSF	AUXÍLIO MATERNIDADE	10.03.2011
2505	NATALINO LEANDRO	VIGIA	AUXÍLIO DOENÇA	19.03.2011
11	SIGRID INES STEINER BACK	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	AUXÍLIO DOENÇA	01.04.2011
2590	ZILDA HERR	COORDENADOR DE ENSINO	AUXÍLIO DOENÇA	08.03.2011
474	ZORAIDE FERREIRA DA SILVEIRA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	AUXÍLIO DOENÇA	08.03.2011

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de março de 2011.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 29 de abril de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 29 de abril de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

**Portaria Nº. 200, de 02 de Maio de 2011.**

PORTARIA Nº. 200, DE 02 DE MAIO DE 2011.

EXONERA DO CARGO TEMPORÁRIO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS A SERVIDORA ROSIANA BURATTI DA SILVA.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica exonerada a servidora ROSIANA BURATTI DA SILVA do Cargo Temporário de Agente de Serviços Gerais.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilhinha, 02 de maio de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 02 de maio de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

**Portaria Nº. 201, de 02 de Maio de 2011.**

PORTARIA Nº. 201, DE 02 DE MAIO DE 2011.

NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANDRÉ EYNG DAGOSTIM PARA OCUPAR O CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, NÍVEL 1, REFERÊNCIA "INICIAL" DO ANEXO IX.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº 751, de 20 de setembro de 2001 e Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998, Lei nº 875, de 06 de junho de 2002, Lei nº 876, de 06 de junho de 2002 e Lei nº 862, de 15 de maio de 2002;

CONSIDERANDO a necessidade de contratação temporária para o cargo de Professor de Educação Física em virtude da implantação do "Projeto Tigrinhos";

CONSIDERANDO que, no quadro permanente não tem servidor para ocupar a vaga, sendo que a contratação é de vital importância para a manutenção normal dos serviços públicos.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica nomeado ANDRÉ EYNG DAGOSTIM para exercer o cargo de Professor de Educação Física, com carga horária de 30 horas semanais, nível 1, referência "inicial" do anexo IX da Lei nº 875, de 06 de junho de 2002.

Art. 2º - O servidor supra nomeado terá o vínculo empregatício regido pelo regime Estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será pelo período em que o "Projeto Tigrinhos" estiver implantado no município.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilhinha, 02 de maio de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 02 de maio de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

**Portaria Nº. 202, de 02 de Maio de 2011.**

PORTARIA Nº. 202, DE 02 DE MAIO DE 2011.

NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JOÃO PAULO SVAISSER CARNEIRO PARA OCUPAR O CARGO DE MÉDICO DO PSF, NÍVEL ANS-37.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº 751 de 20 de setembro de 2001 e Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998 e Lei nº 862, de 15 de maio de 2002,

CONSIDERANDO a necessidade de contratação temporária para o cargo de Médico do PSF;

CONSIDERANDO que todos os aprovados para o cargo de Médico do PSF no Concurso 001/2009 já foram nomeados;

CONSIDERANDO que, no quadro permanente não tem servidor para ocupar a vaga, sendo que a contratação é de vital importância para a manutenção normal dos serviços públicos.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica nomeado, temporariamente, JOÃO PAULO SVAISSER CARNEIRO para ocupar o cargo de Médico do PSF, com carga horária de 40 horas semanais, Nível ANS-37.

Art. 2º - O servidor supra nomeado terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será até a realização de Concurso Público.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilhinha, 02 de maio de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 02 de maio de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO  
Chefe do Departamento de Governo

**Portaria Nº. 203, de 02 de Maio de 2011.**

PORTARIA Nº. 203, DE 02 DE MAIO DE 2011.

NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MAGNA LOPES PARA OCUPAR O CARGO DE PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, NÍVEL 1, REFERÊNCIA "INICIAL" DO ANEXO IX.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº 751, de 20 de setembro de 2001, Lei nº 875, de 06 de junho de 2002, Lei nº 876, de 06 de junho de 2002 e Lei nº 862, de 15 de maio de 2002.

CONSIDERANDO a necessidade de contratação temporária para substituir a servidora do quadro efetivo Marta Liecheski Colonetti que está à disposição do Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que, no quadro permanente não tem servidor para ocupar a vaga, sendo que a contratação é de vital importância para a manutenção normal dos serviços públicos.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica nomeada, temporariamente, MAGNA LOPES para ocupar o cargo de Professor de Ensino Fundamental, Nível 1, Referência "Inicial" do anexo IX da Lei Nº 875, de 06 de junho de 2002.

Art. 2º - A servidora supra nomeada terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculada ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será pelo período em que a servidora do quadro efetivo estiver à disposição do Conselho Tutelar.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 02 de maio de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 02 de maio de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO  
Chefe do Departamento de Governo

**Portaria Nº. 204, de 02 de Maio de 2011.**

PORTARIA Nº. 204, DE 02 DE MAIO DE 2011.

NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARIANA VIEIRA GERI PARA OCUPAR O CARGO DE ODONTÓLOGO DO PSF, NÍVEL ANS-23.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº. 751, de 20 de setembro de 2001, Lei Municipal nº. 487, de 02 de dezembro de 1998 e Lei nº. 862, de 15 de maio de 2002,

CONSIDERANDO a necessidade de contratação temporária para o cargo de Odontólogo do PSF;

CONSIDERANDO que não há lista de espera em Concurso Público para o cargo de Odontólogo do PSF;

CONSIDERANDO que, no quadro permanente não tem servidor para ocupar a vaga, sendo que a contratação é de vital importância para a manutenção normal dos serviços públicos.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica nomeada, temporariamente, MARIANA VIEIRA GERI para ocupar o cargo de Odontólogo do PSF, Nível ANS-23.

Art. 2º - A servidora supra nomeada terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculada ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será até a realização de Concurso Público.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 02 de maio de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 02 de maio de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO  
Chefe do Departamento de Governo

**Portaria Nº. 205, de 02 de Maio de 2011.**

PORTARIA Nº. 205, DE 02 DE MAIO DE 2011.

NOMEIA JOELSON MONTEIRO PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DA DIVISÃO DE PROGRAMAS HABITACIONAIS, NÍVEL DAS-3.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal Nº. 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal Nº. 1.408, de 08 de dezembro de 2008, seus anexos,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeado JOELSON MONTEIRO para ocupar o cargo em Comissão de Chefe da Divisão de Programas Habitacionais, Nível DAS-3.

Art. 2º - O servidor supra nomeado terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei Nº. 487/98 e contribuirá para o regime Próprio de Previdência do Município, pois é servidor do quadro efetivo deste município.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 02 de maio de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 02 de maio de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO  
Chefe do Departamento de Governo

### Extrato do Contrato FMA Nº. 08/2011

EXTRATO DO CONTRATO FMA Nº. 08/2011

CONTRATANTE - FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

CONTRADADO - MICHELS LEANDRO SERVIÇOS DE RETRO LTDA  
OBJETO - contratação "de serviços de retroescavadeira, de forma parcelada, durante o exercício de 2011" para atendimento à Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente no Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 75,00 (setenta e cinco reais) por hora totalizando um valor de R\$ 112.500,00 (cento e doze mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2011

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Nº. 8.666/93 e 10520/02, Pregão Presencial Nº. 09/2011

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 1802.2070.3390 (11)

DATA DA ASSINATURA - 19 de maio de 2011

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

### Extrato do Contrato FMA Nº. 09/2011

EXTRATO DO CONTRATO FMA Nº. 09/2011

CONTRATANTE - FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

CONTRADADO - GOLD BLACK MINERAÇÃO LTDA  
OBJETO - contratação "de serviços de trator de esteira, de forma parcelada, durante o exercício de 2011" para atendimento à Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente no Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 130,00 (cento e trinta reais) por hora totalizando um valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2011

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Nº. 8.666/93 e 10520/02, Pregão Presencial Nº. 09/2011

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 1802.2070.3390 (11)

DATA DA ASSINATURA - 19 de maio de 2011

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

**Fraiburgo**

**PREFEITURA MUNICIPAL**

### Lei Complementar Nº 0132/2011

LEI COMPLEMENTAR Nº 132, DE 26 DE MAIO DE 2011.

ALTERA OS ANEXOS IV E VII, AMBOS DA LEI COMPLEMENTAR N. 0110, DE 03 DE MARÇO DE 2010 E OS ANEXOS I, II e VI, TODOS DA LEI COMPLEMENTAR N. 111, DE 03 DE MARÇO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei Complementar:

Art. 1º. Fica alterado o Anexo IV, da Lei Complementar n. 110/2010, para fixar em 15(quinze) a quantidade de cargos de provimento em comissão de Chefe de Setor e fixar em 12(doze) a quantidade de cargos de provimento em comissão de Assessor de Setor.

Art. 2º. Fica alterado o Anexo VII, da Lei Complementar n. 110/2010, para fixar os novos valores das funções gratificadas do Poder Executivo, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI e da Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME.

Parágrafo único. As funções gratificadas de que tratam este artigo serão reajustadas na mesma data e pelo mesmo índice de revisão geral anual, previsto no artigo 77, inciso X, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 3º. Fica alterado o Anexo I, da Lei Complementar n. 111/2010, para fixar os novos padrões de vencimento, do quadro permanente de cargos do Magistério Público do Município de Fraiburgo.

Art. 4º. Fica alterado o Anexo II, da Lei Complementar n. 111/2010, para fixar os novos padrões de vencimento, do quadro suplementar de cargos Magistério Público do Município de Fraiburgo.

Art. 5º. Fica alterado o Anexo VI, da Lei Complementar n. 111/2010, para fixar os novos valores das funções gratificadas do Magistério Público do Município de Fraiburgo.

Parágrafo único. As funções gratificadas de que tratam este artigo serão reajustadas na mesma data e pelo mesmo índice de revisão geral anual, previsto no artigo 77, inciso X, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de maio de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Fraiburgo, SC, 26 de Maio de 2011.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### Lei Complementar Nº 0132/2011- Anexo I

LEI COMPLEMENTAR Nº 132, DE 26 DE MAIO DE 2011.

ANEXO I

ANEXO VII - LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2010

QUADRO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS  
DO PODER EXECUTIVO, AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

QUANTIDADE	FUNÇÃO GRATIFICADA (FG)	VALOR
25	Função Gratificada Nível 1	R\$ 214,00
25	Função Gratificada Nível 2	R\$ 320,00
25	Função Gratificada Nível 3	R\$ 480,00
25	Função Gratificada Nível 4	R\$ 640,00
15	Função Gratificada Nível 5	R\$ 853,00
15	Função Gratificada Nível 6	R\$ 1.066,00



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE



## Lei Complementar Nº 0132/2011- Anexo II

**LEI COMPLEMENTAR Nº 132, DE 26 DE MAIO DE 2011.**

### ANEXO II

#### ANEXO I - LEI COMPLEMENTAR Nº 111/2010

#### QUADRO PERMANENTE DE CARGOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE FRAIBURGO

					PADRÕES DE VENCIMENTO										
CATEGORIAS	CLASSES DE CARGOS	GOC	QTDE	C/H	4 anos 4,0%	3 anos 3,0%	3 anos 3,0%	2 anos 2,0%	2 anos 2,0%	2 anos 2,0%	2 anos 2,0%	2 anos 2,0%	2 anos 2,0%	2 anos 2,0%	2 anos 2,0%
					A R\$	B R\$	C R\$	D R\$	E R\$	F R\$	G R\$	H R\$	I R\$	J R\$	K R\$
1	Professor	GS	630	20	675,00	702,00	723,06	744,75	759,65	774,84	790,34	806,14	822,27	838,71	855,49
2	Coordenador Pedagógico Psicopedagogo	GE GE	25 10	40	1.800,00	1.872,00	1.928,16	1.986,00	2.025,72	2.066,24	2.107,56	2.149,72	2.192,71	2.236,56	2.281,30

GOC: Grupo Ocupacional  
QTDE: Quantidade de Cargos  
C/H: Carga Horária Semanal

## Lei Complementar Nº 0132/2011- Anexo III

LEI COMPLEMENTAR Nº 132, DE 26 DE MAIO DE 2011.

### ANEXO - III

#### ANEXO II - LEI COMPLEMENTAR Nº 111/2010

#### QUADRO SUPLEMENTAR DE CARGOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE FRAIBURGO

CATEGORIAS	CLASSES DE CARGOS	GOC	QTDE	C/H	PADRÕES DE VENCIMENTO									
					4 anos 4,0%	3 anos 3,0%	3 anos 3,0%	2 anos 2,0%	2 anos 2,0%	2 anos 2,0%	2 anos 2,0%	2 anos 2,0%	2 anos 2,0%	2 anos 2,0%
					A R\$	B R\$	C R\$	D R\$	E R\$	F R\$	G R\$	H R\$	I R\$	J R\$
1	Professor Ocupacional Magistério Grupo	GT	52	40	1.350,00	1.404,00	1.446,12	1.489,50	1.519,29	1.549,68	1.580,67	1.612,29	1.644,53	1.677,42
			81	20	675,00	702,00	723,06	744,75	759,65	774,84	790,34	806,14	822,27	838,71
	Professor II	GS	1	40	1.350,00	1.404,00	1.446,12	1.489,50	1.519,29	1.549,68	1.580,67	1.612,29	1.644,53	1.677,42
			1	20	675,00	702,00	723,06	744,75	759,65	774,84	790,34	806,14	822,27	838,71
	Professor e Professor Disciplina Específica Grupo Ocupacional Nível Superior LP	GS	14	40	1.350,00	1.404,00	1.446,12	1.489,50	1.519,29	1.549,68	1.580,67	1.612,29	1.644,53	1.677,42
			35	20	675,00	702,00	723,06	744,75	759,65	774,84	790,34	806,14	822,27	838,71
2	Professor e Especialista Ocupacional Pós-Graduação PG Grupo	GE	16	40	1.800,00	1.872,00	1.928,16	1.986,00	2.025,72	2.066,24	2.107,56	2.149,72	2.192,71	2.236,56
			10	20	900,00	936,00	964,08	993,00	1.012,86	1.033,12	1.053,78	1.074,86	1.096,35	1.118,28

GOC: Grupo Ocupacional  
QTDE: Quantidade de Cargos  
C/H: Carga Horária Semanal

**Lei Complementar Nº 0132/2011- Anexo IV**  
LEI COMPLEMENTAR Nº 132, DE 26 DE MAIO DE 2011.

ANEXO IV

ANEXO VI - LEI COMPLEMENTAR Nº 111/2010

QUADRO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS  
DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE FRAIBURGO

QUANTIDADE	FUNÇÃO GRATIFICADA MAGISTÉRIO (FGM)	VALOR
7	FGM-Diretor da Coordenação Escolar	R\$ 640,00
8	FGM-Diretor Escolar Nivel 1	R\$ 214,00
8	FGM-Diretor Escolar Nivel 2	R\$ 320,00
4	FGM-Diretor Escolar Nivel 3	R\$ 480,00
2	FGM-Diretor Escolar Nivel 4	R\$ 640,00
4	FGM-Diretor Escolar Nivel 5	R\$ 853,00
5	FGM-Diretor Escolar Nivel 6	R\$ 1.066,00

**Anexo Decreto Nº 0152/2011 - Código 1**

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**Nº 0014 DE 05 DE MAIO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Agente Operacional** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Operacional**

***Critérios de Desempate***

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	10	JORGE LUIZ RIVA	5
2	7	PEDRO PAULO DA SILVA	2
3	2	LUCIANO MONTEIRO	1
4	8	VADAIR CHAVES DE SOUZA	1
5	11	LUCIANO JOSÉ ALUPP ALVES	0
6	9	FERNANDO DE SOUZA BARBOSA	0
7	12	AGOSTINHO BARBOSA DE SOUZA	0
8	6	FRANCISCO SEGALA	0
9	5	ALVIR ALBUQUERQUE	0
10	1	CRISTIANO CORREA	0
11	4	MICHAEL ADRIANO AGUIAR PALHANO	0
12	3	JÚNIOR DE LIMA PROÊNCIO	0

1º	2º	3º	4º	5º
Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
0	0	0	NÃO	23/10/1990
0	0	2	NÃO	19/7/1969
0	0	1	NÃO	20/6/1983
0	0	0	NÃO	8/9/1984
0	0	1	NÃO	26/4/1984
0	0	1	NÃO	15/7/1991
0	0	0	NÃO	24/6/1947
0	0	0	NÃO	4/10/1962
0	0	0	NÃO	7/5/1974
0	0	0	NÃO	5/6/1990
0	0	0	NÃO	16/11/1992
0	0	0	NÃO	27/11/1992



**Decreto Nº 0151/2011**

DECRETO Nº 0151, DE 25 DE MAIO DE 2011.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2088, de 23 de Fevereiro de 2011;

## DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo para o exercício de 2011 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), nas seguintes dotações:

08.00 - Secretaria de Saúde

08.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.0017.2.038 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.50.00.00 - Transferência a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos - Recurso 0.3.0200 (77)

R\$

360.000,00

Total R\$ 360.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2010, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito. Fraiburgo, 25 de Maio de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Decreto Nº 0152/2011**

DECRETO Nº 0152, DE 26 DE MAIO DE 2011.

HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0014 DE 05 DE MAIO DE 2011.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

## DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0014, de 05 de maio de 2011, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Fraiburgo, SC, 26 de Maio de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1233/2011**

PORTARIA Nº. 1233, DE 26 DE MAIO DE 2011.

ALTERA O ARTIGO 3º DA PORTARIA Nº 1216, DE 17 DE MAIO DE 2011, QUE DETERMINA A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, AFASTAMENTO PREVENTIVO DE SERVIDOR PÚBLICO E NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DISCIPLINAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente Lei Complementar n. 0109/2010; considerando as informações e decisões contidas na CI n. 0047/2011, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

## RESOLVE:

Art. 1º. Fica alterado o Decreto nº1216, de 17 de maio de 2011, passando a vigorar o seu artigo 3º com a seguinte redação:

Art. 3º. Nomear, nos termos da Lei Complementar nº. 109, de 03 de março de 2010 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Fraiburgo), para integrarem a Comissão Especial Disciplinar, os seguintes servidores públicos municipais:

I - JOÃO RUDINEI BELOTTO - Presidente;

II -- ADÉLIA APARECIDA PIERDONA BALESTRIN - Membro;

III - PATRÍCIA CERON MACHADO - Secretária.

Parágrafo único. Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades funcionais durante os trabalhos de coleta de provas em geral, bem como para a elaboração do relatório final.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Fraiburgo, SC, 26 de Maio de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Edital 003-2011 Comissão Comunicando Dia Avaliação**

COMUNICADO / CONVOCAÇÃO

A Comissão Mista de Avaliação nomeada pela Portaria nº 998 de 28 de junho de 2007, composta pelos membros Olides Bertaioli, Wigand Leonhardt, Silvano Pelissaro, Aldair Moraes e Flávio André de Oliveira, CONVOCA os lindeiros da Av. René Frey (trecho entre as Ruas Irmãos Rudeck e Castelo Branco) e Rua Castelo Branco (Centro), beneficiados pela realização de obra pública, constante do Edital nº 003/2011, cujos documentos encontram-se afixados no mural público da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, para que tomem conhecimento dos critérios de avaliação dos imóveis, os quais estão afixados no referido mural, bem como COMUNICA que no dia 03/06/2011 a partir das 08:30 horas estará procedendo à avaliação dos imóveis in loco, podendo ser acompanhada pelos proprietários dos imóveis beneficiados, cujos valores serão publicados no mural público a partir do dia 06/05/2011. A Comissão, através de seus membros, coloca-se à disposição dos proprietários lindeiros para esclarecimentos, bem como para agendamento e acompanhamento das avaliações.

A COMISSÃO

**Edital 003/2011 - Município Convocando Lindeiros**

EDITAL Nº 003/2011

PROCESSO Nº 2845/2011

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, nos termos dos Artigos 81 e 82 da Lei Federal 5.172/66 e do disposto no Decreto-Lei 195/67, visando

a viabilização de obras públicas, que beneficiarão os imóveis localizados na Av. René Frey (trecho entre as Ruas Irmãos Rudeck e Castelo Branco) e Rua Castelo Branco (Centro), NOTIFICA e CONVOCA os interessados e beneficiários, para examinarem o memorial descritivo do projeto, o orçamento do custo do melhoramento, a delimitação da zona beneficiada, o fator de absorção do benefício da valorização, a parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição, o plano de rateio e os valores correspondentes, cujos documentos encontram-se fixados e publicados no mural público da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, situada na Av. Rio das Antas nº 185, ficando, nos termos da legislação em vigor, facultado aos interessados, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, procederem às impugnações. O valor da contribuição ficará limitado ao custo da obra e terá como requisito inarredável para sua exigibilidade a valorização dos imóveis, os quais serão avaliados previamente e após a realização da obra pela Comissão Especial designada pela Portaria 0998/2007.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

### Notificação de Recebimento de Recursos Federais

#### NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de Fraiburgo-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
24/05//2011	Fundo Nacional de Assistência Social	IGDBF	2.707,88
24/05/2011	Ministério da Educação	Salário Educação	99.918,03

Secretaria de Finanças

**Garopaba**

**PREFEITURA MUNICIPAL**

### Lei N.º 1.530/2011

LEI N.º 1.530, DE 25 DE MAIO DE 2011.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA FESTA QUERMESSE MUNICIPAL, INSTITUI A FESTA NACIONAL DO BACALHAU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. A presente Lei regulamenta a Quermesse Municipal, festa realizada pelo Município em parceria com a "Ação Social São Joaquim de Garopaba", entidade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 83.807.107/0001-73, e Institui a Festa Nacional do Bacalhau Brasileiro, como evento oficial do Município, ambas a serem realizadas anualmente, no mês de junho e/ou Julho.

§ 1º. A cronologia da festas Quermesse Municipal e Festa Nacional do Bacalhau Brasileiro, serão definidas por Comissão Central Organizadora, criada no art. 3º desta lei, observando sempre, no período da pesca da tainha, da pesca da abrótea e do Feriado de Corpus Christi, sendo que, no ano de 2011 serão realizadas entre os dias 22 e 26 de junho.

§ 2º. A Quermesse Municipal e Festa Nacional do Bacalhau Brasileiro serão realizadas sempre na Praça Governador Ivo Silveira, salvo por deliberação da Comissão Organizadora, e mediante anuência do Chefe do Poder Executivo.

§ 3º. A denominação "Quermesse Municipal e Festa Nacional do Bacalhau Brasileiro" será acompanhada do ano de realização do evento, que incorporará seus dísticos e logomarca, a serem definidos por ocasião da realização do evento.

Art. 2º. O Poder Executivo Municipal, fica autorizado a celebrar instrumento de permissão de uso junto a Ação Social São Joaquim de Garopaba, com a finalidade de permitir a exploração através da instalação de 18 (dezoito) barracas comerciais e 03 (três) espaços para equipamentos gastronômicos, no espaço público da Praça Governador Ivo Silveira e ruas do seu entorno, local do evento em 2011, durante a realização das festividades da XIII Quermesse e 1ª Festa Nacional do Bacalhau Brasileiro, conforme normas a serem estabelecidas por ato do Poder Executivo.

Parágrafo único. A permissão de uso de que trata o caput deste artigo será gratuita e por tempo determinado, no período que compreende a realização dos eventos.

Art. 3º A organização, execução e coordenação da Quermesse e da Festa Nacional do Bacalhau Brasileiro, ficarão a cargo da Comissão Central Organizadora, nomeada anualmente pelo Prefeito Municipal, e composta por:

- I - 03 (três) representantes do Poder Executivo;
- II - 01 (um) representante da Câmara de Vereadores de Garopaba;
- III - 01 (um) representante da ACIG - Associação Comercial e Industrial de Garopaba, e
- IV - 01 (um) representante da Ação Social de Garopaba.

Art. 4º. A Comissão de que trata o artigo 3º, deverá ser nomeada em até 120 (cento e vinte) dias antes da data definida para realização do evento, e reunir-se-á, no mínimo 90 (noventa) dias antes do evento, a fim de estruturar seu funcionamento e elaborar sua programação em tempo hábil, possibilitando a divulgação.

Parágrafo único. Para a XIII Quermesse e 1ª Festa Nacional do Bacalhau Brasileiro, Edição 2011, a Comissão ficará dispensada do cumprimento dos prazos previstos no caput deste artigo.

Art. 5º. Todas as atividades festivas da Quermesse e da Festa Nacional do Bacalhau Brasileiro serão abertas para o público, sem cobrança de ingresso, com exceção do show de atração nacional que poderá ser cobrado.

Parágrafo único. No ano de 2011 o show de atração nacional ocorrerá no dia 25 de junho, e nos anos seguintes sempre no sábado do período do evento.

Art. 6º. A Prefeitura Municipal de Garopaba poderá contratar serviços especializados para comercializar ingressos de acesso ao show nacional, nos termos da legislação específica vigente, Lei Federal nº 8.666/93.

Art. 7º. Os valores dos ingressos, quando forem cobrados, serão definidos pela comissão organizadora, e regulamentados através de decreto do chefe do Poder Público Municipal.

Art. 8º. Serão colocados à disposição espaços (stands) destinados a uso de empresas interessadas, sendo o tamanho e local definidos pela comissão organizadora, e concedidos através de procedimento constante em legislação específica, Lei Federal nº 8.666/93.

Art. 9º. O produto da arrecadação de que trata os artigos 7º e 8º, desta lei, integrarão as receitas do Município de acordo com as normas vigentes de contabilidade pública.

Art. 10. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação consignada no Orçamento vigente.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 25 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 27/05/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

### **Decreto N.º 065/2011**

DECRETO N.º 065, DE 26 DE MAIO DE 2011.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 133.307,47 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.481 de 08/12/2010 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 133.307,47 (cento e trinta e três mil e trezentos e sete reais e quarenta e sete centavos) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 19.807,47

12361281.015 - Aquisição de Veículos Escolares 4.807,47

4.4.90.0.3.22.001011 - Aplicações Diretas 4.807,47

12361282.021 - Manutenção do Transporte Escolar 15.000,00

3.3.90.0.3.22.001011 - Aplicações Diretas 15.000,00

10.01 - SECRETARIA DE PLAN TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE 33.500,00

26782311.040 - Pavimentação, Drenagem, Remodelagem de Ruas e Obras de Art Especial 33.500,00

4.4.90.0.3.16.000000 - Aplicações Diretas 33.500,00

14.02 - SECRETARIA DE PLAN TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE 80.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO 80.000,00

17512312.079 - Serviços de Destinação de Resíduos Sólidos 80.000,00

3.3.90.0.3.65.000000 - Aplicações Diretas 80.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 133.307,47 (cento e trinta e três mil e trezentos e sete reais e quarenta e sete centavos), correrão por conta do Superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de Maio de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 27/05/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA

Secretária Municipal de Administração

### **Decreto N.º 066/2011**

DECRETO N.º 066, DE 26 DE MAIO DE 2011.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 58.200,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.481 de 08/12/2010 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil e duzentos reais) no Orçamento vigente:

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 10.000,00

0412292.005 - Func. e Manut. da Secretaria de Administração 10.000,00

4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 10.000,00

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 45.000,00

12361282.022 - Manutenção do Supletivo 35.000,00

3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas 30.000,00

3.1.91.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas 5.000,00

12361282.020 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental 10.000,00

4.4.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 10.000,00

10.01 - SECRETARIA DE PLAN TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE 3.200,00

26782311.040 - Pavimentação, Drenagem, Remodelagem de Ruas e Obras de Art Especial 3.200,00

4.4.90.0.1.24.001035 - Aplicações Diretas 3.200,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil e duzentos reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de Maio de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 27/05/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA

Secretária Municipal de Administração

### **Aviso de Licitação PR041/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2011

O Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, em conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, objetivando a aquisição de gêneros alimentícios para uso da Secretaria de Educação e Secretaria de Desenvolvimento Social deste município, para uso em eventos realizados por estas secretarias. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até às 09h25min do dia

08/06/2011.

A sessão se dará a partir das 09h30min do dia 08/06/2011, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br).

Garopaba, 25 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

### **Aviso de Licitação TP003/2011**

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 003/2011

O Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇO, do tipo MAIOR OFERTA, consoante as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº. 123/2006, bem como demais legislações pertinentes, objetivando a sessão de espaço público (standers) durante a XIII Quermesse e I Festa Nacional do Bacalhau Brasileiro, que ocorrerá de 22 a 26 de junho neste município. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 01 DOCUMENTAÇÃO e nº. 02 PROPOSTA serão recebidos no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até às 09h25min do dia 15/06/2011. A sessão se dará a partir das 09h30min do dia 15/06/2011, no endereço acima especificado. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Garopaba, no horário das 09h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min.

Garopaba, 26 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

**Gaspar**

### **PREFEITURA MUNICIPAL**

### **Decreto Nº. 4.336, de 20 de Maio de 2011.**

DECRETO Nº. 4.336, DE 20 DE MAIO DE 2011.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E DE TRANSPORTES E OBRAS E DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, incisos II e VI, da Lei Municipal nº. 3.289, de 20 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Ficam anulados, no valor total de R\$ 11.024,44 (onze mil, vinte e quatro reais e quarenta e quatro centavos), os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação.

Órgão: 4 Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 7 Educação Fundamental

Funcional Programática: 00012.00361.00010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental

Atividade: 2.200042 Manutenção da Educação Fundamental

Dotação 99 - 3.3.3.9.0 Aplicações diretas R\$ 11.024,44

Art. 2º Por conta da anulação do art. 1º deste Decreto, fica destinado o valor de R\$ 11.024,44 (onze mil, vinte e quatro reais e quarenta e quatro centavos) à suplementação dos saldos das seguintes dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Educação, conforme indicado.

Órgão: 4 Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 7 Educação Fundamental

Funcional Programática: 00012.00361.00010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental

Atividade: 2.200042 Manutenção da Educação Fundamental

Dotação 116 - 3.4.4.9.0 Aplicações diretas R\$ 11.024,44

Art. 3º Em razão de superávit financeiro, ficam suplementados, nos valores indicados, totalizando R\$ 638.760,38 (seiscentos e trinta e oito mil, setecentos e sessenta reais e trinta e oito centavos), os saldos das dotações do Fundo Municipal de Assistência Social a seguir.

Órgão: 8 Secretaria Municipal de Transportes e Obras

Unidade: 13 Secretaria Municipal de Transportes e Obras

Funcional Programática: 00015.00451.00014 Gestão da Secretaria de Transportes e Obras

Projeto: 1.100253 Pavimentação de ruas

Dotação 405 - 3.3.3.9.0 Aplicações diretas R\$ 200.000,00

Órgão: 8 Secretaria Municipal de Transportes e Obras

Unidade: 13 Secretaria Municipal de Transportes e Obras

Funcional Programática: 00015.00451.00014 Gestão da Secretaria de Transportes e Obras

Atividade: 2.200074 Manutenção da Secretaria de Transp. e Obras

Dotação 262 - 3.3.3.9.0 Aplicações diretas R\$ 30.000,00

Órgão: 10 Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 20 Fundo Municipal de Assistência Social

Funcional Programática: 00008.00244.00029 Gestão na área de Desenvolvimento Social

Atividade: 2.200164 Ações de Desenvolvimento Social

Dotação 82 - 3.3.3.9.0 Aplicações diretas R\$ 20.000,00

Atividade: 2.200192 Proteção social básica

Dotação 79 - 3.3.3.9.0 Aplicações diretas R\$ 15.000,00

Dotação 81 - 3.3.3.9.0 Aplicações diretas R\$ 31.466,99

Dotação 83 - 3.3.3.9.0 Aplicações diretas R\$ 38.000,00

Dotação 78 - 3.4.4.9.0 Aplicações diretas R\$ 71.000,00

Dotação 80 - 3.4.4.9.0 Aplicações diretas R\$ 95.000,00

Atividade: 2.200194 Proteção Social Especial - média complexidade

Dotação 77 - 3.3.3.9.0 Aplicações diretas R\$ 16.293,39

Dotação 76 - 3.4.4.9.0 Aplicações diretas R\$ 69.000,00

Unidade: 21 Centro Educativo Maria Hendricks

Funcional Programática: 00008.00244.00030 Gestão Centro Educativo Maria Hendricks

Atividade: 2.200184 Garantir funcionamento, manutenção e equipamentos para o Centro Educativo

Dotação 84 - 3.3.1.9.0 Aplicações diretas R\$ 27.000,00

Dotação 85 - 3.3.3.9.0 Aplicações diretas R\$ 26.000,00

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de maio de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal



**Aviso da Concorrência Nº 81/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Aviso da Concorrência nº 81/2011

O OBJETO é a recuperação, reforço e ampliação da PONTE HERCÍLIO DEEKE. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e as Propostas deverá ocorrer até as 9h do dia 27/06/2011. A ABERTURA será dia 27/06/2011 às 9h30min. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital diariamente no horário de expediente no Depto. de Compras do Paço Municipal, sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435 Centro, Gaspar/SC, ou no site [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar (SC), 26 de Maio de 2011.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

**Guaramirim****PREFEITURA MUNICIPAL****Extrato Ata Registro Preço 36/2011**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.  
Contratada: José Martini Neto EPP.  
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ALIMENTAÇÃO DAS ESCOLAS E CRECHES DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM.  
Valor: R\$ 12.953,70 ( doze mil noventa e cinco reais e setenta centavos )  
Vigência: INÍCIO: 05/04/2011 TÉRMINO: 05/04/2012 Licitação: Pregão Presencial nº. 36/2011 Signatários: pelo Contratante, Nilson Bylaardt e, pela contratada : José Martini Neto

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.  
Contratada: Supermercado Frontal Ltda. Epp  
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ALIMENTAÇÃO DAS ESCOLAS E CRECHES DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM.  
Valor: R\$ 12.740,00 ( doze mil setecentos e quarenta reais )  
Vigência: INÍCIO: 05/04/2011 TÉRMINO: 05/04/2012 Licitação: Pregão Presencial nº. 36/2011 Signatários: pelo Contratante, Nilson Bylaardt e, pela contratada : Venésio Hornburg

Guaramirim, 11 de Abril, 2011  
NILSON BYLAARDT  
Prefeitura Municipal de Guaramirim

**Extrato Ata Registro Preço 50/2011**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.  
Contratada: Comércio e Ind. Breithaupt S.A.  
Objeto: AQUISIÇÃO DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA DOS IMÓVEIS DA PREFEITURA, FUNDAÇÕES E AUTARQUIAS DE GUARAMIRIM.  
Valor: R\$ 6.736,00 ( Seis mil setecentos e trinta e seis reais )

Vigência: INÍCIO: 17/05/2011 TÉRMINO: 17/05/2012 Licitação: Pregão Presencial nº. 50/2011 Signatários: pelo Contratante, Nilson Bylaardt e, pela contratada : Ivo da Costa

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.  
Contratada: MGBR Tintas LTDA ME  
Objeto: AQUISIÇÃO DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA DOS IMÓVEIS DA PREFEITURA, FUNDAÇÕES E AUTARQUIAS DE GUARAMIRIM.  
Valor: R\$ 90.815,00 ( Noventa mil oitocentos e quinze reais )  
Vigência: INÍCIO: 17/05/2011 TÉRMINO: 17/05/2012 Licitação: Pregão Presencial nº. 50/2011 Signatários: pelo Contratante, Nilson Bylaardt e, pela contratada : Mário Fischer

Guaramirim, 18 de Maio, 2011  
NILSON BYLAARDT  
Prefeitura Municipal de Guaramirim

**Herval do Oeste****PREFEITURA MUNICIPAL****Lei Nº 2.862/2011.**

LEI Nº 2.862/2011.

"AUTORIZA FIRMAR CONTRATO DE CONCESSÃO ENTRE O INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - IEL/SC E A PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Prefeito Municipal:

Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d'Oeste(SC), que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Contrato de Concessão entre o INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - IEL/SC e a PREFEITURA DE HERVAL D'OESTE (SC), para execução do programa de estágio.

Art. 2º. O presente Contrato tem por objetivo possibilitar, por meio da realização de estágios, desenvolvimento no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos, nas dependências da Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, de acordo com a Lei nº 11.788/08, que dispõe sobre o estágio de estudantes, e em conformidade com o Convênio que segue anexo.

Art. 3º. As despesas provenientes da execução desta Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente para o exercício de 2011, e assim sucessivamente as dotações próprias do orçamento vigente dos exercícios seguintes.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste(SC), 25 de maio de 2011.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito

**Decreto Nº 2.912/2011.**

DECRETO Nº 2.912, DE 24 DE MAIO DE 2011.

DISPÕE SOBRE PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO MUNICIPAL, A TÍTULO PRECÁRIO E GRATUITO, POR PRAZO DETERMINADO, À PLAY SUL RECREAÇÕES LTDA.

O Prefeito Municipal de Herval d'Oeste(SC), no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Artigo 1º. Fica outorgado à Play Sul Recreações Ltda, CNPJ 72.413.776/0001-44, com sede sito a rua João Paris, nº 655, bairro Sarandi, Porto Alegre (RS), permissão de uso, a título precário e gratuito, por prazo determinado, de bem público que assim se descreve: Praça Daniel Olimpio da Rocha - A permissão de uso será formalizada mediante Termo Permissão de Uso de bem público municipal nos termos do presente decreto, a ser lavrado obedecendo as seguintes cláusulas:

I - a natureza gratuita da permissão;

II - a finalidade exclusiva do uso do bem pela Play Sul Recreações Ltda para a instalação de Parque de Diversões;

III - a proibição da transferência a qualquer título a quem quer que seja, dos direitos decorrentes da permissão, salvo anuência expressa do Município;

IV - a proibição da modificação do uso a que se destina, sem expressa e estrita concordância da administração;

V - a obrigação do permissionário de zelar pela conservação do bem, sendo responsável pelos danos ou prejuízos causados a terceiros, de ordem pessoal ou material, ocorridos no espaço de terreno objeto desta permissão;

VI - a plena rescindibilidade de permissão por ato administrativo do Município, sem que fique com isto obrigada a pagar ao permissionário indenização de qualquer espécie:

a) a qualquer momento em que o bem seja necessário ao Município;

b) quando ocorrer inadimplemento de qualquer das cláusulas do respectivo termo administrativo de permissão de uso de bem público.

c) a revogação da permissão de uso em razão de qualquer desses itens mencionados implicará no imediato retorno do bem ao Patrimônio Municipal.

VII - Cumprir com todas as exigências técnicas de segurança, nos termos das normas exigentes no Código de Postura do Município de Herval d'Oeste, com apresentação dos laudos técnicos necessários a que se refere ao Corpo de Bombeiro e Vigilância Sanitária, e principalmente o disposto nos artigos 115, 116 e 117 da Lei Complementar nº 221/2006.

VIII - Pagamento de tributos inerente à sua atividade, bem como despesas decorrentes do uso de água e energia elétrica, para instalação, e funcionamento do referido parque, perante órgãos públicos competentes.

Artigo 2º. A presente permissão de uso de bem público municipal se faz exclusivamente em função de relevante interesse público voltado à cultura e ao lazer.

Artigo 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste (SC), 24 de maio de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito

**Decreto Nº 2.913/2011**

DECRETO Nº 2.913/2011.

"NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA CONJUNTAMENTE COM A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, ATUAREM NO PROCESSO LICITATÓRIO QUE ESPECIFICA".

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município e com a Lei nº 8.666/1993 e suas alterações,

**DECRETA:**

Art. 1º. Ficam nomeados, Cleimar Piovesan, Odair Trevisol e Rubens Antonio Correia, para conjuntamente com a Comissão Permanente de Licitações, atuarem no Processo Licitatório nº 0052/2011 - Modalidade de Tomada de Preços nº 003/2011, Tipo: menor preço global, cujo objeto é a Contratação em regime de empreitada por preço global, de empresa especializada para Construção da Unidade de Pronto Atendimento 24 horas a ser instalado na Rua Santos Dumont, Bairro São Vicente, município de Herval d'Oeste (SC), com fornecimento de material e mão de obra.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 25 de maio de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito

**Portaria Nº 545/2011**

PORTARIA Nº 545/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Ampliar a Carga Horária de 20 para 40 horas semanais, da servidora ANA PAULA BANDELOFF DE MATOS (Matr. 3296), sendo que a mesma exerce o Cargo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível - 5, Referência "A", constante do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, com fundamento no art. 24, § 2º da Lei Complementar Nº 191/2005 e suas alterações, a partir de 23 de maio de 2011, conforme Ofício deferido pelo Secretário do Fundo Municipal de Saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Maio de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 546/2011**

PORTARIA Nº 546/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 25 de maio de 2011, da servidora CRISTINA WASERBERGER MARCON (Matr. 2925), ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Apoio Operacional, Nível - DAS-2, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 191/2005, Art.69, § 3º.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas

as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 25 de Maio de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

## Iomerê

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Lei 630/2011

LEI Nº 630, DE 25 DE MAIO DE 2011.

Estabelece o Regime de adiantamento e dá outras Providências.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ Faz Saber Que A Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Para o fim de realizar despesas em que é dispensável a licitação, nos termos do Art. 24 da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, poderá ser utilizado o regime de adiantamento, sempre precedido de empenhos gravados na dotação própria.

Art. 2º - O regime de adiantamento de que trato o artigo anterior consiste na entrega de numerários a servidor, cuja prestação de contas far-se-á no prazo de 60 (Sessenta) dias, contados da data do recebimento, sob pena de correção, multa e juros de mora.

Parágrafo Único - Aplica-se o disposto no artigo anterior, as atualizações, multas e juros de mora previstos no Código Tributário Municipal vigente.

Art. 3º - O valor de cada adiantamento não deverá ultrapassar o teto exigido para a modalidade licitatória de convite, como estabelece no Art. 23 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

Parágrafo Único - Excepcionalmente, quando houver urgência ou emergência caracterizada em ato do Executivo, poderá ser concedido adiantamento em limite superior ao estabelecido no caput deste artigo, para pagamento em outra praça, precedido de processo licitatório.

Art. 4º - São casos de concessão de adiantamento:

- I - despesas a serem pagas em lugar distante de pagadoria do Município;
- II - gastos de pequeno vulto e que exijam pagamento imediato;
- III - de pronto pagamento à conta de créditos extraordinário;
- IV - de viagens.

Parágrafo Único - Consideram-se de pequeno vulto os pagamentos de despesas de até 150 (cem e cinquenta) Unidades Fiscais Municipais - UFM, tomadas isoladamente.

Art. 5º - Não será concedido adiantamento a servidor:

- I - Responsável por 02 (dois) adiantamentos;
- II - Que estiver em atraso com prestação de contas de adiantamento anteriores;
- III - Que não esteja em exercício;
- IV - Que tenha sido declarado em alcance em face de prestação de contas anteriores julgadas irregulares pelo controle interno/ ou externo, bem como aos servidores que estiverem respondendo a processo administrativo.

Art. 6º - O processo deverá conter:

- I - A requisição, contendo os elementos indispensáveis a avaliação da necessidade, conveniência e oportunidade da realização de despesa em regime especial;
- II - Empenho;
- III - Demonstrativo de aplicação de adiantamento;
- IV - Comprovante de aplicação do adiantamento;
- V - Original do comprovante de depósito bancário relativo ao saldo de adiantamento se houver;
- VI - Cópia do extrato bancário da conta adiantamento;
- VII - Parecer do Controle Interno

Parágrafo Único - Os documentos constantes dos incisos I, III, IV, V e VI serão estabelecidos por ato do Poder Executivo.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal 0013/97 e a Lei Municipal 0114/99.

Gabinete do Prefeito Iomerê, 25 de maio de 2011.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretário de Administração e Finanças

#### Lei 631/2011

LEI Nº. 631 DE 25 DE MAIO DE 2011.

Abre Crédito Especial alterando a Lei nº. 608/2010 de 24 de novembro de 2010, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2011.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ Faz Saber Que A Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a abrir crédito especial no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Iomerê, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na seguinte dotação orçamentária.

07.00 Fundo Municipal de Saúde

07.01 Fundo Municipal de Saúde

2074 Manutenção da Gestão SUS

33900000 Aplicações Diretas

102.00 Impostos e Transferências de Impostos Saúde

R\$ 20.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito especial a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito. Iomerê, 25 de maio de 2011.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretário de Administração e Finanças

**Decreto 1144/2011**

DECRETO Nº. 1144 DE 25 DE MAIO DE 2011.

Abre Crédito Especial alterando a Lei nº. 608/2010 de 24 de novembro de 2010, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2011.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade a lei nº 631/2011 de 25 de maio de 2011.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica autorizado a abrir crédito especial no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Iomerê, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na seguinte dotação orçamentária.

07.00 Fundo Municipal de Saúde  
07.01 Fundo Municipal de Saúde  
2074 Manutenção da Gestão SUS  
33900000 Aplicações Diretas  
102.00 Impostos e Transferências de Impostos Saúde  
R\$ 20.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito especial a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito. Iomerê, 25 de maio de 2011.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretário de Administração e Finanças

**Irineópolis**

**PREFEITURA MUNICIPAL**

**Lei Nº 1.567/2011**

LEI Nº 1.567/11, DE 24 DE MAIO 2011.

"AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S. A. - EPAGRI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

WANDERLEI LEZAN, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e Eu sanciono a seguinte,

**LEI**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar convênio de Cooperação Técnica com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S. A. - EPAGRI, no valor global de R\$ 44.416,00 (quarenta e quatro mil quatrocentos e dezesseis reais), a serem repassados em 08 (oito) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 5.552,00 (cinco mil quinhentos e cinquenta e dois reais), no período de maio à dezembro de 2011.

Art. 2º - Os valores repassados, serão destinados a estabelecer ações básicas de cooperação técnica entre a EPAGRI e o Município de Irineópolis, para a execução de trabalhos de Pesquisa

Agropecuária e de Assistência Técnica e Extensão Rural, definidos pelo Plano Municipal de Desenvolvimento Rural.

Art. 3º - Os recursos a serem repassados serão contabilizados na dotação 2014 (69) - 3.3.50.00.00.00.00.0100 - Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos do orçamento em vigor.

Art. 4º - A entidade beneficiada firmará com o Município Termo de Convênio, estabelecendo normas e critérios para a aplicação dos respectivos recursos.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Irineópolis/SC, 24 de maio de 2011.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

**Republicação 1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 51/2006**

CONTRATO ADITIVO N.º 52/2006.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Construção e Execução para implantação da Unidade de Triagem e Compostagem de resíduos sólidos urbanos nº 51/2006, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Verza Prestadora de Serviços Ltda.

O Município de Irineópolis, através do Fundo Municipal de Saúde, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, CNPJ/MF n.º 06.089.125/0001-16, com sede administrativa estabelecida à Avenida 22 de Julho, nº 1080, em Irineópolis - SC., neste ato representado pela Senhora Nilda Edite Banhuki Galvão, brasileira, casada, no exercício do Cargo de Gestora do referido fundo, residente e domiciliado a Avenida 22 de Julho, n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 054.059.019-38, de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa Verza Prestadora de Serviços Ltda., Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 07.451.142/0001-14, com sede à rua João Maria Bueno, n.º 2.600, Centro, na cidade de Paula Freitas, no Estado do Paraná, neste ato representada pelo Sr. Nereu Verza, portador do CPF nº 772.113.829-68 e RG nº 3.856.578-8 SSP-PR, de ora em diante denominada de CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente Termo Aditivo Contratual, nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições estipuladas pelo Contrato de Obras e Serviços n.º 51/2006, Processo Licitatório nº 06/2006, Convite nº 02/2006, e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Facultado pelo artigo 57, Parágrafo 1º, inciso II e V, da Lei n.º 8.666/93, consolidada e Cláusula Décima do Contrato n.º 51/2006, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até 30 de junho de 2007.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Pela execução do objeto contratado, conforme faculta a cláusula Segunda do referido Contrato a CONTRATANTE, não pagará a CONTRATADA, valor algum a mais, tendo em vista a paralisação das obras devido a falta de repasse de recursos por parte do Governo Federal, através da Funasa, não possibilitando a conclusão dentro do cronograma pré-estabelecido.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

Permanecem inalteradas e plenamente válidas as demais cláusulas





e condições estabelecidas pelo Contrato nº 51/2006.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 29 de dezembro de 2006.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO  
Contratante

VERZA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA.  
NEREU VERZA  
Contratada

Testemunhas:  
EDSON LUIZ ROSA  
MAURÍCIO JURASZEK

### **Republicação 2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 51/2006**

CONTRATO ADITIVO N.º 32/2007.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Construção e Execução para implantação da Unidade de Triagem e Compostagem de resíduos sólidos urbanos nº 51/2006, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Verza Prestadora de Serviços Ltda.

O Município de Irineópolis, através do Fundo Municipal de Saúde, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, CNPJ/MF n.º 06.089.125/0001-16, com sede administrativa estabelecida à Avenida 22 de Julho, nº 1080, em Irineópolis - SC., neste ato representado pela Senhora Nilda Edite Banhuki Galvão, brasileira, casada, no exercício do Cargo de Gestora do referido fundo, residente e domiciliado a Avenida 22 de Julho, n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 054.059.019-38, de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa Verza Prestadora de Serviços Ltda., Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 07.451.142/0001-14, com sede à rua João Maria Bueno, n.º 2.600, Centro, na cidade de Paula Freitas, no Estado do Paraná, neste ato representada pelo Sr. Nereu Verza, portador do CPF nº 772.113.829-68 e RG nº 3.856.578-8 SSP-PR, de ora em diante denominada de CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente Termo Aditivo Contratual, nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições estipuladas pelo Contrato de Obras e Serviços n.º 51/2006, Processo Licitatório nº 06/2006, Convite nº 02/2006, e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

Facultado pelo artigo 57, Parágrafo 1º, inciso II e V, da Lei n.º 8.666/93, consolidada e Cláusula Décima do Contrato n.º 51/2006, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até 31.12.2007.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA**

Pela execução do objeto contratado, conforme faculta a cláusula Segunda do referido Contrato a CONTRATANTE, não pagará a CONTRATADA, valor algum a mais, tendo em vista a paralisação das obras devido a falta de repasse de recursos por parte do Governo Federal, através da Funasa, não possibilitando a conclusão dentro do cronograma pré-estabelecido.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA**

Permanecem inalteradas e plenamente válidas as demais cláusulas e condições estabelecidas pelo Contrato nº 51/2006.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 29 de junho de 2007.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO  
Contratante

VERZA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA.  
NEREU VERZA  
Contratada

Testemunhas:  
EDSON LUIZ ROSA  
MAURÍCIO JURASZEK

### **Republicação 3º Termo Aditivo ao Contrato Nº 51/2006**

CONTRATO ADITIVO N.º 44/2007.

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Construção e Execução para implantação da Unidade de Triagem e Compostagem de resíduos sólidos urbanos nº 51/2006, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Verza Prestadora de Serviços Ltda.

O Município de Irineópolis, através do Fundo Municipal de Saúde, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, CNPJ/MF n.º 06.089.125/0001-16, com sede administrativa estabelecida à Avenida 22 de Julho, nº 1080, em Irineópolis - SC., neste ato representado pela Senhora Nilda Edite Banhuki Galvão, brasileira, casada, no exercício do Cargo de Gestora do referido fundo, residente e domiciliado a Avenida 22 de Julho, n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 054.059.019-38, de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa Verza Prestadora de Serviços Ltda., Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 07.451.142/0001-14, com sede à rua João Maria Bueno, n.º 2.600, Centro, na cidade de Paula Freitas, no Estado do Paraná, neste ato representada pelo Sr. Nereu Verza, portador do CPF nº 772.113.829-68 e RG nº 3.856.578-8 SSP-PR, de ora em diante denominada de CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente Termo Aditivo Contratual, nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições estipuladas pelo Contrato de Obras e Serviços n.º 51/2006, Processo Licitatório nº 06/2006, Convite nº 02/2006, e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

Facultado pelo artigo 57, Parágrafo 1º, inciso II e V, da Lei n.º 8.666/93, consolidada e Cláusula Décima do Contrato n.º 51/2006, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até 31.12.2008.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA**

Pela execução do objeto contratado, conforme faculta a cláusula Segunda do referido Contrato a CONTRATANTE, não pagará a CONTRATADA, valor algum a mais, tendo em vista a paralisação das obras devido a falta de repasse de recursos por parte do

Governo Federal, através da Funasa, não possibilitando a conclusão dentro do cronograma pré-estabelecido.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

Permanecem inalteradas e plenamente válidas as demais cláusulas e condições estabelecidas pelo Contrato nº 51/2006.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 28 de dezembro de 2007.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO  
Contratante

VERZA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA.  
NEREU VERZA  
Contratada

Testemunhas:  
EDSON LUIZ ROSA  
MAURÍCIO JURASZEK

#### Republicação 4º Termo Aditivo ao Contrato Nº 51/2006

CONTRATO ADITIVO N.º 34/2008.

Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Construção e Execução para implantação da Unidade de Triagem e Compostagem de resíduos sólidos urbanos nº 51/2006, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Verza Prestadora de Serviços Ltda.

O Município de Irineópolis, através do Fundo Municipal de Saúde, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, CNPJ/MF n.º 06.089.125/0001-16, com sede administrativa estabelecida à Avenida 22 de Julho, nº 1080, em Irineópolis - SC., neste ato representado pelo Sr. Edinilson Brand, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Gestor do referido fundo, residente e domiciliado a Rua Santa Catarina, n.º 286, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 613.584.289-72, de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa Verza Prestadora de Serviços Ltda., Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 07.451.142/0001-14, com sede à rua João Maria Bueno, n.º 2.600, Centro, na cidade de Paula Freitas, no Estado do Paraná, neste ato representada pelo Sr. Nereu Verza, portador do CPF nº 772.113.829-68 e RG nº 3.856.578-8 SSP-PR, de ora em diante denominada de CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente Termo Aditivo Contratual, nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições estipuladas pelo Contrato de Obras e Serviços n.º 51/2006, Processo Licitatório nº 06/2006, Convite nº 02/2006, e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 57, Parágrafo 1º, inciso II e V, da Lei n.º 8.666/93, consolidada e Cláusula Décima do Contrato n.º 51/2006, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até 31.12.2009.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Pela execução do objeto contratado, conforme faculta a cláusula Segunda do referido Contrato a CONTRATANTE, não pagará a CONTRATADA, valor algum a mais, tendo em vista a paralisação

das obras devido a falta de repasse de recursos por parte do Governo Federal, através da Funasa, não possibilitando a conclusão dentro do cronograma pré-estabelecido.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

Permanecem inalteradas e plenamente válidas as demais cláusulas e condições estabelecidas pelo Contrato nº 51/2006.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 30 de dezembro de 2008.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EDINILSON BRAND  
Contratante

VERZA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA.  
NEREU VERZA  
Contratada

Testemunhas:  
EDSON LUIZ ROSA  
MAURÍCIO JURASZEK

#### Republicação 5º Termo Aditivo ao Contrato Nº 51/2006

CONTRATO ADITIVO N.º 43/2009.

Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Construção e Execução para implantação da Unidade de Triagem e Compostagem de resíduos sólidos urbanos nº 51/2006, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Verza Prestadora de Serviços Ltda.

O Município de Irineópolis, através do Fundo Municipal de Saúde, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, CNPJ/MF n.º 06.089.125/0001-16, com sede administrativa estabelecida à Avenida 22 de Julho, nº 1080, em Irineópolis - SC., neste ato representado pela Senhora Nilda Edite Banhuki Galvão, brasileira, casada, no exercício do Cargo de Gestora do referido fundo, residente e domiciliado a Avenida 22 de Julho, n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 054.059.019-38, de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa Verza Prestadora de Serviços Ltda., Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 07.451.142/0001-14, com sede à rua João Maria Bueno, n.º 2.600, Centro, na cidade de Paula Freitas, no Estado do Paraná, neste ato representada pelo Sr. Nereu Verza, portador do CPF nº 772.113.829-68 e RG nº 3.856.578-8 SSP-PR, de ora em diante denominada de CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente Termo Aditivo Contratual, nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições estipuladas pelo Contrato de Obras e Serviços n.º 51/2006, Processo Licitatório nº 06/2006, Convite nº 02/2006, e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 57, Parágrafo 1º, inciso II e V, da Lei n.º 8.666/93, consolidada e Cláusula Décima do Contrato n.º 51/2006, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até 31.12.2010.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Pela execução do objeto contratado, conforme faculta a cláusula Segunda do referido Contrato a CONTRATANTE, não pagará a CONTRATADA, valor algum a mais, tendo em vista a paralisação das obras devido a falta de repasse de recursos por parte do Governo Federal, através da Funasa, não possibilitando a conclusão dentro do cronograma pré-estabelecido.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

Permanecem inalteradas e plenamente válidas as demais cláusulas e condições estabelecidas pelo Contrato nº 51/2006.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 30 de dezembro de 2009.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO  
Contratante

VERZA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA.  
NEREU VERZA  
Contratada

Testemunhas:  
EDSON LUIZ ROSA  
MAURÍCIO JURASZEK

#### Republicação 6º Termo Aditivo ao Contrato Nº 51/2006

CONTRATO ADITIVO N.º 25/2010.

Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Construção e Execução para implantação da Unidade de Triagem e Compostagem de resíduos sólidos urbanos nº 51/2006, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Verza Prestadora de Serviços Ltda.

O Município de Irineópolis, através do Fundo Municipal de Saúde, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, CNPJ/MF n.º 06.089.125/0001-16, com sede administrativa estabelecida à Avenida 22 de Julho, nº 1080, em Irineópolis - SC., neste ato representado pela Senhora Nilda Edite Banhuki Galvão, brasileira, casada, no exercício do Cargo de Gestora do referido fundo, residente e domiciliado a Avenida 22 de Julho, n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 054.059.019-38, de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa Verza Prestadora de Serviços Ltda., Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 07.451.142/0001-14, com sede à rua João Maria Bueno, n.º 2.600, Centro, na cidade de Paula Freitas, no Estado do Paraná, neste ato representada pelo Sr. Nereu Verza, portador do CPF nº 772.113.829-68 e RG nº 3.856.578-8 SSP-PR, de ora em diante denominada de CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente Termo Aditivo Contratual, nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições estipuladas pelo Contrato de Obras e Serviços n.º 51/2006, Processo Licitatório nº 06/2006, Convite nº 02/2006, e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 57, Parágrafo 1º, inciso II e V, da Lei n.º 8.666/93, consolidada e Cláusula Décima do Contrato n.º 51/2006, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até 31.12.2011.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Pela execução do objeto contratado, conforme faculta a cláusula Segunda do referido Contrato a CONTRATANTE, não pagará a CONTRATADA, valor algum a mais, tendo em vista a paralisação das obras devido a falta de repasse de recursos por parte do Governo Federal, através da Funasa, não possibilitando a conclusão dentro do cronograma pré-estabelecido.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

Permanecem inalteradas e plenamente válidas as demais cláusulas e condições estabelecidas pelo Contrato nº 51/2006.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 30 de dezembro de 2010.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO  
Contratante

VERZA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA.  
NEREU VERZA  
Contratada

Testemunhas:  
EDSON LUIZ ROSA  
MAURÍCIO JURASZEK

**Itapoá**

**PREFEITURA MUNICIPAL**

#### Extrato do Contrato Nº 39/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 39/2011

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratada: INSTITUTO DE CONSULTORIA E AUTONOMIA LTDA, CNPJ/MF: 11.709.727/0001-69, com sede a Rua Reinaldo Schossland, nº 238, sala nº 03, Jardim Iririu, CEP: 89.2224-420, Joinville/SC.

Licitação: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2011 - PROCESSO Nº 41/2011;

Objeto: Contratação de Empresa para prestação de Serviço de assessoria durante a implantação de Programa de Capacitação de professores alfabetizadores, de anos iniciais, de educação infantil, especialistas (administradores escolares, supervisores e orientadores educacionais), gestores, assim como assessoria da equipe técnico-pedagógica da Secretaria Municipal de Educação durante todo o desenvolvimento do programa. Serviço de orientação, organização, elaboração, estudo e produção de Material Didático aos alunos de 1º ao 5º ano da Rede Municipal de Itapoá.

Valor total: R\$ 72.760,00 (setenta e dois mil setecentos e sessenta reais).

- Orçamento: Órgão 13 - Fundo Municipal de Educação, Unidade 01 - Educação Fundamental, projeto/atividade: 2.093 - Manutenção do Ensino Fundamental, aplicação direta: 16, elemento: 3.3.90, subelemento: 3.3.90.39.05 - serv. Tecn. Profissionais, vínculo: 21900.

- Órgão 13 - Fundo Municipal de Educação, Unidade 01 - Educação Fundamental, projeto/atividade: 2.095 - Manutenção do Ensino

Fundamental Salário Educação, aplicação direta: 18, elemento: 3.3.90, subelemento: 3.3.90.39.05 - serv. Tecn. Profissionais, vínculo: 25800.

- Órgão 13 - Fundo Municipal de Educação, Unidade 02 - Educação Infantil, projeto/atividade: 2.101 - Manutenção da Educação Infantil, aplicação direta: 39, elemento: 3.3.90, subelemento: 3.3.90.39.05 - serv. Tecn. Profissionais, vínculo: 21900.

- Órgão 13 - Fundo Municipal de Educação, Unidade 02 - Educação Infantil, projeto/atividade: 2.101 - Manutenção da Educação Infantil, aplicação direta: 40, elemento: 3.3.90, subelemento: 3.3.90.39.05 - serv. Tecn. Profissionais, vínculo: 25800.

Data da assinatura: 25/05/2011;

Data vigência contratual: O contrato terá início imediato à assinatura, e o término previsto para 31/12/2011

Itapoá, 25 de maio de 2011.

ERVINO SPERANDIO

Prefeito Municipal

## Joaçaba

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### **Extrato PP 29/2011/PMJ - PL 62/2011/PMJ**

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2011/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2011/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de impressos gráficos, em conformidade com as especificações do Anexo I, destinados à manutenção das atividades desenvolvidas pelas diversas secretarias da Administração Municipal e pela Intendência de Agricultura, durante o exercício financeiro de 2011. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Data da abertura: Dia 09/06/2011, a partir das 14h, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 09/06/2011. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@joacaba.sc.gov.br](mailto:comprasjba@joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 25 de maio de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

#### **Extrato Retificação PP 18/2011/FMS - PL 20/2011/FMS**

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE RETIFICAÇÃO AO EXTRATO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 20/2011/FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2011/FMS

O Município de Joaçaba torna pública a RETIFICAÇÃO efetuada no Extrato do Edital de Pregão Presencial Nº 18/2011/FMS - PL 20/2011/FMS, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS EM 25/05/2011:

1) No objeto, onde se lê: "aquisição, de forma parcelada, de material de enfermagem destinado à manutenção dos programas e serviços da Secretaria Municipal de Saúde, até o mês de dezembro 2011", leia-se "aquisição, de forma parcelada, de materiais e equipamentos de enfermagem destinados à manutenção dos programas e serviços da Secretaria Municipal de Saúde, até o mês de dezembro 2011".

As demais disposições do extrato permanecem inalteradas.

O Edital na íntegra encontra-se disponível junto à Secretaria de Gestão Administrativa do Município, Setor de Licitações, à Avenida XV de Novembro, 378 - Telefones 0xx49 3527-8828 e 3527-8805, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas, ou pelo site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br) a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 25 de maio de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

#### **Errata ao Decreto Nº 3.804 de 19 de Maio de 2011.**

ERRATA AO DECRETO Nº 3.804 DE 19 DE MAIO DE 2011.

NO DECRETO Nº 3.804 / 2011 QUE NOMEIA CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL - CDM:

Onde lê-se:

Representante do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina

Silvio Fiedler - Titular

Cássio Cecconello - Suplente

e

REPRESENTANTES DO MOVIMENTO COMUNITÁRIO

Yuri Godoi - União das Associações de Moradores 2- Titular

Walter Maresch - União das Associações de Moradores 2- Suplente

Leia-se:

Representante do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina

Cássio Cecconello - Titular

Silvio Fiedler - Suplente

e

REPRESENTANTES DO MOVIMENTO COMUNITÁRIO

Walter Maresch - União das Associações de Moradores 2- Titular

Yuri Reis de Godoi - União das Associações de Moradores 2- Suplente

Joaçaba, 25 de maio de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito



**Relatório de Gestão Fiscal 1º Quadrimestre/2011**

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC - PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2010 A ABRIL/2011

RGF □ ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	29.669.269,82	59.591,43
Pessoal Ativo	25.867.551,91	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	1.835.057,55	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	1.966.660,36	59.591,43
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	2.188.476,19	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	347.075,30	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	6.343,34	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.835.057,55	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>27.480.793,63</b>	<b>59.591,43</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>	<b>27.540.385,06</b>	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>		<b>66.705.045,39</b>
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100</b>		<b>41,29</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%</b>		<b>36.020.724,51</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%</b>		<b>34.219.688,29</b>
<b>FONTE: SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA</b>		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

JOACABA, 25/05/2011

\_\_\_\_\_  
RAFAEL LASKE  
PREFEITO

\_\_\_\_\_  
IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO  
SECRETÁRIA DE GESTÃO FINANCEIRA

\_\_\_\_\_  
JULIANA APARECIDA KASBURG BRUSTOL  
CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
PATRICIA CALLEGARI  
CONTADORA CRC 029205/O-3

**MUNICÍPIO DE JOACABA - SC**  
**RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL 2011**

RGF – ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>10.865.688,79</b>	<b>10.318.787,76</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	9.594.209,26	9.509.413,35	0,00	0,00
Interna	9.594.209,26	9.509.413,35	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	1.067.249,93	661.614,99	0,00	0,00
Demais Dívidas	204.229,60	147.759,42	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>22.354.692,46</b>	<b>27.607.967,97</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	22.664.128,65	27.996.116,50	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	215.443,26	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	309.436,19	603.591,79	0,00	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-11.489.003,67</b>	<b>-17.289.180,21</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>64.388.451,33</b>	<b>66.705.045,39</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]</b>	<b>16,88%</b>	<b>15,47%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
<b>% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]</b>	<b>-17,84%</b>	<b>-25,92%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>77.266.141,60</b>	<b>80.046.054,47</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS	9.594.209,26	9.509.413,35	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	113.140,53	401.805,62	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.866.926,06	17.142.395,12	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>40.387.266,81</b>	<b>40.387.266,81</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	40.387.266,81	40.387.266,81	0,00	0,00
Demais Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>20.337.041,76</b>	<b>21.217.969,12</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	55.298,97	5.667,27	0,00	0,00
Investimentos	20.285.025,75	21.214.732,32	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011

Continuação 2/2

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

<b><u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u></b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011</b>		
		<b>Até o 1º Quadrimestre</b>	<b>Até o 2º Quadrimestre</b>	<b>Até o 3º Quadrimestre</b>
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	3.282,96	2.430,47	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>20.050.225,05</b>	<b>19.169.297,69</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

JOACABA, 25/05/2011

\_\_\_\_\_  
RAFAEL LASKE  
PREFEITO

\_\_\_\_\_  
IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO  
SECRETÁRIA DE GESTÃO FINANCEIRA

\_\_\_\_\_  
JULIANA APARECIDA KASBURG BRUSTOLIN  
CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
PATRICIA CALLEGARI  
CONTADORA CRC 029205/O-3

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL DE 2011

RGF – Anexo III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>64.388.451,33</b>	<b>66.705.045,39</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>14.165.459,29</b>	<b>14.675.109,99</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE: SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA

JOACABA, 25/05/2011

\_\_\_\_\_  
RAFAEL LASKE  
PREFEITO

\_\_\_\_\_  
IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO  
SECRETÁRIA DE GESTÃO FINANCEIRA

\_\_\_\_\_  
JULIANA APARECIDA KASBURG BRUSTOLIN  
CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
PATRICIA CALLEGARI  
CONTADORA CRC 029205/O-3



MUNICÍPIO DE JOACABA - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>66.705.045,39</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>10.672.807,26</b>	<b>16,00</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>4.669.353,18</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE: SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA

Continua 1/2



MUNICÍPIO DE JOACABA - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Continuação 2/2

JOACABA, 25/05/2011

\_\_\_\_\_  
RAFAEL LASKE  
PREFEITO

\_\_\_\_\_  
IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO  
SECRETÁRIA DE GESTÃO FINANCEIRA

\_\_\_\_\_  
JULIANA APARECIDA KASBURG BRUSTOLIN  
CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
PATRICIA CALLEGARI  
CONTADORA CRC 029205/O-3

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC - PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 1º Quadrimestre de 2011

L.R.F., Artigo 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	27.540.385,06	41,29
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	36.020.724,51	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	34.219.688,29	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-17.289.180,21	-25,92
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	80.046.054,47	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	14.675.109,99	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	10.672.807,26	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	4.669.353,18	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	11.756.055,11	25.098.328,45

FONTE: SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA  
JOACABA, 25/05/2011

\_\_\_\_\_  
RAFAEL LASKE  
PREFEITO

\_\_\_\_\_  
IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO  
SECRETÁRIA DE GESTÃO FINANCEIRA

\_\_\_\_\_  
JULIANA APARECIDA KASBURG BRUSTOLIN  
CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
PATRICIA CALLEGARI  
CONTADORA CRC 029205/O-3

## Relatório Resumido de Execução Orçamentária 2º Bimestre/2011

Município de JOACABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>67.786.789,60</b>	<b>67.786.789,60</b>	<b>15.098.531,76</b>	<b>22,27</b>	<b>25.361.719,31</b>	<b>37,41</b>	<b>42.425.070,29</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>65.536.789,60</b>	<b>65.536.789,60</b>	<b>14.882.388,03</b>	<b>22,71</b>	<b>25.137.652,68</b>	<b>38,36</b>	<b>40.399.136,92</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	13.300.766,48	13.300.766,48	5.132.506,58	38,59	6.710.272,12	50,45	6.590.494,36
IMPOSTOS	11.175.800,00	11.175.800,00	4.103.932,04	36,72	5.419.191,11	48,49	5.756.608,89
TAXAS	2.038.016,48	2.038.016,48	1.025.241,30	50,31	1.280.111,43	62,81	757.905,05
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	86.950,00	86.950,00	3.333,24	3,83	10.969,58	12,62	75.980,42
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.322.410,00	2.322.410,00	346.370,78	14,91	522.110,94	22,48	1.800.299,06
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	895.600,00	895.600,00	162.858,91	18,18	315.840,56	35,27	579.759,44
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.322.410,00	2.322.410,00	346.370,78	14,91	522.110,94	22,48	1.800.299,06
CONTRIB P/ CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLIC	895.600,00	895.600,00	162.858,91	18,18	315.840,56	35,27	579.759,44
RECEITA PATRIMONIAL	3.490.808,44	3.490.808,44	777.538,04	22,27	1.325.624,93	37,97	2.165.183,51
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	80.250,00	80.250,00	13.136,79	16,37	26.080,91	32,50	54.169,09
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	3.408.358,44	3.408.358,44	752.445,09	22,08	1.274.823,91	37,40	2.133.534,53
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	2.200,00	2.200,00	11.956,16	543,46	24.720,11	123,64	-22.520,11
RECEITA DE SERVIÇOS	9.092.493,75	9.092.493,75	1.734.522,73	19,08	3.080.767,45	33,88	6.011.726,30
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	35.066.945,93	35.066.945,93	6.466.779,58	18,44	12.551.904,15	35,79	22.515.041,78
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	34.003.945,93	34.003.945,93	6.124.821,72	18,01	12.092.255,56	35,56	21.911.690,37
Transf. de Instituições Privadas	25.000,00	25.000,00	6.700,00	26,80	6.700,00	26,80	18.300,00
Transf. de Pessoas	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Transf. de Conv.	943.000,00	943.000,00	334.440,36	35,47	444.778,59	47,17	498.221,41
Transferência de Convênios	90.000,00	90.000,00	817,50	0,91	8.170,00	9,08	81.830,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.367.765,00	1.367.765,00	261.811,41	19,14	631.132,53	46,14	736.632,47
Multas e Juros de Mora	422.615,00	422.615,00	72.636,21	17,19	120.787,82	28,58	301.827,18
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	63.850,00	63.850,00	41.432,39	64,89	65.953,02	103,29	-2.103,02
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	842.300,00	842.300,00	142.094,11	16,87	434.352,37	51,57	407.947,63
RECEITAS DIVERSAS	39.000,00	39.000,00	5.648,70	14,48	10.039,32	25,74	28.960,68
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.250.000,00</b>	<b>2.250.000,00</b>	<b>216.143,73</b>	<b>9,61</b>	<b>224.066,63</b>	<b>9,96</b>	<b>2.025.933,37</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	240.000,00	240.000,00	16.143,73	6,73	24.066,63	10,03	215.933,37

Continua 1/4



Município de JOACABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/4

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>67.786.789,60</b>	<b>67.786.789,60</b>	<b>15.098.531,76</b>	<b>22,27</b>	<b>25.361.719,31</b>	<b>37,41</b>	<b>42.425.070,29</b>
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	-200.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	-200.000,00
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>4.792.710,40</b>	<b>4.792.710,40</b>	<b>608.411,12</b>	<b>12,69</b>	<b>919.459,39</b>	<b>19,18</b>	<b>3.873.251,01</b>
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>4.792.710,40</b>	<b>4.792.710,40</b>	<b>608.411,12</b>	<b>12,69</b>	<b>919.459,39</b>	<b>19,18</b>	<b>3.873.251,01</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	500,00	500,00	636,26	127,25	636,26	127,25	-136,26
Taxas - Operações Intra-Orçamentárias	500,00	500,00	636,26	127,25	636,26	127,25	-136,26
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.518.600,28	3.518.600,28	489.571,50	13,91	733.749,42	20,85	2.784.850,86
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.518.600,28	3.518.600,28	489.571,50	13,91	733.749,42	20,85	2.784.850,86
RECEITA DE SERVIÇOS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	189.318,00	189.318,00	33.595,54	17,75	58.059,05	30,67	131.258,95
OUTRAS RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.084.292,12	1.084.292,12	84.607,82	7,80	127.014,66	11,71	957.277,46
MULTAS E JUROS DE MORA - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	100,00	100,00	607,82	607,82	1.014,66	014,66	-914,66
RECEITAS DECOR. DE APORTES PERIOD. AMORT. DÉFICIT	1.084.192,12	1.084.192,12	84.000,00	7,75	126.000,00	11,62	958.192,12
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>72.579.500,00</b>	<b>72.579.500,00</b>	<b>15.706.942,88</b>	<b>21,64</b>	<b>26.281.178,70</b>	<b>36,21</b>	<b>46.298.321,30</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>72.579.500,00</b>	<b>72.579.500,00</b>	<b>15.706.942,88</b>	<b>21,64</b>	<b>26.281.178,70</b>	<b>36,21</b>	<b>46.298.321,30</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>72.579.500,00</b>	<b>72.579.500,00</b>	<b>15.706.942,88</b>	<b>21,64</b>	<b>26.281.178,70</b>	<b>36,21</b>	<b>46.298.321,30</b>
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	4.909.426,86	—	—	425.121,08	—	—
Superávit Financeiro	—	4.909.426,86	—	—	425.121,08	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

Continua 2/4

Município de JOACABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>67.803.289,60</b>	<b>8.459.304,14</b>	<b>76.262.593,74</b>	<b>9.264.897,37</b>	<b>32.245.127,01</b>	<b>10.080.252,20</b>	<b>16.668.537,63</b>	<b>21,86</b>	<b>59.594.056,11</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>52.289.668,61</b>	<b>2.278.921,12</b>	<b>54.568.589,73</b>	<b>7.944.109,88</b>	<b>28.411.257,70</b>	<b>9.630.622,75</b>	<b>15.733.282,65</b>	<b>28,83</b>	<b>38.835.307,08</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	27.454.937,30	30.925,58	27.485.862,88	3.997.331,19	9.600.326,59	4.473.549,15	8.043.681,64	29,26	19.442.181,24
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	967.000,00	178.718,39	335.392,59	33,54	664.607,41
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.834.731,31	2.247.995,54	26.082.726,85	3.946.778,69	17.843.931,11	4.978.355,21	7.354.208,42	28,20	18.728.518,43
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>11.284.436,87</b>	<b>6.180.383,02</b>	<b>17.464.819,89</b>	<b>1.320.787,49</b>	<b>3.833.869,31</b>	<b>449.629,45</b>	<b>935.254,98</b>	<b>5,36</b>	<b>16.529.564,91</b>
INVESTIMENTOS	10.879.436,87	6.180.383,02	17.059.819,89	1.320.787,49	3.582.970,23	390.542,63	833.492,71	4,89	16.226.327,18
INVERSOES FINANCEIRAS	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	400.000,00	0,00	400.000,00	0,00	250.899,08	59.086,82	101.762,27	25,44	298.237,73
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>1.130.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.130.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.130.500,00</b>
<b>RESERVA LEGAL DO RPPS</b>	<b>3.098.684,12</b>	<b>0,00</b>	<b>3.098.684,12</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.098.684,12</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>4.776.210,40</b>	<b>0,00</b>	<b>4.776.210,40</b>	<b>473.253,18</b>	<b>1.751.831,35</b>	<b>631.458,84</b>	<b>1.129.399,40</b>	<b>23,65</b>	<b>3.646.811,00</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.344.085,00	0,00	3.344.085,00	471.178,10	924.023,50	496.737,85	921.520,57	27,56	2.422.564,43
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.274.110,12	0,00	1.274.110,12	2.075,08	682.960,51	108.385,11	168.375,01	13,22	1.105.735,11
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	158.015,28	0,00	158.015,28	0,00	144.847,34	26.335,88	39.503,82	25,00	118.511,46
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>72.579.500,00</b>	<b>8.459.304,14</b>	<b>81.038.804,14</b>	<b>9.738.150,55</b>	<b>33.996.958,36</b>	<b>10.711.711,04</b>	<b>17.797.937,03</b>	<b>21,96</b>	<b>63.240.867,11</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>72.579.500,00</b>	<b>8.459.304,14</b>	<b>81.038.804,14</b>	<b>9.738.150,55</b>	<b>33.996.958,36</b>	<b>10.711.711,04</b>	<b>17.797.937,03</b>	<b>21,96</b>	<b>63.240.867,11</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>8.483.241,67</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>72.579.500,00</b>	<b>8.459.304,14</b>	<b>81.038.804,14</b>	<b>9.738.150,55</b>	<b>33.996.958,36</b>	<b>10.711.711,04</b>	<b>26.281.178,70</b>	<b>21,96</b>	<b>63.240.867,11</b>

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 880.392,93

FONTE: SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA

Continua 3/4

Município de JOACABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 4/4

FONTE: SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA

JOACABA, 25/05/2011

---

RAFAEL LASKE  
PREFEITO

---

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO  
SECRETÁRIA DE GESTÃO FINANCEIRA

---

JULIANA APARECIDA KASBURG BRUSTOLIN  
CONTROLADORA INTERNA

---

PATRICIA CALLEGARI  
CONTADORA CRC 029205/O-3

Município de JOACABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo II ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea “ c” )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	67.803.289,60	76.262.593,74	9.264.897,37	32.245.127,01	10.080.252,20	16.668.537,63	93,65	21,86	59.594.056,11
Legislativa	2.920.000,00	2.920.000,00	221.048,03	653.180,97	226.589,42	417.838,76	2,35	14,31	2.502.161,24
Ação Legislativa	2.920.000,00	2.920.000,00	221.048,03	653.180,97	226.589,42	417.838,76	2,35	14,31	2.502.161,24
Administração	7.160.876,00	7.368.516,00	920.566,10	4.518.147,19	1.527.809,02	3.023.950,74	16,99	41,04	4.344.565,26
Representação Judicial e Extrajudicial	868.850,00	868.850,00	58.026,50	506.653,77	58.690,94	484.296,45	2,72	55,74	384.553,55
Planejamento e Orçamento	99.250,00	157.890,00	71.657,95	103.465,68	11.857,95	26.765,68	0,15	16,95	131.124,32
Administração Geral	4.081.876,00	4.230.876,00	512.166,76	2.994.063,78	1.061.427,63	1.890.889,56	10,62	44,69	2.339.986,44
Administração Financeira	1.546.700,00	1.546.700,00	219.180,81	746.540,89	299.468,92	487.789,50	2,74	31,54	1.058.910,50
Controle Interno	110.400,00	110.400,00	17.033,83	35.488,91	18.472,24	30.543,97	0,17	27,67	79.856,03
Comunicação Social	142.400,00	142.400,00	28.826,72	68.065,80	50.291,91	66.837,69	0,38	46,94	75.562,31
Assistência à Criança e ao Adolescente	21.400,00	21.400,00	10.077,15	10.077,15	10.077,15	10.077,15	0,06	47,09	11.322,85
Previdência do Regime Estatutário	290.000,00	290.000,00	3.596,38	53.791,21	17.522,28	26.750,74	0,15	9,22	263.249,26
Segurança Pública	1.522.086,92	1.759.904,34	79.704,98	1.029.666,92	190.380,24	297.997,66	1,67	16,93	1.461.906,68
Policimento	19.000,00	19.000,00	4.050,50	6.861,50	4.773,00	4.773,00	0,03	25,12	14.227,00
Defesa Civil	1.503.086,92	1.740.904,34	75.654,48	1.022.805,42	185.607,24	293.224,66	1,65	16,84	1.447.679,68
Assistência Social	2.290.550,00	2.648.737,75	405.447,30	1.162.046,02	568.851,10	875.023,72	4,92	33,04	1.773.714,03
Assistência ao Idoso	154.188,00	189.354,00	61.643,24	89.676,62	46.377,23	64.689,67	0,36	34,16	124.664,33
Assistência ao Portador de Deficiência	73.274,00	73.479,57	60.803,42	73.434,10	0,00	12.070,68	0,07	16,43	61.408,89
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.234.478,00	1.269.660,56	175.701,32	436.080,13	182.897,97	337.890,31	1,90	26,61	931.770,25
Assistência Comunitária	828.610,00	1.116.243,62	107.299,32	562.855,17	339.575,90	460.373,06	2,59	41,24	655.870,56
Previdência Social	3.040.000,00	3.040.000,00	366.347,75	732.880,17	368.371,95	722.760,47	4,06	23,78	2.317.239,53
Previdência do Regime Estatutário	3.040.000,00	3.040.000,00	366.347,75	732.880,17	368.371,95	722.760,47	4,06	23,78	2.317.239,53
Saúde	9.555.312,30	10.194.712,10	1.495.929,57	4.327.416,69	1.581.104,99	2.604.601,73	14,63	25,55	7.590.110,37
Atenção Básica	8.010.532,30	8.536.069,65	1.249.166,01	3.682.703,05	1.343.444,31	2.208.865,94	12,41	25,88	6.327.203,71
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.177.480,00	1.270.752,92	187.928,74	492.101,58	170.644,65	290.217,29	1,63	22,84	980.535,63
Vigilância Sanitária	216.000,00	222.744,91	38.811,00	77.598,83	38.206,25	67.632,46	0,38	30,36	155.112,45
Vigilância Epidemiológica	151.300,00	165.144,62	20.023,82	75.013,23	28.809,78	37.886,04	0,21	22,94	127.258,58
Trabalho	2.225.623,28	2.225.623,28	302.690,39	2.022.407,48	356.662,54	603.181,20	3,39	27,10	1.622.442,08
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2.225.623,28	2.225.623,28	302.690,39	2.022.407,48	356.662,54	603.181,20	3,39	27,10	1.622.442,08
Educação	11.940.119,23	12.236.044,81	2.222.336,38	5.475.906,13	2.214.942,33	3.265.857,69	18,35	26,69	8.970.187,12
Alimentação e Nutrição	234.000,00	234.000,00	52.184,00	194.810,01	34.165,72	35.063,23	0,20	14,98	198.936,77
Ensino Fundamental	6.383.468,63	6.623.310,03	1.368.000,02	3.232.126,90	1.279.645,85	1.816.994,33	10,21	27,43	4.806.315,70
Ensino Médio	189.509,26	189.509,26	-7.512,82	90.344,84	30.721,35	30.721,35	0,17	16,21	158.787,91

Continua 1/4



Município de JOACABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	67.803.289,60	76.262.593,74	9.264.897,37	32.245.127,01	10.080.252,20	16.668.537,63	93,65	21,86	59.594.056,11
Educação	11.940.119,23	12.236.044,81	2.222.336,38	5.475.906,13	2.214.942,33	3.265.857,69	18,35	26,69	8.970.187,12
Educação Infantil	4.716.641,34	4.772.725,52	769.678,41	1.777.250,08	802.292,48	1.263.663,54	7,10	26,48	3.509.061,98
Educação Especial	96.000,00	96.000,00	-113,70	65.886,30	11.886,30	17.386,30	0,10	18,11	78.613,70
Difusão Cultural	320.500,00	320.500,00	40.100,47	115.488,00	56.230,63	102.028,94	0,57	31,83	218.471,06
Direitos da Cidadania	94.850,00	94.850,00	13.318,60	27.155,29	12.851,90	26.688,59	0,15	28,14	68.161,41
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	94.850,00	94.850,00	13.318,60	27.155,29	12.851,90	26.688,59	0,15	28,14	68.161,41
Urbanismo	8.549.307,75	12.772.000,74	944.232,05	4.690.977,53	1.240.397,19	1.690.426,05	9,50	13,24	11.081.574,69
Infra-Estrutura Urbana	4.981.757,75	9.204.450,74	722.844,72	1.812.104,65	463.726,18	713.409,22	4,01	7,75	8.491.041,52
Serviços Urbanos	2.666.950,00	2.666.950,00	59.081,21	2.570.419,91	614.364,89	668.563,86	3,76	25,07	1.998.386,14
Conservação de Energia	900.600,00	900.600,00	162.306,12	308.452,97	162.306,12	308.452,97	1,73	34,25	592.147,03
Habitação	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Habitação Urbana	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Saneamento	8.734.532,53	10.546.733,59	1.636.714,72	4.489.735,70	964.845,69	1.868.930,76	10,50	17,72	8.677.802,83
Administração Geral	1.728.772,40	1.988.772,40	186.003,18	717.776,88	228.595,16	493.173,24	2,77	24,80	1.495.599,16
Saneamento Básico Rural	39.472,05	174.472,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	174.472,05
Saneamento Básico Urbano	6.966.288,08	8.383.489,14	1.450.711,54	3.771.958,82	736.250,53	1.375.757,52	7,73	16,41	7.007.731,62
Gestão Ambiental	95.000,00	488.000,00	17.766,04	42.101,88	19.513,61	40.251,18	0,23	8,25	447.748,82
Preservação e Conservação Ambiental	95.000,00	488.000,00	17.766,04	42.101,88	19.513,61	40.251,18	0,23	8,25	447.748,82
Agricultura	381.000,00	406.000,00	41.577,24	85.152,31	38.637,67	66.212,31	0,37	16,31	339.787,69
Extensão Rural	381.000,00	406.000,00	41.577,24	85.152,31	38.637,67	66.212,31	0,37	16,31	339.787,69
Comércio e Serviços	82.800,00	82.800,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	0,01	1,81	81.300,00
Turismo	82.800,00	82.800,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	0,01	1,81	81.300,00
Transporte	1.216.150,00	1.483.589,54	231.425,11	659.231,07	236.914,00	252.912,74	1,42	17,05	1.230.676,80
Transporte Aéreo	45.050,00	47.489,54	5.692,18	22.613,98	6.072,42	15.141,26	0,09	31,88	32.348,28
Transporte Rodoviário	1.171.100,00	1.436.100,00	225.732,93	636.617,09	230.841,58	237.771,48	1,34	16,56	1.198.328,52
Desporto e Lazer	1.719.800,00	1.719.800,00	363.449,37	492.456,23	175.488,39	271.560,52	1,53	15,79	1.448.239,48
Desporto Comunitário	1.719.800,00	1.719.800,00	363.449,37	492.456,23	175.488,39	271.560,52	1,53	15,79	1.448.239,48
Encargos Especiais	2.026.097,47	2.026.097,47	843,74	1.835.165,43	355.392,16	638.843,51	3,59	31,53	1.387.253,96
Serviço da Dívida Interna	1.400.000,00	1.400.000,00	0,00	1.217.899,08	237.805,21	437.154,86	2,46	31,23	962.845,14
Outros Encargos Especiais	626.097,47	626.097,47	843,74	617.266,35	117.586,95	201.688,65	1,13	32,21	424.408,82
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.130.500,00	1.130.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.130.500,00

Continua 2/4

Município de JOACABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	67.803.289,60	76.262.593,74	9.264.897,37	32.245.127,01	10.080.252,20	16.668.537,63	93,65	21,86	59.594.056,11
RESERVA DO RPPS	3.098.684,12	3.098.684,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.098.684,12
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	4.776.210,40	4.776.210,40	473.253,18	1.751.831,35	631.458,84	1.129.399,40	6,35	23,65	3.646.811,00
Legislativa	80.000,00	80.000,00	10.151,51	20.569,15	10.151,51	20.569,15	0,12	25,71	59.430,85
Ação Legislativa	10.000,00	10.000,00	400,98	1.202,94	400,98	1.202,94	0,01	12,03	8.797,06
Previdência do Regime Estatutário	70.000,00	70.000,00	9.750,53	19.366,21	9.750,53	19.366,21	0,11	27,67	50.633,79
Administração	963.618,00	963.618,00	112.230,59	256.660,21	121.661,26	232.723,86	1,31	24,15	730.894,14
Administração Geral	963.618,00	963.618,00	112.230,59	256.660,21	121.661,26	232.723,86	1,31	24,15	730.894,14
Segurança Pública	1.500,00	1.500,00	0,00	1.500,00	186,23	265,36	0,00	17,69	1.234,64
Defesa Civil	1.500,00	1.500,00	0,00	1.500,00	186,23	265,36	0,00	17,69	1.234,64
Assistência Social	22.915,00	22.915,00	3.994,20	6.906,74	3.994,20	6.906,74	0,04	30,14	16.008,26
Assistência Comunitária	7.560,00	7.560,00	1.652,82	2.180,25	1.652,82	2.180,25	0,01	28,84	5.379,75
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	15.355,00	15.355,00	2.341,38	4.726,49	2.341,38	4.726,49	0,03	30,78	10.628,51
Previdência Social	129.100,00	129.100,00	17.954,78	35.926,15	17.954,78	35.926,15	0,20	27,83	93.173,85
Previdência do Regime Estatutário	129.100,00	129.100,00	17.954,78	35.926,15	17.954,78	35.926,15	0,20	27,83	93.173,85
Saúde	416.895,00	416.895,00	47.883,90	141.988,07	69.843,90	94.676,13	0,53	22,71	322.218,87
Atenção Básica	373.390,00	373.390,00	47.883,90	98.483,07	69.678,18	94.461,05	0,53	25,30	278.928,95
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	43.505,00	43.505,00	0,00	43.505,00	165,72	215,08	0,00	0,49	43.289,92
Educação	1.124.904,00	1.124.904,00	178.092,57	381.655,68	182.998,66	349.184,36	1,96	31,04	775.719,64
Ensino Fundamental	583.274,00	583.274,00	94.511,64	219.393,47	98.598,73	194.871,80	1,09	33,41	388.402,20
Educação Infantil	541.630,00	541.630,00	83.580,93	162.262,21	84.399,93	154.312,56	0,87	28,49	387.317,44
Urbanismo	14.580,00	14.580,00	0,00	14.580,00	706,08	1.153,28	0,01	7,91	13.426,72
Infra-Estrutura Urbana	10.800,00	10.800,00	0,00	10.800,00	278,02	536,54	0,00	4,97	10.263,46
Serviços Urbanos	3.780,00	3.780,00	0,00	3.780,00	428,06	616,74	0,00	16,32	3.163,26
Saneamento	605.500,00	605.500,00	86.195,89	170.681,40	86.195,89	170.681,40	0,96	28,19	434.818,60
Administração Geral	1.000,00	1.000,00	422,26	422,26	422,26	422,26	0,00	42,23	577,74
Previdência do Regime Estatutário	525.000,00	525.000,00	72.929,52	144.667,24	72.929,52	144.667,24	0,81	27,56	380.332,76
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	79.500,00	79.500,00	12.844,11	25.591,90	12.844,11	25.591,90	0,14	32,19	53.908,10
Agricultura	1.391,00	1.391,00	0,00	1.391,00	216,66	315,38	0,00	22,67	1.075,62
Extensão Rural	1.391,00	1.391,00	0,00	1.391,00	216,66	315,38	0,00	22,67	1.075,62
Transporte	24.840,00	24.840,00	0,00	24.840,00	4.687,60	7.027,96	0,04	28,29	17.812,04
Transporte Aéreo	3.240,00	3.240,00	0,00	3.240,00	210,64	291,46	0,00	9,00	2.948,54
Transporte Rodoviário	21.600,00	21.600,00	0,00	21.600,00	4.476,96	6.736,50	0,04	31,19	14.863,50

Continua 3/4

Município de JOACABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 4/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	4.776.210,40	4.776.210,40	473.253,18	1.751.831,35	631.458,84	1.129.399,40	6,35	23,65	3.646.811,00
Desporto e Lazer	148.760,00	148.760,00	16.749,74	46.285,61	22.526,19	38.514,41	0,22	25,89	110.245,59
Previdência do Regime Estatutário	114.800,00	114.800,00	15.017,71	29.513,66	15.017,71	29.513,66	0,17	25,71	85.286,34
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	15.600,00	15.600,00	1.732,03	3.411,95	2.573,69	3.411,95	0,02	21,87	12.188,05
Desporto Comunitário	18.360,00	18.360,00	0,00	13.360,00	4.934,79	5.588,80	0,03	30,44	12.771,20
Encargos Especiais	1.242.207,40	1.242.207,40	0,00	648.847,34	110.335,88	171.455,22	0,96	13,80	1.070.752,18
Serviço da Dívida Interna	1.242.207,40	1.242.207,40	0,00	648.847,34	110.335,88	171.455,22	0,96	13,80	1.070.752,18
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>72.579.500,00</b>	<b>81.038.804,14</b>	<b>9.738.150,55</b>	<b>33.996.958,36</b>	<b>10.711.711,04</b>	<b>17.797.937,03</b>	<b>100,00</b>	<b>21,96</b>	<b>63.240.867,11</b>

FONTE: SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA

JOACABA, 25/05/2011

RAFAEL LASKE	IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO	JULIANA APARECIDA KASBURG BRUNO	PATRICIA CALLEGARI
PREFEITO	SECRETÁRIA DE GESTÃO FINANCEIRA	CONTROLADORA INTERNA	CONTADORA CRC 029205/O-3

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	11.891.440,00	11.891.440,00	4.218.395,25	5.646.463,32	47,48
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	4.981.540,00	4.981.540,00	2.934.325,19	3.029.648,54	60,82
1.1.1- IPTU	4.405.000,00	4.405.000,00	2.848.269,91	2.849.849,08	64,70
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	5.000,00	5.000,00	194,74	203,59	4,07
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	410.000,00	410.000,00	67.220,58	141.646,97	34,55
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	170.000,00	170.000,00	18.736,69	38.868,72	22,86
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(8.460,00)	(8.460,00)	(96,73)	(919,82)	10,87
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	903.600,00	903.600,00	224.894,50	428.627,97	47,44
1.2.1- ITBI	900.000,00	900.000,00	222.069,81	425.666,38	47,30
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	3.700,00	3.700,00	2.824,69	2.961,59	80,04
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	(100,00)	(100,00)	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	5.075.000,00	5.075.000,00	900.586,87	1.805.726,52	35,58
1.3.1- ISS	4.950.000,00	4.950.000,00	875.250,02	1.761.461,75	35,59
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	8.800,00	8.800,00	537,39	1.246,38	14,16
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	100.000,00	100.000,00	18.865,77	33.198,50	33,20
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	20.000,00	20.000,00	6.083,35	9.969,55	49,85
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(3.800,00)	(3.800,00)	(149,66)	(149,66)	3,94
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	931.300,00	931.300,00	158.588,69	382.460,29	41,07
1.4.1- IRRF	931.300,00	931.300,00	158.588,69	382.460,29	41,07
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	28.944.350,00	28.944.350,00	5.133.914,26	10.278.765,59	35,51
2.1- Cota-Parte FPM	9.630.000,00	9.630.000,00	1.656.273,46	3.759.929,98	39,04
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	9.630.000,00	9.630.000,00	1.656.273,46	3.759.929,98	39,04
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	15.800.000,00	15.800.000,00	2.835.463,26	5.485.439,81	34,72
2.3- ICMS-Desoneração □ L.C. nº87/1996	104.000,00	104.000,00	16.311,44	32.622,88	31,37
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	310.000,00	310.000,00	51.096,95	112.144,20	36,18
2.5- Cota-Parte ITR	350,00	350,00	185,51	351,14	100,33
2.6- Cota-Parte IPVA	3.100.000,00	3.100.000,00	574.583,64	888.277,58	28,65
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>40.835.790,00</b>	<b>40.835.790,00</b>	<b>9.352.309,51</b>	<b>15.925.228,91</b>	<b>39,00</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	797.791,53	797.791,53	136.925,42	264.038,06	33,10
5.1- Transferências do Salário-Educação	530.000,00	530.000,00	90.970,24	216.213,44	40,79
5.2- Outras Transferências do FNDE	258.491,53	258.491,53	43.930,84	43.930,84	17,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	9.300,00	9.300,00	2.024,34	3.893,78	41,87
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	307.938,40	307.938,40	258.557,34	258.557,34	83,96
6.1- Transferências de Convênios	307.938,40	307.938,40	258.557,34	258.557,34	83,96
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>1.105.729,93</b>	<b>1.105.729,93</b>	<b>395.482,76</b>	<b>522.595,40</b>	<b>47,26</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	5.788.870,00	5.788.870,00	1.026.782,44	2.055.752,29	35,51
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB □ (20% de 2.1.1)	1.926.000,00	1.926.000,00	331.254,64	751.985,88	39,04
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB □ (20% de 2.2)	3.160.000,00	3.160.000,00	567.092,49	1.097.087,63	34,72
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB □ (20% de 2.3)	20.800,00	20.800,00	3.262,28	6.524,56	31,37
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB □ (20% de 2.4)	62.000,00	62.000,00	10.219,41	22.428,87	36,18
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB □ (20% de (1.5 + 2.5))	70,00	70,00	37,08	70,19	100,27
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB □ (20% de 2.6)	620.000,00	620.000,00	114.916,54	177.655,16	28,65
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	6.147.000,00	6.147.000,00	1.098.848,25	2.173.227,84	35,35
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	6.130.000,00	6.130.000,00	1.091.240,87	2.160.967,72	35,25
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	17.000,00	17.000,00	7.607,38	12.260,12	72,12
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 □ 10)</b>	<b>341.130,00</b>	<b>341.130,00</b>	<b>64.458,43</b>	<b>105.215,43</b>	<b>30,84</b>
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					



MUNICÍPIO DE JOACABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	5.593.770,00	5.672.955,97	1.054.227,57	1.589.653,11	28,02
13.1- Com Educação Infantil	2.904.800,00	2.951.553,40	579.663,11	886.684,31	30,04
13.2- Com Ensino Fundamental	2.688.970,00	2.721.402,57	474.564,46	702.968,80	25,83
14- OUTRAS DESPESAS	553.230,00	569.969,61	123.105,30	176.233,25	30,92
14.1- Com Educação Infantil	321.100,00	330.430,78	52.232,90	85.638,80	25,92
14.2- Com Ensino Fundamental	232.130,00	239.538,83	70.872,40	90.594,45	37,82
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	6.147.000,00	6.242.925,58	1.177.332,87	1.765.886,36	28,29
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					□
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					95.925,58
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					95.925,58
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 □ 18) / (11) x 100) %					68,73
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 □ RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2010 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				95.925,58	
21 □ DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2011 ²				95.925,58	

**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB**

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	10.208.947,50	10.208.947,50	2.338.077,38	3.981.307,23	39,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.912.598,51	4.968.682,69	871.640,37	1.402.924,06	28,24
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.225.900,00	3.281.984,18	631.896,01	972.323,11	29,63
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.686.698,51	1.686.698,51	239.744,36	430.600,95	25,53
24- ENSINO FUNDAMENTAL	6.426.789,79	6.466.631,19	1.286.536,56	1.902.681,99	29,42
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.921.100,00	2.960.941,40	545.436,86	793.563,25	26,80
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.505.689,79	3.505.689,79	741.099,70	1.109.118,74	31,64
25- ENSINO MÉDIO	44.405,00	44.405,00	13.167,22	13.167,22	29,65
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	11.383.793,30	11.479.718,88	2.171.344,15	3.318.773,27	28,91
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					105.215,43
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					12.260,12
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					95.925,58
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					□
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					213.401,13
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) □ (37))					3.092.204,92
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					19,42

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	537.300,00	537.300,00	50.557,26	60.266,26	11,22
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.143.929,93	1.143.929,93	176.039,58	236.002,52	17,56
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.681.229,93	1.681.229,93	226.596,84	296.268,78	15,75
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	13.065.023,23	13.360.948,81	2.397.940,99	3.615.042,05	27,06
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2011 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	95.925,58	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.160.967,72	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.767.038,14	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	12.260,12	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	502.115,28	0,00

JOACABA, 25/05/2011

\_\_\_\_\_  
RAFAEL LASKE  
PREFEITO

\_\_\_\_\_  
IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO  
SECRETÁRIA DE GESTÃO FINANCEIRA

\_\_\_\_\_  
JULIANA APARECIDA KASBURG BRUSTOL  
CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
PATRICIA CALLEGARI  
CONTADORA CRC 029205/O-3

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 95.925,58, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

**SIMAE****Resumo Contrato JHL 0042/2011 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0042/2011  
TERMO DO QUINTO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0101/2010.  
PREGÃO PRESENCIAL 0042/2010  
LICITAÇÃO 0049/2010  
PROTOCOLO Nº 2842/2010

Data: 25/05/2011  
Objeto: Redução nos valores de combustíveis para exercício 2011  
Contratado: POSTO ESTRELA LTDA  
Valor Total do Contrato: Gasolina R\$ 2,73 (Dois reais e setenta e três centavos) o litro de Gasolina.  
PROGRAMA: 17.512.0029-2061  
ELEMENTO: 3390.30.01.00  
Prazo de vigência: 01/06/2011 a 31/12/2011.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI  
Diretora Presidente do SIMAE.

**Lages****CÂMARA DE VEREADORES****Editais Audiência Pública Nº 008/2011**

EDITAL Nº 008/2011

Adilson Rodrigues de Appolinário, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Lages, no uso de suas atribuições de conformidade com a Lei nº 2545/1999, fará realizar Audiência Pública, conforme segue:

Data: 14 de junho de 2011 (terça - feira);  
Horário: 19:30 horas;  
Assunto: Discutir sobre o "PROJETO DE LEI Nº 035/2011 - DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 3º DA LEI Nº 3119 de 29.11.2004 QUE AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A DOAR ÁREA DE TERRAS À EMPRESA CENTROSERRA EVENTOS LTDA - ME."

Local: Plenário da casa  
Inscrições: até o início dos trabalhos.

Obs.: Maiores informações na secretaria da casa ou no site [www.camaralages.sc.gov.br](http://www.camaralages.sc.gov.br).

Lages, 25 de maio de 2011.  
ADILSON RODRIGUES DE APPOLINÁRIO  
Presidente

**Lauro Muller****PREFEITURA MUNICIPAL****Lei nº 1.683/2011**

LEI Nº 1.683/2011 DE 26 DE MAIO DE 2011.  
Dispõe sobre abertura de crédito suplementar.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar ao Orçamento do Exercício de 2011, no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

06.00 - Secretaria de Urbanismo, Turismo, Cultura, Des. Econômico e Meio Ambiente  
06.02 - Departamento da Cultura  
2.029 - Eventos Culturais no Município  
3.3.90 - Aplicação Direta - 0.1.0000 - R\$ 130.000,00

TOTAL - R\$ 130.000,00

Art. 2º - Os recursos para suprir o crédito suplementar de que trata o artigo 1º, correrão por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

06.00 - Secretaria de Urbanismo, Turismo, Cultura, Des. Econômico e Meio Ambiente  
06.01 - Departamento de Desenvolvimento Econômico  
1.062 - Feira Comunitária  
3.3.90 - Aplicação Direta - 0.1.0000 - R\$ 45.000,00

1.028 - Construção de Museu  
4.5.90 - Aplicação Direta - 0.1.0000 - R\$ 45.000,00

2.003 - Manutenção da Administração Geral  
3.3.90 - Aplicação Direta - 0.1.0000 - R\$ 40.000,00

TOTAL - R\$ 130.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Lauro Müller, 26 de Maio de 2011.  
HÉLIO LUIZ BUNN  
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES  
Sec. Administração, Fin. Planej.

**Lei nº 1.684/2011**

LEI Nº 1.684/2011 DE 26 DE MAIO DE 2011.  
Dispõe sobre abertura de crédito suplementar.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar ao Orçamento do Exercício de 2011, no valor de R\$ 547.000,00 (quinhentos e quarenta e sete mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

07.00 - Fundo Municipal de Saúde  
07.01 - Fundo Municipal de Saúde  
1.031 - Construção de Unidade de Saúde  
4.4.90 - Aplicação Direta - 0.1.0003 - R\$ 242.000,00  
4.4.90 - Aplicação Direta - 0.1.0023 - R\$ 305.000,00

TOTAL - R\$ 547.000,00

Art. 2º - Os recursos para suprir o crédito suplementar de que trata o artigo 1º, correrão por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

07.00 - Fundo Municipal de Saúde  
07.01 - Fundo Municipal de Saúde  
2.036 - Manutenção das Equipes PACS e PSF  
3.3.50 - Aplicação Direta - 0.1.0023 - R\$ 100.000,00

2.037 - Programa do PAB  
3.1.90 - Aplicação Direta - 0.1.0023 - R\$ 205.000,00  
4.4.90 - Aplicação Direta - 0.1.0003 - R\$ 40.000,00

2.039 - Gerenciamento e Manutenção dos Serviços de Saúde  
4.5.90 - Aplicação Direta - 0.1.0003 - R\$ 45.000,00  
4.6.90 - Aplicação Direta - 0.1.0003 - R\$ 30.000,00

2.040 - Implantação de Programa e Serviços de Controle  
3.3.90 - Aplicação Direta - 0.1.0003 - R\$ 45.000,00  
4.6.90 - Aplicação Direta - 0.1.0003 - R\$ 30.000,00

2.064 - Manutenção SAMU  
3.1.90 - Aplicação Direta - 0.1.0003 - R\$ 27.000,00  
3.3.90 - Aplicação Direta - 0.1.0003 - R\$ 25.000,00

TOTAL - R\$ 547.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Lauro Müller, 26 de Maio de 2011.  
HÉLIO LUIZ BUNN  
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES  
Sec. Administração, Fin. Planej.

### Lei nº 1.685/2011

LEI Nº 1.685/2011 DE 26 DE MAIO DE 2011.

Dispõe sobre nova redação e alterações à Lei Municipal nº 1.300/2004 de 30/06/2004, e dá outras providências.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 38 da Lei Municipal nº 1.300/2004 passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 38 - O membro do magistério afastado da ministração de aulas para exercer o cargo de Diretor Escolar e de Apoio Administrativo na Secretaria Municipal da

Educação e dos Esportes fará jus à gratificação de 40% (quarenta por cento), ambos calculadas sobre o vencimento do cargo efetivo e será automaticamente suspenso quando findar o afastamento para a execução dos cargos mencionados no "caput" deste artigo".

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 26 de Maio de 2011.  
HÉLIO LUIZ BUNN  
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES  
Sec. Administração, Fin. Planej.

### Lei nº 1.686/2011

LEI Nº 1.686/2011 DE 26 DE MAIO DE 2011.

Denomina de Estrada Noel de Souza a Estrada Geral de Itanema, município de Lauro Müller e dá outras providências.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - A estrada geral de Itanema, iniciando na ponte sobre o Rio Salame até Bairro Itanema, Município de Lauro Müller, passa a denominar-se: ESTRADA NOEL DE SOUZA.

Art. 2º - A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, providenciará a confecção e colocação de placa indicadora na referida estrada, indicando a denominação dada por esta Lei.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Lauro Müller, 26 de Maio de 2011.  
HÉLIO LUIZ BUNN  
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES  
Sec. Administração, Fin. Planej.

**Luzerna**

**PREFEITURA MUNICIPAL**

### Decreto 1338

DECRETO Nº 1338 de 17 de maio de 2011.

"FIXA O VALOR DA BOLSA-AUXÍLIO MENSAL A SER PAGO AOS ESTAGIÁRIOS NÃO OBRIGATÓRIOS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 777 de 20 de março



de 2008 alterada pela Lei nº Lei nº 841 de 09 de junho de 2009,

**DECRETA:**

Art.1º- Fica fixado em R\$ 500,00 (quinhentos reais) o valor da bolsa-auxílio mensal a ser pago aos estagiários não obrigatórios para jornada de atividade em estágio de 30 (trinta) horas semanais, sendo que para jornadas inferiores ou superiores a 30 (trinta) horas semanais o valor da bolsa será proporcional as horas de atividade realizadas.

Art.2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de maio de 2011.

Luzerna(SC), 17 de maio de 2011.

NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal

**Decreto 1339**

DECRETO Nº 1339 de 25 de maio de 2011.

"CONVOCA A IV CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais

**DECRETA:**

Art.1º- Fica convocada a IV CONFERÊNCIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LUZERNA a se realizar em módulo único tendo por local as dependências do CENTRO DE EVENTOS SÃO JOÃO BATISTA, no dia 28 de junho de 2011, a partir das 14h00, com o tema "Todos usam o SUS! SUS na Seguridade Social Social - Política Pública, Patrimônio do Povo Brasileiro" e o eixo: "Acesso e acolhimento com qualidade: um desafio para o SUS".

Art.2º - A Conferência será presidida pelo Secretário Municipal de Saúde e Bem Estar Social e coordenada pela Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social de Luzerna.

Art.3º - O Regimento Interno da IV CONFERÊNCIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LUZERNA será aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde.

Art.4º - As despesas com a organização e realização da IV CONFERÊNCIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LUZERNA correrão por conta de recursos orçamentários consignados ao FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art.5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC) 25 de maio de 2011.

NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal

**Resolução Nº 003 de 16 de maio de 2011.**

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes/CME

UF: SC

Assunto: Normatização das atividades em Tempo integral

Relator (es): Maria Regina Falchetti e Claudemir Bonatto

Membros da comissão: Vali Carolina Spier e Iria Pauli

Processo: 003

APROVADO EM: 16/05/2011

**I - RELATÓRIO**

O presente parecer atende solicitação da Secretaria Municipal de Educação e ao interesse do Conselho Municipal de Educação, a fim

de regulamentar as atividades de Sistema Integral que são oferecidas pela Secretaria de Educação baseada na LDB (Lei nº 9394 de 20/12/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, "art. 34 - A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola. §1º - São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta Lei. §2º - O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.")

**II - ANÁLISE**

**Considerações:**

1 - Considerando a Constituição Federal de 1988, em seu art. 208, que afirma:

"O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;"

2 - Considerando a Lei nº 9394 de 20/12/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que:

a)No art. 3º estabelece os princípios básicos para o ensino:

"I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos Sistemas de ensino;

IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;"

b)No art. 27, estabelece:

"art. 27 - Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;

II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;

III - orientação para o trabalho;

IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.

c)E no art. 34 determina sobre a jornada escolar mínima diária:

"Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola."

d) No art. 42:

"Art. 42. As escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionados a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade."

3 - Considerando o Estatuto da criança e do adolescente, Lei Federal nº 8.069/90:

"Art. 62. "Considera-se aprendizagem a formação técnica profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação da educação em vigor"

Responda-se a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e ao Conselho Municipal de Educação, que, diante do exposto somos favoráveis a implantação do sistema de forma integral, assim organizado por esta Secretaria, conforme proposta de Resolução em anexo.

Luzerna(SC), 16 maio de 2011.

Relator (es): Maria Regina Falchetti e Claudemir Bonatto

### III - DECISÃO DA PLENÁRIA

A plenária acompanha o voto das relatoras aprovando proposta de resolução por unanimidade dos presentes.

Conselheira Maria Regina Falchetti - Presidente \_\_\_\_\_  
 Conselheira Roseli Terezinha Schneider Padilha \_\_\_\_\_  
 Conselheira Roseli Otto Meisterlin \_\_\_\_\_  
 Conselheira Mauro André Pagliosa \_\_\_\_\_  
 Conselheira Hildamara Pasqualini de Almeida Oliveira \_\_\_\_\_  
 Conselheira Mara Aparecida Fuganti de Souza \_\_\_\_\_  
 Conselheira Andréia Freiburger Ribeiro da Silva \_\_\_\_\_  
 Conselheira Adriana Antunes De Lima \_\_\_\_\_  
 Conselheiro Claudemir José Bonatto \_\_\_\_\_  
 Conselheira Marlise Spier Debus \_\_\_\_\_  
 Conselheira Claudete Bressan \_\_\_\_\_  
 Conselheira Iria Pauli \_\_\_\_\_  
 Conselheira Ivete Favetti \_\_\_\_\_  
 Conselheira Maristela Dalla Lana \_\_\_\_\_  
 Conselheira Noeli Fiorin Ungerich \_\_\_\_\_  
 Conselheira Vali Carolina Spier \_\_\_\_\_  
 Conselheira Maria Regina Facin Ribeiro da Silva \_\_\_\_\_  
 Conselheira Márcia Regina Dociatti Cendron \_\_\_\_\_

RESOLUÇÃO Nº 003 de 16 de maio de 2011.

"DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE ATIVIDADES EM TEMPO INTEGRAL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL."

A Presidente do Conselho Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Regimento Interno e o Parecer nº 003 de 16 de maio de 2011, da Comissão de Ensino Fundamental e Legislação e Normas,

#### RESOLVE:

Art. 1º - A presente Resolução institui as normas para regulamentação da implantação de atividades em tempo integral para o ensino fundamental.

Art. 2º - O Ensino será ministrado com base nos princípios de igualdade, liberdade, pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, gratuidade e outros expressos no art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Art. 3º - O direito ao ensino fundamental não se refere apenas ao acesso à matrícula, mas à permanência e ao ensino de qualidade, com a criação de condições para a aprendizagem dessa faixa etária, com espaço, tempo e recursos didáticos e pedagógicos adequados, com políticas educacionais que garantam uma educação de qualidade para o desenvolvimento social e obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar.

O ensino em tempo integral no Município de Luzerna se organizará da seguinte forma:

#### 1. Aulas de Apoio em período de Jornada Ampliada

No ensino fundamental série iniciais, a Secretaria de Educação terá dois profissionais designados para trabalhar em horário contra turno com alunos em dificuldades de alfabetização e reforço escolar, com o desenvolvimento de atividades lúdicas com recursos variados para pequenos grupos objetivando um atendimento diferenciado e individual. As aulas acontecerão todos os dias.

No ensino fundamental séries finais 5ª a 8ª séries/ 8º ao 9º ano as aulas de apoio também serão ministradas no contra turno e por um professor designado para esta atividade. Essas aulas visam atender a alunos com dificuldades de aprendizagem que não estão conseguindo acompanhar o ritmo da turma. Este professor trabalhará com grupos menores de alunos e buscará subsídios para desenvolver atividades intensificando e revendo conteúdos curriculares e ou sanando dificuldades de aprendizagem (ortografia, produção de textos, raciocínio matemático). As aulas de reforço/ apoio acontecerão duas vezes por semana.

#### 2. Aulões

A Escola oferecerá a todos os alunos que freqüentam a oitava série (nono ano) aulões (matemática, português e conhecimentos gerais). Estes aulões acontecerão uma vez por semana no contra turno e atenderão turmas diferentes a cada semana. Os alunos serão avaliados pela participação. Os pais serão comunicados e solicitados a assinar um termo de compromisso autorizando e motivando os filhos a participar das aulas.

#### 3. Jornada Ampliada - 7ª e 8ª série

Será desenvolvido em jornada ampliada em parceria com as duas Instituições Técnicas existentes no município sendo: SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e IFC - Instituto Federal Catarinense. Objetiva-se proporcionar aos alunos de 7ª e 8ª série maior interatividade com as escolas de ensino técnico, e o acesso aos conhecimentos relacionados diretamente com o mundo do trabalho. Os alunos realizarão atividades de iniciação nas áreas tecnológicas como: informática, introdução à mecânica industrial, elétrica, eletrônica e projetos especiais.

A freqüência dos alunos acontecerá todas as uma vez por semana em horário contra turno. Esta atividade será subsidiada pela Prefeitura Municipal de Luzerna através da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.

O grande objetivo do projeto é motivar o aluno para que posteriormente no ensino médio e já com idade profissionalizante, venha a freqüentar um curso técnico ou de aprendizagem nestas escolas, despertando assim uma futura profissão.

#### 4. Desenvolvimento de atividades Culturais e Esportivas

A Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Município oferecerá atividades esportivas e culturais gratuitas no contra turno, para os alunos da escola municipal. Os alunos poderão ter o seu tempo ocupado em atividades, sempre com orientação de profissionais especializados.

Praticar esportes e desenvolver habilidades artísticas e culturais é importantíssimo para o desenvolvimento integral do aluno. Os pais poderão sentir-se mais tranquilos, sabendo que os filhos estarão praticando atividades em local seguro e acolhedor.

O aluno aproveitará o tempo na escola para aprender e desenvolver habilidades específicas, valores como a perseverança,

disciplina, cooperação, aquisição de normas e valores sociais. As aulas oferecidas para os alunos serão: dança, judô, atletismo, futsal, handebol, xadrez. As aulas serão oferecidas de uma a duas vezes por semana em dias e horários pré-determinados (nos ginásios e espaço das duas unidades da Escola Municipal São Francisco que atendem o ensino fundamental); haverá uma matrícula no início do ano. Serão atividades optativas, porém com um sistema de avaliação e controle de presença.

Luzerna(SC), 16 de maio de 2011.  
MARIA REGINA FALCHETTI  
Presidente do Conselho Municipal de Educação

### **Extrato Homologação PR.020.2011 - Escavação Valas**

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO  
Pregão nº 0020/2011

O Prefeito Municipal de Luzerna, NORIVAL FIORIN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0040/2011, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço
- Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALAS PARA ASSENTAMENTO DA REDE COLETORA DE ESGOTO.

Proponente(s) Vencedora(s):  
. EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA ME  
Valor total: R\$ 55.350,00

Luzerna (SC), 26 de maio de 2011.  
NORIVAL FIORIN  
Prefeito de Luzerna

### **Extrato Pregão FMS.022.2011 - Medicamentos**

EDITAL  
Pregão Presencial nº 022/2011

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA (SC), por intermédio de seu Gestor, ORLANDO FÁVERO, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para Registro de Preço.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, DE FORMA PARCELADA, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.  
REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.  
ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h do dia 10 de junho de 2011.  
ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10min do dia 10 de junho de 2011.  
OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br)

## **CÂMARA DE VEREADORES**

### **Extrato de Contrato CMV 002.2011**

EXTRATO DE CONTRATO  
CMV 2011

EXTRATO DE CONTRATO Nº: cmv.002.2011  
MODALIDADE: Dispensa de Licitação para Compras e Serviços nº cmv 0003/2011

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de Luzerna  
CONTRATADA: Consórcio De Informática Na Gestão Pública Municipal (CIGA)

OBJETO: Contratação de prestação de serviços de Tecnologia da Informação - Elaboração e Manutenção de Site da Câmara Municipal de Vereadores de Luzerna durante o Exercício Financeiro de 2011.

VALOR: R\$ 800,00 (oitocentos reais),  
VIGÊNCIA: 12/05/2011 a 31/12/2011

DOTAÇÕES:

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Elemento - 3.3.90.39.08 - Manutenção de Software  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE LUZERNA

Atividade - 01.0101.01.031.0001.2001 - Manutenção da Câmara de Vereadores

Reduzido: 001

Fonte 00 - Recursos Ordinários

Luzerna(SC), 26 de maio de 2011  
MOISÉS DIERSMANN  
Presidente da CMV  
CONTRATANTE

JOÃO ROMÃO  
Prefeito de Garuva  
Presidente do CIGA  
CONTRATADA

## **Massaranduba**

### **PREFEITURA MUNICIPAL**

### **Edital Nº. 49/2011 - Dispensa de Licitação**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA  
Estado de Santa Catarina  
EDITAL Nº. 49/2011 - DISPENSA DE LICITAÇÃO

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE REDE DE DRENAGEM PLUVIAL E RESTAURAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE DIVERSAS RUAS DO CENTRO DO MUNICÍPIO, DANIFICADOS EM FUNÇÃO DAS ENXURRADAS QUE ASSOLARAM O MUNICÍPIO NOS MESES DE JANEIRO E MARÇO DE 2011.

FORNECEDOR: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

VALOR: R\$ 722.752,70 (setecentos e vinte e dois mil, setecentos e cinquenta e dois reais e setenta centavos)

JUSTIFICATIVA: Contratação de empresa para execução de serviços de recuperação de rede de drenagem pluvial de trechos de diversas ruas municipais, compreendendo a recuperação da pavimentação asfáltica, danificados em função das enxurradas ocorridas no Município nos meses de Janeiro e Março/2011. DECRETO Nº. 2137 DE 22 DE JANEIRO DE 2011 Declara em situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência a área do município afetada por Enxurradas.

Massaranduba, 25 de Maio de 2011.  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

**Processo Licitatório Nº. 48/2011**

PREFEITURA DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 48/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2011-PMM

A Prefeitura Municipal de Massaranduba, torna público que de acordo com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por item, objetivando a aquisição de um veículo de passageiros para 09 ocupantes de capacidade mínima (inclusive o motorista), bicomustível (álcool/gasolina), 0 km, ano/modelo 2011/2012, na cor branca, com motor de no mínimo 1.390 cm3, potência mínima de 78 cv e equipado com demais itens de segurança exigidos por lei, para suprir as necessidades do Município de Massaranduba (SC).

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14:30h do dia 10/06/2011

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 15:00h do dia 10/06/2011. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

Massaranduba, 25 de Maio de 2011.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

**Monte Carlo****PREFEITURA MUNICIPAL****Edital do Pregão Presencial Nº 18/2011**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 36/2011

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2011

REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Antoninho Tibúrcio Gonçalves, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL E FUNREBOM, inscrita no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45 e 95.996.104/0001-04 respectivamente, representado neste ato pelo gestor do fundo de Saúde, Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA e Antoninho Tibúrcio Gonçalves respectivamente, abaixo-assinados, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO e ÓRGÃOS PARTICIPANTES, resolvem realizar procedimento licitatório para o REGISTRO DE PREÇO para contratações futuras do objeto abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município - Rodovia SC 456 Km 15, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues até as 08:45 horas do dia 13/06/2011 ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data. Abertura da sessão no mesmo dia às 09:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

**1 - DO OBJETO****1.1 - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS**

de Quilômetros para contratação futura de empresa do ramo objetivando a prestação de serviço de transporte de pessoas a ser utilizado pelo Órgão Gerenciador, Fundos e Secretarias do Município de Monte Carlo, nos termos da tabela abaixo:

ITEM	QUANTIA	UNID.	DESCRIÇÃO
1	1	Km	Transporte de pessoas com Van com capacidade mínima de 15 passageiros + motorista, com bancos Soft, equipado com tacógrafo, ar condicionado, seguro para os passageiros e DETER, e todos os equipamentos de segurança exigíveis pela legislação nacional de trânsito, com ano e modelo não superior a 05 anos de uso.
2	1	Km	Transporte de pessoas com Van com capacidade mínima de 12 passageiros + m, com bancos reclináveis e equipado com tacógrafo, ar condicionado, seguro para os passageiros e DETER, e todos os equipamentos de segurança exigíveis pela legislação nacional de trânsito, com ano e modelo não superior a 05 anos de uso.
3	1	Km	Transporte de pessoas com Automóvel com capacidade mínima de 04 passageiros + motorista, equipada com ar condicionado, seguro para os passageiros e todos os equipamentos de segurança exigíveis pela legislação nacional de trânsito, com ano e modelo não superior a 05 anos de uso.
4	1	Km	Transporte de pessoas com Automóvel com capacidade mínima de 06 passageiros + motorista, equipada com ar condicionado, seguro para os passageiros e todos os equipamentos de segurança exigíveis pela legislação nacional de trânsito, com ano e modelo não superior a 05 anos de uso.
5	1	Km	Transporte de pessoas com Micro Ônibus com capacidade mínima de 21 passageiros + motorista, com bancos reclináveis e equipado com tacógrafo, seguro para os passageiros e DETER e todos os equipamentos de segurança exigíveis pela legislação nacional de trânsito, com ano e modelo não superior a 05 anos de uso.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Prefeitura Municipal de Monte Carlo, sala de Licitações, Rod. SC 456, Km 15. HORÁRIO: Das 08:00 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0\_\_49) 3546 0194 OU Home Page: [www.monte-carlo.sc.gov.br](http://www.monte-carlo.sc.gov.br)

Monte Carlo, 25 de maio de 2011.

ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES

Prefeito

**Errata Pregão Presencial 17/2011**

ERRATA

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 35/2011

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2011

REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Antoninho Tibúrcio Gonçalves no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para contratações futuras do

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE



objeto abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município - Rodovia SC 456 Km 15, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues até as 08:45 horas do dia 09/06/2011 ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data. Abertura da sessão no mesmo dia às 09:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

#### ONDE SE LER:

8	GELATINA EM PÓ, EM CAIXA DE 36 UNIDADES DE 85	CX	540	36,01
9	PO P/ PUDIM DE 1ª QUALIDADE CX C/ 36 UNI DE 85 GR	CX	310	54,23
14	BOLACHA DOCE SORTIDA CX C/ 10 PCTS DE 360 GR	CXA	680	41,8
15	BOLACHA SALGADA TIPO CREAM CRACKER CX C/ PCT 400 GR	CXA	750	33,78
16	BOLACHA DOCE TIPO MARIA CX C/ 10 PCT COM 360 GR	CX	770	33,48

#### LEIA-SE:

8	GELATINA EM PÓ, EM CAIXAS C/ 8 UND DE 1 KG DIVERSOS SABORES	CX	163	50,36
9	PO P/ PUDIM EM CAIXAS C/7 UND 1 KG DIVERSOS SABORES	CX	130	37,84
14	BOLACHA DOCE SORTIDA CX C/ 06 PCTS DE 1.600KG	CXA	680	41,8
15	BOLACHA SALGADA TIPO CREAM CRACKER CX C/ 10 PCT 800 GR	CXA	750	44,35
16	BOLACHA DOCE TIPO MARIA CX C/ 10 PCT COM 800 GR	CXA	770	44,60

Monte Carlo(SC), 26 de maio de 2011.  
ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES  
Prefeito

ALBERTINHO MANGOLT  
Administrador

### Errata Tomada de Preço Obras e Serv. Engenharia Nº 04/2011

ERRATA  
MUNICIPIO DE MONTE CARLO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 34/2011  
TOMADA DE PREÇO OBRAS E SERV. ENGENHARIA Nº 04/2011

OBJETO: ONDE SE LÊ: Contratação de empresa especializada para VENDA, INSTALAÇÃO E MONITORAMENTO DE SPEED DOME VTV EM 03 (TRES) RUAS DO MUNICIPIO DE MONTE CARLO, BEM COMO LOCAÇÃO DE CAMERAS DE SEGURANÇAS EM PRÉDIOS DAS SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SEDE ADMINISTRATIVA MNUNICIPAL, COM TODOS OS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, COM SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, TREINAMENTO E MONITORAMENTO, POR VALOR MENSAL, CONFORME ITENS CONSTANTES DO ANEXO IV, com fornecimento de materiais, maquinas e equipamentos necessários, LEIA-SE: Contratação de empresa especializada para VENDA, INSTALAÇÃO E MONITORAMENTO DE SPEED DOME EM 03 (TRES) RUAS DO MUNICIPIO DE MONTE CARLO, BEM COMO LOCAÇÃO DE CAMERAS

DE SEGURANÇAS EM PRÉDIOS DAS SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SEDE ADMINISTRATIVA MNU-  
NICIPAL, COM TODOS OS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, COM  
SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, TREINAMENTO E MONITORAMENTO,  
POR VALOR MENSAL, CONFORME ITENS CONSTANTES DO ANE-  
XO IV, com fornecimento de materiais, maquinas e equipamentos  
necessários.. TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL. ENTREGA: Docu-  
mentos e propostas até as 13:45 horas, para abertura às 14:00  
horas do dia 09/06/2011.INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:  
Prefeitura Municipal de Monte Carlo, sala de Licitações da Secre-  
taria de Administração e Finanças, situada na Rodovia SC 456 km  
15. HORÁRIO: Das 13:00 às 17:00 .TELEFONE/FAX: (0\*\*49) 546-  
0194, e ainda na pagina [www.montecarlo.sc.gov.br](http://www.montecarlo.sc.gov.br).

Monte Carlo, 24/05/2011.  
ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES  
Prefeito Municipal

## Morro da Fumaça

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Decreto Nº 040/2011

DECRETO Nº 040/2011, em 24 de maio de 2011.  
"NOMEIA OS NOVOS INTEGRANTES DO CONSELHO MUNICIPAL  
DE EDUCAÇÃO - (COME) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O senhor BALTAZAR PELLEGRIN, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 3º § 1º da Lei 834, de 19.05.1995.

DECRETA:  
Art. 1º Ficam nomeados:

I - Márcia Salvan Gabriel Saviatto - Secretária Municipal de Educa-  
ção e Cultura, membro, nato.

II - Jeverson Guollo - efetivo e Edilon de Almeida - suplente, repre-  
sentantes das Escolas Estaduais.

III - Ronise Guimarães - efetiva e Simone Fernandes - suplente,  
representantes das Escolas Particulares.

IV - Nelma Silveira de Oliveira Sartor - efetiva e Maritelmá Padoin  
da Silva - suplente, representantes das Escolas Municipais.

V - Magna Santana Sorato - efetiva e Daniela Maccari - suplente,  
representantes das Especialistas de Ensino.

VI - Mariana Guollo Recco - efetiva e Maria de Fatima Meneghel  
Savaris - suplente, representantes dos Docentes das Escolas.

VII - Cinara Napolini - efetiva e Elaine Cristina Bortolatto Serafin  
- suplente, representantes da Associação de Pais e Professores  
(APP).

Para sob a Presidência da Primeira, compor o Conselho Municipal  
de Educação - COME, com as atribuições definidas na Lei nº 834,  
de 19 de maio de 1995.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 24 de maio de 2011.



BALTAZAR PELLEGRIN  
Prefeito Municipal

BALTAZAR DE ROCHE  
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE  
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças  
Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

## Nova Trento

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Carta Convite Nº 012/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 069/2011 - Carta Convite nº 012/2011  
Objeto: A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa especializada para execução de Serviços de Pavimentação com Lajotas sextavadas, a ser executado na Rua Florianópolis, Trecho Sul, fazendo ligação com SC-411. Total de 900 m².  
Julgamento: Menor Preço Global. Empreitada por preço Unitário.  
Entrega dos envelopes: 07/06/2011 até as 14:00 horas. Abertura: 07/06/2011 - 14:05 Horas. Valor máximo da obra é de R\$ 45.000,00  
Outras Informações: Praça Del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673211 - 48.32673213.

ORIVAN JARBAS ORSI  
Prefeito Municipal

#### Tomada de Preço Nº 001/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 068/2011 - Tomada de Preço 001/2011  
Menor Preço Global no Regime Empreitada por Preço Unitário.  
Objeto: Execução dos serviços de Drenagem Pluvial, incluindo o fornecimento dos materiais, mão de obra e equipamentos necessários a serem executados da Rua Domenico Orsi, neste município de Nova Trento/SC.  
Julgamento: Menor Preço Global. Entrega dos envelopes: 22/06/2011 até as 15:00 horas. Abertura: 22/06/2011 - 15:05 Horas  
Retirada do Edital e Outras Informações: Praça Del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673211 ou 48.32673213 - e-mail: compras@novatrento.sc.gov.br. Valor do Edital: R\$ 15,00 (quinze reais)

ORIVAN JARBAS ORSI  
Prefeito Municipal

## Novo Horizonte

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Decreto 1873/2011

DECRETO Nº 1.873, de 25 de Maio de 2011.  
Abre crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício anterior e dá outras providências.

SANTOS ZILLI, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos arts. 41- I, 42 e 43 - I, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 430/2010;

Considerando a ocorrência de Superávit financeiro do exercício anterior;

#### DECRETA:

Art. 1o - Fica aberto crédito adicional suplementar por Superávit Financeiro do Exercício anterior no orçamento vigente, no valor de R\$ 174.000,00 (cento e setenta e quatro mil reais), relativos a recursos ordinários, assim consignados:

20.00 - GABINETE DO PREFEITO.

20.01 - GABINETE DO PREFEITO.

Atividade 2.002 - Manutenção da administração superior.  
Elemento de Despesa 3.3.90.03.0000.000000 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

30.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
30.01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA.

Atividade 2.003 - Manutenção da administração geral.  
Elemento de Despesa 3.3.90.03.0000.000000 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

40.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES.  
40.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Atividade 2.016 - Manutenção do ensino superior.  
Elemento de Despesa 3.3.90.03.0000.000000 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

40.02 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES

Atividade 2.019 - Manutenção do DME.  
Elemento de Despesa 3.1.90.03.0000.000000 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

50.00 - SECRETARIA AGRICULTURA TRANSPORTES OBRAS E MEIO AMBIENTE.  
50.01 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

Projeto 1.004 - Pavimentação de vias urbanas.  
Elemento de Despesa 4.4.90.03.0000.000000 Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Atividade 2.023 - Manutenção do Departamento de Transportes.  
Elemento de Despesa 3.3.90.03.0000.000000 Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 174.000,00

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 3o - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC em 25 de Maio de 2011.

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal.

### **Extrato TA 001 ao CT Nº 008/2011**

EXTRATO CONTRATUAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contrato Nº.: 008/2011 TA 001

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada : CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA

Valor : 9.221,75 (nove mil duzentos e vinte e um reais e setenta e cinco centavos)

Vigência : Início: 25/05/2011 Término: 24/06/2011

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 5/2010

Recursos : Dotação: 1.004.4.4.90.00.00.00.00.00 (66), 1.004.4.4.90.00.00.00.00.00 (155)

Objeto : O Objeto do presente Termo Aditivo consiste no aumento de quantitativos dos itens 1.2, 1.3, 1.4 e 1.5, no valor total de R\$ 9.221,75 (Nove mil, duzentos e vinte um reais e setenta e cinco centavos), conforme planilhas em anexo.

NOVO HORIZONTE, 25 de Maio de 2011

### **Extrato TA 001 ao CT Nº 009/2011**

EXTRATO CONTRATUAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contrato Nº.: 009/2011 TA 001

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada : CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA

Valor : 5.472,25 (cinco mil quatrocentos e setenta e dois reais e vinte e cinco centavos)

Vigência : Início: 25/05/2011 Término: 24/06/2011

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 6/2010

Recursos : Dotação: 1.004.4.4.90.00.00.00.00.00 (155) Saldo: 11.403,18

Objeto : O Objeto do presente Termo Aditivo consiste no aumento de quantitativos dos itens 1.2, 1.3, 1.4, 1.5 e 2.1, no valor total de R\$ 5.472,25 (Cinco mil, quatrocentos e setenta dois reais e vinte cinco centavos), conforme planilhas em anexo.

NOVO HORIZONTE, 25 de Maio de 2011

# Palmitos

## PREFEITURA MUNICIPAL

### RREO 2º Bimestre de 2011

Município de PALMITOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>24.460.000,00</b>	<b>24.460.000,00</b>	<b>4.331.055,80</b>	<b>17,71</b>	<b>8.253.353,86</b>	<b>33,74</b>	<b>16.206.646,14</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>23.411.000,00</b>	<b>23.411.000,00</b>	<b>4.072.003,07</b>	<b>17,39</b>	<b>7.979.872,47</b>	<b>34,09</b>	<b>15.431.127,53</b>
RECEITA TRIBUTARIA	2.235.800,00	2.235.800,00	329.488,71	14,74	634.626,65	28,38	1.601.173,35
IMPOSTOS	1.636.700,00	1.636.700,00	249.132,22	15,22	424.793,04	25,95	1.211.906,96
TAXAS	599.100,00	599.100,00	80.356,49	13,41	209.833,61	35,02	389.266,39
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	381.000,00	381.000,00	68.155,11	17,89	133.217,52	34,97	247.782,48
Contribuições para o Custeio do Serviço de Iluminaç	381.000,00	381.000,00	68.155,11	17,89	133.217,52	34,97	247.782,48
RECEITA PATRIMONIAL	202.800,00	202.800,00	38.110,43	18,79	75.525,26	37,24	127.274,74
RECEITAS IMOBILIARIAS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	182.800,00	182.800,00	37.562,39	20,55	72.488,85	39,65	110.311,15
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	15.000,00	15.000,00	548,04	3,65	3.036,41	20,24	11.963,59
RECEITA DE SERVIÇOS	112.700,00	112.700,00	5.750,00	5,10	5.750,00	5,10	106.950,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20.207.500,00	20.207.500,00	3.574.272,36	17,69	7.043.631,79	34,86	13.163.868,21
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	19.848.500,00	19.848.500,00	3.506.139,68	17,66	6.964.716,82	35,09	12.883.783,18
Transf. de Convênio	359.000,00	359.000,00	68.132,68	18,98	78.914,97	21,98	280.085,03
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	271.200,00	271.200,00	56.226,46	20,73	87.121,25	32,12	184.078,75
Multas e Juros de Mora	53.400,00	53.400,00	7.023,14	13,15	12.581,90	23,56	40.818,10
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	134.800,00	134.800,00	26.606,81	19,74	46.023,87	34,14	88.776,13
RECEITAS DIVERSAS	83.000,00	83.000,00	22.596,51	27,22	28.515,48	34,36	54.484,52
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>1.049.000,00</b>	<b>1.049.000,00</b>	<b>259.052,73</b>	<b>24,70</b>	<b>273.481,39</b>	<b>26,07</b>	<b>775.518,61</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000.000,00	1.000.000,00	246.000,00	24,60	246.000,00	24,60	754.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.000.000,00	1.000.000,00	246.000,00	24,60	246.000,00	24,60	754.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	4.637,15	0,00	10.494,85	0,00	-10.494,85
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	4.637,15	0,00	10.494,85	0,00	-10.494,85
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	49.000,00	49.000,00	8.415,58	17,17	16.986,54	34,67	32.013,46
Outras Receitas - Restituição de Alienação	49.000,00	49.000,00	8.415,58	17,17	16.986,54	34,67	32.013,46
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>24.460.000,00</b>	<b>24.460.000,00</b>	<b>4.331.055,80</b>	<b>17,71</b>	<b>8.253.353,86</b>	<b>33,74</b>	<b>16.206.646,14</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de PALMITOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>24.460.000,00</b>	<b>24.460.000,00</b>	<b>4.331.055,80</b>	<b>17,71</b>	<b>8.253.353,86</b>	<b>33,74</b>	<b>16.206.646,14</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	24.460.000,00	24.460.000,00	4.331.055,80	17,71	8.253.353,86	33,74	16.206.646,14
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	929.720,92	—	—	181.523,69	—	—
Superávit Financeiro	—	929.720,92	—	—	181.523,69	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>24.460.000,00</b>	<b>3.045.670,92</b>	<b>27.505.670,92</b>	<b>4.254.906,33</b>	<b>13.304.161,04</b>	<b>4.171.146,25</b>	<b>7.580.832,42</b>	<b>27,56</b>	<b>19.924.838,50</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>21.539.300,00</b>	<b>470.384,79</b>	<b>22.009.684,79</b>	<b>4.001.814,24</b>	<b>12.041.786,07</b>	<b>3.931.977,86</b>	<b>7.288.980,75</b>	<b>33,12</b>	<b>14.720.704,04</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.423.605,00	-205.720,37	11.217.884,63	1.867.498,28	4.013.639,35	1.948.976,75	3.685.314,68	32,85	7.532.569,95
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	92.500,00	0,00	92.500,00	0,00	89.100,00	13.055,48	31.669,20	34,24	60.830,80
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.023.195,00	676.105,16	10.699.300,16	2.134.315,96	7.939.046,72	1.969.945,63	3.571.996,87	33,39	7.127.303,29
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>2.900.700,00</b>	<b>2.575.286,13</b>	<b>5.475.986,13</b>	<b>253.092,09</b>	<b>1.262.374,97</b>	<b>239.168,39</b>	<b>291.851,67</b>	<b>5,33</b>	<b>5.184.134,46</b>
INVESTIMENTOS	2.705.700,00	2.575.286,13	5.280.986,13	253.092,09	1.094.255,01	215.628,76	263.635,76	4,99	5.017.350,37
INVERSOES FINANCEIRAS	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	175.000,00	0,00	175.000,00	0,00	168.119,96	23.539,63	28.215,91	16,12	146.784,09
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.000,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>24.460.000,00</b>	<b>3.045.670,92</b>	<b>27.505.670,92</b>	<b>4.254.906,33</b>	<b>13.304.161,04</b>	<b>4.171.146,25</b>	<b>7.580.832,42</b>	<b>27,56</b>	<b>19.924.838,50</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de PALMITOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>24.460.000,00</b>	<b>3.045.670,92</b>	<b>27.505.670,92</b>	<b>4.254.906,33</b>	<b>13.304.161,04</b>	<b>4.171.146,25</b>	<b>7.580.832,42</b>	<b>27,56</b>	<b>19.924.838,50</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	672.521,44	—	—
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>24.460.000,00</b>	<b>3.045.670,92</b>	<b>27.505.670,92</b>	<b>4.254.906,33</b>	<b>13.304.161,04</b>	<b>4.171.146,25</b>	<b>8.253.353,86</b>	<b>27,56</b>	<b>19.924.838,50</b>

PALMITOS, 24/05/2011

Norberto Paulo Gonzatti  
Prefeito Municipal

Rosane Schafer Warken  
Contador CRC/SC Nº 025218/O-3



Município de PALMITOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2011		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

PALMITOS, 24/05/2011

Norberto Paulo Gonzatti  
Prefeito Municipal

Rosane Schafer Warken  
Contador CRC/SC Nº 025218/O-3

MUNICÍPIO DE PALMITOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	1.769.500,00	1.769.500,00	268.755,96	458.294,40	25,90
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	662.200,00	662.200,00	77.937,58	90.557,60	13,68
1.1.1- IPTU	578.200,00	578.200,00	66.933,82	67.046,54	11,60
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	3.000,00	3.000,00	0,00	19,94	0,66
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	60.000,00	60.000,00	8.827,55	18.524,72	30,87
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	21.000,00	21.000,00	2.176,21	4.966,40	23,65
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	170.000,00	170.000,00	39.685,67	87.253,87	51,33
1.2.1- ITBI	170.000,00	170.000,00	39.685,67	87.253,87	51,33
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	719.800,00	719.800,00	118.871,19	220.125,52	30,58
1.3.1- ISS	700.000,00	700.000,00	116.548,94	216.432,95	30,92
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	3.000,00	3.000,00	531,24	675,04	22,50
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	15.500,00	15.500,00	1.478,91	2.497,77	16,11
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.300,00	1.300,00	312,10	519,76	39,98
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	217.500,00	217.500,00	32.261,52	60.357,41	27,75
1.4.1- IRRF	217.500,00	217.500,00	32.261,52	60.357,41	27,75
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	16.520.000,00	16.520.000,00	3.008.876,09	6.118.009,99	37,03
2.1- Cota-Parte FPM	7.230.000,00	7.230.000,00	1.183.052,46	2.685.664,26	37,15
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.230.000,00	7.230.000,00	1.183.052,46	2.685.664,26	37,15
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.900.000,00	7.900.000,00	1.566.402,84	3.027.025,78	38,32
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	56.000,00	56.000,00	8.834,84	17.669,68	31,55
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	172.000,00	172.000,00	27.675,89	60.741,21	35,31
2.5- Cota-Parte ITR	2.000,00	2.000,00	85,33	404,77	20,24
2.6- Cota-Parte IPVA	1.160.000,00	1.160.000,00	222.824,73	326.504,29	28,15
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>18.289.500,00</b>	<b>18.289.500,00</b>	<b>3.277.632,05</b>	<b>6.576.304,39</b>	<b>35,96</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	447.400,00	447.400,00	61.516,68	122.415,72	27,36
5.1- Transferências do Salário-Educação	271.000,00	271.000,00	43.861,27	104.760,31	38,66
5.2- Outras Transferências do FNDE	176.400,00	176.400,00	17.655,41	17.655,41	10,01
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	148.000,00	148.000,00	32.169,31	32.169,31	21,74
6.1- Transferências de Convênios	148.000,00	148.000,00	32.169,31	32.169,31	21,74
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	3.000,00	3.000,00	109,43	427,30	14,24
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>598.400,00</b>	<b>598.400,00</b>	<b>93.795,42</b>	<b>155.012,33</b>	<b>25,90</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	3.238.000,00	3.238.000,00	601.421,19	1.223.247,54	37,78
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.380.000,00	1.380.000,00	236.610,45	537.132,74	38,92
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.580.000,00	1.580.000,00	312.926,77	605.051,18	38,29
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	11.200,00	11.200,00	1.766,96	3.533,92	31,55
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	34.400,00	34.400,00	5.535,18	12.148,25	35,31
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	400,00	400,00	17,05	80,91	20,23
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	232.000,00	232.000,00	44.564,78	65.300,54	28,15
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	3.112.000,00	3.112.000,00	516.809,58	1.025.349,32	32,95
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.100.000,00	3.100.000,00	514.809,54	1.021.315,94	32,95
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	12.000,00	12.000,00	2.000,04	4.033,38	33,61
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>-138.000,00</b>	<b>-138.000,00</b>	<b>-86.611,65</b>	<b>-201.931,60</b>	<b>146,33</b>
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE PALMITOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.867.200,00	1.867.200,00	372.105,97	676.111,31	36,21
13.1- Com Educação Infantil	860.000,00	860.000,00	142.925,74	248.911,33	28,94
13.2- Com Ensino Fundamental	1.007.200,00	1.007.200,00	229.180,23	427.199,98	42,41
14- OUTRAS DESPESAS	1.244.800,00	1.324.266,39	238.466,90	452.622,37	34,18
14.1- Com Educação Infantil	210.000,00	210.000,00	22.684,93	86.572,36	41,22
14.2- Com Ensino Fundamental	1.034.800,00	1.114.266,39	215.781,97	366.050,01	32,85
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	3.112.000,00	3.191.466,39	610.572,87	1.128.733,68	35,37
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					65,94
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2010 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2011 *				79.466,39	

**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB**

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>2</sup>	4.572.375,00	4.572.375,00	819.408,01	1.644.076,10	35,96
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.070.000,00	1.070.000,00	165.610,67	335.483,69	31,35
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.070.000,00	1.070.000,00	165.610,67	335.483,69	31,35
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.818.060,00	3.897.526,39	752.345,46	1.432.360,80	36,75
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.042.000,00	2.121.466,39	444.962,20	793.249,99	37,39
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.776.060,00	1.776.060,00	307.383,26	639.110,81	35,98
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	4.888.060,00	4.967.526,39	917.956,13	1.767.844,49	35,59
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-201.931,60
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					4.033,38
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					79.466,39
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-118.431,83
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.886.276,32
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					28,68

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	271.000,00	272.092,90	71.146,24	139.863,65	51,40
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	284.900,00	482.900,00	57.903,34	57.903,34	11,99
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	555.900,00	754.992,90	129.049,58	197.766,99	26,19
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	5.443.960,00	5.722.519,29	1.047.005,71	1.965.611,48	34,35
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2011 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE PALMITOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	80.300,77	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.021.315,94	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	999.296,43	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	4.033,38	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	106.353,66	0,00

PALMITOS, 24/05/2011

\_\_\_\_\_  
Norberto Paulo Gonzatti  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
Rosane Schafer Warken  
Contador CRC/SC Nº 025218/O-3

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 79.466,39, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de PALMITOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo II ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c” )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	24.460.000,00	27.505.670,92	4.254.906,33	13.304.161,04	4.171.146,25	7.580.832,42	100,00	27,56	19.924.838,50
Legislativa	1.230.000,00	1.230.000,00	205.727,18	401.985,50	129.800,42	248.694,75	3,28	20,22	981.305,25
Ação Legislativa	1.230.000,00	1.230.000,00	205.727,18	401.985,50	129.800,42	248.694,75	3,28	20,22	981.305,25
Administração	2.395.200,00	2.475.200,00	465.036,98	1.339.584,12	458.375,98	819.825,04	10,81	33,12	1.655.374,96
Administração Geral	1.841.400,00	1.921.400,00	431.977,27	995.792,40	375.132,26	669.227,42	8,83	34,83	1.252.172,58
Administração Financeira	260.000,00	260.000,00	25.319,83	150.259,72	35.449,84	69.433,62	0,92	26,71	190.566,38
Controle Externo	110.000,00	110.000,00	7.739,88	33.532,00	15.129,88	29.932,00	0,39	27,21	80.068,00
Comunicação Social	183.800,00	183.800,00	0,00	160.000,00	32.664,00	51.232,00	0,68	27,87	132.568,00
Segurança Pública	174.500,00	265.941,06	6.279,60	57.248,94	14.282,74	30.369,64	0,40	11,42	235.571,42
Policiamento	174.500,00	265.941,06	6.279,60	57.248,94	14.282,74	30.369,64	0,40	11,42	235.571,42
Assistência Social	1.188.200,00	1.438.420,04	208.821,38	550.552,26	183.196,10	279.117,86	3,68	19,40	1.159.302,18
Assistência ao Idoso	69.000,00	75.600,45	13.200,00	34.100,00	8.354,64	15.270,13	0,20	20,20	60.330,32
Assistência ao Portador de Deficiência	51.700,00	51.700,00	0,00	48.030,72	7.722,72	13.227,84	0,17	25,59	38.472,16
Assistência à Criança e ao Adolescente	437.000,00	475.073,07	58.339,76	225.563,91	67.332,23	103.162,06	1,36	21,71	371.911,01
Assistência Comunitária	630.500,00	836.046,52	137.281,62	242.857,63	99.786,51	147.457,83	1,95	17,64	688.588,69
Saúde	5.771.415,00	6.242.141,44	1.005.361,25	3.196.635,71	1.100.330,53	2.135.737,92	28,17	34,21	4.106.403,52
Atenção Básica	4.666.215,00	5.024.611,45	792.053,92	2.635.890,01	861.328,52	1.747.461,27	23,05	34,78	3.277.150,18
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	731.300,00	772.061,00	115.334,10	281.718,59	153.939,93	250.450,02	3,30	32,44	521.610,98
Vigilância Sanitária	99.200,00	146.466,36	19.218,25	66.332,67	17.136,72	32.772,49	0,43	22,38	113.693,87
Vigilância Epidemiológica	90.000,00	114.302,63	16.667,27	44.106,73	18.738,49	35.039,65	0,46	30,66	79.262,98
Alimentação e Nutrição	184.700,00	184.700,00	62.087,71	168.587,71	49.186,87	70.014,49	0,92	37,91	114.685,51
Educação	5.709.460,00	5.988.019,29	931.298,86	3.042.319,58	1.095.065,32	2.028.691,08	26,76	33,88	3.959.328,21
Ensino Fundamental	3.750.260,00	4.028.819,29	673.948,34	2.157.769,27	780.875,23	1.400.155,65	18,47	34,75	2.628.663,64
Ensino Médio	222.500,00	222.500,00	-3.000,00	219.241,99	45.675,93	60.695,92	0,80	27,28	161.804,08
Ensino Superior	40.000,00	40.000,00	8.857,08	8.857,08	1.210,68	1.210,68	0,02	3,03	38.789,32
Educação Infantil	1.693.700,00	1.693.700,00	251.493,44	653.451,24	266.130,48	565.455,83	7,46	33,39	1.128.244,17
Educação de Jovens e Adultos	3.000,00	3.000,00	0,00	3.000,00	1.173,00	1.173,00	0,02	39,10	1.827,00
Cultura	113.000,00	113.000,00	30.049,67	39.700,55	9.891,35	11.749,83	0,15	10,40	101.250,17
Difusão Cultural	113.000,00	113.000,00	30.049,67	39.700,55	9.891,35	11.749,83	0,15	10,40	101.250,17
Urbanismo	1.731.000,00	3.087.856,45	229.066,96	1.724.480,10	321.248,64	549.881,38	7,25	17,81	2.537.975,07
Infra-Estrutura Urbana	100.000,00	1.451.200,00	0,00	545.118,80	0,00	0,00	0,00	0,00	1.451.200,00
Serviços Urbanos	1.631.000,00	1.636.656,45	229.066,96	1.179.361,30	321.248,64	549.881,38	7,25	33,60	1.086.775,07

Continua 1/2



Município de PALMITOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	24.460.000,00	27.505.670,92	4.254.906,33	13.304.161,04	4.171.146,25	7.580.832,42	100,00	27,56	19.924.838,50
Habitação	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Habitação Urbana	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Agricultura	1.713.195,00	1.713.195,00	356.183,87	728.832,14	177.849,96	362.119,59	4,78	21,14	1.351.075,41
Promoção da Produção Animal	248.000,00	248.000,00	158.055,00	158.355,00	4.909,05	4.909,05	0,06	1,98	243.090,95
Abastecimento	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
Extensão Rural	1.345.195,00	1.345.195,00	198.128,87	570.477,14	172.940,91	357.210,54	4,71	26,55	987.984,46
Indústria	272.000,00	524.898,36	31.008,04	209.037,69	26.611,23	42.482,06	0,56	8,09	482.416,30
Infra-Estrutura Urbana	0,00	252.898,36	0,00	152.898,36	0,00	0,00	0,00	0,00	252.898,36
Promoção Industrial	272.000,00	272.000,00	31.008,04	56.139,33	26.611,23	42.482,06	0,56	15,62	229.517,94
Comércio e Serviços	190.000,00	336.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	336.250,00
Turismo	190.000,00	336.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	336.250,00
Transporte	2.877.430,00	2.996.149,28	652.447,95	1.383.002,01	481.673,49	799.685,81	10,55	26,69	2.196.463,47
Transporte Rodoviário	2.877.430,00	2.996.149,28	652.447,95	1.383.002,01	481.673,49	799.685,81	10,55	26,69	2.196.463,47
Desporto e Lazer	520.000,00	520.000,00	133.550,54	203.528,43	110.174,06	145.690,11	1,92	28,02	374.309,89
Desporto Comunitário	520.000,00	520.000,00	133.550,54	203.528,43	110.174,06	145.690,11	1,92	28,02	374.309,89
Encargos Especiais	534.600,00	534.600,00	74,05	427.254,01	62.646,43	126.787,35	1,67	23,72	407.812,65
Serviço da Dívida Interna	200.000,00	200.000,00	0,00	189.719,96	36.595,11	59.885,11	0,79	29,94	140.114,89
Outros Encargos Especiais	334.600,00	334.600,00	74,05	237.534,05	26.051,32	66.902,24	0,88	19,99	267.697,76
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>24.460.000,00</b>	<b>27.505.670,92</b>	<b>4.254.906,33</b>	<b>13.304.161,04</b>	<b>4.171.146,25</b>	<b>7.580.832,42</b>	<b>100,00</b>	<b>27,56</b>	<b>19.924.838,50</b>

PALMITOS, 24/05/2011

Norberto Paulo Gonzatti  
Prefeito Municipal

Rosane Schafer Warken  
Contador CRC/SC Nº 025218/O-3

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de PALMITOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2010 A ABRIL/2011

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2011
	Mai/2010	Jun/2010	Jul/2010	Ago/2010	Set/2010	Out/2010	Nov/2010	Dez/2010	Jan/2011	Fev/2011	Mar/2011	Abr/2011	TOTAL (ULT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	2.447.984,64	2.084.591,44	2.069.031,55	2.090.647,33	2.190.072,67	2.167.664,60	2.210.766,31	2.838.797,37	2.221.278,54	2.308.417,21	2.154.727,69	2.518.696,57	27.302.675,92	26.649.000,00
RECEITA TRIBUTARIA	414.769,98	95.260,77	169.970,67	147.476,50	191.506,54	124.127,69	101.665,62	300.624,09	100.021,41	205.116,53	111.034,21	218.454,50	2.180.028,51	2.235.800,00
I.P.T.U.	217.224,21	8.537,47	47.331,96	11.614,25	45.858,57	7.017,07	2.497,31	6.456,08	112,72	0,00	0,00	60.636,09	407.285,73	549.200,00
I.S.S.	47.748,89	49.703,79	48.266,27	88.121,92	53.060,08	53.428,68	55.312,05	246.301,76	49.610,77	50.273,24	49.766,95	66.781,99	858.376,39	700.000,00
I.T.B.I.	12.877,40	13.198,78	5.633,17	14.005,00	13.500,00	31.910,00	22.320,63	9.557,45	30.650,12	16.918,08	18.407,09	21.278,58	210.256,30	170.000,00
I.R.R.F.	10.556,05	11.015,42	30.745,40	19.596,29	6.768,01	20.271,20	12.247,62	23.757,08	13.245,36	14.850,53	11.045,89	21.215,63	195.314,48	217.500,00
Outras Receitas Tributárias	126.363,43	12.805,31	37.993,87	14.139,04	72.319,88	11.500,74	9.288,01	14.551,72	6.402,44	123.074,68	31.814,28	48.542,21	508.795,61	599.100,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	30.837,41	29.203,77	28.894,43	29.525,82	29.489,26	29.479,13	31.099,97	31.471,20	34.304,70	30.757,71	29.917,32	38.237,79	373.218,51	381.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	44.625,42	17.354,47	19.045,13	17.758,76	25.699,04	20.457,31	21.930,36	12.340,10	16.555,20	20.859,63	17.214,52	20.895,91	254.735,85	202.800,00
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	414,04	1.960,00	3.160,00	0,00	0,00	0,00	5.750,00	11.284,04	112.700,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.909.124,86	1.874.674,53	1.826.783,65	1.876.202,54	1.879.564,94	1.968.757,98	2.009.208,68	2.461.086,05	2.053.863,58	2.037.322,20	1.968.031,49	2.207.662,06	24.072.282,56	23.445.500,00
Cota-Parte do F.P.M.	649.558,64	563.734,28	414.535,51	555.560,36	463.763,40	499.235,88	598.466,26	1.040.230,73	723.329,88	779.281,92	508.731,06	674.321,40	7.470.749,32	7.230.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	651.685,10	654.252,71	667.280,94	685.238,32	715.954,60	785.979,86	752.686,08	795.461,18	774.167,23	686.455,71	786.475,27	779.927,57	8.735.564,57	7.900.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	101.449,12	103.954,90	135.513,40	91.013,44	111.444,02	84.437,60	74.583,58	36.388,02	37.876,30	65.803,26	101.140,72	121.684,01	1.065.288,37	1.160.000,00
Cota-Parte do ITR.	38,73	128,63	134,55	34,40	668,60	4.103,91	98,58	58,32	272,13	47,31	48,39	36,94	5.670,49	2.000,00
Transferências da LC 61/1989	12.644,90	14.774,55	15.730,33	15.219,33	15.171,16	15.788,89	16.819,57	19.773,71	17.037,80	16.027,52	11.772,52	15.903,37	186.663,65	172.000,00
Transferências da LC 87/1996	4.440,52	4.440,52	4.440,52	4.440,52	4.440,52	4.440,52	4.440,52	4.417,42	4.417,42	4.417,42	4.417,42	4.417,42	53.193,84	56.000,00
Transferências do FUNDEB	228.915,59	242.742,27	227.853,64	242.719,62	245.470,31	248.971,11	261.626,52	301.402,25	263.152,97	243.353,43	249.888,88	264.920,66	3.021.017,25	3.100.000,00
Outras Transferências Correntes	260.392,26	290.646,67	361.294,76	281.976,55	322.652,33	325.800,21	300.487,57	263.331,32	233.609,85	241.935,63	305.557,23	346.450,69	3.534.135,07	3.825.500,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	48.626,97	68.097,90	24.337,67	19.683,71	63.812,89	24.428,45	44.901,68	30.115,93	16.533,65	14.361,14	28.530,15	27.696,31	411.126,45	271.200,00
DEDUÇÕES (II)	281.627,66	270.338,87	247.527,02	270.300,95	263.245,20	276.623,34	289.418,73	324.265,26	311.419,91	310.406,44	282.163,26	319.257,93	3.446.594,57	3.238.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	281.627,66	270.338,87	247.527,02	270.300,95	263.245,20	276.623,34	289.418,73	324.265,26	311.419,91	310.406,44	282.163,26	319.257,93	3.446.594,57	3.238.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	2.166.356,98	1.814.252,57	1.821.504,53	1.820.346,38	1.926.827,47	1.891.041,26	1.921.347,58	2.514.532,11	1.909.858,63	1.998.010,77	1.872.564,43	2.199.438,64	23.856.081,35	23.411.000,00

PALMITOS, 24/05/2011

Norberto Paulo Gonzatti  
Prefeito Municipal

Rosane Schafer Warken  
Contador CRC/SC Nº 025218/O-3

Município de PALMITOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	10.494,85	-10.494,85
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	10.494,85	-10.494,85
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	0,00	10.494,85	-10.494,85

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2010 (h)	Em 2011 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	19.000,02	10.494,85	29.494,87

PALMITOS, 24/05/2011

Norberto Paulo Gonzatti  
Prefeito Municipal

Rosane Schafer Warken  
Contador CRC/SC N° 025218/O-3

Município de PALMITOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	1.000.000,00	246.000,00		754.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	5.475.986,13	291.851,67	0,00	5.184.134,46
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	5.475.986,13	291.851,67	0,00	5.184.134,46
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-4.475.986,13	-45.851,67		-4.430.134,46

PALMITOS, 24/05/2011

Norberto Paulo Gonzatti  
Prefeito Municipal

Rosane Schafer Warken  
Contador CRC/SC Nº 025218/O-3

Município de PALMITOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3



Município de PALMITOS - SC

Continuação 2/3

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de PALMITOS - SC

Continuação 3/3

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			0,00		

PALMITOS, 24/05/2011

Norberto Paulo Gonzatti  
Prefeito Municipal

Rosane Schafer Warken  
Contador CRC/SC Nº 025218/O-3

Município de PALMITOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS  
SERVIDORES**  
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2010 a 2084

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=( "d" exercício anterior) + (c)
2010	0,00	0,00	0,00	0,00
2011	0,00	0,00	0,00	0,00
2012	0,00	0,00	0,00	0,00
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de PALMITOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS  
SERVIDORES**  
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2010 a 2084

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 30/04/2011 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

PALMITOS, 24/05/2011

Norberto Paulo Gonzatti  
Prefeito Municipal

Rosane Schafer Warken  
Contador CRC/SC Nº 025218/O-3

Município de PALMITOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2010				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2010			
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>	-	260.434,39	-	260.434,39	-	152.081,55	1.082.335,11	-	529.875,40	704.541,26
<b>EXECUTIVO</b>										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	260.392,28	0,00	260.392,28	0,00	152.081,55	638.275,00	0,00	490.029,55	300.327,00
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	12.287,00	0,00	12.287,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E P	0,00	2.105,28	0,00	2.105,28	0,00	0,00	70.460,00	0,00	70.360,00	100,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPOR	0,00	246.000,00	0,00	246.000,00	0,00	30.201,89	134.568,70	0,00	148.722,95	16.047,64
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	203.187,54	0,00	41.720,03	161.467,51
SECRETARIA DO TRAB., IND., COM., SERVIÇO E TI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121.879,66	230.058,76	0,00	229.226,57	122.711,85
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALMITOS	0,00	42,11	0,00	42,11	0,00	0,00	276.244,45	0,00	39.845,85	236.398,60
SECRETARIA DA SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL	0,00	42,11	0,00	42,11	0,00	0,00	276.244,45	0,00	39.845,85	236.398,60
<b>LEGISLATIVO</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	167.815,66	0,00	0,00	167.815,66
CAMARA DE VEREADORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	167.815,66	0,00	0,00	167.815,66
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>0,00</b>	<b>260.434,39</b>	<b>0,00</b>	<b>260.434,39</b>	<b>0,00</b>	<b>152.081,55</b>	<b>1.082.335,11</b>	<b>0,00</b>	<b>529.875,40</b>	<b>704.541,26</b>

PALMITOS, 24/05/2011

Norberto Paulo Gonzatti  
Prefeito Municipal

Rosane Schafer Warken  
Contador CRC/SC Nº 025218/O-3



Município de PALMITOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2010 (A)	Em 28 Feb 2011 (B)	Em 30 Abr 2011 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	753.748,05	749.071,77	971.532,14
DEDUÇÕES (II)	2.605.305,59	2.791.476,03	2.822.338,99
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.863.907,97	3.760.571,65	3.616.764,32
Demais Haveres Financeiros	1.832,01	1.802,60	1.832,01
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	260.434,39	970.898,22	796.257,34
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.851.557,54	-2.042.404,26	-1.850.806,85
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-1.851.557,54</b>	<b>-2.042.404,26</b>	<b>-1.850.806,85</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2011 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>191.597,41</b>	<b>750,69</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2010 (A)	Em 28 Feb 2011 (B)	Em 30 Abr 2011 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

PALMITOS, 24/05/2011

Norberto Paulo Gonzatti  
Prefeito Municipal

Rosane Schafer Warken  
Contador CRC/SC Nº 025218/O-3

Município de PALMITOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>23.228.200,00</b>	<b>4.034.440,68</b>	<b>7.907.383,62</b>	<b>6.851.487,38</b>
Receita Tributária	2.235.800,00	329.488,71	634.626,65	530.555,86
I.P.T.U.	549.200,00	60.636,09	60.748,81	48.863,61
I.S.S.	700.000,00	116.548,94	216.432,95	198.623,23
I.T.B.I.	170.000,00	39.685,67	87.253,87	58.443,60
I.R.R.F.	217.500,00	32.261,52	60.357,41	57.766,57
Outras Receitas Tributárias	599.100,00	80.356,49	209.833,61	166.858,85
Receita de Contribuição	381.000,00	68.155,11	133.217,52	122.693,18
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	381.000,00	68.155,11	133.217,52	122.693,18
Receita Patrimonial Líquida	20.000,00	548,04	3.036,41	3.903,55
Receita Patrimonial	202.800,00	38.110,43	75.525,26	25.552,32
(-) Aplicações Financeiras	182.800,00	37.562,39	72.488,85	21.648,77
Transferências Correntes	20.207.500,00	3.574.272,36	7.043.631,79	6.113.613,58
F.P.M.	5.850.000,00	946.442,01	2.148.531,52	1.636.892,52
I.C.M.S.	6.320.000,00	1.253.476,07	2.421.974,60	2.095.590,21
Convênios	359.000,00	68.132,68	78.914,97	80.314,53
Outras Transferências Correntes	7.678.500,00	1.306.221,60	2.394.210,70	2.300.816,32
Demais Receitas Correntes	383.900,00	61.976,46	92.871,25	80.721,21
Dívida Ativa	134.800,00	26.606,81	46.023,87	44.262,18
Diversas Receitas Correntes	249.100,00	35.369,65	46.847,38	36.459,03
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>1.049.000,00</b>	<b>259.052,73</b>	<b>273.481,39</b>	<b>996.625,28</b>
Operações de Crédito (III)	1.000.000,00	246.000,00	246.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	4.637,15	10.494,85	18.787,31
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	959.200,00
Convênios	0,00	0,00	0,00	959.200,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	49.000,00	8.415,58	16.986,54	18.637,97
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>49.000,00</b>	<b>8.415,58</b>	<b>16.986,54</b>	<b>977.837,97</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>23.277.200,00</b>	<b>4.042.856,26</b>	<b>7.924.370,16</b>	<b>7.829.325,35</b>

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>22.009.684,79</b>	<b>3.931.977,86</b>	<b>7.288.980,75</b>	<b>6.157.588,37</b>
Pessoal e Encargos Sociais	11.217.884,63	1.948.976,75	3.685.314,68	3.238.748,34
Juros e Encargos da Dívida (IX)	92.500,00	13.055,48	31.669,20	18.215,15
Outras Despesas Correntes	10.699.300,16	1.969.945,63	3.571.996,87	2.900.624,88
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>21.917.184,79</b>	<b>3.918.922,38</b>	<b>7.257.311,55</b>	<b>6.139.373,22</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>5.475.986,13</b>	<b>239.168,39</b>	<b>291.851,67</b>	<b>337.257,75</b>
Investimentos	5.280.986,13	215.628,76	263.635,76	99.329,33
Inversões Financeiras	20.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	20.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	175.000,00	23.539,63	28.215,91	237.928,42
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>5.300.986,13</b>	<b>215.628,76</b>	<b>263.635,76</b>	<b>99.329,33</b>

Município de PALMITOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>20.000,00</b>	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>27.238.170,92</b>	<b>4.134.551,14</b>	<b>7.520.947,31</b>	<b>6.238.702,55</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-3.960.970,92</b>	<b>-91.694,88</b>	<b>403.422,85</b>	<b>1.590.622,80</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	181.523,69	0,00
Superávit Financeiro	-	-	181.523,69	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>0,00</b>

PALMITOS, 24/05/2011

Norberto Paulo Gonzatti  
Prefeito Municipal

Rosane Schafer Warken  
Contador CRC/SC N° 025218/O-3

## Município de PALMITOS - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

## ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	24.460.000,00	
Previsão Atualizada		—	24.460.000,00	
Receitas Realizadas		4.331.055,80	8.253.353,86	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	181.523,69	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	24.460.000,00	
Créditos Adicionais		—	3.045.670,92	
Dotação Atualizada		—	27.505.670,92	
Despesas Empenhadas		4.254.906,33	13.304.161,04	
Despesas Liquidadas		4.171.146,25	7.580.832,42	
Superavit Orçamentário		—	672.521,44	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		4.254.906,33	13.304.161,04	
Despesas Liquidadas		4.171.146,25	7.580.832,42	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			23.856.081,35	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	750,69	0,00
Resultado Primário		0,00	403.422,85	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO				
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	260.434,39	0,00	260.434,39	0,00
EXECUTIVO	260.434,39	0,00	260.434,39	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.234.416,66	0,00	529.875,40	704.541,26
EXECUTIVO	1.066.601,00	0,00	529.875,40	536.725,60
LEGISLATIVO	167.815,66	0,00	0,00	167.815,66
TOTAL:	1.494.851,05	0,00	790.309,79	704.541,26
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.886.276,32	25%	28,68
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		676.111,31	60%	65,94
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		246.000,00	754.000,00	
Despesa de Capital Líquida		291.851,67	5.184.134,46	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2011	2019	2029	2044
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de PALMITOS - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		10.494,85	-10.494,85
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
			% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		1.156.048,79	15,00
			17,58

PALMITOS, 24/05/2011

Norberto Paulo Gonzatti  
Prefeito Municipal

Rosane Schafer Warken  
Contador CRC/SC Nº 025218/O-3



Município de PALMITOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM  
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	18.289.500,00	18.289.500,00	6.576.304,39	35,96
Impostos	1.665.700,00	1.665.700,00	431.090,77	25,88
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	578.200,00	578.200,00	67.046,54	11,60
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	170.000,00	170.000,00	87.253,87	51,33
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	700.000,00	700.000,00	216.432,95	30,92
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	217.500,00	217.500,00	60.357,41	27,75
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	103.800,00	103.800,00	27.203,63	26,21
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	6.000,00	6.000,00	694,98	11,58
Dívida Ativa dos Impostos	75.500,00	75.500,00	21.022,49	27,84
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	22.300,00	22.300,00	5.486,16	24,60
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	16.520.000,00	16.520.000,00	6.118.009,99	37,03
Da União	7.288.000,00	7.288.000,00	2.703.738,71	37,10
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	7.230.000,00	7.230.000,00	2.685.664,26	37,15
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	2.000,00	2.000,00	404,77	20,24
Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	56.000,00	56.000,00	17.669,68	31,55
Do Estado	9.232.000,00	9.232.000,00	3.414.271,28	36,98
Cota-Parte do ICMS	7.900.000,00	7.900.000,00	3.027.025,78	38,32
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	172.000,00	172.000,00	60.741,21	35,31
Cota-Parte do IPVA	1.160.000,00	1.160.000,00	326.504,29	28,15
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	9.408.500,00	9.408.500,00	2.900.297,01	30,83
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-3.238.000,00	-3.238.000,00	-1.223.247,54	37,78
<b>TOTAL</b>	<b>24.460.000,00</b>	<b>24.460.000,00</b>	<b>8.253.353,86</b>	<b>33,74</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	5.419.915,00	5.656.075,83	2.039.789,44	36,06
Pessoal e Encargos Sociais	3.818.300,00	3.733.113,24	1.267.403,50	33,95
Outras Despesas Correntes	1.601.615,00	1.922.962,59	772.385,94	40,17
DESPESAS DE CAPITAL	166.800,00	401.365,61	25.933,99	6,46
Investimentos	166.800,00	401.365,61	25.933,99	6,46
<b>TOTAL (IV)</b>	<b>5.586.715,00</b>	<b>6.057.441,44</b>	<b>2.065.723,43</b>	<b>34,10</b>

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	5.586.715,00	6.057.441,44	2.065.723,43	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	2.533.600,00	2.932.475,79	909.674,64	44,04
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.444.300,00	2.843.175,79	883.087,41	42,75
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	89.300,00	89.300,00	26.587,23	1,29
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)</b>	<b>3.053.115,00</b>	<b>3.124.965,65</b>	<b>1.156.048,79</b>	<b>55,96</b>

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2011 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL $\leq \frac{(V - VI)}{I}$	17,58
---	-------

Continua 1/2

Município de PALMITOS - SC

Continuação 2/2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM  
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	4.666.215,00	5.024.611,45	1.747.461,27	84,59
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	731.300,00	772.061,00	250.450,02	12,12
Vigilância Sanitária	99.200,00	146.466,36	32.772,49	1,59
Vigilância Epidemiológica	90.000,00	114.302,63	35.039,65	1,70
<b>TOTAL</b>	<b>5.586.715,00</b>	<b>6.057.441,44</b>	<b>2.065.723,43</b>	<b>100,00</b>

## FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.<sup>2</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

PALMITOS, 24/05/2011

\_\_\_\_\_  
Norberto Paulo Gonzatti  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
Rosane Schafer Warken  
Contador CRC/SC Nº 025218/O-3

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Portaria Nº 146, de 26 de Maio de 2011

PORTARIA Nº 146, DE 26 DE MAIO DE 2011  
HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 007/2011, E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da Comissão Permanente de Licitação, bem como do parecer da Assessoria Jurídica, e

CONSIDERANDO o trânsito em julgado da decisão que declarou a empresa vencedora do certame,

#### RESOLVE:

Art. 1º Homologar a licitação nº 007/2011, modalidade TOMADA DE PREÇOS, que tem por objeto a contratação de serviços de pavimentação asfáltica CBUQ em parte da Rua Senador Antonio Carlos Konder Reis, e adjudicar o objeto licitado à empresa VIGA - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.223.659/0001-81, pelo preço integral de R\$ 79.439,09 (setenta e nove mil e quatrocentos e trinta e nove reais e nove centavos)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 26 de Maio de 2011  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

### Portaria Nº 139, de 19 de Maio de 2011.

PORTARIA Nº 139, DE 19 DE MAIO DE 2011.  
CONCEDE ADICIONAL DE CURSO SUPERIOR A SERVIDORA MARIA HELENA MATTANA MARIANI

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Processo Administrativo de Expediente n. 38/2011;

Considerando o disposto no art. 24 da lei Complementar n. 142/2008;

Considerando o parecer favorável da Assessoria Jurídica,

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido a servidora MARIA HELENA MATTANA MARIANI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente de Coordenação e Planejamento, adicional de curso superior de 15 % (quinze por cento), calculado sobre o vencimento do nível padrão (excluído dos vencimentos os adicionais e gratificações que porventura o servidor esteja recebendo) em que atualmente se encontra a servidora (maio/2011).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 19 DE MAIO DE 2011.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

### Portaria Nº 140, de 19 de Maio de 2011.

PORTARIA Nº 140, DE 19 DE MAIO DE 2011.  
CONCEDE ADICIONAL DE CURSO SUPERIOR AO SERVIDOR HADRIEL DALMOLIN

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Processo Administrativo de Expediente n. 32/2011;

Considerando o disposto no art. 24 da lei Complementar n. 142/2008;

Considerando o parecer favorável da Assessoria Jurídica,

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido ao servidor HADRIEL DALMOLIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Rendas, Tributos e Obras, adicional de curso superior de 15 % (quinze por cento), calculado sobre o vencimento do nível padrão (excluído dos vencimentos os adicionais e gratificações que porventura o servidor esteja recebendo) em que atualmente se encontra a servidora (maio/2011).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 19 DE MAIO DE 2011.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

### Portaria Nº 143, de 23 de Maio de 2011

PORTARIA Nº 143, DE 23 DE MAIO DE 2011  
HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 0031/2011 E ADJUDICA O OBJETO A EMPRESA VENCEDORA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da Comissão de Licitações bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 003/2011, modalidade Convite, e adjudica o objeto licitado à empresa RECAUCHUTADORA RODA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.512.624/0001-15, pelo preço global de R\$ 44.970,00 (quarenta e quatro mil e novecentos e setenta reais)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 19 de Maio de 2011.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

### Portaria Nº. 134 de 02 de Maio de 2011.

PORTARIA Nº. 134 DE 02 DE MAIO DE 2011.  
CONTRATA ALINE PERAZZOLI BURATTO PARA EXERCER A FUNÇÃO PÚBLICA DE PROFESSOR REGENTE EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, da Lei Orgânica do Município; e no disposto na Lei Complementar Municipais nº 168/2010, e ainda de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº. 004/2011

RESOLVE:

Art. 1º- CONTRATAR ALINE PERAZZOLI BURATTO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 026.724.169-07, para exercer a função em caráter temporário de Professora de Educação Infantil e ensino fundamental, nível ACT I (INGLES), Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 10 horas semanais, com vencimento previsto em lei, com início em 02 de maio e término em 08 de outubro de 2011

Art. 2º - esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 02 de maio de 2011.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 145 de 23 de Maio de 2011.**

PORTARIA Nº. 145 DE 23 DE MAIO DE 2011.  
PRORROGA CONTRATAÇÃO DE TALITA PELLICOLI PARA EXERCER A FUNÇÃO PÚBLICA DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM CARÁTER TEMPORÁRIO, QUE ESPECIFICA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, da Lei Orgânica do Município; e no disposto nas Leis Complementares Municipais nº115/2004 e 117/2005, que regulamentam a contratação de Professores Admitidos em Caráter Temporário, e ainda de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº. 005/2010,

**RESOLVE:**

Art. 1º- PRORROGAR CONTRATAÇÃO DE TALITA PELLICOLI, brasileira, solteira inscrita no CPF sob nº. 481.322.259-53, para exercer a função em caráter temporário de professor de Educação Infantil, nível ACT-I Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimento previsto em lei, com efeitos a partir de 16 de maio de 2011 e término em 14 de junho de 2011, em substituição ao titular que se encontra em Licença.

Art. 2º - esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de maio de 2001.

Centro Administrativo Municipal, 23 de maio de 2011.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 144 de 23 de MaioDE 2011.**

PORTARIA Nº. 144 DE 23 DE MAIODE 2011.  
CONCEDE GOZO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORA ROSANIA INES ROSSATTO ZAGO OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE PROFESSORA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o que dispõe a constituição Federal, e ainda a lei complementar 016/92;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER à servidora ROSANIA INES ROSSATTO ZAGO ocupante do cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, 30 (trinta) dias de Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família, conforme atestado médico apresentado, sendo o gozo de 16 de maio a 14 de junho de 2011.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de maio de 2011

Centro Administrativo Municipal, 23 de maio de 2011

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**Aviso de Licitação 009/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
AVISO DE LICITAÇÃO 009/2011 - MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, faz saber a todos, que realizará na data de 16 de junho de 2011, licitação modalidade Tomada de Preços nº 009/2011, cujo objeto visa a Objeto: contratação de empresa para a execução de obras públicas, consistente na construção de pavimentação com pedras irregulares em via pública, localizado na Linha Túnel - interior do Município. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 16/06/2011, até às 09:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 09:15 hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562 2000, ou pelo site [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br).

Centro Administrativo De Pinheiro Preto-SC, 26 de Maio de 2011  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**Contrato Nº 0134/2011**

CONTRATO Nº 0134/2011

OBJETO: Aquisição e Conserto nos veículo da Secretaria de Obras, e administração.

LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº 067/2011

EMPRESA CONTRATADA: Chapeação e Pintura Chico -ME

VALOR DO CONTRATO: R\$ 3.591,46( três mil quinhentos e noventa e um reais e quarenta e seis centavos)

DATA DO CONTRATO: 27/04/2011

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

**Contrato Nº 0138/2011**

CONTRATO Nº 0138/2011

OBJETO: Aquisição e Conserto nos veículo da Secretaria de Obras e Educação.

LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº 057/2011

EMPRESA CONTRATADA: Mecanica Atlas LTDA

VALOR DO CONTRATO: R\$ 4.837,69( quatro mil oitocentos e trinta e sete reais e sessenta e nove centavos)

DATA DO CONTRATO: 31/03/2011

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

**Contrato Nº 0143/2011**

CONTRATO Nº 0143/2011

OBJETO: Conserto nos Veículos da Secretaria da Agricultura

LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº 061/2011

EMPRESA CONTRATADA: Mecanica Hochiove LTDA

VALOR DO CONTRATO: R\$ 7.325,60( sete mil trezentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos)

DATA DO CONTRATO: 15/04/2011

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

**Contrato Nº 0144/2011**

CONTRATO Nº 0144/2011

OBJETO: Aquisição e Conserto no Veículo Caminhão MCA 2514 da Secretaria de Transportes e Urbanismo  
LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº 062/2011  
EMPRESA CONTRATADA: Mecanica Atlas LTDA  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.747,45( um mil setecentos e quarenta e sete reais e quarenta e cinco centavos)  
DATA DO CONTRATO: 19/04/2011  
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

**Contrato Nº 0145/2011**

CONTRATO Nº 0145/2011

OBJETO: Aquisição e Conserto nos veiculo da Secretaria da Saude.  
LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº 060/2011  
EMPRESA CONTRATADA: Mecânica Zago SB LTDA ME  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 2.925,47(dois mil novecentos e vinte e cinco reais e quarenta e sete centavos)  
DATA DO CONTRATO: 14/04/2011  
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

**Contrato Nº 0146/2011**

CONTRATO Nº 0146/2011

OBJETO: Edição de Informativo Pinheiro Preto.  
LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº 063/2011  
EMPRESA CONTRATADA: Jornal O Catarinense  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 5.850,00(cinco mil oitocentos e cinquenta reais)  
DATA DO CONTRATO: 20/04/2011  
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

**Contrato Nº 0148/2011**

CONTRATO Nº 0148/2011

OBJETO: Fornecimento de Serviços  
LICITAÇÃO: Modalidade Processo Seletivo 004/2011  
EMPRESA CONTRATADA: Aline Perazzoli Buratto  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 288,47( duzentos e oitenta e oito reais e quarenta e sete centavos)  
DATA DO CONTRATO: 02/05/2011  
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

**Contrato Nº 0150/2011**

CONTRATO Nº 0150/2011

OBJETO: Divulgação de informações municipais  
LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº 064/2011  
EMPRESA CONTRATADA: Camila Pasold  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 3,600( três mil e seiscentos reais)  
DATA DO CONTRATO: 29/04/2011  
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

**Contrato Nº 0151/2011**

CONTRATO Nº 0151/2011

OBJETO: Fornecimento de Serviços  
LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº 065/2011  
EMPRESA CONTRATADA: Innova Consultoria LTDA  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 7.000,00( sete mil reais)  
DATA DO CONTRATO: 27/04/2011  
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

**Contrato Nº 0152/2011**

CONTRATO Nº 0152/2011

OBJETO: Reforma Parque Infantil  
LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº 066/2011  
EMPRESA CONTRATADA: Mecanica Hochiove LTDA  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 2.000,00( dois mil reais)  
DATA DO CONTRATO: 27/04/2011  
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

**Contrato Nº 0153/2011**

CONTRATO Nº 0153/2011

OBJETO: Aquisição e Conserto nos veiculo da Secretaria de Obras, agricultura, educação e administração.  
LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº 067/2011  
EMPRESA CONTRATADA: Chapeação e Pintura Chico -ME  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 3.591,46( três mil quinhentos e noventa e um reais e quarenta e seis centavos)  
DATA DO CONTRATO: 27/04/2011  
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

**Contrato Nº 0153/2011**

CONTRATO Nº 0153/2011

OBJETO: Aquisição e Conserto nos veiculo da Secretaria de Obras, agricultura, educação e administração.  
LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº 067/2011  
EMPRESA CONTRATADA: Chapeação e Pintura Chico -ME  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 3.591,46( três mil quinhentos e noventa e um reais e quarenta e seis centavos)  
DATA DO CONTRATO: 27/04/2011  
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

**Contrato Nº 0155/2011**

CONTRATO Nº 0155/2011

OBJETO: Aquisição de medicamentos para a Secretaria da Saude.  
LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº 069/2011  
EMPRESA CONTRATADA: Farmacia e Drogaria Somensi LTDA  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 4.606,46(quatro mil seiscentos e seis reais e quarenta e seis centavos)  
DATA DO CONTRATO: 29/04/2011  
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

**Contrato Nº 0156/2011**

CONTRATO Nº 0156/2011

OBJETO: Aquisição de Medicamentos para as pessoas carentes do municipio.  
LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº 070/2011  
EMPRESA CONTRATADA: Farmacia e Drogaria Somensi LTDA  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 7.999,75(sete mil e novecentos e noventa e nove reais e setenta e cinco centavos)  
DATA DO CONTRATO: 29/04/2011  
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

**Contrato Nº 0157/2011**

CONTRATO Nº 0157/2011

OBJETO: Aquisição de computador para a Secretaria de Educação.  
LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº 071/2011  
EMPRESA CONTRATADA: Irmãos Viecelli Informatica LTDA



VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.190,00(um mil cento e noventa reais)  
DATA DO CONTRATO: 02/05/2011  
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

**Contrato Nº 0158/2011**

CONTRATO Nº 0158/2011

OBJETO: Aquisição de computador para a Secretaria de Obras.  
LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº 072/2011  
EMPRESA CONTRATADA: Retifica de Motores CNN LTDA  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 3.188,61(três mil cento e oitenta e oito reais e sessenta e um centavos)  
DATA DO CONTRATO: 03/05/2011  
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

**Contrato Nº 0160/2011**

CONTRATO Nº 0160/2011

OBJETO: Pintura da Cidade.  
LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº 073/2011  
EMPRESA CONTRATADA: Rafa Comercio e Serviços de Pintura LTDA  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 4,300(quatro mil e trezentos reais)  
DATA DO CONTRATO: 06/05/2011  
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

**Contrato Nº 0164/2011**

CONTRATO Nº 0164/2011

OBJETO: Aquisição e Conserto nos veículo da Secretaria de Obras.  
LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº 077/2011  
EMPRESA CONTRATADA: Mecânica Hochiove LTDA  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 7.875,90(sete mil oitocentos e setenta e cinco reais e noventa centavos)  
DATA DO CONTRATO: 16/04/2011  
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

**Contrato Nº 0165/2011**

CONTRATO Nº 0165/2011

OBJETO: Regime de Execução: Empreitada por Preço Integral.  
LICITAÇÃO: Modalidade Tomada de Preço nº 004/2011  
EMPRESA CONTRATADA: Construtora Videirense LTDA  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 527.076,46(quinhetos e vinte e sete mil, setenta e seis reais e quarenta e seis centavos)  
DATA DO CONTRATO: 16/04/2011  
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

**Contrato Nº 0166/2011**

CONTRATO Nº 0166/2011

OBJETO: Fornecimento de Medicamentos e Mateial Med. hospitalar.  
LICITAÇÃO: Modalidade Pregão Presencial nº 012/2011  
EMPRESA CONTRATADA: Centermedi Com. De Produtos Hospitalares LTDA  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 6.746,00(seis mil e setecentos e quarenta e seis reais)  
DATA DO CONTRATO: 12/05/2011  
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

**Contrato Nº 0167/2011**

CONTRATO Nº 0167/2011

OBJETO: Fornecimento de Medicamentos e Mateial Med. hospitalar.  
LICITAÇÃO: Modalidade Pregão Presencial nº 012/2011  
EMPRESA CONTRATADA: Altermed Mat. Méd. Hospitalar LTDA  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 5.255,00(Cinco mil duzentos e cinquenta e cinco reais)  
DATA DO CONTRATO: 12/05/2011  
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

**Contrato Nº 0167/2011**

CONTRATO Nº 0167/2011

OBJETO: Fornecimento de Medicamentos e Mateial Med. hospitalar.  
LICITAÇÃO: Modalidade Pregão Presencial nº 012/2011  
EMPRESA CONTRATADA: Altermed Mat. Méd. Hospitalar LTDA  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 5.255,00(Cinco mil duzentos e cinquenta e cinco reais)  
DATA DO CONTRATO: 12/05/2011  
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

**Contrato Nº 0168/2011**

CONTRATO Nº 0168/2011

OBJETO: Fornecimento de Medicamentos e Mateial Med. hospitalar.  
LICITAÇÃO: Modalidade Pregão Presencial nº 012/2011  
EMPRESA CONTRATADA: Diprolmedi Medicamentos LTDA  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 8.764,00(oito mil e setecentos e sessenta e quatro reais)  
DATA DO CONTRATO: 12/05/2011  
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

**Contrato Nº 0169/2011**

CONTRATO Nº 0169/2011

OBJETO: Fornecimento de Medicamentos e Mateial Med. hospitalar.  
LICITAÇÃO: Modalidade Pregão Presencial nº 012/2011  
EMPRESA CONTRATADA: Dimaster Com. De Produtos Hospitalares LTDA  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.560,00(um mil e quinhentos e sessenta reais)  
DATA DO CONTRATO: 12/05/2011  
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

**Contrato Nº 0170/2011**

CONTRATO Nº 0170/2011

OBJETO: Fornecimento de Medicamentos e Mateial Med. hospitalar.  
LICITAÇÃO: Modalidade Pregão Presencial nº 012/2011  
EMPRESA CONTRATADA: Metromed Com. De Mat. Méd. Hospitalar LTDA  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 2.175,00(Dois mil cento e setenta e cinco reais)  
DATA DO CONTRATO: 12/05/2011  
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli



**Contrato Nº 0172/2011**

CONTRATO Nº 0172/2011

OBJETO: Aquisição de balcão e mesa para a Secretaria de Administração.

LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº 078/2011

EMPRESA CONTRATADA: Irmãos Viecei Informatica LTDA

VALOR DO CONTRATO: R\$ 950,00(novecentos e cinquenta reais)

DATA DO CONTRATO: 17/05/2011

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

**Contrato Nº 0173/2011**

CONTRATO Nº 0173/2011

OBJETO: Fornecimento de Serviços de hora maquina com equipamento escavadeira elétrica

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 025/2011

EMPRESA CONTRATADA: Terra Planagem Chico LTDA

VALOR DO CONTRATO: R\$ 145,00(cento e quarenta e cinco reais)

DATA DO CONTRATO: 19/05/2011

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

**Contrato Nº 0174/2011**

CONTRATO Nº 0174/2011

OBJETO: Fornecimento de Serviços de Recauchutagem de Pneus

LICITAÇÃO: Modalidade Convite nº 003/2011

EMPRESA CONTRATADA: Recauchutagem Roda LTDA

VALOR DO CONTRATO: R\$ 44.790,00( quarenta e quatro mil e setecentos e noventa reais)

DATA DO CONTRATO: 23/05/2011

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

**Contrato Administrativo 175/2011**

CONTRATO ADMINISTRATIVO 175/2011

OBJETO: Contratação de empresa do ramo para execução de obra de engenharia de pavimentação asfáltica CBUQ (concreto betuminoso usinado a quente) na Rua Senador Antonio Carlos Konder Reis, nesta cidade de Pinheiro Preto, com área total de 1.616,64 m² ).

LICITAÇÃO: Modalidade Tomada de preços 007/2011

EMPRESA CONTRATADA: Viga Pavimentação e Obras Ltda

VALOR DO CONTRATO: R\$ 79.439,09 (setenta e nove mil e quatrocentos e trinta e nove reais e nove centavos)

DATA DO CONTRATO: 26/05/2011

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

**Comunicado**

COMUNICADO

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através do Prefeito Municipal Sr. EUZEBIO CALISTO VIECELI, convida toda população de Pinheiro Preto para participarem da Audiência Pública referente ao 1º Quadrimestre de 2011, no dia 31/05/2011, às 14:00hs no Gabinete do Prefeito Municipal, sito na Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111.

Atenciosamente

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**Porto União****PREFEITURA MUNICIPAL****Decreto Nº 580/2011**

DECRETO Nº 580, de 23 de maio de 2011.

Dispõe sobre Aposentadoria Voluntária por Idade.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no art. 40, §1º, inciso III, letra "b", da Constituição Federal, devidamente combinado com o art. 31, inciso II, da Lei Municipal nº 2.108, de 09 de junho de 1995, com redação dada pela Lei Municipal nº 3.079, de 06 de julho de 2005,

DECRETA:

Art. 1º CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE com proventos proporcionais ao tempo de serviço ao Servidor Público Municipal Sr. JOSÉ CARLOS STEIN, no Cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, com ingresso no serviço público de 13 de outubro de 1973 a 13 de janeiro de 1990, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, recontratado em 13 de fevereiro de 1990, para exercer o cargo de servente, pelo Regime da Consolidação das Leis de Trabalho, sendo efetivado através de concurso público em 08 de fevereiro de 1991, e transposto para o Regime Estatutário em 20 de janeiro de 1995, e enquadrado para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Nível 02, conforme Decreto nº 328/95 e reenquadrado em 1º de abril de 2010, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, preenchendo todos os requisitos exigidos pela Constituição Federal, Legislação Federal e Legislação Municipal vigentes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 23 de maio de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

ADÉLIA SALETE DE OLIVEIRA

Presidente do IMPRESS

**Decreto Nº 581/2011**

DECRETO Nº 581, de 23 de maio de 2011.

Dispõe sobre a nomeação dos Membros do Conselho Municipal de Trânsito de Porto União-COMUTRAN/PU, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 3.400, de 26 de dezembro de 2007,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para o período de 02 (dois) anos, os membros abaixo relacionados para compor o Conselho Municipal de Trânsito de Porto União-COMUTRAN/PU, criado pela Lei Municipal nº 3.400, de 26 de dezembro de 2007:

I- Representantes do Gabinete do Executivo Municipal

Titular: Guido Woeltje Júnior

Suplente: Pyerre Castellano Pereira

II- Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento  
Titular: Cláudio Tilgner de Souza  
Suplente: Fernando Antonio Kurten Jung

III- Representantes da Secretaria Municipal de Educação  
Titular: Marco Fúlvio Codrignani de Assis  
Suplente: Aloir Rodrigues Calisto

IV- Representantes da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos  
Titular: Alceu Jung  
Suplente: Rodrigo Bonin Leão

V- Representantes do Departamento Municipal de Trânsito-DEMU-TRAN  
Titular: César Fernando Viganó  
Suplente: Ivan Francisco Andrukiu

VI- Representantes da 3ª Companhia do 3º Batalhão de Polícia Militar  
Titular: 3º Sargento Dirceu Macheli  
Suplente: Capitão Silvano Sasinski

VII- Representantes da Delegacia Regional de Polícia  
Titular: Tadeu Wilkosz  
Suplente: Antonio Carlos da Cruz

VIII-Representantes da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Porto União-ACIPU  
Titular: Ilson Alberto Ravanello  
Suplente: Cláudio Gugelmin

IX- Representantes da Associação dos Profissionais de Engenharia e Arquitetura de Porto União-APEA  
Cargos vacantes devido a extinção da Entidade

X- Representantes da Associação de Moradores de Porto União-UNICOM  
Titular: Alvir Manoel da Mota  
Suplente: Valter Alves da Silva

XI- Representantes da Universidade do Contestado-Núcleo Universitário de Porto União  
Titular: Otto Robert Lessing  
Suplente: Maria Alcenir de Carvalho

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC..

Porto União (SC), 23 de maio de 2011.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

#### **Portaria Nº 017/2011**

PORTARIA Nº 017, de 24 de maio de 2011.  
Dispõe sobre substituição de membro em Comissão Especial.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "f" da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR Paulo Medeiros, como membro da Comissão Especial instaurado pela Portaria nº 082, de 14 de dezembro de 2010, em substituição a Ricardo Dragoni.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 24 de maio de 2011.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

#### **Portaria Nº 018/2011**

PORTARIA Nº 018, de 24 de maio de 2011.  
Dispõe sobre designação.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "g" da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR o Sr. RICARDO DRAGONI, ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade, para prestar em nome do Município as informações solicitadas pela Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, no prazo solicitado pela mesma.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 24 de maio de 2011.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

#### **Portaria Nº 019/2011**

PORTARIA Nº 019, de 24 de maio de 2011.  
Nomeia Comissão de Inquérito Administrativo.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "f" da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Com fundamento no artigo 239 da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994, no que tange ao Processo Administrativo, determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar e constituir a respectiva Comissão Disciplinar encarregada de apurar os danos causados a terceiro, pelo Servidor Público Municipal Admir José Batista, e consequentemente o ressarcimento dos danos causados ao requerente, a fim de que seja realizado o respectivo inquérito e julgamento com aplicação da justa e legal sanção, caso comprovado, pelo fato acima mencionado.

Art. 2º Em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, mandar cientificar/citar, desde logo, o Sr. Admir José Batista, para que, acompanhe todos os atos do presente processo, bem como para que, se assim desejar, que constitua advogado para acompanhá-lo durante todo o processo.

Art. 3º Designar, como membros da Comissão:

- I- Margareth Flissak - Presidente;
- II- Vanessa Nalon dos Santos - Secretária;
- III- Rudi Mauri Feix Júnior - Membro.

Art. 4º O prazo para a conclusão dos trabalhos é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria, prorrogáveis na forma

da Lei, por igual período.

Parágrafo único. Caso seja necessária a prorrogação desta Portaria, a mesma será sem ônus para os membros da Comissão.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 24 de maio de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

# Rio do Sul

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Relatorios Gestão Fiscal 1º Quadrimestre 2011

MUNICÍPIO DE RIO DO SUL - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2010 A ABRIL/2011

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	49.480.313,05	0,00
Pessoal Ativo	46.076.820,68	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	3.399.511,17	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	3.981,20	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>49.480.313,05</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>	<b>49.480.313,05</b>	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>	<b>125.770.226,80</b>	
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100</b>	<b>39,34</b>	
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60%</b>	<b>75.462.136,08</b>	
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57%</b>	<b>71.689.029,28</b>	
<b>FONTE: Secretaria da Fazenda</b>		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

RIO DO SUL, 17/05/2011

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

JOSE EDUARDO R. THOME  
SEC. MUN. DA FAZENDA INTERINO

VALDENIR BORGES RIBEIRO  
CONTROLE INTERNO

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC.SC 28.616/O-4 CONTADORA

**MUNICÍPIO DE RIO DO SUL - SC**  
**RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL 2011**

RGF – ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<b><u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u></b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011</b>		
		<b>Até o 1º Quadrimestre</b>	<b>Até o 2º Quadrimestre</b>	<b>Até o 3º Quadrimestre</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>6.745.419,79</b>	<b>6.478.812,73</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	4.063.336,24	3.912.022,35	0,00	0,00
Interna	4.063.336,24	3.912.022,35	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	2.682.083,55	2.566.790,38	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>9.351.732,05</b>	<b>17.230.209,44</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	9.408.437,85	17.921.011,62	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	-10.981,63	-51.266,85	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	45.724,17	639.535,33	0,00	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>- 2.606.312,26</b>	<b>-10.751.396,71</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>120.254.099,44</b>	<b>125.770.226,80</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]</b>	<b>5,61%</b>	<b>5,15%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
<b>% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]</b>	<b>-2,17%</b>	<b>-8,55%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>144.304.919,33</b>	<b>150.924.272,16</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<b><u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u></b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011</b>		
		<b>Até o 1º Quadrimestre</b>	<b>Até o 2º Quadrimestre</b>	<b>Até o 3º Quadrimestre</b>
DÍVIDA DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS	4.063.336,24	3.912.022,35	0,00	0,00

<b><u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u></b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011</b>		
		<b>Até o 1º Quadrimestre</b>	<b>Até o 2º Quadrimestre</b>	<b>Até o 3º Quadrimestre</b>
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	527.457,89	734.072,64	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	92.609,97	854.617,40	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

**RÉGIME PREVIDENCIÁRIO**

<b><u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u></b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011</b>		
		<b>Até o 1º Quadrimestre</b>	<b>Até o 2º Quadrimestre</b>	<b>Até o 3º Quadrimestre</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>42.953.572,77</b>	<b>42.953.572,77</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	42.953.572,77	42.953.572,77	0,00	0,00
Demais Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>49.516.874,35</b>	<b>52.336.254,08</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	50.090.035,97	52.887.186,08	0,00	0,00
Investimentos	573.161,62	550.932,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Secretaria da Fazenda

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br



MUNICÍPIO DE RIO DO SUL - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011

Continuação 2/2

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

<b><u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u></b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011</b>		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>-6.563.301,58</b>	<b>-9.382.681,31</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

RIO DO SUL, 17/05/2011

\_\_\_\_\_  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

\_\_\_\_\_  
JOSE EDUARDO R. THOME  
SEC. MUN. DA FAZENDA INTERINO

\_\_\_\_\_  
VALDENIR BORGES RIBEIRO  
CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC.SC 28.616/O-4 CONTADORA

MUNICÍPIO DE RIO DO SUL - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL DE 2011

RGF – Anexo III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>120.254.099,44</b>	<b>125.770.226,80</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>26.455.901,88</b>	<b>27.669.449,90</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE: Secretaria da Fazenda

RIO DO SUL, 17/05/2011

\_\_\_\_\_  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

\_\_\_\_\_  
JOSE EDUARDO R. THOME  
SEC. MUN. DA FAZENDA INTERINO

\_\_\_\_\_  
VALDENIR BORGES RIBEIRO  
CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC.SC 28.616/O-4 CONTADORA

MUNICÍPIO DE RIO DO SUL - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>205.018,30</b>	<b>205.018,30</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	205.018,30	205.018,30
Interna	205.018,30	205.018,30
Abertura de Crédito	205.018,30	205.018,30
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>125.770.226,80</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	<b>205.018,30</b>	<b>0,16</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>20.123.236,29</b>	<b>16,00</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>8.803.915,88</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>205.018,30</b>	<b>0,16</b>

FONTE: Secretaria da Fazenda

RIO DO SUL, 17/05/2011

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

JOSE EDUARDO R. THOME  
SEC. MUN. DA FAZENDA INTERINO

VALDENIR BORGES RIBEIRO  
CONTROLE INTERNO

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC.SC 28.616/O-4 CONTADORA

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

MUNICÍPIO DE RIO DO SUL - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Assistencia Farmaceutica Basica	345.595,25	25.363,15	320.232,10
Atenção Basica	774.147,42	189.950,64	584.196,78
Atenção de Média e Alta Compl. Ambulatorial e Hosp	85.202,15	55.124,94	30.077,21
Convênio da União - Saúde	127.846,41	0,00	127.846,41
Convênio do Estado - Cultural	0,00	465,11	(465,11)
Convênio do Estado - Saúde	122.884,41	118.646,20	4.238,21
Convenio Transito - Civil	179.629,07	5.423,54	174.205,53
Convenio Transito - Militar	49.609,75	8.267,94	41.341,81
Convênios da União - Assistência Social	110.371,02	0,00	110.371,02
Convênios da União - Assistência Social - Ex. Ant.	0,00	1.868,00	(1.868,00)
Convênios da União / Prefeitura	31.818,55	571.369,87	(539.551,32)
Convênios do Estado - CASAN	0,00	40.238,35	(40.238,35)
Convênios do Estado - Saúde - Exerc. Anteriores	0,00	20.764,51	(20.764,51)
Convênios do Estado / Prefeitura	421.476,08	137.459,34	284.016,74
FUNDEB 40%	0,00	92.397,85	(92.397,85)
FUNDEB 60%	1.399.529,88	1.130.082,22	269.447,66
FUNREBOM	792.909,69	123.249,77	669.659,92
Gestão SUS	562.927,41	10.247,83	552.679,58
Operações Creditos	0,00	107.655,15	(107.655,15)
Outras Transf. de Rec. Fundo de Ass. Social - FNAS	0,00	24.993,22	(24.993,22)
Outros Rec do Fundo Nac. de Desenv. da Educação	0,00	3.287,58	(3.287,58)
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	123.079,53	900,00	122.179,53
Salario Educação	1.693.168,32	109.718,41	1.583.449,91
SALARIO EDUCAÇÃO - EXERC. ANTERIORES	0,00	3.750,00	(3.750,00)
SUS União - Exerc. Anteriores	0,00	14.976,29	(14.976,29)
Taxas Prestacao de Servicos - FUMMPOM	0,00	1.027,70	(1.027,70)
Vigilancia em Saude	182.847,15	21.704,24	161.142,91
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>7.003.042,09</b>	<b>2.818.931,85</b>	<b>4.184.110,24</b>
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIARIA	0,00	209,00	(209,00)
Programa Nac. de Apoio ao Transp Escolar - PNATE	3.827,55	298,95	3.528,60
Recursos Educação	0,00	331.864,15	(331.864,15)
RECURSOS ORDINARIOS	10.035.730,84	2.985.937,37	7.049.793,47
Recursos Ordinários - Exercício Anterior	0,00	2.276,00	(2.276,00)
Recusos da Saude	878.411,14	1.042.329,60	(163.918,46)
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>10.917.969,53</b>	<b>4.362.915,07</b>	<b>6.555.054,46</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>17.921.011,62</b>	<b>7.181.846,92</b>	<b>10.739.164,70</b>
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	52.336.254,08	103.714,71	52.232.539,37

FONTE: Secretaria da Fazenda

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

RIO DO SUL, 17/05/2011

\_\_\_\_\_  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

\_\_\_\_\_  
JOSE EDUARDO R. THOME  
SEC. MUN. DA FAZENDA INTERINO

\_\_\_\_\_  
VALDENIR BORGES RIBEIRO  
CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC.SC 28.616/O-4 CONTADORA



MUNICÍPIO DE RIO DO SUL - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS( NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Assistencia Farmaceutica Basica	0,00	18.583,28	6.779,87	9.682,96	320.232,10	0,00
Atenção Basica	213,17	187.903,74	1.833,73	11.034,49	584.196,78	0,00
Atenção de Média e Alta Compl. Ambulatorial e	652,78	53.920,73	551,43	18.380,65	30.077,21	0,00
Convênio do Estado - Cultural	0,00	465,11	0,00	0,00	(465,11)	0,00
Convênio do Estado - Saúde	0,00	95,70	118.550,50	0,00	4.238,21	0,00
Convenio Transito - Civil	0,00	2.198,40	3.225,14	69.753,12	174.205,53	0,00
Convenio Transito - Militar	44,20	1.810,78	6.412,96	2.662,57	41.341,81	0,00
Convênios da União - Assistência Social - Ex. A	0,00	0,00	1.868,00	0,00	(1.868,00)	0,00
Convênios da União / Prefeitura	445.350,00	0,00	126.019,87	0,00	(539.557,22)	0,00
Convênios do Estado - CASAN	0,00	32.508,35	7.730,00	17.418,00	(40.238,35)	0,00
Convênios do Estado - Saúde - Exerc. Anteriores	0,00	20.620,71	143,80	15.989,99	(20.764,51)	0,00
Convênios do Estado / Prefeitura	108.360,22	0,00	29.099,12	2.724.434,22	284.016,74	0,00
Convênios do Estado/Prefeitura - Exerc. Anteriores	0,00	0,00	0,00	149.016,95	0,00	0,00
FUNDEB 40%	0,00	92.397,85	0,00	69.821,42	(92.397,85)	0,00
FUNDEB 60%	0,00	1.130.082,22	0,00	0,00	269.447,66	0,00
FUNREBOM	340,14	7.354,40	115.555,23	20.120,82	669.659,92	0,00
Gestão SUS	876,54	3.754,18	5.617,11	32.705,60	552.679,58	0,00
Operações Creditos	0,00	47.308,37	60.346,78	41.212,00	(107.655,15)	0,00
Outras Transf. de Rec. Fundo de Ass. Social - F	250,79	24.184,23	558,20	11.275,64	(24.993,22)	0,00
Outros Rec do Fundo Nac. de Desenv. da Educ	0,00	0,00	3.287,58	0,00	(3.287,58)	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PN	0,00	0,00	900,00	0,00	122.179,53	0,00
Salario Educação	0,00	109.718,41	0,00	0,00	1.583.449,91	0,00
SALARIO EDUCAÇÃO - EXERC. ANTERIORES	0,00	3.750,00	0,00	152.002,46	(3.750,00)	0,00
SUS União - Exerc. Anteriores	0,00	14.945,08	31,21	79.846,72	(14.976,29)	0,00
Taxas Prestacao de Servicos - FUMMPOM	0,00	172,00	855,70	1.951,00	(1.027,70)	0,00
Vigilancia em Saude	0,00	15.105,21	6.599,03	13.554,10	161.142,91	0,00
<b>TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)</b>	<b>556.087,84</b>	<b>1.766.878,75</b>	<b>495.965,26</b>	<b>3.440.862,71</b>	<b>3.945.886,91</b>	<b>0,00</b>
Programa Nac. de Apoio ao Transp Escolar - PN	0,00	0,00	298,95	272,00	3.528,60	0,00
Recursos Educação	8.925,73	297.933,24	25.005,18	790.196,53	(331.864,15)	0,00
RECURSOS ORDINARIOS	70.586,28	2.197.755,75	219.504,40	3.637.179,99	5.039.698,11	0,00
Recursos Ordinários - Exercício Anterior	200,00	0,00	2.076,00	0,00	(2.276,00)	0,00
Recusos da Saude	3.735,48	691.053,81	111.767,61	208.449,04	(163.918,46)	0,00
<b>TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)</b>	<b>83.447,49</b>	<b>3.186.742,80</b>	<b>358.652,14</b>	<b>4.636.097,56</b>	<b>4.545.168,10</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>639.535,33</b>	<b>4.953.621,55</b>	<b>854.617,40</b>	<b>8.076.960,27</b>	<b>8.491.055,01</b>	<b>0,00</b>
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	86.457,47	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

RIO DO SUL, 17/05/2011

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

JOSE EDUARDO R. THOME  
SEC. MUN. DA FAZENDA INTERINO

VALDENIR BORGES RIBEIRO  
CONTROLE INTERNO

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC.SC 28.616/O-4 CONTADORA





**MUNICÍPIO DE RIO DO SUL - SC**  
**RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**Até o 1º Quadrimestre de 2011**

L.R.F., Artigo 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	49.480.313,05	39,34
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	75.462.136,08	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	71.689.029,28	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-10.751.396,71	-8,55
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	150.924.272,16	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	27.669.449,90	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	205.018,30	0,16
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	20.123.236,29	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	8.803.915,88	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	8.076.960,27	8.491.055,01

FONTE: Secretaria da Fazenda

RIO DO SUL, 17/05/2011

\_\_\_\_\_  
 GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
 PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

\_\_\_\_\_  
 JOSE EDUARDO R. THOME  
 SEC. MUN. DA FAZENDA INTERINO

\_\_\_\_\_  
 VALDENIR BORGES RIBEIRO  
 CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
 RUBIA CRISTINA MOHR  
 CRC.SC 28.616/O-4 CONTADORA

## Relatorios Resumido da Execução Orcametária 2º Bimestre 2011

Município de RIO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>139.027.300,26</b>	<b>139.027.300,26</b>	<b>21.320.721,21</b>	<b>15,34</b>	<b>50.518.874,72</b>	<b>36,34</b>	<b>88.508.425,54</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>120.965.180,26</b>	<b>120.965.180,26</b>	<b>21.179.200,76</b>	<b>17,51</b>	<b>50.259.907,63</b>	<b>41,55</b>	<b>70.705.272,63</b>
RECEITA TRIBUTARIA	22.847.487,50	22.847.487,50	2.833.888,67	12,40	13.052.397,11	57,13	9.795.090,39
IMPOSTOS	16.535.150,00	16.535.150,00	2.305.478,31	13,94	9.540.410,86	57,70	6.994.739,14
TAXAS	4.658.587,50	4.658.587,50	449.477,46	9,65	3.334.220,48	71,57	1.324.367,02
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	1.653.750,00	1.653.750,00	78.932,90	4,77	177.765,77	10,75	1.475.984,23
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.672.500,00	4.672.500,00	738.499,35	15,81	1.679.326,00	35,94	2.993.174,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.000.250,00	2.000.250,00	437.329,35	21,86	836.775,59	41,83	1.163.474,41
Contribuições Economicas	2.672.250,00	2.672.250,00	301.170,00	11,27	842.550,41	31,53	1.829.699,59
RECEITA PATRIMONIAL	2.876.250,00	2.876.250,00	1.275.188,52	44,34	1.965.281,86	68,33	910.968,14
RECEITAS IMOBILIARIAS	89.250,00	89.250,00	10.002,47	11,21	26.387,67	29,57	62.862,33
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	2.787.000,00	2.787.000,00	1.265.186,05	45,40	1.938.894,19	69,57	848.105,81
RECEITA AGROPECUARIA	38.587,50	38.587,50	5.164,70	13,38	7.637,40	19,79	30.950,10
Outras Rec. Agropecuárias	38.587,50	38.587,50	5.164,70	13,38	7.637,40	19,79	30.950,10
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	84.580.189,00	84.580.189,00	15.540.188,00	18,37	32.081.974,75	37,93	52.498.214,25
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	83.656.189,00	83.656.189,00	15.392.531,88	18,40	31.783.872,51	37,99	51.872.316,49
Transf. de Conv.	924.000,00	924.000,00	147.656,12	15,98	298.102,24	32,26	625.897,76
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.950.166,26	5.950.166,26	786.271,52	13,21	1.473.290,51	24,76	4.476.875,75
Multas e Juros de Mora	2.976.750,00	2.976.750,00	341.302,37	11,47	688.291,96	23,12	2.288.458,04
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	358.653,76	358.653,76	82.483,25	23,00	127.497,85	35,55	231.155,91
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	1.328.512,50	1.328.512,50	204.624,56	15,40	378.586,17	28,50	949.926,33
RECEITAS DIVERSAS	1.286.250,00	1.286.250,00	157.861,34	12,27	278.914,53	21,68	1.007.335,47
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>18.062.120,00</b>	<b>18.062.120,00</b>	<b>141.520,45</b>	<b>0,78</b>	<b>258.967,09</b>	<b>1,43</b>	<b>17.803.152,91</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	12.450.000,00	12.450.000,00	141.520,45	1,14	205.018,30	1,65	12.244.981,70
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	12.450.000,00	12.450.000,00	141.520,45	1,14	205.018,30	1,65	12.244.981,70
ALIENAÇÃO DE BENS	1.799.820,00	1.799.820,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.799.820,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1.200.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	599.820,00	599.820,00	0,00	0,00	0,00	0,00	599.820,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.812.300,00	3.812.300,00	0,00	0,00	53.948,79	1,42	3.758.351,21
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	3.812.300,00	3.812.300,00	0,00	0,00	53.948,79	1,42	3.758.351,21
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>3.234.000,00</b>	<b>3.234.000,00</b>	<b>838.363,38</b>	<b>25,92</b>	<b>1.632.346,90</b>	<b>50,47</b>	<b>1.601.653,10</b>
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>3.234.000,00</b>	<b>3.234.000,00</b>	<b>838.363,38</b>	<b>25,92</b>	<b>1.632.346,90</b>	<b>50,47</b>	<b>1.601.653,10</b>
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.234.000,00	3.234.000,00	838.363,38	25,92	1.632.346,90	50,47	1.601.653,10
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.234.000,00	3.234.000,00	838.363,38	25,92	1.632.346,90	50,47	1.601.653,10

Continua 1/3

Município de RIO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>3.234.000,00</b>	<b>3.234.000,00</b>	<b>838.363,38</b>	<b>25,92</b>	<b>1.632.346,90</b>	<b>50,47</b>	<b>1.601.653,10</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>142.261.300,26</b>	<b>142.261.300,26</b>	<b>22.159.084,59</b>	<b>15,58</b>	<b>52.151.221,62</b>	<b>36,66</b>	<b>90.110.078,64</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>142.261.300,26</b>	<b>142.261.300,26</b>	<b>22.159.084,59</b>	<b>15,58</b>	<b>52.151.221,62</b>	<b>36,66</b>	<b>90.110.078,64</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>142.261.300,26</b>	<b>142.261.300,26</b>	<b>22.159.084,59</b>	<b>15,58</b>	<b>52.151.221,62</b>	<b>36,66</b>	<b>90.110.078,64</b>
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	3.123.036,61	—	—	350.036,14	—	—
Superávit Financeiro	—	3.123.036,61	—	—	350.036,14	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>137.602.214,26</b>	<b>13.589.520,37</b>	<b>151.191.734,63</b>	<b>23.952.529,27</b>	<b>47.154.676,86</b>	<b>20.031.071,89</b>	<b>39.071.077,69</b>	<b>25,84</b>	<b>112.120.656,94</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>113.088.756,00</b>	<b>4.379.091,17</b>	<b>117.467.847,17</b>	<b>19.583.179,21</b>	<b>41.268.295,64</b>	<b>19.082.960,54</b>	<b>37.246.391,25</b>	<b>31,71</b>	<b>80.221.455,92</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	47.854.978,06	-375.000,00	47.479.978,06	7.849.079,67	15.586.377,89	7.761.395,21	15.359.355,82	32,35	32.120.622,24
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	571.000,00	0,00	571.000,00	178.799,97	369.716,11	179.081,97	368.588,11	64,55	202.411,89
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	64.662.777,94	4.754.091,17	69.416.869,11	11.555.299,57	25.312.201,64	11.142.483,36	21.518.447,32	31,00	47.898.421,79
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>23.883.458,26</b>	<b>9.210.429,20</b>	<b>33.093.887,46</b>	<b>4.369.350,06</b>	<b>5.886.381,22</b>	<b>948.111,35</b>	<b>1.824.686,44</b>	<b>5,51</b>	<b>31.269.201,02</b>
INVESTIMENTOS	20.999.002,75	9.210.429,20	30.209.431,95	4.163.931,69	5.188.537,46	685.054,16	1.353.061,08	4,48	28.856.370,87
INVERSOES FINANCEIRAS	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	2.734.455,51	0,00	2.734.455,51	205.418,37	697.843,76	263.057,19	471.625,36	17,25	2.262.830,15

Continuação 2/3

Município de RIO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>137.602.214,26</b>	<b>13.589.520,37</b>	<b>151.191.734,63</b>	<b>23.952.529,27</b>	<b>47.154.676,86</b>	<b>20.031.071,89</b>	<b>39.071.077,69</b>	<b>25,84</b>	<b>112.120.656,94</b>
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	630.000,00	0,00	630.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	630.000,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>4.659.086,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.659.086,00</b>	<b>815.109,01</b>	<b>1.916.301,39</b>	<b>815.109,01</b>	<b>1.916.301,39</b>	<b>41,13</b>	<b>2.742.784,61</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.659.086,00	0,00	4.659.086,00	815.109,01	1.916.301,39	815.109,01	1.916.301,39	41,13	2.742.784,61
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>142.261.300,26</b>	<b>13.589.520,37</b>	<b>155.850.820,63</b>	<b>24.767.638,28</b>	<b>49.070.978,25</b>	<b>20.846.180,90</b>	<b>40.987.379,08</b>	<b>26,30</b>	<b>114.863.441,55</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>142.261.300,26</b>	<b>13.589.520,37</b>	<b>155.850.820,63</b>	<b>24.767.638,28</b>	<b>49.070.978,25</b>	<b>20.846.180,90</b>	<b>40.987.379,08</b>	<b>26,30</b>	<b>114.863.441,55</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	11.163.842,54	—	—
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>142.261.300,26</b>	<b>13.589.520,37</b>	<b>155.850.820,63</b>	<b>24.767.638,28</b>	<b>49.070.978,25</b>	<b>20.846.180,90</b>	<b>52.151.221,62</b>	<b>26,30</b>	<b>114.863.441,55</b>

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 3.097.562,95

FONTE: Secretaria da Fazenda

RIO DO SUL, 17/05/2011

\_\_\_\_\_  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

\_\_\_\_\_  
RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC.SC 28.616/O-4 CONTADORA

Município de RIO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo II ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c” )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	137.602.214,26	151.191.734,63	23.952.529,27	47.154.676,86	20.031.071,89	39.071.077,69	95,32	25,84	112.120.656,94
Legislativa	3.096.639,00	3.096.639,00	455.624,29	852.181,52	454.351,59	808.533,45	1,97	26,11	2.288.105,55
Ação Legislativa	3.096.639,00	3.096.639,00	455.624,29	852.181,52	454.351,59	808.533,45	1,97	26,11	2.288.105,55
Administração	13.975.695,00	15.055.695,00	1.793.676,42	4.187.527,48	1.662.983,88	3.379.491,32	8,25	22,45	11.676.203,68
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	1.312.150,00	1.312.150,00	137.647,67	397.577,06	147.991,91	380.178,48	0,93	28,97	931.971,52
Administração Geral	9.031.965,00	10.031.965,00	1.187.370,70	2.867.102,42	1.099.120,05	2.146.354,84	5,24	21,40	7.885.610,16
Administração Financeira	1.399.560,00	1.399.560,00	179.693,54	413.209,26	140.362,41	357.589,26	0,87	25,55	1.041.970,74
Normatização e Fiscalização	1.087.800,00	1.087.800,00	142.743,69	279.630,50	142.743,69	279.630,50	0,68	25,71	808.169,50
Tecnologia da Informatização	190.890,00	190.890,00	17.784,51	32.933,80	17.784,51	32.933,80	0,08	17,25	157.956,20
Formação de Recursos Humanos	315.000,00	315.000,00	5.100,00	5.100,00	5.100,00	5.100,00	0,01	1,62	309.900,00
Administração de Receitas	352.940,00	352.940,00	38.861,15	67.007,44	38.861,15	67.007,44	0,16	18,99	285.932,56
Comunicação Social	285.390,00	365.390,00	84.475,16	124.967,00	71.020,16	110.697,00	0,27	30,30	254.693,00
Segurança Pública	3.145.520,00	3.145.520,00	310.303,37	607.894,55	236.104,83	480.837,77	1,17	15,29	2.664.682,23
Policiamento	2.268.875,00	2.268.875,00	256.752,08	471.859,28	181.182,46	366.615,60	0,89	16,16	1.902.259,40
Defesa Civil	104.895,00	104.895,00	18.415,03	34.789,34	18.303,58	33.097,06	0,08	31,55	71.797,94
Assistência Comunitária	771.750,00	771.750,00	35.136,26	101.245,93	36.618,79	81.125,11	0,20	10,51	690.624,89
Assistência Social	2.769.344,00	2.769.344,00	544.737,51	944.058,50	524.522,78	883.894,37	2,16	31,92	1.885.449,63
Assistência à Criança e ao Adolescente	248.040,00	248.040,00	28.814,69	57.426,10	29.165,36	54.633,66	0,13	22,03	193.406,34
Assistência Comunitária	2.521.304,00	2.521.304,00	515.922,82	886.632,40	495.357,42	829.260,71	2,02	32,89	1.692.043,29
Previdência Social	8.166.500,00	8.166.500,00	635.009,94	1.283.946,25	635.009,94	1.283.946,25	3,13	15,72	6.882.553,75
Previdência Básica	8.166.500,00	8.166.500,00	635.009,94	1.283.946,25	635.009,94	1.283.946,25	3,13	15,72	6.882.553,75
Saúde	45.499.697,50	48.513.969,35	7.504.652,67	16.143.932,52	7.541.761,20	15.754.288,97	38,44	32,47	32.759.680,38
Atenção Básica	19.500.377,50	21.948.229,88	2.646.181,53	6.935.228,27	2.711.946,50	6.623.535,24	16,16	30,18	15.324.694,64
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	25.710.970,00	26.159.378,70	4.819.186,34	9.111.121,98	4.780.035,73	9.046.725,56	22,07	34,58	17.112.653,14
Vigilância Sanitária	39.150,00	46.688,82	1.131,90	6.315,70	2.266,84	5.549,62	0,01	11,89	41.139,20
Vigilância Epidemiológica	249.200,00	359.671,95	38.152,90	91.266,57	47.512,13	78.478,55	0,19	21,82	281.193,40
Educação	24.696.461,25	26.233.129,87	5.222.941,11	10.795.609,05	5.175.682,23	9.076.380,99	22,14	34,60	17.156.748,88
Administração Geral	429.100,00	429.100,00	60.338,48	121.541,25	58.920,14	110.302,15	0,27	25,71	318.797,85
Alimentação e Nutrição	2.615.812,50	2.615.812,50	45.238,17	435.021,13	174.564,93	177.342,58	0,43	6,78	2.438.469,92
Ensino Fundamental	10.688.897,50	11.925.566,12	2.565.447,04	5.063.323,65	2.273.621,28	3.835.454,20	9,36	32,16	8.090.111,92

Continua 1/3

Município de RIO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	137.602.214,26	151.191.734,63	23.952.529,27	47.154.676,86	20.031.071,89	39.071.077,69	95,32	25,84	112.120.656,94
Educação	24.696.461,25	26.233.129,87	5.222.941,11	10.795.609,05	5.175.682,23	9.076.380,99	22,14	34,60	17.156.748,88
Ensino Superior	189.000,00	189.000,00	56.410,51	80.512,44	56.410,51	80.512,44	0,20	42,60	108.487,56
Educação Infantil	10.750.551,25	11.050.551,25	2.495.506,91	5.095.210,58	2.612.165,37	4.872.769,62	11,89	44,10	6.177.781,63
Educação de Jovens e Adultos	23.100,00	23.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.100,00
Cultura	2.739.250,00	2.739.250,00	317.254,98	582.019,45	317.254,98	582.019,45	1,42	21,25	2.157.230,55
Difusão Cultural	2.739.250,00	2.739.250,00	317.254,98	582.019,45	317.254,98	582.019,45	1,42	21,25	2.157.230,55
Direitos da Cidadania	171.990,00	171.990,00	26.111,33	46.996,00	26.096,68	46.557,50	0,11	27,07	125.432,50
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	171.990,00	171.990,00	26.111,33	46.996,00	26.096,68	46.557,50	0,11	27,07	125.432,50
Urbanismo	19.879.282,00	28.361.861,90	5.459.115,00	7.872.759,32	1.818.521,13	3.592.032,52	8,76	12,67	24.769.829,38
Ordenamento Territorial	237.720,00	237.720,00	31.187,37	58.587,09	31.187,37	58.587,09	0,14	24,65	179.132,91
Infra-Estrutura Urbana	18.895.712,00	27.378.291,90	5.309.334,01	7.617.470,65	1.676.413,89	3.344.417,60	8,16	12,22	24.033.874,30
Serviços Urbanos	745.850,00	745.850,00	118.593,62	196.701,58	110.919,87	189.027,83	0,46	25,34	556.822,17
Saneamento	949.200,00	425.200,00	0,00	95.019,49	51.286,00	77.601,49	0,19	18,25	347.598,51
Saneamento Básico Urbano	949.200,00	425.200,00	0,00	95.019,49	51.286,00	77.601,49	0,19	18,25	347.598,51
Gestão Ambiental	1.924.070,00	1.924.070,00	430.773,48	1.099.743,40	314.176,78	764.171,70	1,86	39,72	1.159.898,30
Preservação e Conservação Ambiental	1.924.070,00	1.924.070,00	430.773,48	1.099.743,40	314.176,78	764.171,70	1,86	39,72	1.159.898,30
Agricultura	2.213.960,00	2.213.960,00	189.411,07	373.069,80	182.679,08	351.191,14	0,86	15,86	1.862.768,86
Extensão Rural	2.213.960,00	2.213.960,00	189.411,07	373.069,80	182.679,08	351.191,14	0,86	15,86	1.862.768,86
Indústria	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Promoção Industrial	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Comércio e Serviços	1.137.350,00	1.137.350,00	115.631,31	254.743,22	96.232,73	213.100,41	0,52	18,74	924.249,59
Promoção Comercial	305.830,00	305.830,00	30.947,48	104.244,86	33.271,93	92.739,08	0,23	30,32	213.090,92
Turismo	831.520,00	831.520,00	84.683,83	150.498,36	62.960,80	120.361,33	0,29	14,47	711.158,67
Energia	1.848.000,00	1.848.000,00	215.369,59	349.449,50	215.369,59	349.449,50	0,85	18,91	1.498.550,50
Energia Elétrica	1.848.000,00	1.848.000,00	215.369,59	349.449,50	215.369,59	349.449,50	0,85	18,91	1.498.550,50
Desporto e Lazer	1.503.800,00	1.503.800,00	362.309,02	612.777,10	351.509,47	601.977,55	1,47	40,03	901.822,45
Desporto de Rendimento	255.000,00	255.000,00	125.266,00	218.592,00	125.266,00	218.592,00	0,53	85,72	36.408,00
Desporto Comunitário	1.248.800,00	1.248.800,00	237.043,02	394.185,10	226.243,47	383.385,55	0,94	30,70	865.414,45
Encargos Especiais	3.155.455,51	3.155.455,51	369.608,18	1.052.949,71	427.529,00	825.603,31	2,01	26,16	2.329.852,20
Serviço da Dívida Interna	3.155.455,51	3.155.455,51	369.608,18	1.052.949,71	427.529,00	825.603,31	2,01	26,16	2.329.852,20

Continua 2/3



Município de RIO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	137.602.214,26	151.191.734,63	23.952.529,27	47.154.676,86	20.031.071,89	39.071.077,69	95,32	25,84	112.120.656,94
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	630.000,00	630.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	630.000,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	4.659.086,00	4.659.086,00	815.109,01	1.916.301,39	815.109,01	1.916.301,39	4,68	41,13	2.742.784,61
Legislativa	145.236,00	145.236,00	22.673,60	43.609,70	22.673,60	43.609,70	0,11	30,03	101.626,30
Ação Legislativa	145.236,00	145.236,00	22.673,60	43.609,70	22.673,60	43.609,70	0,11	30,03	101.626,30
Administração	1.420.000,00	1.420.000,00	245.079,70	607.047,87	245.079,70	607.047,87	1,48	42,75	812.952,13
Administração Geral	1.420.000,00	1.420.000,00	245.079,70	607.047,87	245.079,70	607.047,87	1,48	42,75	812.952,13
Saúde	984.995,00	984.995,00	169.526,60	418.632,47	169.526,60	418.632,47	1,02	42,50	566.362,53
Atenção Básica	984.995,00	984.995,00	169.526,60	418.632,47	169.526,60	418.632,47	1,02	42,50	566.362,53
Educação	2.062.655,00	2.062.655,00	371.520,37	834.173,66	371.520,37	834.173,66	2,04	40,44	1.228.481,34
Ensino Fundamental	645.855,00	645.855,00	322.056,78	486.423,88	322.056,78	486.423,88	1,19	75,31	159.431,12
Educação Infantil	1.416.800,00	1.416.800,00	49.463,59	347.749,78	49.463,59	347.749,78	0,85	24,54	1.069.050,22
Cultura	27.500,00	27.500,00	5.325,68	10.621,45	5.325,68	10.621,45	0,03	38,62	16.878,55
Difusão Cultural	27.500,00	27.500,00	5.325,68	10.621,45	5.325,68	10.621,45	0,03	38,62	16.878,55
Desporto e Lazer	18.700,00	18.700,00	983,06	2.216,24	983,06	2.216,24	0,01	11,85	16.483,76
Desporto Comunitário	18.700,00	18.700,00	983,06	2.216,24	983,06	2.216,24	0,01	11,85	16.483,76
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>142.261.300,26</b>	<b>155.850.820,63</b>	<b>24.767.638,28</b>	<b>49.070.978,25</b>	<b>20.846.180,90</b>	<b>40.987.379,08</b>	<b>100,00</b>	<b>26,30</b>	<b>114.863.441,55</b>

FONTE: Secretaria da Fazenda

RIO DO SUL, 17/05/2011

GARIBALDI ANTONIO AYROSO   RUBIA CRISTINA MOHR  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXER   CRC.SC 28.616/O-4 CONTADOR<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de RIO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2010 A ABRIL/2011

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES														PREVISÃO ATUALIZADA 2011
	Mai/2010	Jun/2010	Jul/2010	Ago/2010	Set/2010	Out/2010	Nov/2010	Dez/2010	Jan/2011	Fev/2011	Mar/2011	Abr/2011	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)		
RECEITAS CORRENTES (I)	9.981.561,06	9.583.028,18	11.329.739,62	9.794.010,53	9.703.293,34	10.183.247,35	11.335.987,10	12.824.267,06	10.716.655,50	19.798.350,63	11.235.397,18	10.987.385,88	137.472.923,43	126.765.540,26	
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.464.732,97	1.238.943,38	1.136.812,45	1.126.100,79	1.067.288,89	1.123.389,20	1.015.455,40	1.544.935,28	1.531.935,67	8.686.572,77	1.426.914,66	1.406.974,01	22.770.055,47	22.847.487,50	
I.P.T.U.	232.546,92	211.467,30	129.942,82	27.070,61	8.982,19	4.508,64	4.211,67	10.006,78	134.552,58	5.438.027,32	298.880,59	261.628,89	6.761.826,31	6.200.000,00	
I.S.S.	657.736,21	647.179,72	638.756,54	681.700,29	712.812,89	726.555,78	642.323,71	804.471,86	666.385,64	662.565,29	636.052,43	695.152,10	8.171.692,46	7.843.500,00	
I.T.B.I.	163.301,41	170.763,20	166.069,18	185.959,52	154.984,50	186.045,11	153.971,09	278.831,30	75.290,21	137.851,97	114.810,53	131.293,45	1.919.171,47	1.653.750,00	
I.R.R.F.	34.102,93	35.562,09	39.273,82	40.302,03	39.012,66	44.243,64	66.544,29	302.542,78	59.867,14	60.392,40	90.121,68	77.538,64	889.504,10	837.900,00	
Outras Receitas Tributárias	377.045,50	173.971,07	162.770,09	191.068,34	151.496,65	162.036,03	148.404,64	149.082,56	595.840,10	2.387.735,79	287.049,43	241.360,93	5.027.861,13	6.312.337,50	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	366.824,41	344.050,55	361.161,09	389.197,26	383.857,38	342.958,09	359.832,40	524.246,76	378.214,21	562.612,44	462.198,43	276.300,92	4.751.453,94	4.672.500,00	
RECEITA PATRIMONIAL	225.650,59	513.066,21	775.100,91	677.844,80	503.143,63	735.470,56	447.947,59	946.031,73	211.468,69	478.624,65	809.567,66	465.620,86	6.789.537,88	2.876.250,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	2.624,70	2.586,88	3.270,40	1.977,10	4.441,00	1.978,65	2.886,80	2.269,60	844,60	1.628,10	2.616,50	2.548,20	29.672,53	38.587,50	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.513.818,81	7.132.056,34	8.685.440,59	7.141.349,84	7.219.444,25	7.636.561,98	9.040.326,96	9.396.309,14	8.270.381,76	9.705.704,25	8.147.297,06	8.436.473,24	98.325.164,22	90.386.061,50	
Cota-Parte do F.P.M.	1.429.029,03	1.240.215,41	911.978,12	1.222.232,79	1.020.279,51	1.098.318,98	1.316.625,77	2.288.507,61	1.735.991,72	1.870.276,61	1.220.954,56	1.618.371,37	16.972.781,48	17.640.000,00	
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.711.480,84	1.781.727,85	1.790.095,54	1.839.423,68	1.933.619,85	2.078.882,75	2.018.954,26	2.161.477,07	2.066.855,27	1.764.303,45	2.057.874,60	2.075.021,85	23.279.717,01	22.050.000,00	
Cota-Parte do I.P.V.A.	559.713,80	542.637,90	571.933,73	498.558,56	518.465,92	517.005,14	386.431,58	254.252,78	222.474,16	331.044,22	506.135,19	470.635,91	5.379.288,89	5.775.000,00	
Cota-Parte do ITR.	12,50	177,82	64,99	91,36	1.034,48	17.492,34	420,70	308,46	281,28	60,50	43,47	254,41	20.242,31	5.512,50	
Transferências da LC 61/1989	32.904,18	38.445,88	40.932,94	39.603,19	39.477,37	41.084,79	43.766,74	51.453,86	49.994,50	38.115,99	31.421,82	42.447,37	489.648,63	727.650,00	
Transferências da LC 87/1996	12.036,46	12.036,46	12.036,46	12.036,46	12.036,46	12.036,46	12.036,46	0,00	23.826,91	11.790,45	11.790,45	11.790,45	143.453,48	132.300,00	
Transferências do FUNDEB	1.144.988,69	1.142.861,35	1.093.151,70	1.161.137,87	1.168.655,54	1.237.067,25	1.245.573,33	1.353.125,17	1.391.818,52	1.282.469,09	1.326.229,02	1.396.128,38	14.943.205,91	12.500.000,00	
Outras Transferências Correntes	2.623.653,31	2.373.953,67	4.265.247,11	2.368.265,93	2.525.875,12	2.634.674,27	4.016.518,12	3.287.184,19	2.779.139,40	4.407.643,94	2.992.847,95	2.821.823,50	37.096.826,51	31.555.599,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	407.909,58	352.324,82	367.954,18	457.540,74	525.118,19	342.888,87	469.537,95	410.474,55	323.810,57	363.208,42	386.802,87	399.468,65	4.807.039,39	5.944.653,76	
DEDUÇÕES (II)	936.283,61	892.197,41	852.314,11	939.145,38	916.337,23	930.548,91	951.322,69	1.215.535,94	1.012.689,20	1.009.644,85	970.902,22	1.075.775,08	11.702.696,63	11.266.342,50	
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	156.143,35	157.009,14	156.971,99	155.127,06	154.289,21	164.423,99	182.536,95	362.649,13	178.206,89	191.108,44	190.282,45	210.264,89	2.259.013,49	1.685.250,00	
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	32.201,89	13.421,74	31.298,41	62.949,44	61.021,69	14.530,50	14.597,74	29.195,48	14.597,74	15.533,17	14.975,94	21.806,07	326.129,81	315.000,00	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	747.938,37	721.766,53	664.043,71	721.068,88	701.026,33	751.594,42	754.188,00	823.691,33	819.884,57	803.003,24	765.643,83	843.704,12	9.117.553,33	9.266.092,50	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	9.045.277,45	8.690.830,77	10.477.425,51	8.854.865,15	8.786.956,11	9.252.698,44	10.384.664,41	11.608.731,12	9.703.966,30	18.788.705,78	10.264.494,96	9.911.610,80	125.770.226,80	115.499.197,76	

FONTE: Secretaria da Fazenda

RIO DO SUL, 17/05/2011

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC.SC 28.616/O-4 CONTADORA

Município de RIO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	4.341.000,00	4.341.000,00	1.545.925,00	2.526.856,45	2.355.361,76
RECEITAS CORRENTES	4.341.000,00	4.341.000,00	1.545.925,00	2.526.856,45	2.355.361,76
Receita de Contribuições dos Segurados	1.685.250,00	1.685.250,00	400.547,34	769.862,67	606.033,99
Pessoal Civil	1.685.250,00	1.685.250,00	400.547,34	769.862,67	606.033,99
Ativo	1.680.000,00	1.680.000,00	399.897,10	768.552,07	604.974,55
Inativo	5.250,00	5.250,00	650,24	1.310,60	1.059,44
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	315.000,00	315.000,00	36.782,01	66.912,92	0,00
Receita Patrimonial	2.325.000,00	2.325.000,00	1.083.055,18	1.662.722,89	1.595.536,94
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	2.325.000,00	2.325.000,00	1.083.055,18	1.662.722,89	1.595.536,94
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	15.750,00	15.750,00	25.540,47	27.357,97	153.790,83
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	131.061,07
Demais Receitas Correntes	15.750,00	15.750,00	25.540,47	27.357,97	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.234.000,00	3.234.000,00	838.363,38	1.632.346,90	1.128.474,23
RECEITAS CORRENTES	3.234.000,00	3.234.000,00	838.363,38	1.632.346,90	1.128.474,23
Receita de Contribuições Patronais	2.709.000,00	2.709.000,00	781.681,68	1.518.983,51	1.020.908,95
Pessoal Civil	2.709.000,00	2.709.000,00	781.681,68	1.518.983,51	1.020.908,95
Ativo	2.709.000,00	2.709.000,00	781.681,68	1.518.983,51	1.020.908,95
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de RIO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Continuação 2/3

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	525.000,00	525.000,00	56.681,70	113.363,39	107.565,28
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>7.575.000,00</b>	<b>7.575.000,00</b>	<b>2.384.288,38</b>	<b>4.159.203,35</b>	<b>3.483.835,99</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VII)	7.050.000,00	7.050.000,00	559.012,01	1.061.640,40	844.857,33
ADMINISTRAÇÃO	1.050.000,00	1.050.000,00	-20,00	1.190,00	2.358,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	1.050.000,00	1.050.000,00	-20,00	1.190,00	2.358,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	6.000.000,00	6.000.000,00	559.032,01	1.060.450,40	842.499,33
Pessoal Civil	0,00	0,00	544.179,25	1.003.433,51	722.653,74
Aposentadorias	0,00	0,00	371.656,28	677.666,05	495.215,18
Pensões	0,00	0,00	172.522,97	325.767,46	227.438,56
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	6.000.000,00	6.000.000,00	14.852,76	57.016,89	119.845,59
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	6.000.000,00	6.000.000,00	14.852,76	57.016,89	119.845,59
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de RIO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Continuação 3/3

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>7.050.000,00</b>	<b>7.050.000,00</b>	<b>559.012,01</b>	<b>1.061.640,40</b>	<b>844.857,33</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>525.000,00</b>	<b>525.000,00</b>	<b>1.825.276,37</b>	<b>3.097.562,95</b>	<b>2.638.978,66</b>
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			525.000,00		

BENS E DIREITOS DO RPPS	MARÇO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2011	2010
Bancos Conta Movimento	52.097.652,22	52.887.186,08	43.275.492,93
Investimentos	-573.161,62	-550.932,00	-604.674,22

RIO DO SUL, 17/05/2011

TANIA REGINA DE MORAES  
PRESIDENTE

CLEI CARLOS BUSNARDO  
CRC. 28.139/O-1 - TEC.CONTABIL

Município de RIO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2010 (A)	Em 28 Fev 2011 (B)	Em 30 Abr 2011 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	6.745.419,79	6.600.349,47	6.478.812,73
DEDUÇÕES (II)	9.351.732,05	19.551.611,84	17.230.209,44
Disponibilidade de Caixa Bruta	9.408.437,85	20.196.316,70	17.921.011,62
Demais Haveres Financeiros	-10.981,63	-43.618,59	-51.266,85
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	45.724,17	601.086,27	639.535,33
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.606.312,26	-12.951.262,37	-10.751.396,71
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-2.606.312,26</b>	<b>-12.951.262,37</b>	<b>-10.751.396,71</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2011 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>2.199.865,66</b>	<b>-8.145.084,45</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>3.202.000,00</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2010 (A)	Em 28 Fev 2011 (B)	Em 30 Abr 2011 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	42.953.572,77	42.953.572,77	42.953.572,77
Passivo Atuarial	42.953.572,77	42.953.572,77	42.953.572,77
DEDUÇÕES (VIII)	49.516.874,35	50.451.595,69	52.336.254,08
Disponibilidade de Caixa Bruta	50.090.035,97	51.024.757,31	52.887.186,08
Investimentos	-573.161,62	-573.161,62	-550.932,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-6.563.301,58	-7.498.022,92	-9.382.681,31
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>-6.563.301,58</b>	<b>-7.498.022,92</b>	<b>-9.382.681,31</b>

FONTE: Secretaria da Fazenda

RIO DO SUL, 17/05/2011

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC.SC 28.616/O-4 CONTADORA



Município de RIO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>121.412.180,26</b>	<b>20.752.378,09</b>	<b>49.953.360,34</b>	<b>43.282.774,44</b>
Receita Tributária	22.847.487,50	2.833.888,67	13.052.397,11	11.215.011,05
I.P.T.U.	6.200.000,00	560.509,48	6.133.089,38	5.128.774,70
I.S.S.	7.843.500,00	1.331.204,53	2.660.155,46	2.524.389,64
I.T.B.I.	1.653.750,00	246.103,98	459.246,16	557.287,23
I.R.R.F.	837.900,00	167.660,32	287.919,86	136.082,14
Outras Receitas Tributárias	6.312.337,50	528.410,36	3.511.986,25	2.868.477,34
Receita de Contribuição	7.906.500,00	1.576.862,73	3.311.672,90	2.913.377,27
Receitas Previdenciárias	5.234.250,00	1.275.692,73	2.469.122,49	1.865.569,29
Outras Contribuições	2.672.250,00	301.170,00	842.550,41	1.047.807,98
Receita Patrimonial Líquida	89.250,00	10.002,47	26.387,67	16.382,99
Receita Patrimonial	2.876.250,00	1.275.188,52	1.965.281,86	1.742.388,14
(-) Aplicações Financeiras	2.787.000,00	1.265.186,05	1.938.894,19	1.726.005,15
Transferências Correntes	84.580.189,00	15.540.188,00	32.081.974,75	27.752.702,34
F.P.M.	14.112.000,00	2.271.460,80	5.156.475,53	3.703.065,89
I.C.M.S.	17.640.000,00	3.306.317,30	6.371.244,44	5.623.131,28
Convênios	924.000,00	147.656,12	298.102,24	211.805,32
Outras Transferências Correntes	51.904.189,00	9.814.753,78	20.256.152,54	18.214.699,85
Demais Receitas Correntes	5.988.753,76	791.436,22	1.480.927,91	1.385.300,79
Dívida Ativa	1.328.512,50	204.624,56	378.586,17	340.415,62
Diversas Receitas Correntes	4.660.241,26	586.811,66	1.102.341,74	1.044.885,17
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>18.062.120,00</b>	<b>141.520,45</b>	<b>258.967,09</b>	<b>4.263.425,98</b>
Operações de Crédito (III)	12.450.000,00	141.520,45	205.018,30	3.663.425,98
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	1.799.820,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	3.812.300,00	0,00	53.948,79	600.000,00
Convênios	3.812.300,00	0,00	53.948,79	600.000,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>3.812.300,00</b>	<b>0,00</b>	<b>53.948,79</b>	<b>600.000,00</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>125.224.480,26</b>	<b>20.752.378,09</b>	<b>50.007.309,13</b>	<b>43.882.774,44</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>122.126.933,17</b>	<b>19.898.069,55</b>	<b>39.162.692,64</b>	<b>34.878.335,82</b>
Pessoal e Encargos Sociais	52.139.064,06	8.576.504,22	17.275.657,21	13.587.751,53
Juros e Encargos da Dívida (IX)	571.000,00	179.081,97	368.588,11	52.661,99
Outras Despesas Correntes	69.416.869,11	11.142.483,36	21.518.447,32	21.237.922,30
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>121.555.933,17</b>	<b>19.718.987,58</b>	<b>38.794.104,53</b>	<b>34.825.673,83</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>33.093.887,46</b>	<b>948.111,35</b>	<b>1.824.686,44</b>	<b>7.334.855,44</b>
Investimentos	30.209.431,95	685.054,16	1.353.061,08	6.904.717,67
Inversões Financeiras	150.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	150.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	2.734.455,51	263.057,19	471.625,36	430.137,77
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>30.359.431,95</b>	<b>685.054,16</b>	<b>1.353.061,08</b>	<b>6.904.717,67</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>630.000,00</b>	-	-	-

Município de RIO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>630.000,00</b>	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>152.545.365,12</b>	<b>20.404.041,74</b>	<b>40.147.165,61</b>	<b>41.730.391,50</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-27.320.884,86</b>	<b>348.336,35</b>	<b>9.860.143,52</b>	<b>2.152.382,94</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	350.036,14	0,00
Superávit Financeiro	-	-	350.036,14	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>-11.406.364,49</b>

FONTE: Secretaria da Fazenda

RIO DO SUL, 17/05/2011

\_\_\_\_\_  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

\_\_\_\_\_  
RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC.SC 28.616/O-4 CONTADORA

Município de RIO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2010				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2010			
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>	46.168,82	3.413.724,78	-	3.300.468,27	159.425,33	96.457,17	2.683.442,27	-	1.445.172,04	1.334.727,40
<b>EXECUTIVO</b>										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	42.813,63	2.548.270,79	0,00	2.435.064,28	156.020,14	5.594,95	2.374.085,52	0,00	1.313.390,80	1.066.289,67
GABINETE DO PREFEITO	2.518,71	138.863,10	0,00	138.863,10	2.518,71	1.820,08	312.779,13	0,00	154.991,89	159.607,32
GABINETE DO VICE-PREFEITO	0,00	7.166,34	0,00	7.166,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	3.929,86	34.152,86	0,00	32.551,26	5.531,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS 2004	18.513,40	0,00	0,00	0,00	18.513,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDC	0,00	19.754,73	0,00	19.754,73	0,00	0,00	102,00	0,00	102,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	528,64	128.442,61	0,00	128.442,61	528,64	75,60	295.204,28	0,00	178.053,05	117.226,83
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	200,50	117.043,87	0,00	117.043,87	200,50	2.177,92	93.907,83	0,00	46.386,02	49.699,73
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	1.825,20	68.117,82	0,00	66.417,82	3.525,20	0,02	15.955,56	0,00	979,80	14.975,78
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	57,79	116.719,34	0,00	116.719,34	57,79	0,00	17.523,70	0,00	13.376,06	4.147,64
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	13.478,58	1.273.158,15	0,00	1.272.165,86	14.470,87	175,00	620.536,13	0,00	585.303,33	35.407,80
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS	879,84	565.270,53	0,00	456.357,91	109.792,46	1.326,33	812.667,70	0,00	138.663,77	675.330,26
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URE	881,11	79.581,44	0,00	79.581,44	881,11	20,00	205.409,19	0,00	195.534,88	9.894,31
FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL	0,00	97.831,63	0,00	97.831,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL	0,00	97.831,63	0,00	97.831,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDACAO MUNICIPAL DESPORTO DE RIO DO SUL	23,52	23.150,09	0,00	23.150,09	23,52	0,00	3.885,00	0,00	825,00	3.060,00
FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS	23,52	23.150,09	0,00	23.150,09	23,52	0,00	3.885,00	0,00	825,00	3.060,00
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO S	444,65	0,00	0,00	0,00	444,65	7.161,49	3.801,00	0,00	0,00	10.962,49
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	444,65	0,00	0,00	0,00	444,65	7.161,49	3.801,00	0,00	0,00	10.962,49
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL	2.887,02	744.472,27	0,00	744.422,27	2.937,02	83.700,73	301.670,75	0,00	130.956,24	254.415,24
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2.887,02	744.472,27	0,00	744.422,27	2.937,02	83.700,73	301.670,75	0,00	130.956,24	254.415,24
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	2.790,23	-	2.790,23	-	-	-	-	-	-
<b>EXECUTIVO</b>										
FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL	0,00	2.132,21	0,00	2.132,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL	0,00	2.132,21	0,00	2.132,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDACAO MUNICIPAL DESPORTO DE RIO DO SUL	0,00	658,02	0,00	658,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS	0,00	658,02	0,00	658,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>46.168,82</b>	<b>3.416.515,01</b>	<b>0,00</b>	<b>3.303.258,50</b>	<b>159.425,33</b>	<b>96.457,17</b>	<b>2.683.442,27</b>	<b>0,00</b>	<b>1.445.172,04</b>	<b>1.334.727,40</b>

FONTE: Secretaria da Fazenda

RIO DO SUL, 17/05/2011

GARIBALDI ANTONIO AYROSO      RUBIA CRISTINA MOHR  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO      CRC.SC 28.616/O-4 CONTADORA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

APLICAÇÃO NO ENSINO – 2011

## I - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS

CONTAS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	ACUMULADO
<b>Impostos</b>	<b>936.811,47</b>	<b>6.299.220,91</b>	<b>1.145.873,71</b>	<b>1.167.080,84</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.548.986,93</b>
Imposto s/ Prop. Predial Territorial e Urbana	134.552,58	5.438.307,92	304.316,69	262.444,65									6.139.621,84
Imposto s/ Proventos de qualquer natureza	59.867,14	60.392,40	90.121,68	77.538,64									287.919,88
Imposto s/ transmissão intervivos	78.006,11	137.851,97	114.810,53	131.945,45									460.614,06
Imposto s/ a Produção e a Circulação	666.385,64	662.668,62	636.624,81	695.152,10									2.660.831,17
<b>Transferências da União</b>	<b>1.760.099,91</b>	<b>1.882.127,56</b>	<b>1.232.788,48</b>	<b>1.630.416,23</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.505.432,18</b>
Cota Parte do Fundo Participação dos Municípios	1.735.991,72	1.870.276,61	1.220.954,56	1.618.371,37									6.445.594,26
Cota Parte do Imp. Predial Prop. Territorial Rural	281,28	60,50	43,47	254,41									639,66
Desoneração ICMS LC87/96	23.826,91	11.790,45	11.790,45	11.790,45									59.198,26
<b>Transferências do Estado</b>	<b>2.339.323,93</b>	<b>2.133.463,66</b>	<b>2.595.431,61</b>	<b>2.588.105,13</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.656.324,33</b>
Cota Parte do ICMS	2.066.855,27	1.764.303,45	2.057.874,60	2.075.021,85									7.964.055,17
Cota Parte do IPVA	222.474,16	331.044,22	506.135,19	470.635,91									1.530.289,48
Cota Parte do IPI s/ Exportação	49.994,50	38.115,99	31.421,82	42.447,37									161.979,68
<b>Outras Receitas</b>	<b>122.037,98</b>	<b>199.945,36</b>	<b>189.104,38</b>	<b>180.666,68</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>691.754,40</b>
Recetta da Dívida Ativa Tributária	65.842,35	108.119,26	107.970,45	96.684,11									378.616,17
Multa e Juros de Mora de Tributos	56.195,63	91.826,10	81.133,93	83.982,57									313.138,23
<b>TOTAL</b>	<b>5.158.273,29</b>	<b>10.514.757,49</b>	<b>5.163.198,18</b>	<b>5.566.268,88</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>26.402.497,84</b>

## II - DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS NO ENSINO

CONTAS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	ACUMULADO
Construção e Ampliação de C. Ensino Fundamental	0,00	10.401,39	0,00	0,00									10.401,39
Aquisição de Equipamentos e Material Permanente – Fundam.	0,00	0,00	4.284,30	5.336,14									9.620,44
Manutenção do Ensino Fundamental	94.963,48	247.803,39	235.871,88	112.260,81									690.899,56
Departamento de Apoio Administrativo	93.455,52	94.356,90	180.140,61	95.695,29									463.648,32
Transporte Escolar Educação Básica – Próprios	81.598,88	19.475,80	97.871,04	125.141,06									324.086,78
Manutenção do Ensino Fundamental	567.539,13	493.615,80	736.388,24	660.046,24									2.457.589,41
Manutenção das Atividades Pedagógicas	19.759,73	1.400,00	14,90	3.336,69									24.511,32
Construção e Ampliação de Centro de Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00									0,00
Aquisição de Equipamentos e Material Permanente-Infantil	0,00	2.833,00	16.031,00	0,00									18.864,00
Manutenção do Ensino Infantil	1.197.860,45	1.045.083,01	1.175.892,34	1.012.366,36									4.431.202,16
Manutenção do Ensino Infantil	119.109,75	194.004,23	221.158,07	236.181,19									770.453,24
Pagamento da Dívida Fundada Interna – Educação	0,00	0,00	0,00	14.610,16									14.610,16
Retenção do FUNDEB	819.884,57	803.003,24	765.643,83	843.704,12									3.232.235,76
<b>TOTAL</b>	<b>2.994.171,51</b>	<b>2.911.976,76</b>	<b>3.433.296,21</b>	<b>3.108.678,06</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12.448.122,54</b>

## III - DEDUÇÕES

C) Despesas Salário Educação (489)													
C) Juros de Aplicação FUNDEB	3.328,54	3.124,89	4.101,79	3.401,50									13.956,72
C) Retorno do FUNDEB	1.391.818,52	1.282.469,09	1.326.229,02	1.396.128,38									5.396.645,01
													0,00
													0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.395.147,06</b>	<b>1.285.593,98</b>	<b>1.330.330,81</b>	<b>1.399.529,88</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.410.601,73</b>

## IV - APLICAÇÃO DA EDUCAÇÃO

VINCULAÇÃO MÍNIMA (25%)	1.289.568,32	2.628.689,37	1.290.799,55	1.391.567,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.600.624,46
APLICADO (II - III)	1.599.024,45	1.626.382,78	2.102.965,40	1.709.148,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.037.520,81
DIFERENÇA APLICAÇÃO	309.456,13	-1.002.306,59	812.165,86	317.580,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	436.896,35
Vinculação Mínima (%)	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%
Aplicado (%)	31,00%	15,47%	40,73%	30,71%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	26,65%
Diferença Aplicação (%)	6,00%	-9,53%	15,73%	5,71%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,65%

RIO DO SUL, 17/05/2011

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC.SC 28.616/O-4 CONTADORA

Município de RIO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	12.450.000,00	205.018,30		12.244.981,70
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	33.093.887,46	1.824.686,44	0,00	31.269.201,02
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	33.093.887,46	1.824.686,44	0,00	31.269.201,02
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-20.643.887,46	-1.619.668,14		-19.024.219,32

FONTE: Secretaria da Fazenda

RIO DO SUL, 17/05/2011

\_\_\_\_\_  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

\_\_\_\_\_  
RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC.SC 28.616/O-4 CONTADORA

Município de RIO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS  
SERVIDORES**  
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2010 a 2084

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2010	1.468.221,40	2.124.646,76	-656.425,36	44.399.122,22
2011	1.413.005,97	2.054.811,36	-641.805,39	43.757.316,83
2012	1.351.802,53	2.049.444,64	-697.642,11	43.059.674,72
2013	1.296.943,22	2.009.450,71	-712.507,49	42.347.167,23
2014	1.230.628,05	2.078.472,29	-847.844,24	41.499.322,99
2015	1.180.391,70	2.016.799,21	-836.407,51	40.662.915,48
2016	1.127.572,81	1.990.823,01	-863.250,20	39.799.665,28
2017	1.072.650,47	1.995.362,75	-922.712,28	38.876.953,00
2018	1.015.969,09	2.032.546,96	-1.016.577,87	37.860.375,13
2019	963.686,70	2.037.354,36	-1.073.667,66	36.786.707,47
2020	911.337,54	2.059.146,82	-1.147.809,28	35.638.898,19
2021	848.601,00	2.182.095,39	-1.333.494,39	34.305.403,80
2022	800.128,00	2.187.139,55	-1.387.011,55	32.918.392,25
2023	746.989,61	2.246.155,44	-1.499.165,83	31.419.226,42
2024	694.795,80	2.304.166,03	-1.609.370,23	29.809.856,19
2025	637.861,06	2.412.251,01	-1.774.389,95	28.035.466,24
2026	582.693,81	2.511.502,93	-1.928.809,12	26.106.657,12
2027	515.603,10	2.724.865,82	-2.209.262,72	23.897.394,40
2028	453.956,88	2.888.283,79	-2.434.326,91	21.463.067,49
2029	394.679,04	3.038.327,85	-2.643.648,81	18.819.418,68
2030	338.855,58	3.161.917,60	-2.823.062,02	15.996.356,66
2031	287.107,64	3.253.661,93	-2.966.554,29	13.029.802,37
2032	249.089,30	3.237.824,42	-2.988.735,12	10.041.067,25
2033	220.572,11	3.147.286,50	-2.926.714,39	7.114.352,86
2034	189.603,92	3.096.649,88	-2.907.045,96	4.207.306,90
2035	146.897,53	3.162.382,21	-3.015.484,68	1.191.822,22
2036	120.805,10	3.087.476,89	-2.966.671,79	-1.774.849,57
2037	90.167,32	3.065.864,21	-2.975.696,89	-4.750.546,46
2038	73.451,65	2.929.337,00	-2.855.885,35	-7.606.431,81
2039	54.090,97	2.832.061,03	-2.777.970,06	-10.384.401,87
2040	34.959,12	2.745.656,71	-2.710.697,59	-13.095.099,46
2041	24.604,94	2.592.719,97	-2.568.115,03	-15.663.214,49
2042	19.529,65	2.406.650,88	-2.387.121,23	-18.050.335,72
2043	13.541,01	2.243.398,66	-2.229.857,65	-20.280.193,37
2044	9.839,37	2.074.890,29	-2.065.050,92	-22.345.244,29
2045	5.495,28	1.925.581,13	-1.920.085,85	-24.265.330,14
2046	4.626,10	1.758.490,69	-1.753.864,59	-26.019.194,73
2047	3.389,01	1.607.951,35	-1.604.562,34	-27.623.757,07
2048	2.172,29	1.468.516,62	-1.466.344,33	-29.090.101,40
2049	1.320,16	1.337.164,20	-1.335.844,04	-30.425.945,44
2050	2,19	1.220.446,72	-1.220.444,53	-31.646.389,97
2051	1,16	1.101.524,56	-1.101.523,40	-32.747.913,37
2052	0,58	991.039,63	-991.039,05	-33.738.952,42
2053	0,27	889.776,57	-889.776,30	-34.628.728,72
2054	0,12	799.820,27	-799.820,15	-35.428.548,87
2055	0,05	717.200,53	-717.200,48	-36.145.749,35
2056	0,02	641.203,39	-641.203,37	-36.786.952,72
2057	0,01	570.849,10	-570.849,09	-37.357.801,81
2058	0,00	506.814,96	-506.814,96	-37.864.616,77
2059	0,00	447.309,17	-447.309,17	-38.311.925,94
2060	0,00	393.436,63	-393.436,63	-38.705.362,57
2061	0,00	344.533,63	-344.533,63	-39.049.896,20
2062	0,00	300.746,87	-300.746,87	-39.350.643,07
2063	0,00	261.039,68	-261.039,68	-39.611.682,75
2064	0,00	225.880,08	-225.880,08	-39.837.562,83
2065	0,00	194.365,63	-194.365,63	-40.031.928,46
2066	0,00	166.379,51	-166.379,51	-40.198.307,97
2067	0,00	142.040,65	-142.040,65	-40.340.348,62
2068	0,00	120.654,85	-120.654,85	-40.461.003,47
2069	0,00	102.326,18	-102.326,18	-40.563.329,65



Município de RIO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS  
SERVIDORES**  
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2010 a 2084

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2070	0,00	87.068,04	-87.068,04	-40.650.397,69
2071	0,00	73.790,67	-73.790,67	-40.724.188,36
2072	0,00	62.687,12	-62.687,12	-40.786.875,48
2073	0,00	53.041,79	-53.041,79	-40.839.917,27
2074	0,00	44.645,55	-44.645,55	-40.884.562,82
2075	0,00	37.462,48	-37.462,48	-40.922.025,30
2076	0,00	31.062,33	-31.062,33	-40.953.087,63
2077	0,00	25.296,57	-25.296,57	-40.978.384,20
2078	0,00	20.248,58	-20.248,58	-40.998.632,78
2079	0,00	15.879,32	-15.879,32	-41.014.512,10
2080	0,00	12.235,39	-12.235,39	-41.026.747,49
2081	0,00	9.186,60	-9.186,60	-41.035.934,09
2082	0,00	6.713,81	-6.713,81	-41.042.647,90
2083	0,00	4.771,51	-4.771,51	-41.047.419,41
2084	0,00	0,00	0,00	-41.047.419,41

Projeção atuarial elaborada em 10/03/2010 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE: Secretaria da Fazenda

RIO DO SUL, 17/05/2011

\_\_\_\_\_  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

\_\_\_\_\_  
RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC.SC 28.616/O-4 CONTADORA

Município de RIO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	1.799.820,00	0,00	1.799.820,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	599.820,00	0,00	599.820,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1.200.000,00	0,00	1.200.000,00
<b>TOTAL</b>	1.799.820,00	0,00	1.799.820,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2010 (h)	Em 2011 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE: Secretaria da Fazenda

RIO DO SUL, 17/05/2011

\_\_\_\_\_  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

\_\_\_\_\_  
RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC.SC 28.616/O-4 CONTADORA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

APLICAÇÃO NA SAÚDE - 2011

## I - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS

CONTAS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	ACUMULADO
<b>Impostos</b>	<b>936.811,47</b>	<b>8.299.220,91</b>	<b>1.145.873,71</b>	<b>1.167.080,84</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.548.986,93</b>
Imposto s/ Prop. Predial Territorial e Urbana	134.552,58	5.438.307,92	304.316,69	262.444,65									6.139.621,84
Imposto s/ Proventos de qualquer natureza	59.867,14	60.392,40	90.121,68	77.538,64									287.919,86
Imposto s/ transmissão intervivos	76.006,11	137.851,97	114.810,53	131.945,45									460.614,06
Imposto s/ a Produção e a Circulação	685.385,64	662.668,62	536.624,81	695.192,10									2.580.331,17
<b>Transferências da União</b>	<b>1.760.099,91</b>	<b>1.882.127,58</b>	<b>1.232.788,48</b>	<b>1.630.416,23</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.505.432,18</b>
Cota Parte do Fundo Participação dos Municípios	1.735.991,72	1.870.276,61	1.220.954,56	1.618.371,37									6.445.594,26
Cota Parte do Imp. Predial Prop. Territorial Rural	281,28	60,50	43,47	254,41									639,66
Desoneração ICMS LC87/96	23.826,91	11.790,42	11.790,45	11.790,45									59.198,26
<b>Transferências do Estado</b>	<b>2.339.323,93</b>	<b>2.133.463,68</b>	<b>2.595.431,61</b>	<b>2.588.105,13</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.656.324,33</b>
Cota Parte do ICMS	2.066.855,27	1.764.303,43	2.057.874,60	2.075.021,85									7.964.055,17
Cota Parte do IPVA	222.474,16	331.044,22	506.135,19	470.635,91									1.530.289,48
Cota Parte do IPI s/ Exportação	49.994,50	38.115,99	31.421,82	42.447,37									161.979,68
Outras Receitas	122.037,99	199.945,38	189.104,38	180.666,68									691.754,40
Receita da Dívida Ativa Tributária	65.842,33	108.119,23	107.970,45	96.684,11									378.616,17
Multa e Juros de Mora de Tributos	56.195,63	91.826,10	81.133,93	83.982,57									313.138,23
<b>TOTAL</b>	<b>5.158.273,29</b>	<b>10.514.757,49</b>	<b>5.163.196,18</b>	<b>5.566.268,88</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>26.402.497,84</b>

## II - DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS NA SAÚDE

CONTAS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	ACUMULADO
Construção Unidades de PSF - Vinculado	0,00	0,00	0,00	0,00									0,00
Construção e Equip. Policlínica de Referência-Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00									0,00
Construção e Equip. da Unid. De Pronto Atendimento-UPA	0,00	0,00	0,00	0,00									0,00
Aquisição de Veículos-Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00									0,00
Equipagem Unidades de Saúde-Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00									0,00
Reforma e Ampliação unidades de Saúde -Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00									0,00
CIES- Comissão de Integração, Ensino e Serviço	0,00	0,00	0,00	0,00									0,00
Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	996.892,22	974.506,16	953.885,92	936.279,91									3.861.564,21
Programa Orçamento Criança -OCA	2.394,40	0,00	802,19	3.477,00									6.673,59
Manutenção da Farmácia Popular	13.514,63	13.697,39	16.260,68	12.160,07									55.632,77
BLFAB - Farmácia Básica	35.463,41	106.419,39	75.867,95	97.582,36									315.333,11
BLATB - Pat Saúde Bucal	140,00	250,00	210,00	140,00									740,00
BLATB - Ações Agente Com de Saúde	26.738,08	44.531,75	47.903,40	32.775,97									151.949,20
BLATB - Ações Saúde da Família	68.716,00	84.145,34	89.872,60	47.338,74									290.073,28
BLATB - Pat Fico - Ações Básicas	91.765,53	61.213,50	123.758,99	201.094,02									477.832,06
BLATB - Núcleo de Apoio a Saúde da Família	15.997,40	25.894,34	29.146,75	24.374,44									94.962,93
Ações de Saúde com Recursos do Estado	0,00	1.597.987,65	83.477,11	81.792,61									1.763.257,37
Construção Intermunicipal de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00									0,00
Programa de Medicamentos Especiais	0,00	856,80	4.732,39	0,00									5.589,19
BLGES - Impl. Ações e Serv. De Saúde	0,00	0,00	18.070,00	470,00									18.540,00
BLMAC - Manutenção da Gestão Plena - MAC	1.975.128,52	1.976.953,02	2.154.686,00	1.944.574,96									8.051.342,52
BLMAC - CAPS	28.146,68	20.740,12	30.591,59	23.223,37									102.701,76
BLMAC - SAMU	22.833,52	19.257,49	16.048,02	18.444,10									76.583,13
BLMAC - CEO	15.073,40	17.990,64	4.366,40	18.595,64									56.026,08
BLMAC - FAEC EXTRA TETO	190.566,38	0,00	377.177,10	188.588,55									756.332,03
BLVGS - VIGILANCIA SANITÁRIA	723,60	2.559,18	674,62	1.592,62									5.550,02
Projeto Time Mais Saúde	0,00	960,00	0,00	0,00									960,00
BLVGS - Vigilância Epidemiológica	7.910,95	15.714,28	18.849,63	16.085,50									58.560,36
BLVGS - PAM - DST/HIV/AIDS	2.931,94	3.449,25	5.902,00	6.675,00									18.958,19
LRDP - Laboratório Regional de Prótese Dentária	0,00	0,00	2.390,00	1.350,00									3.740,00
<b>TOTAL</b>	<b>3.494.537,31</b>	<b>4.967.096,33</b>	<b>4.854.673,34</b>	<b>3.656.614,86</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>16.172.921,84</b>

## III - DEDUÇÕES

(-) Receitas Vinculadas	2.774.630,40	3.991.666,74	3.006.774,29	2.637.316,08									12.410.387,51
(-) Juros de Aplicação Saúde	10.607,31	12.521,51	15.246,72	20.019,55									58.395,09
													0,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.785.237,71</b>	<b>4.004.188,25</b>	<b>3.022.021,01</b>	<b>2.657.335,63</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12.468.782,60</b>

## IV - APLICAÇÃO NA SAÚDE

VINCULAÇÃO MÍNIMA (15%)	773.740,99	1.577.213,62	774.479,73	834.940,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.960.374,68
APLICADO (I - II - III)	709.299,60	962.908,08	1.032.652,33	999.279,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.704.139,24
DIFERENÇA APLICAÇÃO	-64.441,39	-614.305,54	-258.172,60	-164.338,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-256.235,44
Vinculação Mínima (%)	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%
Aplicado (%)	13,76%	9,16%	20,00%	17,65%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	14,03%
Diferença Aplicação (%)	-1,25%	-5,84%	5,00%	2,95%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-0,97%

RIO DO SUL, 17/05/2011

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC.SC 28.616/O-4 CONTADORA

Município de RIO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2011		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

RIO DO SUL, 17/05/2011

\_\_\_\_\_  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

\_\_\_\_\_  
RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC.SC 28.616/O-4 CONTADORA

## Município de RIO DO SUL - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

## ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	142.261.300,26	
Previsão Atualizada		—	142.261.300,26	
Receitas Realizadas		22.159.084,59	52.151.221,62	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	350.036,14	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	142.261.300,26	
Créditos Adicionais		—	13.648.160,37	
Dotação Atualizada		—	155.909.460,63	
Despesas Empenhadas		24.767.638,28	49.070.978,25	
Despesas Liquidadas		20.846.180,90	40.987.379,08	
Superavit Orçamentário		—	11.163.842,54	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		24.767.638,28	49.070.978,25	
Despesas Liquidadas		20.846.180,90	40.987.379,08	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			125.770.226,80	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		2.384.288,38	4.159.203,35	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		559.012,01	1.061.640,40	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		1.825.276,37	3.097.562,95	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		3.202.000,00	-8.145.084,45	-254,37
Resultado Primário		-11.406.364,49	9.860.143,52	-86,44
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	3.462.683,83	0,00	3.303.258,50	159.425,33
EXECUTIVO	3.462.683,83	0,00	3.303.258,50	159.425,33
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	2.779.899,44	0,00	1.445.172,04	1.334.727,40
EXECUTIVO	2.779.899,44	0,00	1.445.172,04	1.334.727,40
TOTAL:	6.242.583,27	0,00	4.748.430,54	1.494.152,73
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		7.031.520,81	25%	26,65
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		5.037.674,77	60%	93,35
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		205.018,30	12.244.981,70	
Despesa de Capital Líquida		1.824.686,44	31.269.201,02	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2011	2019	2029	2044
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	1.413.005,97	963.686,70	394.679,04	9.839,37
Despesas Previdenciárias (V)	2.054.811,36	2.037.354,36	3.038.327,85	2.074.890,29
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	-641.805,39	-1.073.667,66	-2.643.648,81	-2.065.050,92

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de RIO DO SUL - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	1.799.820,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
			% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		3.704.139,24	15,00
			14,03

FONTE: Secretaria da Fazenda

RIO DO SUL, 17/05/2011

\_\_\_\_\_  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

\_\_\_\_\_  
RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC.SC 28.616/O-4 CONTADORA



# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Lei Nº 970 de 12 de Maio de 2011.

LEI Nº 970 DE 12 DE MAIO DE 2011.

DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DO VENCIMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DO SUBSÍDIO DOS AGENTES POLÍTICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ITACIR DETOFOL, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a revisão geral anual do vencimento dos servidores públicos municipais, mediante a aplicação do índice de 6,3065% sobre o vencimento vigente em março de 2011.

§ 1º. A revisão geral anual de que trata o caput deste artigo vigorará a partir de 1º de abril de 2011.

§ 2º. A revisão geral anual, de que trata o caput deste artigo, está baseada no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado pelo IBGE, relativamente ao período de abril de 2010 a março de 2011.

§ 3º. O índice de que trata o caput deste artigo não se aplica aos servidores municipais beneficiados pelo disposto na Lei nº 961 de 30 de Março de 2011, que tiveram seus vencimentos revistos através da mesma.

Art. 2º. Fica igualmente autorizada a revisão geral do subsídio dos agentes políticos municipais, no caso Prefeito Municipal, Vice-Prefeito Municipal, Vereadores e Secretários municipais, mediante a aplicação do índice de 6,3065% sobre os subsídios vigentes em março de 2011.

§ 1º. A revisão geral de que trata o caput deste artigo vigorará a partir de 1º de abril de 2011.

§ 2º. A revisão geral, de que trata o caput deste artigo, está baseada no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado pelo IBGE, relativamente aos meses de abril/2010 a março/2011.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de abril de 2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso em 12 de Maio de 2011.

ITACIR DETOFOL

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT

Tecnólogo em Administração

Matricula nº 136/8

### Lei Nº 965 de 07 de Abril de 2011.

LEI Nº 965 DE 07 DE ABRIL DE 2011.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 949, de 15 de dezembro de 2010 e dá outras providências.

ITACIR DETOFOL, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu

cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 949, de 15 de dezembro de 2010, por conta dos recursos do Fundo Nacional de Saúde, ações de Vigilância em Saúde, Incentivo a Política de Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças e Agravos, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

1000.00.00.00.00 Receitas Correntes

1700.00.00.00.00 Transferências Correntes

1720.00.00.00.00 Transferências Intergovernamentais

1721.00.00.00.00 Transferências da União

1721.33.00.00.00 Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo

1721.33.02.00.00 Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo - Vigilância em Saúde

0166 - Vigilância em Saúde

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 949, de 15 de dezembro de 2010, até o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

09.00 Fundo Municipal de Saúde

09.01 Fundo Municipal de Saúde

103050025.2.043000 Vigilância Epidemiológica

0166 4.4.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 20.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 07 de Abril de 2011.

ITACIR DETOFOL

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT

Tecnólogo em Administração

Matricula nº 136/8

### Lei Nº 966 de 07 de Abril de 2011.

LEI Nº 966 DE 07 DE ABRIL DE 2011.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 949, de 15 de dezembro de 2010 e dá outras providências.

ITACIR DETOFOL, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 949, de 15 de dezembro de 2010, no valor de até R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil quinhentos reais) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

06.00 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos  
06.02 Departamento de Serviços Urbanos  
226610040.1.025000 Implantação de área industrial  
0183 4.4.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 400.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta Lei, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 949, de 15 de dezembro de 2010, no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil quinhentos reais), a seguir especificados:

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária  
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária  
206060048.1.020000 Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários  
1908 0183 4.4.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 400.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 07 de Abril de 2011.

ITACIR DETOFOL  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT  
Tecnólogo em Administração  
Matricula nº 136/8

### **Lei Nº 967 de 14 de Abril de 2011**

LEI Nº 967 DE 14 DE ABRIL DE 2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA S/A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Itacir Detofol, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, especialmente da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC CIDADES.

Art. 2º - A adesão ao Programa BADESC CIDADES propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento para aquisição de 01 (uma) Motoniveladora.

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC CIDADES, até o montante de R\$ 550.000,00 (Quinhentos e Cinquenta Mil Reais)

Parágrafo Único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa BADESC CIDADES, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subseqüentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com

encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 9% (nove por cento) ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo - TJLP, ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 14 de Abril de 2011.

ITACIR DETOFOL  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT  
Tecnólogo em Administração  
Matricula nº 136/8

### **Lei Nº 968 de 14 de Abril de 2011**

LEI Nº 968 DE 14 DE ABRIL DE 2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA S/A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Itacir Detofol, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, especialmente da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC CIDADES.

Art. 2º - A adesão ao Programa BADESC CIDADES propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento da construção de pavilhões industriais.

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC CIDADES, até o montante de R\$ 400.000,00 (Quatrocentos Mil Reais)

Parágrafo Único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa BADESC CIDADES, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subseqüentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 9% (nove por cento) ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo - TJLP, ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 14 de Abril de 2011.

ITACIR DETOFOL

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT  
Tecnólogo em Administração  
Matricula nº 136/8

### **Lei Nº 969 de 25 de Abril de 2011**

LEI Nº 969 DE 25 DE ABRIL DE 2011  
AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO ATRAVÉS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVO ECONÔMICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Itacir Detofol, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, especialmente da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a conceder incentivo econômico através do pagamento do transporte de galpões de aviário do município de Chapecó até Santa Terezinha do Progresso, doação de materiais para a construção dos pisos dos aviários, executar serviços de terraplenagens, instalação de água e luz, para instalação destes aviários no município na Linha São Luiz na propriedade do Sr. Roberto Aloysio Jacoby, CPF nº 657.605.149-20.

Parágrafo Único: O valor a ser dispendido pelo município na forma de incentivos econômicos fixados no caput deve respeitar o limite de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 25 de Abril de 2011.  
ITACIR DETOFOL  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT  
Tecnólogo em Administração  
Matricula nº 136/8

### **Editais de Convocação Nº 002/2011**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2011  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA PREVISTA NO ARTIGO 48, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000 DE 04/05/2000 - REFERENTE À AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2011.

ITACIR DETOFOL, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial ao disposto no artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 101/2000 de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - e Lei Municipal nº 322/2001 de 14/05/2001, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de todos os Municípios que, no dia 31 de Maio de 2011, às 09:00 horas, nas dependências da Associação de Terceira Idade São Braz, será realizada AUDIÊNCIA PÚBLICA, como instrumento de transparência

da gestão fiscal do Município, em atendimento as disposições legais, apresentação da Avaliação das Metas Fiscais referente ao primeiro quadrimestre de 2011.

Maiores informações sobre a Audiência Pública, objeto desta convocação, poderão ser obtidas junto a Secretaria Municipal de Gestão e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em horário normal de expediente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, SC, em 17 de Maio de 2011.

ITACIR DETOFOL  
Prefeito Municipal

## **São Lourenço do Oeste**

### **PREFEITURA MUNICIPAL**

#### **Aviso de Licitação 75/2011**

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 15/06/2011, às 9:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/2011, TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2011 - OBJETO: CONSTRUÇÃO DE CICLOVIA EM PARTE DA RUA TIRADENTES, NO BAIRRO SÃO FRANCISCO, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 0311131-58/2009, QUE CELEBRAM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC E O MINISTÉRIO DA CIDADES . Informações licitações@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRENCISCO ETGES  
Prefeito Municipal

#### **Extrato do Contrato N. 002/2011 - CDM**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2011, de 6 de Abril de 2011.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.  
Contratada: LIGA MARAVILHENSE DE DESPORTOS  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE LIGA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA REALIZAÇÃO DO 28º CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE CAMPO AMADOR - TAÇA ENELE ESTOFADOS E MÓVEIS.

Valor: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Dotação Orçamentária: 18.01.2.035.3.3.90.00.00.00.00 (4/2011)

Data de Assinatura: 06/04/2011

Vigência: terá início no dia da assinatura e término previsto para 31 de dezembro de 2011

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo contratante e Gérson André Brutscher - pela contratada.

#### **Extrato do Contrato N. 002/2011 - FMS**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2011, de 14/04/2011.

Origem: Processo Licitatório nº 07/2011, Modalidade Convite para Compras e Serviços nº 01/2011

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de São Lourenço do Oeste.  
Contratada: RIVITUR AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES PARA PACIENTES EM TRAMANETO FORA DO DOMICÍLIO, SENDO VEÍCULO COM CAPACIDADE DE 15 LUGARES, EQUIPADO COM CINTOS DE SEGURANÇA E AR CONDICIONADO.

Valor: R\$ 58.500,00 (cinquenta e oito mil e quinhentos reais)

Dotação orçamentária: do exercício financeiro de 2011



Recursos financeiros: do exercício financeiro de 2011  
Forma de pagamento: conforme ordem cronológica disposta no Decreto n. 4.151 de 29/12/2010  
Data de Assinatura: 14/04/2011  
Vigência: a partir da data da assinatura até 31/12/2011.  
Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Antonio Carlos Correa - pela contratada.

**Extrato do Contrato N. 080/2011 - PMSLO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 80/2011, de 1º de abril de 2011.

Origem: Processo Licitatório nº 039/2011, Modalidade Pregão Presencial nº 027/2011 Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: TELEPATO EQUIPAMENTOS TELEFÔNICOS LTDA EPP  
Objeto: a FORNECIMENTO DE MATERIAIS E INSTALAÇÃO DE TORRES E ANTENAS WIRELESS NAS ESCOLAS PARA LEVAR INTERNET BANDA LARGA GRATUITA A TODOS OS ALUNOS E PROFESSORES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS EM TODO O TERRITÓRIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE de fls. do Processo Licitatório em epígrafe, que faz parte integrante deste contrato para todos os fins e efeitos.

Valor: R\$ 378,500,00 (trezentos e setenta e oito mil e quinhentos reais)

Dotação Orçamentária: por conta do orçamento do exercício financeiro de 2011

Data de Assinatura: 01/04/2011

Vigência: O prazo de vigência deste contrato é de 120 dias

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo contratante e Enio José Spinello - pela contratada.

**Extrato do Contrato N. 081/2011 - PMSLO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 081/2011, de 01 de abril de 2011.

Origem: Processo Licitatório nº 31/2011 - Convite p/ Compras e Serviços nº 07/2011

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: ANDREI LINHARES VIEIRA ME

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONserto E RESTAURAÇÃO DE MÓVEIS ESCOLARES

Valor: R\$ 53.064,76 (cinquenta e três mil, sessenta e quatro reais e setenta e seis centavos)

Dotação Orçamentária: 08.01.2.015.3.3.90.39.21.00.00.00(102/2011)

Data de Assinatura: 01/04/2011

Vigência: data de sua assinatura até 30 de abril de 2011

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo contratante e ANDREI LINHARES VIEIRA - pela contratada.

**Extrato do Contrato N. 082/2011 - PMSLO**

CONTRATO Nº 082/2011, de 05 de abril de 2011.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 09/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 119/2009, Modalidade Pregão Presencial nº 63/2009

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: DELMAR LANZ ME

Objeto: reajuste do valor contratado

Valor: o valor do saldo remanescente do Contrato, fica reajustado pelo índice do IPCA, acumulado nos últimos 12 (doze) meses. Desta forma o valor unitário do quilômetro de R\$ 2,71 (dois reais e setenta e um centavos) passa a ser de R\$ 2,87 (dois reais e oitenta e sete centavos).

Dotação Orçamentária: decorrerá do orçamento municipal vigente no exercício de 2011.

Forma de Pagamento: conforme Decreto 4.151 de 29/12/2010

Data de Assinatura: 05/04/2011

Vigência: a partir da data da assinatura

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo contratante e Delmar Lanz - pela contratada.

**Extrato do Contrato N. 083/2011 - PMSLO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 083/2011, de 7 de Abril de 2011.

DÉCIMO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 136/2008.

Origem: Processo Licitatório nº 38/2008, Modalidade Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia nº 4/2008

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: PANDINI CONSTR. E INCORPORACÕES LTDA

Objeto: dilação do prazo de vigência em 30 (trinta) dias

Data de Assinatura: 07/04/2011

Vigência: de de 07 de abril de 2011 até 09 de maio de 2011.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo contratante e Ailton Pandini - pela contratada.

**Extrato do Contrato N. 084/2011 - PMSLO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 084/2011, de 07 de abril de 2011.

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 24/2009.

Origem: Processo Licitatório nº 5/2009, Modalidade Pregão Presencial nº 1/2009.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: V.MARTINS DA SILVA E CIA LTDA

Objeto: reajuste de 5,90% no valor contratado

Valor: o valor do saldo remanescente do Contrato, fica reajustado pelo índice do IPCA, acumulado nos últimos 12 (doze) meses. Sendo que o valor unitário do quilômetro de R\$ 1,99 (um real e noventa e nove centavos) passa a ser de R\$ 2,11 (dois reais e onze centavos)

Dotação Orçamentária: decorrerá do orçamento municipal vigente no exercício de 2011.

Forma de Pagamento: conforme Decreto n. 4,151 de 29/12/2010

Data de Assinatura: 07/04/2011

Vigência: a partir da data da assinatura.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo contratante e Valdevino Martins da Silva - pela contratada.

**Extrato do Contrato N. 085/2011 - PMSLO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 085/2011, de 07/04/2011.

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 15/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 119/2009 - Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 63/2009

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: W.R. PIAZZA & CIA LTDA

Objeto: : reajuste de 5,90% no valor contratado e adição de km/valor ao item nº 04

Valor: o valor do saldo remanescente do Contrato, fica reajustado pelo índice do IPCA, acumulado nos últimos 12 (doze) meses. Sendo que o valor unitário do quilômetro de R\$ 2,95 (dois reais e noventa e cinco centavos) passa a ser de R\$ 3,12 (três reais e doze centavos) para o item nº 03 e de R\$ 2,94 (dois reais e noventa e quatro centavos) passa a ser de R\$ 3,11 (três reais e onze centavos) para o item nº 04.

Sendo que o valor da adição de km/valor ao item nº 04 é de R\$ 2.612,40 (dois mil reais, seiscentos e doze reais e quarenta centavos).

Dotação Orçamentária: decorrerá do orçamento municipal vigente no exercício de 2011.

Forma de Pagamento: conforme Decreto n. 4,151 de 29/12/2010

Data de Assinatura: 07/04/2011

Vigência: a partir da data da assinatura.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo contratante e Wilson Roque Pizza - pela contratada.

#### **Extrato do Contrato N. 086/2011 - PMSLO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 086/2011, de 07/04/2011.

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 21/2009.

Origem: Processo Licitatório nº 5/2009, Modalidade Pregão Presencial nº 1/2009

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: SCHVANS TRANSPORTES LTDA ME

Objeto: reajuste de 5,90% no valor contratado Valor: o valor do saldo remanescente do Contrato, fica reajustado pelo índice do IPCA, acumulado nos últimos 12 (doze) meses. Sendo que o valor unitário do quilômetro de R\$ 2,43 (dois reais e quarenta e três centavos) passa a ser de R\$ 2,57 (dois reais e cinquenta e sete centavos).

Dotação Orçamentária: decorrerá do orçamento municipal vigente no exercício de 2011.

Forma de Pagamento: conforme Decreto n. 4,151 de 29/12/2010

Data de Assinatura: 07/04/2011

Vigência: a partir da data da assinatura.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo contratante e Almir Schvans - pela contratada.

#### **Extrato do Contrato N. 087/2011 - PMSLO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 087/2011, de 07/04/2011.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 119/2009, Modalidade Pregão Presencial nº 63/2009

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: VITALINO BALDIN ME

Objeto: reajuste de 5,90% no valor contratado e adição de km/valor.

Valor: o valor do saldo remanescente do Contrato, fica reajustado pelo índice do IPCA, acumulado nos últimos 12 (doze) meses. Sendo que o valor unitário do quilômetro de R\$ 2,45 (dois reais e quarenta e cinco centavos) passa a ser de R\$ 2,59 (dois reais e cinquenta e nove centavos). O valor da adição de km/valor é de R\$ 9.324,00 (nove mil, trezentos e vinte e quatro reais).

Dotação Orçamentária: decorrerá do orçamento municipal vigente no exercício de 2011.

Forma de Pagamento: conforme Decreto n. 4,151 de 29/12/2010

Data de Assinatura: 07/04/2011

Vigência: a partir da data da assinatura.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo contratante e Vitalino Baldin - pela contratada.

#### **Extrato do Contrato N. 088/2011 - PMSLO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 088/2011, de 07/04/2011.

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 63/2009.

Origem: Processo Licitatório nº 23/2009, Modalidade Pregão Presencial nº 14/2009

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: WAGNER BALDIN & CIA LTDA

Objeto: reajuste de 5,90% no valor contratado

Valor: o valor do saldo remanescente do Contrato, fica reajustado pelo índice do IPCA, acumulado nos últimos 12 (doze) meses. Sendo que o valor unitário do quilômetro de R\$ 2,56 (dois reais e cinquenta e seis centavos) passa a ser de R\$ 2,71 (dois reais e setenta e um centavo).

Dotação Orçamentária: decorrerá do orçamento municipal vigente no exercício de 2011.

Forma de Pagamento: conforme Decreto n. 4,151 de 29/12/2010

Data de Assinatura: 07/04/2011

Vigência: a partir da data da assinatura.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo contratante e Wagner Baldin - pela contratada.

#### **Extrato do Contrato N. 089/2011 - PMSLO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 089/2011, de 07/04/2011.

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 25/2009.

Origem: Processo Licitatório nº 5/2009, Modalidade Pregão Presencial nº 1/2009

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: VANDERLEI VIAL & CIA LTDA ME

Objeto: reajuste de 5,90% no valor contratado.

Valor: o valor do saldo remanescente do Contrato, fica reajustado pelo índice do IPCA, acumulado nos últimos 12 (doze) meses. Sendo que o valor unitário do quilômetro de R\$ 2,44 (dois reais e quarenta e quatro centavos) passa a ser de R\$ 2,58 (dois reais e cinquenta e oito centavos).

Dotação Orçamentária: decorrerá do orçamento municipal vigente no exercício de 2011.

Forma de Pagamento: conforme Decreto n. 4,151 de 29/12/2010

Data de Assinatura: 07/04/2011

Vigência: a partir da data da assinatura.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo contratante e Vanderlei Vial - pela contratada.

#### **Extrato do Contrato N. 090/2011 - PMSLO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 090/2011, de 12/04/2011.

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 12/2009.

Origem: Processo Licitatório nº 119/2009, Modalidade Pregão Presencial nº 63/2009

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: SCHVANS TRANSPORTES LTDA ME

Objeto: reajuste de 5,90% no valor contratado

Valor: o valor do saldo remanescente do Contrato, fica reajustado pelo índice do IPCA, acumulado nos últimos 12 (doze) meses. Sendo que o valor unitário do quilômetro de R\$ 2,15 (dois reais e quinze centavos) passa a ser de R\$ 2,28 (dois reais e vinte e oito centavos).

Dotação Orçamentária: decorrerá do orçamento municipal vigente no exercício de 2011.

Forma de Pagamento: conforme Decreto n. 4,151 de 29/12/2010

Data de Assinatura: 07/04/2011

Vigência: a partir da data da assinatura.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo contratante e Almir Schvans - pela contratada.

#### **Extrato do Contrato N. 091/2011 - PMSLO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 091/2011, de 7 de abril de 2011.

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 18/2009.

Origem: Processo Licitatório nº 5/2009, Modalidade Pregão Presencial nº 1/2009

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: LUCAS PELIZZER ME

Objeto: reajuste de 5,90% no valor contratado

Valor: o valor do saldo remanescente do Contrato, fica reajustado pelo índice do IPCA, acumulado nos últimos 12 (doze) meses. Sendo que o valor unitário do quilômetro de R\$ 2,97 (dois reais e noventa e sete centavos) passa a ser de R\$ 3,15 (três reais e quinze centavos).

quinze centavos) para o item nº 12 e de R\$ 2,00 (dois reais) passa a ser de R\$ 2,12 (dois reais e doze centavos) para o item nº 16.  
Dotação Orçamentária: decorrerá do orçamento municipal vigente no exercício de 2011.  
Forma de Pagamento: conforme Decreto n. 4,151 de 29/12/2010  
Data de Assinatura: 07/04/2011  
Vigência: a partir da data da assinatura.  
Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Lucas Pelizzer - pela contratada.

**Extrato do Contrato N. 092/2011 - PMSLO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 092/2011, de 7 de Abril de 2011.  
SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 13/2009.

Origem: Processo Licitatório nº 5/2009, Modalidade Pregão Presencial nº 1/2009  
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.  
Contratada: BENETTI & FERRARI TRANSPORTES LTDA ME  
Objeto: reajuste de 5,90% no valor contratado  
Valor: o valor do saldo remanescente do Contrato, fica reajustado pelo índice do IPCA, acumulado nos últimos 12 (doze) meses. Sendo que o valor unitário do quilômetro de R\$ 2,16 (dois reais e dezesseis centavos) passa a ser de R\$ 2,29 (dois reais e vinte e nove centavos) tanto para o item nº 10 quanto para o nº 23.  
Dotação Orçamentária: decorrerá do orçamento municipal vigente no exercício de 2011.  
Forma de Pagamento: conforme Decreto n. 4,151 de 29/12/2010  
Data de Assinatura: 07/04/2011  
Vigência: a partir da data da assinatura.  
Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Edson Ferrari - pela contratada.

**Extrato do Contrato N. 093/2011 - PMSLO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 093/2011, de 07/04/2011.  
QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 22/2009.

Origem: Processo Licitatório nº 5/2009, Modalidade Pregão Presencial nº 1/2009  
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.  
Contratada: TRANSPORTE DE PASSAGEIROS MENEGASSI LTDA ME  
Objeto: reajuste de 5,90% no valor contratado  
Valor: o valor do saldo remanescente do Contrato, fica reajustado pelo índice do IPCA, acumulado nos últimos 12 (doze) meses. Sendo que o valor unitário do quilômetro de R\$ 2,16 (dois reais e dezesseis centavos) passa a ser de R\$ 2,29 (dois reais e vinte e nove centavos) tanto para o item nº 03 quanto para os itens nº 06 e 13.  
Dotação Orçamentária: decorrerá do orçamento municipal vigente no exercício de 2011.  
Forma de Pagamento: conforme Decreto n. 4,151 de 29/12/2010  
Data de Assinatura: 07/04/2011  
Vigência: a partir da data da assinatura.  
Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo contratante e Ivo Menegassi - pela contratada.

**Extrato do Contrato N. 094/2011 - PMSLO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 084/2011, de 07/04/2011.  
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 13/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 119/2009, Modalidade Pregão Presencial nº 63/2009  
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.  
Contratada: V.MARTINS DA SILVA E CIA LTDA,  
Objeto: reajuste de 5,90% no valor contratado.  
Valor: o valor do saldo remanescente do Contrato, fica reajustado

pelo índice do IPCA, acumulado nos últimos 12 (doze) meses. Sendo que o valor unitário do quilômetro de R\$ 1,95 (um real e noventa e cinco centavos) passa a ser de R\$ 2,07 (dois reais e sete centavos). Dotação Orçamentária: decorrerá do orçamento municipal vigente no exercício de 2011.

Forma de Pagamento: conforme Decreto n. 4,151 de 29/12/2010  
Data de Assinatura: 07/04/2011

Vigência: a partir da data da assinatura.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo contratante e Valdevino Martins da Silva - pela contratada.

**Extrato do Contrato N. 095/2011 - PMSLO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 095/2011, de 07/04/2011.  
SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 23/2009.

Origem: Processo Licitatório nº 5/2009, Modalidade Pregão Presencial nº 1/2009

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: V. BERGGOZZA ME

Objeto: reajuste de 5,90% no valor contratado

Valor: o valor do saldo remanescente do Contrato, fica reajustado pelo índice do IPCA, acumulado nos últimos 12 (doze) meses. Sendo que o valor unitário do quilômetro de R\$ 2,75 (dois reais e setenta e cinco centavos) passa a ser de R\$ 2,91 (dois reais e noventa e um centavos).

Dotação Orçamentária: decorrerá do orçamento municipal vigente no exercício de 2011.

Forma de Pagamento: conforme Decreto n. 4,151 de 29/12/2010

Data de Assinatura: 07/04/2011

Vigência: a partir da data da assinatura.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo contratante e Valdemar Bergozza - pela contratada.

**Extrato do Contrato N. 096/2011 - PMSLO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 096/2011, de 07/04/2011.  
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 08/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 119/2009, Modalidade Pregão Presencial nº 63/2009

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: ANTONIO LISIAK ME

Objeto: reajuste de 5,90% no valor contratado

Valor: o valor do saldo remanescente do Contrato, fica reajustado pelo índice do IPCA, acumulado nos últimos 12 (doze) meses. Sendo que o valor unitário do quilômetro de R\$ 1,86 (um real e oitenta e seis centavos) passa a ser de R\$ 1,97 (um real e noventa e sete centavos).

Dotação Orçamentária: decorrerá do orçamento municipal vigente no exercício de 2011.

Forma de Pagamento: conforme Decreto n. 4,151 de 29/12/2010

Data de Assinatura: 07/04/2011

Vigência: a partir da data da assinatura.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo contratante e Antonio Lisiak - pela contratada.

**Extrato do Contrato N. 097/2011 - PMSLO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 097/2011, de 12 de Abril de 2011

Origem: Processo Licitatório nº 16/2010, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 10/2010

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVICOS LTDA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DE LIMPEZA COMPREENDENDO 40 HORAS SEMANAIS CEIM MONTEIRO LOBATO, E PARA



PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E JARDINAGEM COMPREENDENDO 40 HORAS SEMANAIS GERÊNCIA DE FREDERICO WASTNER, conforme Termo de Homologação e Adjudicação, constantes do Processo Licitatório supracitado  
Valor: R\$ 29.954,61 (vinte e nove mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e um centavos).  
Dotação Orçamentária: 01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00 (112).

Recursos Financeiros: recursos próprios e do orçamento do exercício financeiro de 2011

Forma de Pagamento: conforme ordem cronológica disposta no Decreto n. 4.151 de 29/12/2010

Data de Assinatura: 10/03/2011

Vigência: O contrato terá vigência iniciando-se em 15 de abril de 2011 e com término previsto em 31 de dezembro de 2011.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Ronaldo Benkendorf - pela contratada.

#### **Extrato do Contrato N. 098/2011 - PMSLO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 098/2011, de 12/04/2011.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 11/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 119/2009, Modalidade Pregão Presencial nº 63/2009

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: J LUDWIG ME

Objeto: reajuste de 5,90% no valor contratado

Valor: o valor do saldo remanescente do Contrato, fica reajustado pelo índice do IPCA, acumulado nos últimos 12 (doze) meses. Sendo que o valor unitário do quilômetro de R\$ 2,18 (dois reais e dezoito centavos) passa a ser de R\$ 2,31 (dois reais e trinta e um centavos).

Dotação Orçamentária: decorrerá do orçamento municipal vigente no exercício de 2011.

Forma de Pagamento: conforme Decreto n. 4,151 de 29/12/2010

Data de Assinatura: 07/04/2011

Vigência: a partir da data da assinatura.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo contratante e Joceli Ludwig - pela contratada.

#### **Extrato do Contrato N. 099/2011 - PMSLO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 099/2011, de 12/04/2011.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 25/2011.

Origem: Processo nº 03/2011, Modalidade Pregão Presencial no 03/2011

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: TRANSPORTE DE PASSAGEIROS MENEGASSI LTDA

Objeto: adição de km/valor ao item nº 01

Valor: R\$ 3.836,80 (três mil, oitocentos e trinta e seis reais e oitenta centavos)

Dotação Orçamentária: decorrerá do orçamento municipal vigente no exercício de 2011.

Forma de Pagamento: conforme Decreto n. 4,151 de 29/12/2010

Data de Assinatura: 12/04/2011

Vigência: a partir da data da assinatura.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo contratante e Ivo Menegassi - pela contratada.

#### **Extrato do Contrato N. 100/2011 - PMSLO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 100/2011, de 12/04/2011.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 24/2011.

Origem: Processo nº 133/2010, Modalidade Pregão Presencial no 074/2010

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: V.MARTINS DA SILVA E CIA LTDA

Objeto: adição de km/valor ao item nº 08

Valor: R\$ 1.192,00 (um mil, cento e noventa e dois reais)

Dotação Orçamentária: decorrerá do orçamento municipal vigente no exercício de 2011.

Forma de Pagamento: conforme Decreto n. 4,151 de 29/12/2010

Data de Assinatura: 12/04/2011

Vigência: a partir da data da assinatura.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo contratante e Valdevino Martins da Silva - pela contratada.

#### **Extrato do Contrato N. 101/2011 - PMSLO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 101/2011, de 15 de Abril de 2011.

DÉCIMO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 117/2008.

Origem: Processo Licitatório nº 39/2008, Modalidade Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia nº 5/2008

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: PANDINI CONTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA

Objeto: supressão do valor contratado

Valor: R\$ 169,72 (cento e sessenta e nove reais e setenta e dois centavos) o que corresponde a 0,14% (zero vírgula quatorze por cento) do valor contratado

Data de Assinatura: 15/04/2011

Vigência: a partir da data da assinatura

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Ailton Pandini - pela contratada.

#### **Extrato do Contrato N. 102/2011 - PMSLO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 102/2011, de 15 de Abril de 2011.

DÉCIMO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 136/2008.

Origem: Processo Licitatório nº 38/2008, Modalidade Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia nº 4/2008

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: PANDINI CONTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA

Objeto: supressão do valor do Contrato

Valor: R\$ 3.530,79 (três mil, quinhentos e trinta reais e setenta e nove centavos)

Data de Assinatura: 15/04/2011

Vigência: a partir da data da assinatura

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Ailton Pandini - pela contratada.

#### **Extrato do Contrato N. 103/2011 - PMSLO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 103/2011, de 15 de Abril de 2011.

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 136/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 69/2010, Modalidade Convite p/ Obras e Serv. Engenharia nº 13/2010

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA

Objeto: supressão do valor

Valor: R\$ 3.292,45 (três mil, duzentos e noventa e dois reais e quarenta e cinco centavos)

Data de Assinatura: 15/04/2011

Vigência: a partir da data da assinatura

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Renato Adriano Seibt - pela contratada.

**Extrato do Contrato N. 104/2011 - PMSLO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 104/2011, de 27 de Abril de 2011.  
TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 029/2011, de 31/01/2011.

Origem: Processo Licitatório nº 01/2011, Modalidade Pregão Presencial nº 01/2011

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: DIMATEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA

Objeto: solicita a rescisão amigável do Contrato nº 029/2011, de 31 de janeiro de 2011

Data de Assinatura: 27/04/2011

Vigência: a partir da data da assinatura

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Rildo da Silva Barbosa - pela contratada.

**Extrato do Contrato N. 105/2011 - PMSLO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 105/2011, de 27/04/2011.

Origem: Processo Licitatório nº 45/2011, Modalidade Convite para Compras e Serviços nº 08/2011

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: EDITORA CAPITAL DO NOROESTE LTDA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JORNALÍSTICA PARA SERVIÇOS COM PUBLICITÁRIO EM JORNAL REGIONAL, SEMANAL DE CIRCULAÇÃO NO MUNICÍPIO.

Valor: R\$ 8.680,00 (oito mil, seiscentos e oitenta reais)

Dotação orçamentária: 2.006.3.3.90.00.00.00.00 (81)

Recursos financeiros: do exercício financeiro de 2011

Forma de pagamento: conforme ordem cronológica disposta no Decreto n. 4.151 de 29/12/2010

Data de Assinatura: 27/04/2011

Vigência: a partir da data da assinatura até 31/12/2011.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Aline Cristina Marques - pela contratada.

**Extrato do Contrato N. 106/2011 - PMSLO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 106/2011, de 28/04/2011.  
DÉCIMO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 137/2008.

Origem: Processo Licitatório nº 04/2008, Modalidade Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia nº 06/2008

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: PANDINI CONTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA

Objeto: dilação do prazo de vigência em 60 (sessenta) dias

Data de Assinatura: 28/04/2011

Vigência: de 28/04/2011 até 27/06/2011

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Ailton Pandini - pela contratada.

**Extrato do Termo de Responsabilidade pelo uso de Bem Público Nº 003/2011, de 16 de Maio de 2011.**

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 003/2011, DE 16 DE MAIO DE 2011.

Origem: artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste CNPJ/MF 83.021.873/0001-08 e a servidora municipal TATIANE PAULA KLEIN, CPF 038.917.219-78.

Objeto: O presente Termo tem por objeto a transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste a usuário (servidora), dos direitos de uso e gozo do bem Notebook Positivo, N/S: 1A0452K90, com registro no patrimônio do Município sob o nº 6861, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo.

Data da assinatura: 16 de maio de 2011.

Vigência: da data de assinatura e perdurará enquanto o servidor mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município, especialmente na Secretaria Municipal de Educação.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Tatiane Paula Klein - servidora pública municipal.

**Extrato do Termo de Responsabilidade pelo uso de Bem Público Nº 004/2011, de 16 de Maio de 2011.**

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 004/2011, DE 16 DE MAIO DE 2011.

Origem: artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste CNPJ/MF 83.021.873/0001-08 e a servidora municipal HELENA CARMELITA NARESSI MARCON, CPF 016.174.449-44.

Objeto: O presente Termo tem por objeto a transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste a usuário (servidora), dos direitos de uso e gozo do bem Notebook Positivo, N/S: 1A0452L42, com registro no patrimônio do Município sob o nº 6843, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo.

Data da assinatura: 16 de maio de 2011.

Vigência: da data de assinatura e perdurará enquanto o servidor mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município, especialmente na Secretaria Municipal de Educação.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Helena Carmelita Naressi Marcon - servidora pública municipal.

**Extrato do Termo de Responsabilidade pelo uso de Bem Público Nº 005/2011, de 16 de Maio de 2011.**

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 005/2011, DE 16 DE MAIO DE 2011.

Origem: artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste CNPJ/MF 83.021.873/0001-08 e o servidora municipal SOLANGE DAL BELLO, CPF 027.958.429-63.

Objeto: O presente Termo tem por objeto a transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste a usuário (servidora), dos direitos de uso e gozo do bem Notebook Positivo, N/S: 1A0452S2D, com registro no patrimônio do Município sob o nº 6831, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo.

Data da assinatura: 16 de maio de 2011.

Vigência: da data de assinatura e perdurará enquanto o servidor mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município, especialmente na Secretaria Municipal de Educação.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Solange Dal Bello - servidora pública municipal.

**Extrato do Termo de Responsabilidade pelo uso de Bem Público Nº 006/2011, de 16 de Maio de 2011.**

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 006/2011, DE 16 DE MAIO DE 2011.

Origem: artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste CNPJ/MF 83.021.873/0001-08 e a servidora municipal MICHELE VALDUGA AVER, CPF 016.744.959-19.

Objeto: O presente Termo tem por objeto a transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste a usuário (servidora), dos direitos de uso e gozo do bem Notebook Positivo, N/S: 1A0452N6I,

com registro no patrimônio do Município sob o nº 6816, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo.

Data da assinatura: 16 de maio de 2011.

Vigência: da data de assinatura e perdurará enquanto o servidor mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município, especialmente na Secretaria Municipal de Educação.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Michele Valduga Aver - servidora pública municipal.

**Extrato do Termo de Responsabilidade pelo uso de Bem Público Nº 007/2011, de 16 de Maio de 2011.**

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 007/2011, DE 16 DE MAIO DE 2011.

Origem: artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste CNPJ/MF 83.021.873/0001-08 e a servidora municipal ADRIANA BETT TEREINTO GRANZOTTO, CPF 056.798.679-90.

Objeto: O presente Termo tem por objeto a transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste a usuária servidora, dos direitos de uso e gozo do bem Notebook Positivo, N/S: 1A0452M52, com registro no patrimônio do Município sob o nº 6881, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo.

Data da assinatura: 16 de maio de 2011.

Vigência: da data de assinatura e perdurará enquanto o servidor mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município, especialmente na Secretaria Municipal de Educação.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Adriana Bett Terebinto Granzotto - servidora pública municipal.

**Extrato do Termo de Responsabilidade pelo uso de Bem Público Nº 008/2011, de 16 de Maio de 2011.**

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 008/2011, DE 16 DE MAIO DE 2011.

Origem: artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste CNPJ/MF 83.021.873/0001-08 e a servidora municipal SONIA TEREZINHA COSTA, CPF 857.812.749-87.

Objeto: O presente Termo tem por objeto a transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste a usuário (servidora), dos direitos de uso e gozo do bem Notebook Positivo, N/S: 1A0452L9R, com registro no patrimônio do Município sob o nº 6817, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo.

Data da assinatura: 16 de maio de 2011.

Vigência: da data de assinatura e perdurará enquanto o servidor mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município, especialmente na Secretaria Municipal de Educação.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Sonia Terezinha Costa - servidora pública municipal.

**Extrato do Termo de Responsabilidade pelo uso de Bem Público Nº 009/2011, de 16 de Maio de 2011.**

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 009/2011, DE 16 DE MAIO DE 2011.

Origem: artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste CNPJ/MF 83.021.873/0001-08 e a servidora municipal IRACY TEREZINHA

CELLA, CPF 163.104.382-04.

Objeto O presente Termo tem por objeto a transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste a usuário (servidora), dos direitos de uso e gozo do bem Notebook Positivo, N/S: 1A0452N5D, com registro no patrimônio do Município sob o nº 6870, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo.

Data da assinatura: 16 de maio de 2011.

Vigência: da data de assinatura e perdurará enquanto o servidor mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município, especialmente na Secretaria Municipal de Educação.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Iracy Terezinha Cella - servidora pública municipal.

**Extrato do Termo de Responsabilidade pelo uso de Bem Público Nº 010/2011, de 16 de Maio de 2011.**

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 010/2011, DE 16 DE MAIO DE 2011.

Origem: artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste CNPJ/MF 83.021.873/0001-08 e a servidora municipal ANGELA MARIA LIVI, CPF 384.374.499-87.

Objeto: O presente Termo tem por objeto a transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste a usuário (servidora), dos direitos de uso e gozo do bem Notebook Positivo, N/S: 1A0452V1H, com registro no patrimônio do Município sob o nº 6808, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo.

Data da assinatura: 16 de maio de 2011.

Vigência: da data de assinatura e perdurará enquanto o servidor mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município, especialmente na Secretaria Municipal de Educação.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Angela Maria Livi - servidora pública municipal.

**Extrato do Termo de Responsabilidade pelo uso de Bem Público Nº 011/2011, de 16 de Maio de 2011.**

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 011/2011, DE 16 DE MAIO DE 2011.

Origem: artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste CNPJ/MF 83.021.873/0001-08 e a servidora municipal ISAURA SIVIERO DIESEL, CPF 022.719.679-10.

Objeto: O presente Termo tem por objeto a transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste a usuário (servidora), dos direitos de uso e gozo do bem Notebook Positivo, N/S: 1A0452V51, com registro no patrimônio do Município sob o nº 6855, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo.

Data da assinatura: 16 de maio de 2011.

Vigência: da data de assinatura e perdurará enquanto o servidor mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município, especialmente na Secretaria Municipal de Educação.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Isaura Siviero Diesel - servidora pública municipal.



**Extrato do Termo de Responsabilidade pelo uso de Bem Público Nº 012/2011, de 16 de Maio de 2011.**

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 012/2011, DE 16 DE MAIO DE 2011.

Origem: artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste CNPJ/MF 83.021.873/0001-08 e a servidora municipal LOIVA BERNARDETE MAHLER BARBOSA, CPF 812.398.159-72.

Objeto: O presente Termo tem por objeto a transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste a usuário (servidora), dos direitos de uso e gozo do bem Notebook Positivo, N/S: 1A0452M9U, com registro no patrimônio do Município sob o nº 6876, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo.

Data da assinatura: 16 de maio de 2011.

Vigência: da data de assinatura e perdurará enquanto o servidor mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município, especialmente na Secretaria Municipal de Educação.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Loiva Bernardete Mahler Barbosa - servidora pública municipal.

**Extrato do Termo de Responsabilidade pelo uso de Bem Público Nº 013/2011, de 16 de Maio de 2011.**

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 013/2011, DE 16 DE MAIO DE 2011.

Origem: artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste CNPJ/MF 83.021.873/0001-08 e a servidora municipal LOIVA BERNARDETE MAHLER BARBOSA, CPF 812.398.159-72.

Objeto: O presente Termo tem por objeto a transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste a usuário (servidora), dos direitos de uso e gozo do bem Notebook Positivo, N/S: 1A038RG6X, com registro no patrimônio do Município sob o nº 6890, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo.

Data da assinatura: 16 de maio de 2011.

Vigência: da data de assinatura e perdurará enquanto o servidor mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município, especialmente na Secretaria Municipal de Educação.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Loiva Bernardete Mahler Barbosa - servidora pública municipal.

**Extrato do Termo de Responsabilidade pelo uso de Bem Público Nº 014/2011, de 16 de Maio de 2011.**

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 014/2011, DE 16 DE MAIO DE 2011.

Origem: artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste CNPJ/MF 83.021.873/0001-08 e a servidora municipal RAQUEL CRISTINA KLEIN SCHROLL SCHIAVINI, CPF 005.534.479-80.

Objeto: O presente Termo tem por objeto a transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste a usuário (servidora), dos direitos de uso e gozo do bem Notebook Positivo, N/S: 1A0452K54, com registro no patrimônio do Município sob o nº 6813, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo.

Data da assinatura: 16 de maio de 2011.

Vigência: da data de assinatura e perdurará enquanto o servidor mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município, especialmente na Secretaria Municipal de Educação.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São

Lourenço do Oeste e Raquel Cristina Klein Schroll Schiavini - servidora pública municipal.

**Extrato do Termo de Responsabilidade pelo uso de Bem Público Nº 015/2011, de 16 de Maio de 2011.**

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 015/2011, DE 16 DE MAIO DE 2011.

Origem: artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste CNPJ/MF 83.021.873/0001-08 e a servidora municipal RAQUEL CRISTINA KLEIN SCHROLL SCHIAVINI, CPF 005.534.479-80.

Objeto: O presente Termo tem por objeto a transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste a usuário (servidora), dos direitos de uso e gozo do bem Notebook Positivo, N/S: 1A0452N2Y, com registro no patrimônio do Município sob o nº 6888, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo.

Data da assinatura: 16 de maio de 2011.

Vigência: da data de assinatura e perdurará enquanto o servidor mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município, especialmente na Secretaria Municipal de Educação.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Raquel Cristina Klein Schroll Schiavini - servidora pública municipal.

**Extrato do Termo de Responsabilidade pelo uso de Bem Público Nº 016/2011, de 16 de Maio de 2011.**

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 016/2011, DE 16 DE MAIO DE 2011.

Origem: artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste CNPJ/MF 83.021.873/0001-08 e a servidora municipal NILSA MARTIGNAGO KOLLING, CPF 532.219.319-72.

Objeto: O presente Termo tem por objeto a transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste a usuário (servidora), dos direitos de uso e gozo do bem Notebook Positivo, N/S: 1A0452V7B, com registro no patrimônio do Município sob o nº 6875, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo.

Data da assinatura: 16 de maio de 2011.

Vigência: da data de assinatura e perdurará enquanto o servidor mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município, especialmente na Secretaria Municipal de Educação.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Nilsa Martignago Kolling - servidora pública municipal.

## São Pedro de Alcântara

### PREFEITURA MUNICIPAL

**Decreto Nº058/2011**

DECRETO Nº058/2011

FICAM CANCELADOS OS RESTOS A PAGAR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCANTARA ABAIXO IDENTIFICADOS.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal.

DECRETA:



Art.1º - Fica cancelado os Restos a Pagar do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, abaixo relacionados:

**11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

Empenho nº496/2010 - Altermed materiais méd. e hosp. LTDA no valor de R\$12,00 (doze reais)  
Motivo: pedido a maior que disponível no processo licitatório.

Empenho nº708/2010 - Altermed materiais méd. e hosp. LTDA no valor de R\$0,20 (vinte centavos)  
Motivo: desconto recebido.

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 24 de maio de 2011.

ERNEI JOSE STAHELIN

Prefeito Municipal

**Portaria n.º 209/2011**

PORTARIA n.º 209/2011

DESIGNA O SERVIDOR ANDRÉ JOSÉ CAMPOS PARA A FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS QUE MENCIONA.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Designar o Servidor ANDRÉ JOSÉ CAMPOS matrícula 2842 ocupante do cargo de Engenheiro Civil nesta Municipalidade para fiscalização da obra de reforma da CEI Frei Ático decorrentes do contrato nº 51/2010.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de maio de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2011.

**Portaria n.º 213/2011**

PORTARIA n.º 213/2011

Concede à funcionária RAINILDES PITZ JUNCKES ocupante do cargo de Assessora de Gabinete, licença para atendimento de pessoa da família.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 102, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a funcionária RAINILDES PITZ JUNCKES licença para atendimento de pessoa da família, pelo período de 15 (quinze) dias a contar da data de 23/05/2011, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23/05/2011.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de maio de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2011.

**Portaria n.º 214/2011**

PORTARIA n.º 214/2011

Admite em Caráter Temporário DIELI HOFFMANN para o Cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, DIELI HOFFMANN para o Cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 042/2011.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de maio de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2011.

**Portaria n.º 215/2011**

PORTARIA n.º 215/2011

Admite em Caráter Temporário GRASIELY TEREZINHA HOFFMANN PRIM para o Cargo de Professora II Horista.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, GRASIELY TEREZINHA HOFFMANN PRIM para o Cargo de Professora II Horista, contrato de trabalho nº. 043/2011.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 26 de maio de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2011.

**Contrato n.º 042/2011**

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
CONTRATO n.º 042/2011

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº. 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Pre-feito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 342.317.499-49, residente e domiciliado

a Rua João Stähelin, nº 115-D, Boa Parada, São Pe-dro de Alcântara, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado Senhora DIÉLI HOFFMANN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 066.458.469-16, residente e domiciliada a Rua Ataulfo Alves, nº 294 - Roçado - São José/SC, neste ato denominado CON-TRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 003/2010, conforme as disposições que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal nº 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de PROFESSOR II, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que aqueles for de direito.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 24/05/2011, findando no dia 19/11/2011, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal nº 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal nº 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal nº 05/1997.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal nº 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

#### CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

#### CLÁUSULA NONA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de vinte (20) horas semanais, cum-pridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Co-marca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal nº 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de maio de 2011.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC  
ERNEI JOSÉ STÄHELIN



Prefeito Municipal

DIÉLI HOFFMANN  
Contratada

Testemunhas:

### **Contrato n.º 043/2011**

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE  
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
CONTRATO n.º 043/2011

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº. 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº. 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Pre-feito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua João Stähelin, nº 115-D, Boa Parada, São Pe-dro de Alcântara, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora GRASI-ELY TEREZINHA HOFFMANN PRIM, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 032.635.459-06, residente e domiciliada a Rua João Henrique Pauli, nº. 259 - Centro - Antô-nio Carlos/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CON-TRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com funda-mento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 003/2010, conforme as disposições que seguem:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO**

- 1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.
- 1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere di-reito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

- 2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CON-TRATADO, das atribuições do cargo de PROFESSOR II HORISTA, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Muni-cipal de São Pedro de Alcântara/SC.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

- 3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.
- 3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se su-jeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL**

- 4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABA-LHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 26/05/2011, findando no dia 01/07/2011, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.
- 4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

- 5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:
  - 5.1.1- Acordo entre as partes;
  - 5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:
    - 5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;
    - 5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o

CONTRATADO;

- 5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;
- 5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:
  - 5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Muni-cipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);
  - 5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:
    - 5.2.2.1- Ato de improbidade;
    - 5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;
    - 5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;
    - 5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havi-do suspensão da execução da pena;
    - 5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;
    - 5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;
    - 5.2.2.7- Violação de segredo funcional;
    - 5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;
    - 5.2.2.9- Abandono de emprego;
    - 5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de ou-trem;
    - 5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o emprega-dor e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
    - 5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;
    - 5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentató-rios à segurança nacional.
  - 5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA**

- 6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistên-cia médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CON-TRATADO**

- 7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS DO CONTRATADO**

- 8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Tra-balho - CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.
- 8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:
  - 8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;
  - 8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.
- 8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificati-va, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

#### **CLÁUSULA NONA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

- 9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de dezesseis (16) horas/aulas sema-nais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO**



10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Co-marca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 26 de maio de 2011.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC  
ERNEI JOSÉ STÄHELIN  
Prefeito Municipal

GRASIELY TEREZINHA HOFFMANN PRIM  
Contratada

Testemunhas:

**Schroeder**

#### **PREFEITURA MUNICIPAL**

#### **Lei Nº 1.839/2011**

LEI Nº 1.839/2011

HOMOLOGA A PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL DO 18º TORNEIO DE VERÃO ABERTO DE FUTSAL 2011, AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL N.º 1.828/2011 DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica homologada a prestação de contas do 18º Torneio de Verão Aberto de Futsal 2011, autorizado pela Lei Municipal n.º 1.828/2011, de 9 de fevereiro de 2011, nos termos em que apresentado no Anexo I da presente Lei.

Art. 2º Fica homologado o resultado do sorteio de um veículo automotor PAS/Motocicleta, realizado na data de 8 de abril de 2011, conforme indicado na prestação de contas do torneio em questão, autorizando-se a doação do bem identificado ao vencedor do sorteio.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta da Dotação Orçamentária 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER - 01 - DIRETORIA DE ESPORTES E LAZER - 2.028 - Manutenção das Atividades Desportivas - 3.3.90.31.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas - 07.01.2.040.3.3.50.41.00 - Contribuições, proveniente da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, devidamente inscritos na Lei Orçamentária Anual do exercício corrente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 24 de maio de 2011.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA  
Chefe de Gabinete

LEI Nº1.839/2011

ANEXO I - PRESTAÇÃO DE CONTAS

#### **Decreto Nº 2.261/2011, de 25 de maio de 2011.**

DECRETO Nº 2.261/2011, de 25 de maio de 2011.

AUTORIZA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DE ESPECIAL INTERESSE PÚBLICO, NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e

Considerando o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando a informação de que a professora Diviê Rocha Welter Camargo, servidora efetiva deste Município, solicitou licença-maternidade antes do período previsto pela Administração, em razão de necessidade médica;

Considerando que a funcionária Ivana Cristina Almeida Alvarez, odontóloga do Programa Estratégia Saúde da Família, solicitou demissão sem aviso prévio, dos quadros municipais, e que não há listagem suplementar para suprir a vacância do cargo em questão;

Considerando que a funcionária Juliana Bizatto, médica do Programa Estratégia Saúde da Família, solicitou afastamento por motivo de saúde, dos quadros municipais, e que não há listagem suplementar para suprir a vacância do cargo em questão;

Considerando que na Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município, houve a demissão de uma servente, bem como o afastamento por motivos de saúde de outra profissional da mesma área, não havendo profissionais em número suficiente para realizar os procedimentos de limpeza e higienização das Unidades de Saúde, procedimentos fundamentais para a garantia da salubridade dos ambientes e para o resguardo dos pacientes;

Considerando que o Município promoveu, durante o ano de 2010, tanto concurso público quanto processos seletivos simplificados para a contratação de serventes e docentes, e que não logrou êxito em contratar profissionais necessários para o atendimento das demandas sociais instaladas;

Considerando que estão em andamento concursos públicos e processos seletivos, tanto para preenchimento de vagas de docentes na rede pública municipal de ensino, quanto para preenchimento de vagas no Programa Estratégia Saúde da Família, mas que a previsão de homologação ultrapassa meados do mês de junho de 2011;

Considerando que as informações acima foram prestadas pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município, por meio do Pedido para Contratação Emergencial de Profissionais n.º 007/2011 - Ofício n.º 054/2011 - SECEL, de 23 de maio de 2011, bem como pelo Ofício n.º 068/11, de 13 de maio de 2011, e ofícios não numerados, datados de 19 de maio de 2011, provenientes da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder, ratificadas pelo Memorando n.º 005/2011-RH, e que refletem a necessidade imediata de resolução da situação emergencial;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu art. 6º, a educação e a saúde como direitos sociais pécios e inalienáveis, e que as demandas auxiliares à atividade de saúde são fundamentais para a garantia da qualidade do serviço prestado;

#### DECRETA:

Art. 1º Autoriza-se a contratação, em caráter emergencial, pelo Poder Executivo Municipal de profissionais para suprir a vacância nos cargos relacionados no Anexo I do presente Decreto.

Art. 2º Fica determinado que, no prazo consignado para a contratação, a respectiva Secretaria conclua o Concurso Público e os Processos Seletivos destinados a suprir as vagas referidas, nos termos da Lei Municipal nº 1.690/2008;

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 25 de maio de 2011.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER  
Secretária de Saúde e Assistência Social

Registrado e publicado na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA  
Chefe de Gabinete

#### ANEXO I

#### QUADRO DE CARGOS

Qtde.	Profissional	Classe Funcional	Carga Horária	Período de Contratação/ Motivo	Unidade de Ensino/ Unidade de Saúde
01	Professor - Ensino Fundamental	A, B ou C	40h por semana	180 (cento e oitenta) dias/ licença maternidade	EM Kismara Lislei Walkinir Moreira
01	Odontólogo - ESF	ESF	40h por semana	45 (quarenta e cinco) dias/ demissão	ESF I - Schroeder I
01	Médico - ESF	ESF	40h por semana	45 (quarenta e cinco) dias/ licença maternidade	ESF II - Centro
02	Servente	Adm. Geral	40h por semana	60 (sessenta) dias/demissão- licença médica	Secretaria Municipal de Saúde - Postos de Saúde

#### Portaria Nº. 4.032/2011, de 20 de maio de 2011.

PORTARIA Nº. 4.032/2011, de 20 de maio de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2010 - GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.221/2011, de 08/02/2011, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

#### RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, o Sr. Rogério Ohf, para exercer o cargo de Professor C - Educação Física, percebendo o nível salarial nº. 005 - Magistério, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2010 - GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de maio de 2011.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA  
Chefe de Gabinete

#### Portaria Nº. 4.033/2011, de 20 de maio de 2011.

PORTARIA Nº. 4.033/2011, de 20 de maio de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

#### RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR a carga horária da funcionária, Sra. Enekely Zimmermann, de 30 (trinta) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, conforme necessidade da Secretaria da Educação, Cultura, Esporte e Lazer, adquirindo efeitos retroativos a partir de 16 de maio de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de maio de 2011.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL  
Secretário da Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA  
Chefe de Gabinete

**Portaria Nº. 4.034/2011, de 23 de maio de 2011.**

PORTARIA Nº. 4.034/2011, de 23 de maio de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2010 - GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.221/2011, de 08/02/2011, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

**RESOLVE:**

Art. 1º ADMITIR, o Sr. Edmundo Splitter Neto, para exercer o cargo de Professor C - Ensino Fundamental - Séries Finais - Geografia, percebendo o nível salarial nº. 005 - Magistério, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2010 - GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 23 de maio de 2011.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA  
Chefe de Gabinete

**Portaria Nº. 4.035/2011, de 23 de maio de 2011.**

PORTARIA Nº. 4.035/2011, de 23 de maio de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER o afastamento por Licença Maternidade para a funcionária, Sra. Diviê Roberta Welter Carvalho, adquirindo efeitos retroativos a partir de 16 de maio de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 23 de maio de 2011.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA  
Chefe de Gabinete

**Portaria Nº. 4.036/2011, de 24 de maio de 2011.**

PORTARIA Nº. 4.036/2011, de 24 de maio de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER o afastamento por Licença Maternidade para a funcionária, Sra. Chellyjane Figur, adquirindo efeitos retroativos a partir de 18 de maio de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 24 de maio de 2011.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA  
Chefe de Gabinete

**Aviso de Licitação Modalidade Concorrência N. 02/2011 - PMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201.

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER/ SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA N. 02/2011 - PMS

PROCESSO LICITATÓRIO N. 82/2011 - PMS

OBJETO: Permissão de uso, de espaço para exploração de copa e cozinha no Ginásio Municipal de Esportes Alfredo Passold, localizado na Rua Paulo Jahn, Centro, na cidade de Schroeder/SC, contendo os seguintes espaços: Bar, 29,76 m², balcão de atendimento, Cozinha com 15 m² e área de circulação de 14,79 m² e depósito de 8,64 m², totalizando uma área de 68,19m², com a meta de atender aos usuários do espaço permitido, no qual a permissionária deverá explorar a atividade de lanchonete, fornecendo refeições, lanches, bebidas e similares.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 27 de junho de 2011 às 08h45min.

Abertura do Processo: 27 de junho de 2011 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site da Prefeitura Municipal ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br).

Schroeder, 27 de maio de 2011.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal



**Editais de Relançamento Tributário**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS  
COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA  
EDITAL DE RELANÇAMENTO TRIBUTÁRIO  
CORREÇÃO DE VALORES DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA,  
APÓS PRAZO RECURSAL

Conforme Ata nº 04/2011, da Comissão de Acompanhamento do Lançamento da Contribuição de Melhoria, publicada no Diário Oficial no dia 03 de maio de 2011 (Edição n.º 730, p. 101), bem como em resposta aos protocolos efetuados pelos contribuintes, relacionados ao lançamento tributário da contribuição de melhoria em razão da pavimentação asfáltica da Rua Erich Froehner (Edital de Praça n.º 01/2011, publicado no Diário Oficial dos Municípios, nas edições n.º 663, de 24/01/2011; n.º 664, de 25/01/2011; n.º 665, de 26/01/2011), e ainda, considerando a Notificação de Lançamento Tributário publicada no Diário Oficial dos Municípios, edição n.º 695, p. 117, de 11/03/2011, ficam assim definidos novos valores relativos ao lançamento tributário dos imóveis abaixo identificados:

Imóvel nº. 2859 - Verner Meyer

Valor Venal do imóvel (R\$) Antes da obras	Valorização do imóvel (R\$) Após obra feita	Valorização Antes e Depois	Valores absorvidos pelo Município (60,87%)	VALOR DEVIDO PELO LINDEIRO
58.654,72	119.510,05	60.855,33	37.042,63	23.812,69

Imóvel n.º 2860 – Rosalia Tomazelli

Valor Venal do imóvel (R\$) Antes da obras	Valorização do imóvel (R\$) Após obra feita	Valorização Antes e Depois	Valores absorvidos pelo Município (60,87%)	VALOR DEVIDO PELO LINDEIRO
86.891,86	98.074,02	11.182,16	6.806,58	4.375,58

Imóvel n.º 4155 – Elemar José Kafer

Valor Venal do imóvel (R\$) Antes da obras	Valorização do imóvel (R\$) Após obra feita	Valorização Antes e Depois	Valores absorvidos pelo Município (60,87%)	VALOR DEVIDO PELO LINDEIRO
16.744,65	20.258,40	3.513,75	2.138,81	1.374,93

Imóvel 4826 – Marilei Noemia Schwingel Ruch

Valor Venal do imóvel (R\$) Antes da obras	Valorização do imóvel (R\$) Após obra feita	Valorização Antes e Depois	Valores absorvidos pelo Município (60,87%)	VALOR DEVIDO PELO LINDEIRO
32.542,16	35.353,16	2.811,00	1.711,07	1.099,93

Após análise das documentações e cópias dos mapas de confrontação da localidade, constatamos que nos trechos onde a melhoria não atinge a frente do imóvel diretamente houve uma valorização menor que os demais imóveis que são atingidos diretamente na sua totalidade, assim a contribuição de melhoria calculada sobre estas áreas deverá sofrer alteração proporcionando um desconto de 50% (cinquenta por cento de desconto sobre o trecho o qual não faz frente direta para a construção do asfalto, ressaltando que a contribuição de melhoria é sobre a valorização do imóvel resultante de construção obra pública). Referente ao imóvel n.º 2323, cadastrado em nome de Almiro Petri, verificamos que foi

realizado cálculo sobre o valor do imóvel com medida de testada de 100,00m (cem metros) sendo que o imóvel mede somente 94,80m (noventa e quatro metros e oitenta centímetros)

Imóvel 2323 – Almiro Petri

Valor Venal do imóvel (R\$) Antes da obras	Valorização do imóvel (R\$) Após obra feita	Valorização Antes e Depois	Valores absorvidos pelo Município (60,87%)	VALOR DEVIDO PELO LINDEIRO
70.318,36	97.858,04	28.111,68	17.111,68	10.428,00

Diante dos novos valores lançados, informa-se que a arrecadação da contribuição far-se-á nos seguintes prazos:

- Em parcela única, com prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total;
- Em até 03 (três) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;
- Em até 24 (vinte e quatro) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 1,0% (um por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;
- Em até 36 (trinta e seis) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas, quando tratar-se de condição especial referente à renda familiar do contribuinte, a ser analisada por comissão designada especialmente para tal fim, pela Administração Municipal, composta por no mínimo 05 (cinco) membros, sendo necessariamente um deles Assistente Social.

**CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**

A Contribuição de Melhoria será cobrada por propriedade, levando-se em conta a valorização do imóvel diretamente beneficiado em virtude da obra pública realizada.

Cientificamos aos proprietários beneficiados pela obra pública que a distribuição tributária devida por cada proprietário está exposta no Mural da Prefeitura Municipal, publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e no site [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br).

Schroeder(SC), 25 de maio de 2011.

DENÍLSON WEISS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Comissão de Acompanhamento do Lançamento da Contribuição de Melhoria

# Timbó

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Aviso Carta Convite 53-2011 Talude De Contenção Com Pedra Ardósia

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE CONVITE P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 000053/2011

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE TALUDE DE CONTENÇÃO REVESTIDO COM BLOCOS DE PEDRA ARDÓSIA CONCRETADAS E ENTRELAÇADOS POR BARRAS METÁLICAS PARA CONTENÇÃO DE TERRA CONFORME SERVIÇOS E DESCRIÇÃO DO EDITAL.. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 14:30 horas do dia 03 de junho de 2011. ABERTURA: dia 03/06/2011 às 14:35 horas. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Depto de Compras sito à Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br)

Timbo (SC), 20/05/2011.  
LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó

### Aviso Carta Convite 56-2011 (Reforma Galpão Morro Azul

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE CONVITE P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 000056/2011

OBJETO: REFORMA DE CONERTURA DO GALPÃO DE MADEIRA DO MORRO AZUL CONFORME ANEXOS DO EDITAL. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 15:00 horas do dia 03 de junho de 2011. ABERTURA: dia 03/06/2011 às 15:15 horas. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Depto de Compras sito à Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br)

Timbo (SC), 25/05/2011.  
LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó

### Aviso PP 55-2011 (Registro de Preços para Aquisição de Areia, Pó de Brita, Ferro, Cimento, Tijolo, Tábuas, Prachas e Estacas)

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE PREGÃO Nº 000055/2011

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE AREIA, PÓ DE BRITA, FERRO, CIMENTO, TIJOLO, TÁBUAS, PRANCHAS E ESTACAS PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS, FUNDAÇÕES E AUTARQUIA. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 14 de junho de 2011. ABERTURA: dia 14/06/2011 às 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Depto de Licitações sito à Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br)

TIMBO (SC), 25/05/2011.  
LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó

### Extrato contrato 2011\_100

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2011/100

AUTORIZANTE: Município de Timbó/Secretaria de Educação.  
AUTORIZADO: Vitória Supletivo - Centro Educacional Ltda.  
OBJETO: Autorização de Uso de duas salas de aula, biblioteca, laboratório, instalações sanitárias localizados junto às dependências da Escola Municipal Pe. Martinho Stein e da Escola Municipal Professor Nestor Margarida, que tem por finalidade a instalação, implementação, funcionamento e oportunização de supletivo na modalidade de educação de nível fundamental (5ª a 8ª série) e médio (2º grau), pela AUTORIZADA até a data de 31/12/2011.  
DATA DA ASSINATURA: 02/05/2011.

Timbó, 25 de maio de 2011.  
SERGI MENGARDA  
Secretário Municipal de Educação

### Extrato contrato 2011\_101

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2011/101

CONTRATANTE: Município de Timbó/Secretaria de Educação.  
CONTRATADO: Christianne Gutschow Netto.  
OBJETO: prestação de serviços/atividades na área de psicopedagogia, a serem aplicados preferencialmente no atendimento de alunos da rede municipal de ensino que apresentam dificuldades no processo de aprendizagem (padrões normais e patológicos).  
VALOR TORAL: R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais). PRAZO: maio até dezembro de 2011.

Timbó, 25 de maio de 2011.  
SERGI MENGARDA  
Secretário Municipal de Educação

### Extrato contrato 2011\_105

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2011/105

AUTORIZANTE: Município de Timbó/ Fundo Municipal de Saúde  
AUTORIZADO: Hospital e Maternidade OASE.  
OBJETO: Autorização de Uso de uma maca ginecológica na cor branca, fixa, com cobertura de corvin preto, usada e em bom estado de conservação e com número do patrimônio 07860, que tem por finalidade o atendimento de todas as situações que necessitem da intervenção deste tipo de equipamento, exclusivamente para usuários do SUS. PRAZO: maio de 2011 até dezembro de 2012.

Timbó, 25 de maio de 2011.  
LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó

### Extrato contrato 2011\_107

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2011/107



CONTRATANTE: Fundo Municipal de Assistência Social  
 CONTRATADO: Claudia Fabiana Capistrano Mariotti.  
 OBJETO: aulas/oficinas de biscoito para atendimento de toda a demanda/usuários do Fundo Municipal de Assistência Social (CRAS, CREAS, Bolsa Família, Plantão Social e Trabalho e Renda) em especial às famílias em situação de risco social. VALOR MENSAL: R\$ 834,42 (oitocentos e trinta e quatro reais e quarenta e dois centavos). PRAZO: maio de 2011 até dezembro de 2011.

Timbó, 25 de maio de 2011.  
 ELSON A. A. MARSON JR  
 Secretário de Saúde e Assistência Social

### Extrato contrato 2011\_109

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
 SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 EXTRATO DE CONTRATO  
 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2011/109

LOCATÁRIO: Fundo Municipal de Assistência Social  
 LOCADOR: José Geraldo Ferreira da Cruz.  
 OBJETO: locação do imóvel localizado na Rua Araponguinhas s/ nº na cidade de Timbó que tem por finalidade o atendimento de família em situação de vulnerabilidade social. VALOR MENSAL: R\$ 500,00 (quinhentos reais). PRAZO: 04/05/2011 até 04/08/2011.

Timbó, 25 de maio de 2011.  
 ELSON A. A. MARSON JR  
 Secretário de Saúde e Assistência Social

### Convênio ONG Equilíbrio Vital

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
 EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVENIENTE: Município de Timbó  
 PRIMEIRO CONVENIADO: Associação Equilíbrio Vital de Defesa do Meio Ambiente e dos Animais - Ong  
 SEGUNDO CONVENIADO: Clínica Veterinária Arca de Noé Ltda  
 OBJETO: execução, pelo SEGUNDO CONVENIADO, de todos os procedimentos veterinários necessários a efetiva castração de caninos e felinos (machos e fêmeas), encaminhados pelo PRIMEIRO CONVENIADO, com o objetivo de promover o controle populacional dos mesmos e cumprir com as disposições contidas na Lei Municipal nº 2340, de 05 de abril de 2007. PRAZO: junho até dezembro 2011. VALOR MENSAL: R\$ 1.142,00 (mil cento e quarenta e dois reais) para no mínimo 13 castrações mensais.

Timbó, 25 de maio de 2011.  
 LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JÚNIOR  
 Prefeito de Timbó

**Tunápolis**

**PREFEITURA MUNICIPAL**

### Decreto Nº. 1.385/2011

DECRETO Nº. 1.385/2011  
 Homologa o Resultado Final das provas do Processo Seletivo de Tunápolis/SC, referente ao Edital 005/2011.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei:

### DECRETA:

Art. 1º. - Homologa para conhecimento dos candidatos a homologação das inscrições e resultado final de classificação dos Professores de Informática não habilitado, tendo em vista que não houve nenhuma inscrição para Professor de Informática Habilitado, conforme preceitua o Edital do Processo Seletivo nº 005/2011, destinado ao provimento da função abaixo relacionado:

### PROFESSOR DE INFORMÁTICA NÃO HABILITADO

Nº. Inscrição	Nome	Classificação
01	DENISE SCHERER BUCHE	1º
02	LIANE JACINTA FINGER HECK	2º

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunápolis, SC, 26 de Maio de 2011.  
 ENOI SCHERER  
 Prefeito Municipal

VIANEI LUÍS HAMMERSCHMITT  
 Secr. Munic. Educação Cultura e Esportes

Este Decreto foi publicado na presente data

JACKSON SCHERER  
 Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

### Processo de Licitação Nº 60/2011 TP 03.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS  
 PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 60/2011  
 Edital de Tomada de Preço nº 03/2011

O Município de Tunápolis, torna público para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Tomada de Preço para fornecimento de licenças de uso, mediante contratação de empresa de desenvolvimento de software para gestão da Assistência Social.

Entrega das propostas até às 10h15min do dia 15/06/2011.  
 Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx493)632-11-22, 91365329

ENOI SCHERER  
 Prefeito Municipal

### Décimo Termo Aditivo ao Contrato 02/2011. FMS

DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2011.  
 10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 02/2011, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS TUNÁPOLIS LTDA-ME.

Pelo presente Termo, de um lado o Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 12.273.240/000149, neste ato representado pelo Gestor do Fundo, o Senhor Bruno José Heberle, e de outro lado a empresa Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda -ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida à Rua Santa Maria, 157, na cidade de Tunápolis/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 08.473.148/0001-55, neste ato representado pelo sócio administrador o Sr. Julinho Zinhani, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 02/2011

Considerando o contrato Administrativo nº 02/2011-Prefeitura Municipal de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde,

celebrado em 04 de janeiro 2011, proveniente do Processo Licitatório nº 18/2010 e Pregão Presencial nº 09/2010, com seus anexos FMS, em que consta como objeto o fornecimento de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, equipamentos de pertencentes ao Fundo Municipal da Saúde.

Considerando o disposto na Cláusula 6ª, do contrato nº 02/2011-Prefeitura Municipal de Tunápolis. Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão provirão da dotação orçamentária do ano de 2011 conforme segue abaixo:

Unid. Orç. / Projeto / Atividade	DESCRIÇÃO
Órgão 10, Unid 01, Prot Ativ 2.030	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 Manutenção dos Serviços do Programa da Saúde
Órgão 10, Unid 01, Prot Ativ 2.030	3.3.90.00.00.00.00.00.0260 Manutenção dos Serviços do Programa da Saúde
Órgão 10, Unid 01, Prot Ativ 2.030	3.3.90.00.00.00.00.00.0271 Manutenção dos Serviços do Programa da Saúde

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta da aquisição dos combustíveis fornecidos pelo contrato celebrado com a ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS TUNÁPOLIS LTDA-ME, empresa esta denominada como CONTRATADA, têm as partes entre si justo e acordado os termos seguintes:

#### Cláusula Primeira- DO VALOR

Ao presente contrato nº 02/2011 fica reduzido o valor de R\$ 0,19 (dezenove centavos) considerando que houve baixa do preço da gasolina, sendo que o valor passará a ser R\$ 2,97 (dois reais e noventa sete centavos) o litro de gasolina comum, conforme documentos fiscais anexos comprovando a redução.

Descrição valor R\$

Atual Valor R\$

Especificação do objeto	Valor Atual R\$	Valor Reajustado R\$
Gasolina comum	3,16	2,97

Cláusula Segunda - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas e assinatura dos responsáveis abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis/SC, 20 de maio de 2011.

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Gestor do Fundo

ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS TUNÁPOLIS LTDA ME  
Contratada

JACKSON SCHERER

Secretario da Administração

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger Eidt

CPF: 020.226.259-60

#### Nono Termo Aditivo ao Contrato 03/2011. PMT

NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 03/2011.

9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 03/2011, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS TUNÁPOLIS LTDA-ME.

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Tunápolis, inscrita no CNPJ sob o nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Ilmo Prefeito Municipal, o Senhor Enoi Scherer, e de outro lado a empresa Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda -ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida à Rua Santa Maria, 157, na cidade de Tunápolis/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 08.473.148/0001-55, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 03/2011

Considerando o Contrato Administrativo nº 03/2011-Prefeitura Municipal de Tunápolis, celebrado em 04 de Janeiro de 2011, proveniente do Processo Licitatório nº 120/2010 e Pregão Presencial nº 54/2010, com seus anexos- PMT, em que consta como objeto o fornecimento de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos de propriedade do Município de Tunápolis (exceto os pertencentes aos Fundos).

Considerando o disposto na Cláusula 2ª, do contrato nº 03/2011-Prefeitura Municipal de Tunápolis. Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão provirão da dotação orçamentária do ano de 2011 conforme segue abaixo:

Unid. Orç. / Projeto / Atividade	DESCRIÇÃO
Órgão 02, Unid 01, Proj/Ativ 2.003 (dot 2)	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Manutenção do gabinete do prefeito
Órgão 03, Unid 01, Proj/Ativ 2.009 (dot 8)	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Manutenção dos serviços da secretaria de administração
Órgão 04, Unid 01, Proj/Ativ 2.010 (dot 31)	3.3.90.00.00.00.00.00.0105 – Manutenção dos serviços de educação, cultura e esportes
Órgão 04, Unid 01, Proj/Ativ 2.013 (dot 51,53)	3.3.90.00.00.00.00.00.0105 – Manutenção do transporte escolar
	3.3.90.00.00.00.00.00.0124 – Manutenção do transporte escolar
Órgão 06, Unid 01, Proj/Ativ 2.023 (dot. 115)	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Manutenção da secretaria de agricultura e meio ambiente
Órgão 06, Unid 01, Proj/Ativ 2.027 (dot. 128,130,131,132,133)	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Manutenção dos serviços de transporte
	3.3.90.00.00.00.00.00.0107 – Manutenção dos serviços de transporte
	3.3.90.00.00.00.00.00.0108 – Manutenção dos serviços de transporte
	3.3.90.00.00.00.00.00.0111 – Manutenção dos serviços de transporte
	3.3.90.00.00.00.00.00.0258 – Manutenção dos serviços de Obras E urbanismo
Órgão 06, Unid 02, Proj/Ativ 2.028 (dot 140)	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Manutenção dos serviços de Obras E urbanismo

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta da aquisição dos combustíveis fornecidos pelo contrato celebrado com a ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS TUNÁPOLIS LTDA-ME, empresa esta denominada como CONTRATADA, têm as partes entre si justo e acordado os termos seguintes:

#### Cláusula Primeira- DO VALOR

Ao presente contrato nº 03/2011 fica acrescido o reajuste de R\$ 0,07 (sete centavos) sendo que o valor passará a ser R\$ 3,16 (três reais e dezesseis centavos) o litro de gasolina comum, conforme documentos fiscais anexos comprovando o reajuste.

Descrição valor R\$



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

## Atual Valor R\$

Especificação do objeto	Valor Atual R\$	Valor Reajustado R\$
Gasolina comum	3,09	3,16

Cláusula Segunda - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas e assinatura dos responsáveis abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis/SC, 10 de maio de 2011

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS TUNÁPOLIS LTDA -ME  
Contratada

Jackson Scherer

Secretario da Administração

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger Eidt

CPF: 020.226.259-60

### Sétimo Termo Aditivo ao Contrato 03/2011. PMT

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 03/2011.

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 03/2011, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS TUNÁPOLIS LTDA-ME.

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Tunápolis, inscrita no CNPJ sob o nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Ilmo Prefeito Municipal, o Senhor Enoi Scherer, e de outro lado a empresa Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda -ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida á Rua Santa Maria, 157, na cidade de Tunápolis/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 08.473.148/0001-55, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 03/2011

Considerando o Contrato Administrativo nº 03/2011-Prefeitura Municipal de Tunápolis, celebrado em 04 de Janeiro de 2011, proveniente do Processo Licitatório nº 120/2010 e Pregão Presencial nº 54/2010, com seus anexos- PMT, em que consta como objeto o fornecimento de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos de propriedade do Município de Tunápolis (exceto os pertencentes aos Fundos).

Considerando o disposto na Cláusula 2ª, do contrato nº 03/2011-Prefeitura Municipal de Tunápolis. Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão provirão da dotação orçamentária do ano de 2011 conforme segue abaixo:

Unid. Orç. / Projeto / Atividade	DESCRIÇÃO
Órgão 02,Unid 01, Proj/Ativ 2.003 (dot 2)	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Manutenção do gabinete do prefeito
Órgão 03,Unid 01, Proj/Ativ 2.009 (dot 8)	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Manutenção dos serviços da secretaria de administração
Órgão 04,Unid 01, Proj/Ativ 2.010 (dot 31)	3.3.90.00.00.00.00.00.0105 – Manutenção dos serviços de educação, cultura e esportes
Órgão 04,Unid 01, Proj/Ativ 2.013 (dot 51,53)	3.3.90.00.00.00.00.00.0105 – Manutenção do transporte escolar 3.3.90.00.00.00.00.00.0124 – Manutenção do transporte escolar
Órgão 06,Unid 01, Proj/Ativ 2.023 (dot. 115)	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Manutenção da secretaria de agricultura e meio ambiente
Órgão 06,Unid 01, Proj/Ativ 2.027 (dot. 128,130,131,132,133)	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Manutenção dos serviços de transporte 3.3.90.00.00.00.00.00.0107 – Manutenção dos serviços de transporte 3.3.90.00.00.00.00.00.0108 – Manutenção dos serviços de transporte 3.3.90.00.00.00.00.00.0111 – Manutenção dos serviços de transporte 3.3.90.00.00.00.00.00.0258 – Manutenção dos serviços de Obras E urbanismo
Órgão 06,Unid 02, Proj/Ativ 2.028 (dot 140)	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Manutenção dos serviços de Obras E urbanismo

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta da aquisição dos combustíveis fornecidos pelo contrato celebrado com a ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS TUNÁPOLIS LTDA-ME, empresa esta denominada como CONTRATADA, têm as partes entre si justo e acordado os termos seguintes:

#### Cláusula Primeira- DO VALOR

Ao presente contrato nº 03/2011 fica acrescido o reajuste de R\$ 0,05 (cinco centavos) sendo que o valor passará a ser R\$ 3,00 (três reais) o litro de gasolina comum, conforme documentos fiscais anexos comprovando o reajuste.

Descrição valor R\$

Atual Valor R\$

Especificação do objeto	Valor Atual R\$	Valor Reajustado R\$
Gasolina comum	2,95	3,00

Cláusula Segunda - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas e assinatura dos responsáveis abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis/SC, 27 de abril de 2011.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS TUNÁPOLIS LTDA -ME  
Contratada

JACKSON SCHERER

Secretario da Administração

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34  
Sheila Inês Bieger Eidt  
CPF: 020.226.259-60

### Sétimo Termo Aditivo ao Contrato 02/2011. FMS

SÉTIMOTERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2011.

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 02/2011, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE E A EMPRESA ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS TUNÁPOLIS LTDA- ME.

Pelo presente Termo, de um lado o Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 12.273.240/000149, neste ato representado pelo Gestor do Fundo, o Senhor Bruno José Heberle, e de outro lado a empresa Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda -ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida á Rua Santa Maria, 157, na cidade de Tunápolis/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 08.473.148/0001-55, neste ato representado pelo sócio administrador o Sr. Julinho Zinhani, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 02/2011

Considerando o contrato Administrativo nº 02/2011-Prefeitura Municipal de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde, celebrado em 04 de janeiro 2011, proveniente do Processo Licitatório nº 18/2010 e Pregão Presencial nº 09/2010, com seus anexos FMS, em que consta como objeto o fornecimento de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, equipamentos de pertencentes ao Fundo Municipal da Saúde.

Considerando o disposto na Cláusula 6ª, do contrato nº 02/2011-Prefeitura Municipal de Tunápolis. Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão provirão da dotação orçamentária do ano de 2011 conforme segue abaixo:

Unid. Orç. / Projeto / Atividade	DESCRIÇÃO
Órgão 10, Unid 01, Prot Ativ 2.030	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 Manutenção dos Serviços do Programa da Saúde
Órgão 10, Unid 01, Prot Ativ 2.030	3.3.90.00.00.00.00.00.0260 Manutenção dos Serviços do Programa da Saúde
Órgão 10, Unid 01, Prot Ativ 2.030	3.3.90.00.00.00.00.00.0271 Manutenção dos Serviços do Programa da Saúde

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta da aquisição dos combustíveis fornecidos pelo contrato celebrado com a ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS TUNÁPOLIS LTDA-ME, empresa esta denominada como CONTRATADA, têm as partes entre si justo e acordado os termos seguintes:

#### Cláusula Primeira- DO VALOR

Ao presente contrato nº 02/2011 fica acrescido o reajuste de R\$ 0,05 (cinco centavos) sendo que o valor passará a ser R\$ 3,00 (três reais) o litro de gasolina comum, conforme documentos fiscais anexos comprovando o reajuste.

Descrição valor R\$  
Atual Valor R\$

Especificação do objeto	Valor Atual R\$	Valor Reajustado R\$
Gasolina comum	2,95	3,00

Cláusula Segunda - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas e assinatura dos responsáveis abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis/SC, 27 de abril de 2011.

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Gestor do Fundo

ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS TUNÁPOLIS LTDA -ME  
Contratada

JACKSON SCHERER

Secretario da Administração

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger Eidt

CPF: 020.226.259-60

## Vargeão

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Extrato de Distrato

EXTRATO DE DISTRATO

Termo de Distrato do Contrato nº 104/2010 celebrado entre o Município de Vargeão, SC, e a Sra. Juciane Raimundi.

Objeto do Distrato: Cancelamento de alienação de imóvel sem edificação de propriedade da Prefeitura Municipal de Vargeão, SC, localizado no Loteamento Esplanada, Quadra - 109, Lote nº 16, Vargeão, SC.

Fundamento Legal: Art. 79, inc.II da Lei 8666/93.

Vargeão, SC, 23 de maio de 2011.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

## Vidal Ramos

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Edital Processo Seletivo nº. 02/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2011

NABOR JOSE SCHMITZ, Prefeito do Município de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que entre o período de 13 a 22 de Junho de 2011, encontra-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo Simplificado nº 02/2011, para a contratação temporária dos cargos de Psicólogo e Agente Operacional.



# Videira

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Decreto Nº 9.693/11

DECRETO Nº 9.693/11 DE 26 DE MAIO DE 2011.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.457/10 de 15 de dezembro de 2010.

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 61.000,00 (sessenta e um mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

15 - Fundo Municipal da Saúde - FMS  
01 - Fundo Municipal da Saúde  
2.064 - Atenção de Média e Alta Complexidade  
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0071.59 - Aplicações Diretas  
40.000,00

15 - Fundo Municipal da Saúde - FMS  
01 - Fundo Municipal da Saúde  
2.064 - Atenção de Média e Alta Complexidade  
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0165.59 - Aplicações Diretas  
21.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 61.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de 2011.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de maio de 2011.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de maio de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### Dispensa de Licitação N. 08/2011 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2011 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2011 - PMV  
HOMOLOGAÇÃO: 25/05/2011

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PERSIANAS NO CENTRO MUNICIPAL DE APOIO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO TIAGO SCOPEL.

CONTRATADA: F & L DECORAÇÕES LTDA.

VALOR: R\$ 1.437,60 (um mil quatrocentos e trinta e sete reais e sessenta centavos)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso V, da Lei de Licitações.

Videira - SC, 25 de Maio de 2011.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

## Associações

### AMMVI

### Resolução Nº 01/10

RESOLUÇÃO nº 01/10

Designa a Comissão Permanente de Licitações para o exercício de 2010.

JAMIR MARCELO SCHMIDT, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, e com base nos artigos 6º, Inciso XVI, e 51 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, e alterações; RESOLVE:

DESIGNAR A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Composta dos seguintes funcionários:

Nome	Função
HEINRICH LUIZ PASOLD	Presidente
VALDETE KORZ	Secretária
RICHARD BUCHINSKI	Membro

Para, sob a presidência do primeiro, e sem ônus para a Associação, processar, analisar e julgar a habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento, e as propostas relativas às inexigibilidades, dispensas ou licitações efetivadas pela AMMVI no exercício de 2010.

Blumenau, SC, em 21 de janeiro de 2010; 40º Ano de Fundação.  
JAMIR MARCELO SCHMIDT  
Presidente da AMMVI

### Resolução Nº 01/11

RESOLUÇÃO nº 01/11

Aumenta à carga horária semanal da empregada Vanessa Cristina de Souza, ocupante do emprego de Engenheiro Civil, e dá outras providências.

PAULO ROBERTO ECCEL, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, e na forma do art. 4º, parágrafo único, do Regulamento do Quadro de Pessoal da AMMVI, aprovado pela Resolução nº 06/08; e

Considerando-se a necessidade de trabalho da Associação e a disponibilidade da empregada, bem como a aprovação da alteração pela Assembléia Geral Ordinária da AMMVI realizada na data de 27 de janeiro do corrente;

RESOLVE:

Art. 1º - Aumentar de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da empregada VANESSA CRISTINA DE SOUZA, ocupante do emprego de Engenheira Civil desde 02/02/2009, na forma da Resolução nº 03/09, adotando-se o enquadramento abaixo, a contar de 01/02/2011:

Carga Horária Semanal Anterior	Referência Salarial Anterior (Salário Mensal)	Carga Horária Semanal Alterada	Referência Salarial Alterada (Novo Salário Mensal)
30 horas	72 (R\$ 2.700,57)	40 horas	93 (R\$ 4.093,16)

Art. 2º - Frente à alteração de carga horária de que trata o artigo anterior, o complemento salarial recebido pela empregada, na forma do § 2º do art. 1º da Resolução nº 04/10, fica reduzido, a contar de 01/02/2011, na forma que segue:

Nome	Emprego	Referência Salarial	Carga Horária Semanal	Salário Mensal R\$	Complemento Salarial Mensal R\$
Vanessa Cristina de Souza	Engenheira Civil	93	40:00 h/s	4.093,16	241,84

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos de acordo com os artigos anteriores.

Blumenau, SC, em 27 de Janeiro de 2011; 41º Ano de Fundação.  
PAULO ROBERTO ECCEL  
Presidente

### Resolução Nº 02/10

RESOLUÇÃO nº 02/10

Estabelece o valor do complemento salarial aplicado aos Engenheiros e Arquitetos da AMMVI, e dá outras providências.

JAMIR MARCELO SCHMIDT, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; e  
Considerando-se a efetividade da garantia estabelecida pela Lei nº 4950-A/66 assegurada pela aplicação de Acordos Coletivos de Trabalho nos exercícios anteriores e a incidência de princípios trabalhistas e das demais normativas internas;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido complemento salarial aos Engenheiros Civil e aos Arquitetos da AMMVI, fixando-se individualmente os salários da seguinte forma:

NOME	EMPREGO	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SALÁRIO MENSAL R\$	COMPLEMENTO SALARIAL MENSAL R\$
Richard Buchinski	Arquiteto Urbanista	93	40:00 h/s	3.898,25	436,75
Vanessa Cristina de Souza	Engenheira Civil	72	30:00 h/s	2.571,97	488,03
Karine Erzinger Ávila de Assis	Arquiteta Urbanista	52	20:00 h/s	1.730,87	309,13
Cristiano Galvão	Engenheiro Sanitarista	93	40:00 h/s	3.898,25	436,75

§ 1º - A contar de 1º de fevereiro do corrente, fica alterado a carga horária da empregada Karine Erzinger Ávila de Assis, ocupante do emprego de Arquiteta Urbanista, de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais, para observância do piso salarial fixado em Lei.

§ 2º - Considerando-se o disposto no parágrafo anterior, o complemento salarial da empregada fica readequado à nova carga horária, como segue:

NOME	EMPREGO	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SALÁRIO MENSAL R\$	COMPLEMENTO SALARIAL MENSAL R\$
Karine Erzinger Ávila de Assis	Arquiteta Urbanista	72	30:00 h/s	2.571,97	488,03

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos ao dia 1º de janeiro de 2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Blumenau, SC, em 22 de Janeiro de 2010; 40º Ano de Fundação.  
JAMIR MARCELO SCHMIDT  
Presidente da AMMVI

### Resolução Nº 02/11

RESOLUÇÃO nº 02/11

Delega competência para empregada Valdete Korz, ocupante do emprego de Contadora, para atender obrigações acessórias da AMMVI junto a RFB.

PAULO ROBERTO ECCEL, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, e fundado no art. 54, X, do Regulamento do Quadro de Pessoal da AMMVI, aprovado pela Resolução nº 06/08; e  
Considerando-se a necessidade de desburocratização dos trabalhos da AMMVI e agilização dos procedimentos de cumprimento das obrigações acessórias estabelecidas junto a Receita Federal;

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar competência para empregada VALDETE KORZ, ocupante do emprego de Contadora, para atender obrigações acessórias da AMMVI junto a Receita Federal, através de procuração eletrônica obtida a partir de certificação digital em seu CPF (546.983.919-20).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 27 de Janeiro de 2011; 41º Ano de Fundação.  
PAULO ROBERTO ECCEL  
Presidente

### Resolução Nº 03/10

RESOLUÇÃO nº 03/10

Declara ponto facultativo de carnaval, e dá outras providências.

JAMIR MARCELO SCHMIDT, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social;  
Considerando-se que durante o período de carnaval as repartições públicas estaduais e federais da região, bem como as instituições financeiras e a grande maioria dos órgãos públicos municipais, estarão fechados para atendimento ao público;  
Considerando-se que os serviços da AMMVI ficarão prejudicados em face da paralisação dos serviços dos demais órgãos públicos da região, e que haverá redução de despesas com a concessão de ponto facultativo e suspensão de atendimento na sede da Associação nestes dias, sem prejuízo aos Municípios associados;

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar facultativo o expediente aos empregados da AMMVI nas datas de 15 e 16 de fevereiro de 2010 (segunda e terça-feira de carnaval).



Art. 2º - O empregado que desempenhar suas funções normalmente na data de que trata o "caput" do artigo 1º desta Resolução, mediante justificativa e relatório apresentado e acatado pelo Secretário Executivo, poderá ausentar-se oportunamente, em data a ser estabelecida pela AMMVI, para compensação do ponto facultativo, sem qualquer adicional de horas.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 11 de fevereiro de 2010; 40º Ano de Fundação.  
JAMIR MARCELO SCHMIDT  
Presidente da AMMVI

### Resolução Nº 03/11

#### RESOLUÇÃO nº 03/11

Declara inservíveis e/ou perdidos diversos bens registrados no patrimônio da AMMVI, autorizando a baixa dos registros e o descarte responsável.

PAULO ROBERTO ECCEL, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; e  
Considerando-se que alguns bens estão obsoletos e não apresentam condições de uso para os fins da Associação, e nem mesmo alienação ou reaproveitamento;  
Considerando-se que no dia 20/08/2010 foi verificado furto de um Notebook Intel Celeron na sede da Associação, conforme Boletim de Ocorrência REGISTRO: 00054-2010-07530 de 23/08/2010;  
Considerando-se que estes bens estão registrados no patrimônio contábil da Associação, necessitando da baixa para fins de correção dos registros, e que devem ser reciclados como prática de descarte responsável;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Ficam declarados inservíveis para uso da AMMVI os seguintes bens:

Nº Patrimônio	Descrição do Bem	Valor R\$
31	CALCULADORA LOGUS 644 OLIVETTI	35,00
44	MAQUINA ELETRICA FACIT PROFISSIONAL 9404	85,00
53	MONITOR 15" PHILIPS SEMI/PLANO C/02 CX SOM	360,00
67	IMPRESSORA HP 560C DESKJET COLOR	50,00
98	TELEFONE INTELBRAS PREMIUM BEGE	10,00
118	MP3 256MB PLAYER MERLIM SM232	215,80
120	PROJETOR MULTIMÍDIA POWERLITE PORT 50C EPSON MOD 4192 C/ CABO CX SOM	6.902,00
125	MESA DE CENTRO (PARIS) TUBO PRETO 25 1C	131,44
149	VENTILADOR TORRE 40CM V-6 MONDIAL	97,79
154	MESA MADEIRA 1.50 COM 3/G LD DIREITO E ESQUERDO	15,00
155	TELEFONE INTELBRAS EMFT 15 BEGE	5,00
197	TELEFONE INTELBRAS EMFT 15 BEGE	10,00
212	QUADRO DE AVISOS 2.45X1.23 FELTRO AZUL	120,00
243	IMPRESSORA HP 2600N COLOR 06455A AV	1.145,00
252	HD AMD DURON 1000MHZ/256MB/20GB/ PLACA VIDEO/REDE/ LEITOR CD	670,00
267	TELEFONE INTERCN BOOMERANG 63137 BEGE	5,00
270	QUADRO AVISOS FELTRO AZUL	45,00
290	ESTABILIZADOR SMS 300VA	25,00

393	PEDESTAL MICROFONE VISÃO FLEX PEQUENOS	19,60
396	MICROFONE S/FIO V 707 FREE POWER	65,00
419	RELOGIO PAREDE PILHA	15,00
449	REFRIGERADOR MASTER FRIGIDAIRE	45,00
451	BALCAO PIA 2/P 4/GV COM CUBA INOX ABERMOVEIS	250,00
462	MODEM D-LINK ROUTER DSL SPEEDSTREAM 4200	202,62
466	PEN DRIVE 1GB KINGSTON DATATRAVELER	58,50
525	QUADRO 120X150 APAGADOR 150 PILOT	100,00
528	BALCAO RECEPÇÃO MDF/ FORMA U BRANCO EM FORMICA C/ FACHADA WENGE/1 GAVETEIRO/1 ESCANINHO E PORTAS C/ CHAVES E PUXADORES	3.800,00
540	ESTABILIZADOR BST 1200 PLUS C/ FILTRO DE LINHA	25,00
Total Geral dos bens inservíveis		14.507,75

Parágrafo Único - Fica declarado a perda do bem registrado sob nº 0468, correspondente a um Notebook Intel Celeron 2666MHZ/512MB DDR/60GB/Placa Video e Rede/Gravador CD/Leitor DVD, no valor de R\$ 3.186,00 (três mil, cento e oitenta e seis reais), em face do furto ocorrido na sede da AMMVI na data de 20/08/2010, devidamente comunicado pelo Boletim de Ocorrência REGISTRO: 00054-2010-07530 efetuado em 23/08/2010.

Art. 2º - Fica autorizada a baixa nos registros patrimoniais dos bens móveis declarados inservíveis e/ou furtados da Associação, na forma do artigo anterior, efetuando-se a respectiva baixa nos registros contábeis.

Parágrafo Único - Fica autorizada a inutilização definitiva e o descarte responsável dos bens diante da inexistência de valor econômico residual e/ou reaproveitamento.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 23 de Fevereiro de 2011; 41º Ano de Fundação.  
PAULO ROBERTO ECCEL  
Presidente da AMMVI

### Resolução Nº 04/10

#### RESOLUÇÃO nº 04/10

Dispõe sobre a revisão geral anual dos salários dos empregados da AMMVI, para o exercício de 2010, e dá outras providências.

JAMIR MARCELO SCHMIDT, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; e  
Considerando-se a regulamentação do Inciso X do Artigo 37 da Constituição Federal disciplinando a Revisão Geral Anual, de forma a assegurar aos empregados da AMMVI a aplicação do direito constitucionalmente assegurado;  
Considerando-se o disposto nos artigos 1º e 2º da Resolução nº 13/09 c/c o disposto na Resolução nº 02/10;  
Considerando-se a garantia estabelecida pela Lei nº 4950-A/66 e a aplicação das demais normativas internas, inclusive do Regulamento do Quadro de Pessoal da AMMVI - aprovado pela Resolução nº 06/08;  
Considerando-se a exigência de rigoroso controle no gasto para cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, e à efetiva gestão das despesas da Associação;

RESOLVE:

Art. 1º - Para o exercício de 2010 a revisão geral das remunerações de que trata o art. 1º da Resolução nº 13/09 será de 5,00 % (cinco por cento).

§ 1º - A revisão geral se estende ao salário de todos os empregados, do quadro permanente ou contratados temporariamente, bem como a bolsa de estudos mensal paga aos estagiários, sem distinção de índices.

§ 2º - Para aplicação da Lei nº 4.950-A/66, além da revisão geral anual fica concedido complemento salarial aos Engenheiros Civil e aos Arquitetos, fixando-se individualmente os salários da seguinte forma:

NOME	EMPREGO	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SALÁRIO MENSAL R\$	COMPLEMENTO SALARIAL MENSAL R\$
Richard Buchinski	Arquiteto Urbanista	93	40:00 h/s	4.093,16	241,84
Vanessa Cristina de Souza	Engenheira Civil	72	30:00 h/s	2.700,57	359,43
Karine Er-zinger Ávila de Assis	Arquiteta Urbanista	72	30:00 h/s	2.700,57	359,43
Cristiano Galvão	Engenheiro Sanitarista	93	40:00 h/s	4.093,16	241,84

§ 3º - A remuneração de estágio, através de bolsa-estágio, fica revisada para os seguintes valores:

I - R\$ 330,99 (trezentos e trinta reais e noventa e nove centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino médio regular ou de estudantes da educação profissional de nível médio, para jornada de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

II - R\$ 423,24 (quatrocentos e vinte e três reais e vinte e quatro centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

III - R\$ 634,87 (seiscentos e trinta e quatro reais e oitenta e sete centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

Art. 2º - O auxílio-alimentação instituído pela Resolução 08/02, a que se refere o art. 11 do Regulamento do Quadro de Pessoal - Resolução nº 06/08, passa a ter o seu valor fixado em R\$ 5,00 (cinco reais) por hora/semanal a partir de 01 de março do corrente, e a sua remuneração passa a obedecer ao limite de R\$ 200,00 (duzentos reais) mensais para jornada regular de quarenta horas semanais.

Art. 3º - O Anexo 3 - Tabela de Referências Salariais - do Regulamento do Quadro de Pessoal da AMMVI, aprovado pela Resolução nº 06/08, fica atualizada pelo mesmo índice da Revisão Geral Anual definido nesta Resolução, conforme Anexo Único integrante desta.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir do dia 1º de março de 2010.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Blumenau, SC, em 19 de fevereiro de 2010; 40º Ano de Fundação.  
JAMIR MARCELO SCHMIDT  
Presidente da AMMVI

ANEXO ÚNICO - TABELA DE REFERÊNCIAS SALARIAIS

Referência	Valor R\$	Referência	Valor R\$	Referência	Valor R\$
1	661,98	46	1.613,81	92	4.012,91
2	675,22	47	1.646,08	93	4.093,16
3	688,72	48	1.679,01	94	4.175,03
4	702,50	49	1.712,58	95	4.258,53
5	716,55	50	1.746,83	96	4.343,70
6	730,88	51	1.781,78	97	4.430,58
7	745,49	52	1.817,41	98	4.519,19
8	760,40	53	1.853,76	99	4.609,58
9	775,62	54	1.890,83	100	4.701,77
10	791,12	55	1.928,65	101	4.795,80
11	806,95	56	1.967,23	102	4.891,72
12	823,08	57	2.006,56	103	4.989,55
13	839,55	58	2.046,70	104	5.089,34
14	856,34	59	2.087,64	105	5.191,13
15	873,46	60	2.129,39	106	5.294,94
16	890,93	61	2.171,97	107	5.400,85
17	908,76	62	2.215,41	108	5.508,87
18	926,93	63	2.259,72	109	5.653,89
19	945,47	64	2.304,92	110	5.731,43
20	964,39	65	2.351,01	111	5.846,05
21	983,67	66	2.398,03	112	5.962,97
22	1.003,34	67	2.445,99	113	6.082,23
23	1.023,41	68	2.494,92	114	6.203,88
24	1.043,87	69	2.544,82	115	6.327,96
25	1.064,75	70	2.595,71	116	6.454,51
26	1.086,05	71	2.647,62	117	6.583,61
27	1.107,77	72	2.700,57	118	6.715,27
28	1.129,93	73	2.754,59	119	6.849,58
29	1.152,52	74	2.809,68	120	6.986,57
30	1.175,57	75	2.865,87	121	7.126,30
31	1.199,09	76	2.923,19	122	7.268,84
32	1.223,07	77	2.981,66	123	7.414,20
33	1.247,53	78	3.041,28	124	7.562,49
34	1.272,47	79	3.102,11	125	7.713,74
35	1.297,93	80	3.164,15	126	7.868,02
36	1.323,89	81	3.227,44	127	8.025,37
37	1.350,37	82	3.291,98	128	8.185,89
38	1.377,37	83	3.357,82	129	8.349,60
39	1.404,92	84	3.424,98	130	8.516,60
40	1.433,01	85	3.493,48	131	8.686,92
41	1.461,67	86	3.563,35	132	8.860,66
42	1.490,90	87	3.634,62	133	9.037,88
43	1.520,73	88	3.707,31	134	9.218,63
44	1.551,14	89	3.781,45	135	9.403,01
45	1.582,16	90	3.857,08	136	9.591,07
91	3.934,23				

## Resolução Nº 04/11

### RESOLUÇÃO nº 04/11

Retoma a vigência do contrato de trabalho do empregado Anísio Fantini, ocupante do emprego de Engenheiro Civil, altera à carga horária semanal e dá outras providências.

PAULO ROBERTO ECCEL, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, e na forma do art. 82 do Regulamento do Quadro de Pessoal da AMMVI, aprovado pela Resolução nº 06/08; e

Considerando-se o término do período de suspensão do contrato requerido pelo empregado, o pleito de alteração da carga horária semanal apresentado e a adequação a necessidade de trabalho da Associação, bem como a previsão de ratificação posterior pela

## Assembléia Geral Ordinária da AMMVI;

## RESOLVE:

Art. 1º - Retomar a vigência regular do contrato de trabalho do empregado ANISIO FANTINI, ocupante do emprego de Engenheiro Civil, fixando, a pedido, sua carga horária semanal em 30 (trinta) horas, e adotando-se o enquadramento abaixo, a contar de 01/03/2011:

Carga Horária Semanal Alterada	Referência Salarial Alterada (Novo Salário Mensal)
30 horas	82 (R\$ 3.291,98)

Art. 2º - O emprego de Engenheiro Civil previsto no Anexo 2 - Dos empregos permanentes do Regulamento do Quadro de Pessoal da AMMVI, aprovado pela Resolução 06/08, tem alterada a sua referência de acordo com a tabela abaixo:

Nº de Empregos	Denominação do emprego	Cód. COB	Carga Horária Semanal	Referência Salarial Inicial	Habilitações Mínimas
01	Engenheiro Civil	2145-05	30 horas	82 a 91	Bacharel em engenharia civil e CREA

Parágrafo Único - Com a alteração acima, referido emprego deixa de figurar no Anexo 6 - Dos empregos em extinção.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos de acordo com os artigos anteriores.

Blumenau, SC, em 28 de Fevereiro de 2011; 41º Ano de Fundação.  
PAULO ROBERTO ECCEL  
Presidente

**Resolução Nº 05/10**

## RESOLUÇÃO nº 05/10

Concede progressão vertical por nova titulação a empregada da AMMVI.

JAMIR MARCELO SCHMIDT, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; e fundamentado no artigo 40, Parágrafo Único, Inciso VII, c/c artigos 43 e 44 do Regulamento do Quadro de Pessoal aprovado pela Resolução nº 06/08; e Considerando-se o pleito da colaboradora, devidamente instruído com os certificados de cursos freqüentados no período de referência, e o parecer jurídico favorável ao deferimento deste;

## RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido desenvolvimento funcional denominado progressão vertical por nova titulação a empregada VALDETE KORZ, ocupante do emprego de Contadora, nesta Associação, passando da referência salarial 70 (setenta) para referência salarial 71 (setenta e um), a contar da data do requerimento.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 23 de fevereiro de 2010; 40º Ano de Fundação.  
JAMIR MARCELO SCHMIDT  
Presidente da AMMVI

**Resolução Nº 05/11**

## RESOLUÇÃO nº 05/11

Aumenta a jornada semanal de trabalho de ocupante do emprego de Advogado Assistente, e dá outras providências.

PAULO ROBERTO ECCEL, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, e fundamentado no artigo 4o, parágrafo único, do Regulamento do Quadro de Pessoal da AMMVI; e

Considerando-se a necessidade de manutenção do atendimento aos municípios associados e ao Consórcio Público de Regulação (AGIR);

Considerando-se a deliberação da Diretoria Executiva da AMMVI e a disponibilidade do profissional;

## RESOLVE:

Art. 1º - Aumentar de 15 (quinze) para 24 (vinte e quatro) horas a carga horária da jornada semanal de trabalho do empregado Heinrich Luiz Pasold, passando-o ao seguinte enquadramento, a contar de 01/03/2011:

Denominação do emprego	Carga Horária	Referência Salarial	Salário mensal R\$
Advogado Assistente	24 horas/semanais	107	5.400,85

Parágrafo Único - O enquadramento de que trata o "caput" deste artigo, será feito sem prejuízo dos demais benefícios de que trata o Regulamento do Quadro de Pessoal aprovado pela Resolução nº 06/08.

Art. 2o - As despesas decorrentes desta Resolução serão suportadas por créditos orçamentários e respectivas dotações consignadas no Orçamento Programa Anual da AMMVI.

Art. 3o - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 28 de Fevereiro de 2011; 41º Ano de Fundação.  
PAULO ROBERTO ECCEL  
Presidente

**Resolução Nº 06/10**

## RESOLUÇÃO nº 06/10

Concede progressão vertical por nova titulação a empregada da AMMVI.

JAMIR MARCELO SCHMIDT, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; e fundamentado no artigo 40, Parágrafo Único, Inciso VII, c/c artigos 43 e 44 do Regulamento do Quadro de Pessoal aprovado pela Resolução nº 06/08; e Considerando-se o pleito da colaboradora, devidamente instruído com os certificados de cursos freqüentados no período de referência, e o parecer jurídico favorável ao deferimento deste;

## RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido desenvolvimento funcional denominado progressão vertical por nova titulação a empregada MICHELE PRADA, ocupante do emprego de Assessora de Comunicação, nesta Associação, passando da referência salarial 54 (cinquenta e quatro) para referência salarial 55 (cinquenta e cinco), a contar da data do requerimento.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 16 de março de 2010; 40º Ano de Fundação.  
JAMIR MARCELO SCHMIDT  
Presidente da AMMVI

**Resolução Nº 06/11****RESOLUÇÃO nº 06/11**

Aumenta a jornada semanal de trabalho de ocupante do emprego de Advogado Assistente, e dá outras providências.

PAULO ROBERTO ECCEL, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, e fundamentado nos artigos 4º, parágrafo único, e 6º do Regulamento do Quadro de Pessoal da AMMVI; e

Considerando-se a necessidade de manutenção do atendimento aos municípios associados e aos Consórcios Públicos CIMVI e CI-SAMVI;

Considerando-se a deliberação da Diretoria Executiva da AMMVI e a disponibilidade do profissional;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Aumentar de 24 (vinte e quatro) para 32 (trinta e duas) horas a carga horária da jornada semanal de trabalho do empregado Luiz Claudio Kades, passando-o ao seguinte enquadramento, a contar de 01 de Março de 2011:

Denominação do emprego	Carga Horária	Referência Salarial	Salário mensal R\$
Advogado Assistente	32 horas/semanais	109	5.653,89

Parágrafo Único - O enquadramento de que trata o "caput" deste artigo, será feito sem prejuízo dos demais benefícios de que trata o Regulamento do Quadro de Pessoal aprovado pela Resolução nº 06/08.

Art. 2º - Fica designado o empregado abaixo identificado para exercício de Função Gratificada - FG-1 - Assessoria Técnica, na AMMVI, a contar da data de 1º de Março de 2011:

Nome do Empregado	Emprego Ocupado	Descrição da FG	% s/ Salário / Referência Base
Luiz Claudio Kades	Advogado Assistente	Assessoria Técnica do Setor Jurídico - FG 2	15

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Resolução serão suportadas por créditos orçamentários e respectivas dotações consignadas no Orçamento Programa Anual da AMMVI.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de 1º de março do corrente, revogando-se a Resolução nº 29/10.

Blumenau, SC, em 28 de Fevereiro de 2011; 41º Ano de Fundação.  
PAULO ROBERTO ECCEL  
Presidente

**Resolução Nº 07/10****RESOLUÇÃO nº 07/10**

Concede progressão vertical por nova titulação ao empregado da AMMVI.

JAMIR MARCELO SCHMIDT, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; e fundamentado no artigo 40, Parágrafo Único, Inciso VII, c/c artigos 43 e 44 do Regulamento do Quadro de Pessoal aprovado pela Resolução nº 06/08; e Considerando-se o pleito da colaboradora, devidamente instruído com os certificados de cursos freqüentados no período de referência, e o parecer jurídico favorável ao deferimento deste;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedido desenvolvimento funcional denominado progressão vertical por nova titulação ao empregado JOSÉ RAFAEL CORREA, ocupante do emprego de Secretário Executivo, nesta Associação, passando da referência salarial 127 (cento e vinte e sete) para referência salarial 128 (cento e vinte e oito), a contar da data do requerimento.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 22 de abril de 2010; 40º Ano de Fundação.

JAMIR MARCELO SCHMIDT

Presidente da AMMVI

**Resolução Nº 07/11****RESOLUÇÃO nº 07/11**

Declara ponto facultativo de carnaval, e dá outras providências.

PAULO ROBERTO ECCEL, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social;

Considerando-se que durante o período de carnaval as repartições públicas estaduais e federais da região, bem como as instituições financeiras e a grande maioria dos órgãos públicos municipais, estarão fechados para atendimento ao público;

Considerando-se que os serviços da AMMVI ficarão prejudicados em face da paralisação dos serviços dos demais órgãos públicos da região, e que haverá redução de despesas com a concessão de ponto facultativo e suspensão de atendimento na sede da Associação nestes dias, sem prejuízo aos Municípios associados;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Declarar facultativo o expediente aos empregados da AMMVI nas datas de 07 e 08 de Março de 2011 (segunda e terça-feira de carnaval).

Art. 2º - O empregado que desempenhar suas funções normalmente na data de que trata o "caput" do artigo 1º desta Resolução, mediante justificativa e relatório apresentado e acatado pelo Secretário Executivo, poderá ausentar-se oportunamente, em data a ser estabelecida pela AMMVI, para compensação do ponto facultativo, sem qualquer adicional de horas.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 01 de Março de 2011; 41º Ano de Fundação.

PAULO ROBERTO ECCEL

Presidente da AMMVI

**Resolução Nº 08/10****RESOLUÇÃO nº 08/10**

Altera horário de expediente nos dias de jogos da Seleção Brasileira durante a 1ª fase da Copa do Mundo de Futebol.

JAMIR MARCELO SCHMIDT, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; e

Considerando-se que os jogos da 1ª fase estão previstos para o horário das 15:30 horas no dia 15 de Junho e das 11:00 horas no dia 25 de Junho do corrente, coincidindo com horário regular de trabalho da AMMVI;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica alterado o horário de expediente e atendimento ao público na AMMVI, nas seguintes datas:

I - 15 de Junho do corrente: o horário regular será das 07h00min às 13h00min, em turno ininterrupto;



II - 25 de Junho do corrente: o horário regular será das 08h00min às 10h00min, no turno matutino, e das 14h00min às 17h30min, no turno vespertino.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 08 de Junho de 2010; 40º Ano de Fundação.  
JAMIR MARCELO SCHMIDT  
Presidente da AMMVI

### Resolução Nº 08/11

#### RESOLUÇÃO nº 08/11

Dispõe sobre a revisão geral anual dos salários dos empregados da AMMVI, para o exercício de 2011, e dá outras providências.

PAULO ROBERTO ECCEL, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; e  
Considerando-se a regulamentação do Inciso X do Artigo 37 da Constituição Federal disciplinando a Revisão Geral Anual, de forma a assegurar aos empregados da AMMVI a aplicação do direito constitucionalmente assegurado;  
Considerando-se o disposto nos artigos 1º e 2º da Resolução nº 13/09 e a aplicação das demais normativas internas, inclusive do Regulamento do Quadro de Pessoal da AMMVI - aprovado pela Resolução nº 06/08;  
Considerando-se a exigência de rigoroso controle no gasto para cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, e à efetiva gestão das despesas da Associação;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Para o exercício de 2011 a revisão geral das remunerações de que trata o art. 1º da Resolução nº 13/09 será de 6,5 % (seis vírgula cinco por cento).

§ 1º - A revisão geral se estende ao salário de todos os empregados, do quadro permanente ou contratados temporariamente, bem como a bolsa de estudos mensal paga aos estagiários, sem distinção de índices.

§ 2º - A remuneração de estágio, através de bolsa-estágio, fica revisada para os seguintes valores:

I - R\$ 352,50 (trezentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino médio regular ou de estudantes da educação profissional de nível médio, para jornada de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

II - R\$ 450,75 (quatrocentos e cinquenta reais e setenta e cinco centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

III - R\$ 676,14 (seiscentos e setenta e seis reais e quatorze centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

Art. 2º - O auxílio-alimentação instituído pela Resolução 08/02, a que se refere o art. 11 do Regulamento do Quadro de Pessoal - Resolução nº 06/08, passa a ter o seu valor fixado em R\$ 5,33 (cinco reais e trinta e três centavos) por hora/semanal a partir de 01 de março do corrente, e a sua remuneração passa a obedecer ao limite de R\$ 213,00 (duzentos e treze reais) mensais para jornada regular de quarenta horas semanais.

Art. 3º - O Anexo 3 - Tabela de Referências Salariais - do Regulamento do Quadro de Pessoal da AMMVI, aprovado pela Resolução nº 06/08, fica atualizada pelo mesmo índice da Revisão Geral Anual definido nesta Resolução, conforme Anexo Único integrante

desta.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir do dia 1º de março de 2011.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Blumenau, SC, em 18 de Março de 2011; 41º Ano de Fundação.  
PAULO ROBERTO ECCEL  
Presidente da AMMVI

#### ANEXO ÚNICO - TABELA DE REFERÊNCIAS SALARIAIS

Referência	Valor R\$	Referência	Valor R\$	Referência	Valor R\$
1	705,01	46	1.718,71	92	4.273,75
2	719,11	47	1.753,08	93	4.359,22
3	733,49	48	1.788,15	94	4.446,40
4	748,16	49	1.823,90	95	4.535,33
5	763,13	50	1.860,38	96	4.626,05
6	778,39	51	1.897,59	97	4.718,56
7	793,95	52	1.935,54	98	4.812,93
8	809,83	53	1.974,25	99	4.909,20
9	826,03	54	2.013,74	100	5.007,38
10	842,55	55	2.054,01	101	5.107,53
11	859,40	56	2.095,10	102	5.209,68
12	876,58	57	2.136,99	103	5.313,87
13	894,12	58	2.179,73	104	5.420,14
14	912,01	59	2.223,33	105	5.528,55
15	930,24	60	2.267,80	106	5.639,12
16	948,84	61	2.313,15	107	5.751,90
17	967,83	62	2.359,41	108	5.866,94
18	987,18	63	2.406,60	109	6.021,39
19	1.006,92	64	2.454,74	110	6.103,98
20	1.027,07	65	2.503,83	111	6.226,04
21	1.047,60	66	2.553,91	112	6.350,57
22	1.068,56	67	2.604,98	113	6.477,58
23	1.089,93	68	2.657,08	114	6.607,13
24	1.111,72	69	2.710,23	115	6.739,27
25	1.133,96	70	2.764,43	116	6.874,05
26	1.156,64	71	2.819,72	117	7.011,54
27	1.179,77	72	2.876,11	118	7.151,76
28	1.203,37	73	2.933,63	119	7.294,81
29	1.227,43	74	2.992,31	120	7.440,69
30	1.251,98	75	3.052,15	121	7.589,51
31	1.277,03	76	3.113,20	122	7.741,31
32	1.302,57	77	3.175,46	123	7.896,13
33	1.328,62	78	3.238,96	124	8.054,05
34	1.355,18	79	3.303,75	125	8.215,14
35	1.382,30	80	3.369,82	126	8.379,44
36	1.409,94	81	3.437,22	127	8.547,02
37	1.438,14	82	3.505,96	128	8.717,97
38	1.466,90	83	3.576,08	129	8.892,33
39	1.496,24	84	3.647,61	130	9.070,17
40	1.526,15	85	3.720,56	131	9.251,57
41	1.556,68	86	3.794,97	132	9.436,61
42	1.587,81	87	3.870,87	133	9.625,34
43	1.619,57	88	3.948,29	134	9.817,84
44	1.651,97	89	4.027,25	135	10.014,20
45	1.685,00	90	4.107,79	136	10.214,49
91	4.189,96				



**Resolução Nº 09/10****RESOLUÇÃO nº 09/10**

Autoriza pagamento de horas-extras da Assessora de Biologia, Dra. Fabiana de Carvalho Rosa.

JAMIR MARCELO SCHMIDT, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 29, letra "r", do Estatuto Social e art. 13, III, do Regulamento do Quadro de Pessoal da AMMVI:

**RESOLVE:**

Art. 1º - Autorizar o pagamento, nos termos da Lei, de 20 (vinte) horas extras trabalhadas pela Assessora de Biologia, Dra. Fabiana de Carvalho Rosa, no corrente ano.

Parágrafo Único - As horas-extras acima foram devidamente autorizadas em face de necessidade urgente e inadiável para realização de audiências públicas da elaboração e conclusão da Política Municipal de Saneamento Básico e Plano Básico de Saneamento.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 08 de Junho de 2010; 40º Ano de Fundação.  
JAMIR MARCELO SCHMIDT  
Presidente da AMMVI

**Resolução Nº 10/10****RESOLUÇÃO nº 10/10**

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit do Exercício Anterior, no valor de R\$ 70.000,00.

JAMIR MARCELO SCHMIDT, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; fundamentado na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2010 no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), mediante a utilização do Superávit do Exercício Anterior, conforme segue:

004.122.0001.1002 - Ampliação da Sede AMMVI  
34490000000000 - Obras e Instalações R\$ 70.000,00  
Total Suplementação R\$ 70.000,00

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 21 de junho de 2010; 40º Ano de Fundação.  
JAMIR MARCELO SCHMIDT  
Presidente da AMMVI

**Resolução Nº 10/11****RESOLUÇÃO nº 10/11**

Declara inservíveis diversos bens registrados no patrimônio da AMMVI, autorizando a baixa dos registros e sua doação para entidade civil sem fins lucrativos.

PAULO ROBERTO ECCEL, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; e  
Considerando-se que alguns bens estão obsoletos e não apresentam condições de uso para os fins da Associação, e nem mesmo alienação ou reaproveitamento;  
Considerando-se que estes bens estão registrados no patrimônio contábil da Associação, necessitando da baixa para fins de

correção dos registros, e que podem ser doados para entidade sem fins lucrativos que já se habilitou para seu recebimento, conforme deliberação da Assembléia Geral nesta data;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam declarados inservíveis para uso da AMMVI os seguintes bens:

Quantidade	Descrição do Bem	Nº Patrimônio	Valor R\$
01	CADEIRA 4 PES FIXOS, ESTOFADA, AZUL	88	25,00
01	CADEIRA 4 PES FIXOS, ESTOFADA, AZUL	146	25,00
01	CADEIRA 4 PES FIXOS, ESTOFADA, AZUL	148	30,00
01	CADEIRA 4 PES FIXOS, ESTOFADA, AZUL	150	30,00
01	CADEIRA 4 PES FIXOS, ESTOFADA, AZUL	191	25,00
01	CADEIRA 4 PES FIXOS, ESTOFADA, AZUL	193	25,00
01	CADEIRA 4 PES FIXOS, ESTOFADA, AZUL	194	25,00
01	CADEIRA 4 PES FIXOS, ESTOFADA, AZUL	213	25,00
01	CADEIRA 4 PES FIXOS, ESTOFADA, AZUL	245	25,00
01	CADEIRA 4 PES FIXOS, ESTOFADA, AZUL	276	25,00
01	CADEIRA 4 PES FIXOS, ESTOFADA, AZUL	277	25,00
01	CADEIRA 4 PES FIXOS, ESTOFADA, AZUL	386	25,00
01	CADEIRA 4 PES FIXOS, ESTOFADA, AZUL	387	25,00
01	CADEIRA 4 PES FIXOS, ESTOFADA, AZUL	388	25,00
01	CADEIRA 4 PES FIXOS, ESTOFADA, AZUL	389	25,00
01	MESA IMPRESSORA MATRICIAL	456	5,00
17	CADEIRAS DE PVC - BRANCAS	sn	594,66
Total Geral dos bens inservíveis			984,66

Art. 2º - Fica autorizada a baixa nos registros patrimoniais dos bens móveis declarados inservíveis para Associação, na forma do artigo anterior, efetuando-se a respectiva baixa nos registros contábeis.

Parágrafo Único - Fica autorizado à doação dos bens declarados inservíveis para ASSOCIAÇÃO DE PAIS PROFESSORES E FUNCIONARIOS DO CEI OLGA BREHMER, CNPJ nº 79.375.143/0001-38, sediada na Rua José Reuter, 128, bairro Velha central, CEP 89046-000, na cidade de Blumenau/SC, na forma requerida pela Entidade.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 03 de Maio de 2011; 41º Ano de Fundação.  
PAULO ROBERTO ECCEL  
Presidente da AMMVI

**Resolução Nº 11/10****RESOLUÇÃO nº 11/10**

Altera horário de expediente nos dias de jogos da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de Futebol.

JAMIR MARCELO SCHMIDT, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; e  
Considerando-se que os jogos das oitavas e das quartas de final estão previstos para o horário das 15:30 horas no dia 28 de junho e das 11:00 horas no dia 02 de julho do corrente, coincidindo com horário regular de trabalho da AMMVI;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica alterado o horário de expediente e atendimento ao público na AMMVI, nas seguintes datas:

I - 28 de junho do corrente: o horário regular será das 07h00min às 13h00min, em turno ininterrupto;

II - 02 de julho do corrente: o horário regular será até às 10h30min, no turno matutino, e a partir das 14h00min no turno vespertino.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 25 de junho de 2010; 40º Ano de Fundação.  
JAMIR MARCELO SCHMIDT  
Presidente da AMMVI

**Resolução Nº 11/11**

**RESOLUÇÃO nº 11/11**

Declara inservíveis e/ou perdidos diversos bens registrados no patrimônio da AMMVI, autorizando a baixa dos registros e o descarte responsável.

PAULO ROBERTO ECCEL, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; e  
Considerando-se que alguns bens estão obsoletos e não apresentam condições de uso para os fins da Associação, e nem mesmo alienação ou reaproveitamento;  
Considerando-se que estes bens estão registrados no patrimônio contábil da Associação, necessitando da baixa para fins de correção dos registros, e que devem ser reciclados como prática de descarte responsável;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam declarados inservíveis para uso da AMMVI os seguintes bens:

Nº Patrimônio	Descrição do Bem	Valor R\$
0066	Monitor LG 15´	390,00
0060	Microcomputador Pentium III 750Mhz	670,00
0071	Monitor LG 15´	280,00
00291	Microcomputador Pentium III 750Mhz	670,00
0056	Monitor LG 15´	450,00
00250	Monitor LG 15´	390,00
00111	Monitor LG 15´	263,00
Total Geral dos bens inservíveis		3.113,00

Art. 2º - Fica autorizada a baixa nos registros patrimoniais dos bens móveis declarados inservíveis para Associação, na forma do artigo anterior, efetuando-se a respectiva baixa nos registros contábeis.

Parágrafo Único - Fica autorizada a inutilização definitiva e o descarte responsável dos bens diante da inexistência de valor econômico residual e/ou reaproveitamento.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 03 de Maio de 2011; 41º Ano de Fundação.

PAULO ROBERTO ECCEL  
Presidente da AMMVI

**Resolução Nº 12/10**

**RESOLUÇÃO nº 12/10**

Concede progressão vertical por nova titulação a empregada da AMMVI.

JAMIR MARCELO SCHMIDT, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; e fundamentado no artigo 40, Parágrafo Único, Inciso VII, c/c artigos 43 e 44 do Regulamento do Quadro de Pessoal aprovado pela Resolução nº 06/08; e  
Considerando-se o pleito da colaboradora, devidamente instruído com os certificados de cursos frequentados no período de referência, e o parecer jurídico favorável ao deferimento deste;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedido desenvolvimento funcional denominado progressão vertical por nova titulação a empregada BRUNA DA SILVA, ocupante do emprego de Auxiliar de Escritório, nesta Associação, passando da referência salarial 1 (um) para referência salarial 2 (dois), a contar da data do requerimento.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 22 de julho de 2010; 40º Ano de Fundação.  
JAMIR MARCELO SCHMIDT  
Presidente da AMMVI

**Resolução Nº 13/10**

**RESOLUÇÃO nº 13/10**

Concede progressão vertical por nova titulação a empregada da AMMVI.

JAMIR MARCELO SCHMIDT, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social e fundamentado no artigo 40, Parágrafo Único, Inciso III, c/c artigo 44 do Regulamento do Quadro de Pessoal aprovado pela Resolução nº 06/08; e  
Considerando-se o pleito da colaboradora, devidamente instruído com o certificado de conclusão do curso de Ciências Contábeis frequentados no período de referência e o parecer jurídico favorável ao deferimento deste;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedido desenvolvimento funcional denominado progressão vertical por nova titulação a empregada JANICÉIA MEDEIROS DE SOUZA, ocupante do emprego de Auxiliar de Contabilidade, nesta Associação, passando da referência salarial 35 (trinta e cinco) para referência salarial 38 (trinta e oito), a contar da data do requerimento.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 22 de julho de 2010; 40º Ano de Fundação.  
JAMIR MARCELO SCHMIDT  
Presidente da AMMVI

**Resolução Nº 14/10**

**RESOLUÇÃO nº 14/10**

Altera e modifica referencias e habilitações do quadro de empregos permantes da AMMVI e autoriza o enquadramento.

JAMIR MARCELO SCHMIDT, Presidente da Associação dos

Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos. 82 e 87 do Regulamento do Quadro de Pessoal da AMMVI:

Considerando a necessidade de fazer adequações em alguns cargos, habilitações e referencias para adequar os valores ao de mercado

#### RESOLVE:

Art. 1º - O Anexo 2 do Regulamento Geral do Quadro de Pessoal, aprovado pela AGO de 27.02.2008 e instituído pela RESOLUÇÃO nº 06/08, de 19 de Março de 2008, é alterado nos de Assistente Administrativo e de Técnico em Informática (helpdesk) em suas referencias salariais e habilitações mínimas, passando a figurar da seguinte forma:

#### Situação atual:

N.º de empregos	Denominação do Emprego	Cód. COB	Carga Horária Semanal	Referência Salarial Inicial	Habilitações Mínimas
03	Assistente Administrativo	4110-10	40 horas	19 A 38	Nível Médio Incompleto.
01	Técnico em Informática (helpdesk)	3172-10	40 horas	28 a 47	Nível Médio Completo e ou curso área

#### Nova situação:

N.º de empregos	Denominação do Emprego	Cód. COB	Carga Horária Semanal	Referência Salarial Inicial	Habilitações Mínimas
03	Assistente Administrativo	4110-10	40 horas	35 A 54	Nível médio completo e/ou cursado nível superior em área afim.
01	Técnico em Informática (helpdesk)	3172-10	40 horas	54 a 73	Nível superior em bacharelado ou tecnólogo em Sistemas de Informação ou assemelhado

Art. 2º - O ANEXO 7 – DAS ATRIBUIÇÕES e DESCRIÇÃO DOS EMPREGOS sobre as seguintes alterações:

a) III – 4110-10 – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

...

FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA. FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA. Para o acesso ao emprego, requer-se o ensino médio completo ou cursando terceiro grau em tecnólogo em área afim.

...

b) XV - 3172-10 - TÉCNICO DE APOIO AO USUÁRIO DE INFORMÁTICA (HELPDESK)

...

#### FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA

Para o técnico de apoio ao usuário de informática e controle e desempenho de aplicativos e do CPU é necessário o bacharelado ou tecnólogo em sistema de informações ou assemelhado.

....

Art. 3º - Dos enquadramentos:

Nº de Empregos	Denominação do emprego	Carga Horária Semanal	Nível	Nome do empregado
01	Assistente Administrativo	40 horas	35	Sabrina Furlani
01	Técnico(a) em Informática (helpdesk)	40 horas	54	Ricardo Sorroche

Art. 4º - As habilitações dos empregos do Anexo y, incisos II e XV passam a figurar da seguinte forma:

a) III - 4110-10 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

...

FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA. Nível médio completo e/ou cursado nível superior em área afim e com no mínimo seis meses de experiência efetiva na função.

...

b) XV - 3172-10 - TÉCNICO DE APOIO AO USUÁRIO DE INFORMÁTICA (HELPDESK)

...

#### FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA

Nível superior em bacharelado ou tecnólogo em Sistemas de Informação ou assemelhado e com no mínimo seis meses de experiência efetiva na função.

...

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de 1º de Setembro de 2010.

Blumenau, SC, em 02 de agosto de 2010, 41º Ano de Fundação.  
JAMIR MARCELO SCHMIDT  
Presidente da AMMVI

#### Resolução Nº 15/10

RESOLUÇÃO nº 15/10

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit do Exercício Anterior, no valor de R\$ 20.000,00.

JAMIR MARCELO SCHMIDT, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; fundamentado na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2010 no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), mediante a utilização do Superávit do Exercício Anterior, conforme segue:

004.122.0001.1002 - Ampliação Sede AMMVI  
44909251000000 - Obras e Instalações R\$ 10.000,00

015.122.0002.2005 - Manut. Assessoria de Planej. e Engenharia  
44900000000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Total Suplementação R\$ 20.000,00

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 09 de Agosto de 2010; 41º Ano de Fundação.  
JAMIR MARCELO SCHMIDT  
Presidente da AMMVI

### **Resolução Nº 16/10**

RESOLUÇÃO nº 16/10

Altera percentual da função Gratificada de Richard Buchinski.

JAMIR MARCELO SCHMIDT, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, e na forma de deliberação adotada pela Diretoria; com fundamento no art. 37, V, da Constituição Federal e no artigo 450 c/c artigo 468, Parágrafo Único, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943, c/c art. 6º e Anexo 4 do Regulamento do Quadro de Pessoal da AMMVI;

RESOLVE:

Art. 1º - O empregado abaixo identificado no exercício de Função Gratificada - FG-1 - Chefia de Setor, na AMMVI, a contar da data de 1.º de setembro de 2010, passa a ser remunerado pelo percentual de 20% (vinte por cento):

Nome do Empregado	Emprego Ocupado	Descrição da FG	% s/ Salário / Referência Base
RICHARD BUCHINSKI	Arquiteto	Chefia do Setor de Assessoria de Planejamento Urbano e Engenharia - FG 1.	20

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de Setembro de 2010.

Blumenau, SC, em 12 de agosto de 2010, 41º Ano de Fundação.  
JAMIR MARCELO SCHMIDT  
Presidente da AMMVI

### **Resolução Nº 17/10**

RESOLUÇÃO nº 17/10

Transfere data de descanso relativo ao feriado municipal de Blumenau.

JAMIR MARCELO SCHMIDT, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social;

Considerando-se que a AMMVI atende ao interesse direto de seus quatorze municípios associados, e que sua sede se localiza em Blumenau, donde será feriado municipal em plena quinta-feira, dia 02 de setembro;

Considerando-se que a segunda-feira, dia 06 de setembro, antecede ao feriado nacional alusivo a Independência do Brasil, onde conseqüentemente os serviços da AMMVI ficarão prejudicados em face da paralisação dos serviços dos órgãos públicos estaduais e federais na região, e que haverá redução de despesas com a junção dos dias de descanso decorrentes dos feriados e a suspensão de atendimento na sede da Associação nesta data, além de se oportunizar maior e melhor descanso aos empregados com o prolongamento do repouso semanal de sábado e domingo;

RESOLVE:

Art. 1º - Transferir a data de descanso devida aos empregados da AMMVI em decorrência do feriado municipal de fundação de Blumenau, para o dia 06 de setembro do corrente, mantendo-se normal as atividades na quinta-feira, dia 02 de setembro de 2010.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 23 de Agosto de 2010; 41º Ano de Fundação.  
JAMIR MARCELO SCHMIDT  
Presidente da AMMVI

### **Resolução Nº 18/10**

RESOLUÇÃO nº 18/10

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit do Exercício Anterior, no valor de R\$ 5.000,00.

JAMIR MARCELO SCHMIDT, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; fundamentado na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2010 no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), mediante a utilização do Superávit do Exercício Anterior, conforme segue:

004.122.0001.1002 - Ampliação da Sede AMMVI  
34490000000000 - Obras e Instalações R\$ 5.000,00  
Total Suplementação R\$ 5.000,00

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 08 de Setembro de 2010; 41º Ano de Fundação.  
JAMIR MARCELO SCHMIDT  
Presidente da AMMVI

### **Resolução Nº 19/10**

RESOLUÇÃO nº 19/10

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit do Exercício Anterior, no valor de R\$ 59,27.

JAMIR MARCELO SCHMIDT, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; fundamentado na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2010 no valor de R\$ 59,27 (cinquenta e nove reais e vinte e sete centavos), mediante a utilização do Superávit do Exercício Anterior, conforme segue:

004.122.0001.1002 - Ampliação da Sede AMMVI  
34490000000000 - Obras e Instalações R\$ 59,27  
Total Suplementação R\$ 59,27

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 10 de Setembro de 2010; 41º Ano de Fundação.  
JAMIR MARCELO SCHMIDT  
Presidente da AMMVI

### **Resolução Nº 20/10**

RESOLUÇÃO nº 20/10

Declara ponto facultativo no dia 11/10/2010, e dá outras providências.

JAMIR MARCELO SCHMIDT, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social;  
Considerando-se que o dia 11 de outubro do corrente, segunda-feira, está intercalado entre o final de semana e o feriado nacional de Nossa Senhora Aparecida (terça-feira) e que a grande maioria dos órgãos públicos municipais estarão fechados para



atendimento ao público;  
Considerando-se que os serviços da AMMVI ficarão prejudicados em face da paralisação dos serviços dos demais órgãos públicos da região, e que haverá redução de despesas com a concessão de ponto facultativo e suspensão de atendimento na sede da Associação neste dia, sem prejuízo aos Municípios associados;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Declarar facultativo o expediente aos empregados da AMMVI na data de 11 de outubro de 2010 (segunda-feira).

Art. 2º - O empregado que desempenhar suas funções normalmente na data de que trata o "caput" do artigo 1º desta Resolução, mediante justificativa e relatório apresentado e acatado pelo Secretário Executivo, poderá ausentar-se oportunamente, em data a ser estabelecida pela AMMVI, para compensação do ponto facultativo, sem qualquer adicional de horas.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 08 de Outubro de 2010; 41º Ano de Fundação.  
JAMIR MARCELO SCHMIDT  
Presidente da AMMVI

### Resolução Nº 21/10

#### RESOLUÇÃO nº 21/10

Dispõe sobre a suspensão das atividades no dia 1º de Novembro do corrente, e dá outras providências.

JAMIR MARCELO SCHMIDT, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, fundamentado no Regulamento do Quadro de Pessoal da AMMVI, aprovado pela Resolução nº 06/08, e no § 2º do art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT; e;

Considerando-se que o dia 01 de novembro do corrente, segunda-feira, está intercalado entre o final de semana e o feriado nacional de Finados (terça-feira) e que a grande maioria dos órgãos públicos estarão fechados para atendimento ao público;  
Considerando-se que os serviços da AMMVI ficarão prejudicados em face da paralisação dos serviços dos demais órgãos públicos da região, e que haverá redução de despesas com a suspensão de atendimento na sede da Associação neste dia, sem prejuízo aos Municípios associados;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Suspender as atividades regulares da AMMVI no dia 01.11.2010, autorizando o gozo de recesso aos empregados e colaboradores (estagiários), mediante a opção de desconto no saldo de férias regulares ou compensação em banco de horas.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 25 de Outubro de 2010; 41º Ano de Fundação.  
JAMIR MARCELO SCHMIDT  
Presidente da AMMVI

### Resolução Nº 22/10

#### RESOLUÇÃO nº 22/10

Altera carga horária do cargo de advogado.

JAMIR MARCELO SCHMIDT, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social;  
Considerando-se que a AMMVI atende ao interesse direto de seus quatorze municípios associados e também passou a dar apoio aos consórcios constituídos por seus associados

Considerando a necessidade aprimorar o corpo técnico e ainda permitir que os interesses dos associados sejam ainda mais atendidos,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a carga horária do emprego de advogado - COB 2410-05, de 30 horas semanais para 40 horas semanais.

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Cód. COB	Carga Horária Semanal	Referência Salarial Inicial	Habilitações Mínimas
02	Advogado	2410-95	40 horas	90 a 109	Bacharel em direito e inscrito na OAB - 06 (seis) meses de experiência ***

\*\*\*Lei n.º 11.644, de 11.03.08.

Art. 2º - No Anexo 2 - Dos empregos permanentes, do Regulamento do Quadro de Pessoal da AMMVI, instituído pela Resolução n.º 06/08, de 19.03.2998, este emprego passa a figurar da seguinte forma:

Art. 3º - No Anexo 7 - Das atribuições e descrições dos empregos, item I, Advogado - Advogado Assistente, ficam acrescidas as seguintes atribuições: inclusive junto aos consórcios e agências que funcionam e são de interesse da AMMVI, e ainda com seis (06) meses de experiência (Lei n.º 11.644, de 11.03.08), conforme o anexo que integra esta Resolução.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 28 de outubro de 2010; 41º Ano de Fundação.  
JAMIR MARCELO SCHMIDT  
Presidente da AMMVI

### ANEXO 7 - DAS ATRIBUIÇÕES e DESCRIÇÃO DOS EMPREGOS

#### I - 2410-05 - ADVOGADO - ADVOGADO ASSISTENTE.

#### DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE

Postular, em nome da AMMVI, em juízo ou administrativamente, propondo ou contestando ações, solicitando providências junto ao magistrado ou ministério público, avaliando provas documentais e orais, realizando audiências trabalhistas, penais comuns e cíveis, instruindo a parte e atuando no tribunal de júri, e extrajudicialmente, mediando questões, contribuindo na elaboração de projetos de lei, analisando legislação para atualização e implementação, assistindo os municípios associados, assessorando negociações; zelam pelos interesses da AMMVI na manutenção e integridade dos seus bens, facilitando negócios, preservando interesses individuais e coletivos, dentro dos princípios éticos e de forma a fortalecer o estado democrático de direito. Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata e pela Diretoria da AMMVI, inclusive junto aos consórcios e agências que funcionam e são de interesse da AMMVI, conforme o anexo que integra esta Resolução.

Acompanha as Assembléias, cursos, reuniões e outros eventos de interesse da AMMVI.

#### LOCAL DE TRABALHO

Trabalha na sede social da AMMVI e junto aos associados da administração pública, como empregado sob o regime da CLT e assalariado. Executa suas funções sem supervisão, em ambiente fechado e em horário diurno. Eventualmente, trabalha fora da sede, junto às sedes dos associados ou ainda locais determinados pela administração da AMMVI.



**FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA**

O exercício dessas ocupações requer ensino superior completo e o exame da OAB do estado de domicílio civil do bacharel em direito, com seis (06) meses de experiência (lei n.º 11.644, de 11.03.08).

**COMPETÊNCIAS PESSOAIS**

Agir com ética e com prontidão; Demonstrar criatividade, capacidade interpretativa, paciência, tolerância, capacidade de convencimento, persistência e capacidade de escuta ativa; Evidenciar raciocínio lógico, eloquência verbal, urbanidade no trato pessoal, capacidade de negociação, capacidade de síntese, senso de humor e senso crítico; Manter controle emocional, atualizar-se, Desenvolver relacionamentos interpessoais positivos e a expressão corporal, dominar expressão escrita, trocar experiências profissionais e ser possuidor de CNH para eventual condução de veículos da AMMVI para seus deslocamentos. Disponibilidade para eventuais viagens e participação em cursos e eventos fora da sede.

**NORMA REGULAMENTADORA**

Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 - Dispõe sobre o estatuto da advocacia e a ordem dos Advogados do Brasil - OAB.

**Resolução Nº 23/10****RESOLUÇÃO nº 23/10**

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit do Exercício Anterior, no valor de R\$ 30.000,00.

JAMIR MARCELO SCHMIDT, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; fundamentado na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2010 no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), mediante a utilização do Superávit do Exercício Anterior, conforme segue:

015.122.0002.2005 - Manut. Assessoria de Planej. e Engenharia  
31900000000000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00  
Total Suplementação R\$ 30.000,00

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 18 de Novembro de 2010; 41º Ano de Fundação.  
JAMIR MARCELO SCHMIDT  
Presidente da AMMVI

**Resolução Nº 24/10****RESOLUÇÃO nº 24/10**

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit do Exercício Anterior, no valor de R\$ 39.000,00.

JAMIR MARCELO SCHMIDT, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; fundamentado na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2010 no valor de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais), mediante a utilização do Superávit do Exercício Anterior, conforme segue:

017.512.0002.2010 - Manut. da Secretaria do Saneamento Básico  
33900000000000 - Aplicações Diretas R\$ 39.000,00  
Total Suplementação R\$ 39.000,00

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 25 de Novembro de 2010; 41º Ano de Fundação.  
JAMIR MARCELO SCHMIDT  
Presidente da AMMVI

**Resolução Nº 25/10****RESOLUÇÃO nº 25/10**

Dispõe sobre a suspensão das atividades no final deste exercício e início do próximo ano, autorizando recesso ou férias regulares fracionadas e concedendo auxílio-alimentação adicional aos empregados da AMMVI.

JAMIR MARCELO SCHMIDT, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, fundamentado no Regulamento do Quadro de Pessoal da AMMVI, aprovado pela Resolução nº 06/08, e no § 2º do art. 59, § 1º do art. 134 e art. 139, "caput" e § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT; e Considerando os festejos natalinos e de final de ano, período em que não há expediente nas Prefeituras e nos demais órgãos públicos vinculados aos Municípios filiados à AMMVI;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Suspender as atividades regulares da AMMVI no período de 23.12.2010 à 08.01.2011, autorizando o gozo de recesso ou férias regulares fracionadas aos empregados e colaboradores (estagiários).

§ 1º - Serão concedidas férias em dois períodos aos empregados da AMMVI, com gozo de férias regulares fracionadas durante o primeiro período estabelecido no "caput" deste artigo, considerando-se este como 13 (treze) dias, devidamente remuneradas nesta situação, remanesecendo saldo para gozo em período posterior, nos termos da Lei.

§ 2º - Neste período, os estagiários terão o gozo de recesso regular fracionado, considerando-se neste período 13 (treze) dias, devidamente remunerados.

Art. 2º - No mês de dezembro de 2010, os empregados da AMMVI serão beneficiados com a concessão, em dobro, do auxílio-alimentação, instituído através da Resolução nº 08/02.

Parágrafo Único - A concessão do benefício adicional de que trata este artigo, estende-se aos contratados em regime de estágio.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 09 de Dezembro de 2010; 41º Ano de Fundação.  
JAMIR MARCELO SCHMIDT  
Presidente da AMMVI

**Resolução Nº 26/10****RESOLUÇÃO nº 26/10**

Abre Crédito Suplementar por conta de Anulação, no valor de R\$ 20.100,00.

JAMIR MARCELO SCHMIDT, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; fundamentado na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2010 no valor de R\$ 20.100,00 (vinte mil e cem reais),

mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução, conforme segue:

004.122.0002.2001 - Manutenção da Secretaria Executiva  
31900000000000 - Aplicações Diretas R\$ 9.500,00  
015.122.0002.2005 - Manut. Assessoria de Planej e Engenharia  
31900000000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.600,00  
Total Suplementação R\$ 20.100,00

Art. 2º - O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior corre à conta de anulação parcial do saldo da dotação do seguinte elemento de despesa do Orçamento-Programa 2010:

017.512.0002.2010 - Manut. Secretaria do Saneamento Básico  
31900000000000 - Aplicações Diretas R\$ 20.100,00  
Total Anulação R\$ 20.100,00

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 15 de Dezembro de 2010; 41º Ano de Fundação.  
JAMIR MARCELO SCHMIDT  
Presidente da AMMVI

### Resolução Nº 27/10

#### RESOLUÇÃO nº 27/10

Estabelece o valor das contribuições dos Municípios associados à AMMVI para o período de janeiro a dezembro de 2011, e dá outras providências.

JAMIR MARCELO SCHMIDT, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; e  
Considerando-se que a alínea "g" do artigo 21 estabelece competência para Assembléia Geral fixar, por meio de Resolução, a contribuição dos Municípios associados, em valor fixo, limitado ao máximo de 1,2% do valor anual de recebimento de repasse do FPM - Fundo de Participação dos Municípios, para atender às despesas de custeio das atividades e de formação do Patrimônio da Associação;  
Considerando-se a aprovação dos valores das contribuições dos Municípios associados para o período de janeiro a dezembro de 2011;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica definido o valor das contribuições dos Municípios associados para o período de janeiro a dezembro de 2011, na forma que segue:

Município	Contribuição período
Apiúna	R\$ 51.500,00
Ascurra	R\$ 51.500,00
Benedito Novo	R\$ 60.800,00
Blumenau	R\$ 460.000,00
Botuverá	R\$ 51.500,00
Brusque	R\$ 293.700,00
Doutor Pedrinho	R\$ 51.500,00
Gaspar	R\$ 188.000,00
Guabiruba	R\$ 85.100,00
Indaial	R\$ 188.000,00
Pomerode	R\$ 119.500,00
Rio dos Cedros	R\$ 60.800,00
Rodeio	R\$ 60.800,00
Timbó	R\$ 136.500,00

§ 1º - O valor da contribuição no período será repassado gradativamente em parcelas vencíveis nas mesmas datas de efetivação dos recebimentos do FPM - Fundo de Participação dos Municípios,

regularmente ocorridos nas datas de 10, 20 e 30 de cada mês, guardando proporcionalidade com o valor de cada repasse.

§ 2º - Compete a AMMVI informar os valores de cada parcela, observando-se as disposições do parágrafo anterior e o limite estabelecido no "caput" deste artigo.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 15 de dezembro de 2010; 41º Ano de Fundação.  
JAMIR MARCELO SCHMIDT  
Presidente da AMMVI

### Resolução Nº 28/10

#### RESOLUÇÃO nº 28/10

Estima a Receita e fixa a Despesa da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI para o Exercício de 2011.

JAMIR MARCELO SCHMIDT, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social e fundamentado nos artigos 165, 166 e 167 da Constituição Federal, na Lei nº 4320/64 e na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (LC nº 101/2000);

#### RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer o Orçamento da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI para o exercício de 2011, aprovado pela Assembléia Geral, estimando a Receita e fixando a Despesa em R\$ 2.709.000,00 (Dois milhões, setecentos e nove mil reais).

§ 1º - A Receita da AMMVI será realizada mediante a arrecadação de transferências dos municípios, rendas e outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

#### RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Receitas Correntes	2.009.000,00
Receita Patrimonial	100.000,00
Transferências Correntes	1.859.200,00
Transferências dos Municípios	1.859.200,00
Transf. Munic. Apiúna	R\$ 51.500,00
Transf. Munic. Ascurra	R\$ 51.500,00
Transf. Munic. Benedito Novo	R\$ 60.800,00
Transf. Munic. Blumenau	R\$ 460.000,00
Transf. Munic. Botuverá	R\$ 51.500,00
Transf. Munic. Brusque	R\$ 293.700,00
Transf. Munic. Doutor Pedrinho	R\$ 51.500,00
Transf. Munic. Gaspar	R\$ 188.000,00
Transf. Munic. Guabiruba	R\$ 85.100,00
Transf. Munic. Indaial	R\$ 188.000,00
Transf. Munic. Pomerode	R\$ 119.500,00
Transf. Munic. Rio dos Cedros	R\$ 60.800,00
Transf. Munic. Rodeio	R\$ 60.800,00
Transf. Munic. Timbó	R\$ 136.500,00
Outras Receitas Correntes	49.800,00
Receitas Diversas	49.800,00
Receitas de Capital	700.000,00
Transferências de Capital	700.000,00
Total	2.709.000,00

§ 2º - As Despesas de custeio da AMMVI serão realizadas obedecendo à legislação em vigor e serão distribuídas da seguinte maneira:

#### CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

Secretaria Executiva	261.300,00
Secretaria Geral e Administrativo/ Financeiro	1.623.800,00
Assessoria Econômica e Contábil/ Orçamentária	173.400,00
Assessoria Jurídica	235.800,00
Assessoria de Planejamento e Engenharia	206.700,00
Assessoria Saneamento Básico	169.000,00
Convênios	25.000,00
Reserva de Contingência	14.000,00
Total	2.709.000,00

Art. 2º - A Presidência da AMMVI fica autorizada a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 3º - A Presidência da AMMVI está autorizada ainda, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 25% da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III - Superávit financeiro do exercício anterior;

IV - A reserva de contingência.

Parágrafo Único - Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de 1º de Janeiro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Blumenau, SC, em 15 de dezembro de 2010; 41º Ano de Fundação.  
JAMIR MARCELO SCHMIDT  
Presidente da AMMVI

### Resolução Nº 29/10

RESOLUÇÃO nº 29/10

Reduz a jornada semanal de trabalho de ocupante do emprego de Advogado Assistente, e dá outras providências.

JAMIR MARCELO SCHMIDT, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, e fundamentado no artigo 4º, parágrafo único, do Regulamento do Quadro de Pessoal da AMMVI; e  
Considerando-se a solicitação do empregado e a deliberação da Diretoria Executiva da AMMVI;

RESOLVE:

Art. 1º - Reduzir de 32 (trinta e duas) para 24 (vinte e quatro) horas a carga horária da jornada semanal de trabalho do empregado Luiz Claudio Kades, a contar de 11 de janeiro de 2011, passando-o ao seguinte enquadramento:

Denominação do emprego	Carga Horária	Referência Salarial	Salário mensal R\$
Advogado Assis- tente	24 horas/sema- nais	94	4.175,03

§ 1º - O enquadramento de que trata o "caput" deste artigo, será feito sem prejuízo dos demais benefícios de que trata o Regulamento do Quadro de Pessoal, aprovado pela Resolução nº 06/08.

§ 2º - O disposto no parágrafo anterior aplica-se, inclusive, ao pagamento correspondente ao saldo de férias do período aquisitivo 2009/2010 e a proporcionalidade 08/12 das férias relativas ao período aquisitivo 2010/2011.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de 10 de janeiro de 2011.

Blumenau, SC, em 22 de dezembro de 2010; 41º Ano de Fundação.

JAMIR MARCELO SCHMIDT

Presidente da AMMVI

### Resolução Nº 30/11

RESOLUÇÃO nº 30/10

Abre Crédito Suplementar por conta de Anulação, no valor de R\$ 7.707,00.

JAMIR MARCELO SCHMIDT, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; fundamentado na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2010 no valor de R\$ 7.707,00 (sete mil, setecentos e sete reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução, conforme segue:

004.122.0002.2001 - Manutenção da Secretaria Executiva  
31900000000000 - Aplicações Diretas R\$ 3.007,00  
015.122.0002.2005 - Manut. Assessoria de Planej e Engenharia  
31900000000000 - Aplicações Diretas R\$ 4.700,00  
Total Suplementação R\$ 7.707,00

Art. 2º - O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior corre à conta de anulação parcial do saldo da dotação do seguinte elemento de despesa do Orçamento-Programa 2010:

004.122.0002.2001 - Manutenção da Secretaria Executiva  
44900000000000 - Aplicações Diretas R\$ 3.007,00  
015.122.0002.2005 - Manut. Assessoria de Planej e Engenharia  
44900000000000 - Aplicações Diretas R\$ 4.700,00  
Total Anulação R\$ 7.707,00

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 22 de Dezembro de 2010; 41º Ano de Fundação.

JAMIR MARCELO SCHMIDT

Presidente da AMMVI

**Resolução Nº 45/09**

RESOLUÇÃO nº 45/09

Abre Crédito Suplementar por conta de Anulação, no valor de R\$ 3.301,53.

JOÃO PAULO KLEINUBING, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; fundamentado na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2009 no valor de R\$ 3.301,53 (três mil trezentos e um reais e cinquenta e três centavos), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução, conforme segue:

004.122.0003.2002 - Manutenção das Atividades da AMMVI  
33903900000000 - Outros Serviços de Terceiros R\$ 3.301,53  
Total Suplementação R\$ 3.301,53

Art. 2º - O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior corre à conta de anulação parcial do saldo da dotação do seguinte elemento de despesa do Orçamento-Programa 2009:

004.122.0003.2002 - Manutenção das Atividades da AMMVI  
33903600000000 - Outros Serviços de Terceiros R\$ 3.301,53  
Total Anulação R\$ 3.301,53

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 18 de dezembro de 2009; 40º Ano de Fundação.  
JOÃO PAULO KLEINUBING  
Presidente da AMMVI

**Resolução Nº 46/09**

RESOLUÇÃO nº 46/09

Abre Crédito Especial por conta de Anulação, no valor de R\$ 7,90.

JOÃO PAULO KLEINUBING, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; fundamentado na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Especial no Orçamento-Programa 2009 no valor de R\$ 7,90 (sete reais e noventa centavos), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução, conforme segue:

004.122.0003.2002 - Manutenção das Atividades da AMMVI  
33909239000000 - Despesas do Exercício Anterior R\$ 7,90  
Total Suplementação R\$ 7,90

Art. 2º - O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior corre à conta de anulação parcial do saldo da dotação do seguinte elemento de despesa do Orçamento-Programa 2009:

004.122.0003.2002 - Manutenção das Atividades da AMMVI  
33903600000000 - Outros Serviços de Terceiros R\$ 7,90  
Total Anulação R\$ 7,90

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 18 de dezembro de 2009; 40º Ano de Fundação.  
JOÃO PAULO KLEINUBING  
Presidente da AMMVI

**AMOSC****Resolução Nº 04/2011**

Convoca a III Conferência Regional da Segurança Alimentar e Nutricional dos Municípios da Região da AMOSC e constitui a Comissão Organizadora.

O Presidente da AMOSC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 24, inciso VIII do Estatuto Social RESOLVE:

Art. 1º Fica convocada a III Conferência Regional da Segurança Alimentar e Nutricional dos Municípios de Águas Frias, Águas de Chapecó, Caxambu do Sul, Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Formosa do Sul, Guatambu, Irati, Jardinópolis, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Pinhalzinho, Planalto Alegre, Quilombo, Santiago do Sul, São Carlos, Serra Alta, Sul Brasil e União do Oeste, pertencentes a região da AMOSC a ser realizada no dia 15 de julho de 2011, das 08h30min às 17h00min, no Centro de Cultura e Eventos de Chapecó tendo como tema central: "Alimentação Adequada e Saudável: Direito de Todos".

Parágrafo único: A III Conferência Regional da Segurança Alimentar e Nutricional dos Municípios da Região da AMOSC tem como objetivo avaliar e propor diretrizes para a implementação da política de Segurança Alimentar e Nutricional nos municípios.

Art. 2º Fica constituída a Comissão Organizadora da III Conferência Regional da Segurança Alimentar e Nutricional dos Municípios da Região da AMOSC, com o objetivo de propor e executar medidas e ações necessárias a realização da referida Conferência, composta dos seguintes membros:

I. AMOSC - Erli Terezinha Abreu;  
II. SDR de Chapecó - Gabriela Garbin;  
III. Prefeitura Municipal de Chapecó - Juliane Valentini, Cíntia Badalotti Scaravelli e Melina Garcia Tirapelle;  
IV. Colegiado de Gestores e Técnicos de Assistência Social da AMOSC - Ivonete Sordi e Kellin Dal Ri.

Art. 3º Compete a Comissão Organizadora elaborar o Regimento contendo os critérios de participação, eleição dos Delegados, respeitadas as diretrizes e as definições dos Regimentos Estadual e Nacional, coordenar os trabalhos e sistematizar os relatórios da III Conferência Regional da Segurança Alimentar e Nutricional dos Municípios da AMOSC.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, SC, 19 de maio de 2011.  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO,  
Prefeito de Cordilheira Alta,  
Presidente da AMOSC.

**Consórcios****CIDEMA****DE Dispensa de Licitação Nº. 04/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONSÓRCIO CIDEMA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 04/2011

O Presidente do CIDEMA - Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento econômico, Social e Meio Ambiente - Sr. Jorge Antonio



Comunelo, torna público a Dispensa de Licitação nº 04/2011, para capacitação e consultoria técnica em fruticultura - itens 5 e 7 do Termo de Referência Projeto Fruticultura junto ao CIDEMA, conforme Art. 24 inciso XIII da Lei 8.666/93 em prol do SEBRAE/SC - Serviços de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina, no valor total de R\$ 60.200,00 (sessenta mil e duzentos reais).

Chapecó SC, 27 de maio de 2011.  
JORGE ANTONIO COMUNELO  
Presidente do CIDEMA

---

## CINCO

---

### **Extrato de Contrato n.0020/2001**

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0020/2011/CINCO

Contratada: POSTO VENETO LTDA. Objeto: o fornecimento de combustível óleo diesel comum para abastecimento das máquinas pertencentes ao CONTRATANTE, a serviço do Município de Pinheiro Preto. Valor Total do Contrato: R\$ 4.120,00 (quatro mil e cento e vinte reais). Data: 23.05.2011. Vigência: 25.05.2011 a 10.08.2011. Fundamentação: Dispensa de Licitação - artigo 24, II e parágrafo único, Lei 8.666/93.

NELMAR PINZ  
Presidente do CINCO  
Prefeito de Fraiburgo

### **Extrato de Contrato n.0021/2011**

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0021/2011/CINCO

Contratada: RESTAURANTE TRES COLINAS LTDA ME. Objeto: prestação de serviços de hospedagem com café da manhã e fornecimento de refeições (almoço e jantar, incluído um refrigerante por refeição), em estabelecimento de propriedade do CONTRATADO aos empregados públicos do CONTRATANTE. Valor Total Estimado do Contrato: R\$ 3.000,00 (três mil reais). Data: 23.05.2011. Vigência: 25.05.2011 a 10.08.2011. Fundamentação: Dispensa de Licitação - artigo 24, II e parágrafo único, Lei 8.666/93.

NELMAR PINZ  
Presidente do CINCO  
Prefeito de Fraiburgo



**Balancete Contabil Mensal 04/2011****Santa Catarina****CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete de Verificação - 2011

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Abril

Página: 1/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1		ATIVO	3.324.303,97D	210.063,03	188.981,84	3.345.385,16D
1.1		ATIVO CIRCULANTE	46.637,75D	33.304,99	45.783,19	34.159,55D
1.1.1		DISPONÍVEL	46.637,75D	33.304,99	45.783,19	34.159,55D
1.1.1.1		DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL	46.637,75D	33.304,99	45.783,19	34.159,55D
1.1.1.1.2		BANCOS CONTA MOVIMENTO	46.637,75D	33.304,99	45.783,19	34.159,55D
1.1.1.1.2.99		OUTRAS CONTAS	46.637,75D	33.304,99	45.783,19	34.159,55D
1.1.1.1.2.99.02		BANCO DO BRASIL	46.637,75D	33.304,99	45.783,19	34.159,55D
1.1.1.1.2.99.02.01		BANCO DO BRASIL - MOVIMENTO	46.637,75D	33.304,99	45.783,19	34.159,55D
1.1.1.1.2.99.02.01.00.0001 (9317)	F	B. BRASIL SA CINCO MOVIMENTO 18.520-5	46.637,75D	33.304,99	45.783,19	34.159,55D
1.9		ATIVO COMPENSADO	3.277.666,22D	176.758,04	143.198,65	3.311.225,61D
1.9.1		EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA	1.255.000,00D	66.118,78	66.118,78	1.255.000,00D
1.9.1.1		ARRECADAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - NATUREZA DA RECEITA	1.255.000,00D	33.059,39	33.059,39	1.255.000,00D
1.9.1.1.1 (425)	O	RECEITA A REALIZAR	1.193.248,28D	0,00	33.059,39	1.160.188,89D
1.9.1.1.4 (426)	O	RECEITA REALIZADA	61.751,72D	33.059,39	0,00	94.811,11D
1.9.1.2		ARRECADAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - FONTE DE RECURSOS	0,00	33.059,39	33.059,39	0,00
1.9.1.2.1		CONTROLE POR FONTE DE RECURSOS	0,00	33.059,39	33.059,39	0,00
1.9.1.2.1.01 (429)	O	ARRECADAÇÃO REALIZADA POR FONTE	61.751,72D	33.059,39	0,00	94.811,11D
1.9.1.2.1.99 (431)	O	(R) OUTRAS ARRECADAÇÕES	61.751,72C	0,00	33.059,39	94.811,11C
1.9.2		FIXAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA	1.941.000,00D	0,00	0,00	1.941.000,00D
1.9.2.1		DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	1.941.000,00D	0,00	0,00	1.941.000,00D
1.9.2.1.1		DOTAÇÃO INICIAL	1.940.000,00D	0,00	0,00	1.940.000,00D
1.9.2.1.1.01		CRÉDITO INICIAL	1.255.000,00D	0,00	0,00	1.255.000,00D
1.9.2.1.1.01.01 (436)	O	ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO	1.255.000,00D	0,00	0,00	1.255.000,00D
1.9.2.1.1.03		CRÉDITO INICIAL - SUPLEMENTAR	685.000,00D	0,00	0,00	685.000,00D
1.9.2.1.1.03.01 (441)	O	ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO	685.000,00D	0,00	0,00	685.000,00D
1.9.2.1.3		DOTAÇÃO ESPECIAL	21.000,00D	0,00	0,00	21.000,00D
1.9.2.1.3.01		CRÉDITOS ESPECIAIS ABERTOS - EXERCÍCIO	21.000,00D	0,00	0,00	21.000,00D
1.9.2.1.3.01.01 (455)	O	CRÉDITOS ESPECIAIS	21.000,00D	0,00	0,00	21.000,00D
1.9.2.1.9		DOTAÇÃO CANCELADA/REMANEJADA	20.000,00C	0,00	0,00	20.000,00C
1.9.2.1.9.02		ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA	20.000,00C	0,00	0,00	20.000,00C
1.9.2.1.9.02.09 (479)	O	(R) REDUÇÃO	20.000,00C	0,00	0,00	20.000,00C
1.9.3		EXECUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA	80.666,22D	109.139,26	76.079,87	113.725,61D
1.9.3.2		DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	80.666,22D	109.139,26	76.079,87	113.725,61D
1.9.3.2.9		OUTRAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	80.666,22D	109.139,26	76.079,87	113.725,61D
1.9.3.2.9.02		DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS	80.666,22D	109.139,26	76.079,87	113.725,61D
1.9.3.2.9.02.01 (9338)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-A UTILIZAR	662.898,81C	35.684,18	27.103,29	654.317,92C
1.9.3.2.9.02.02 (9339)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-COMPROMETID	709.536,56D	27.510,39	48.569,48	688.477,47D

**Santa Catarina****CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete de Verificação - 2011

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Abril

Página: 2/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1.9.3.2.9.02.03 (9340)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-UTILIZADA	34.028,47D	45.944,69	407,10	79.566,06D
1.9.9		COMPENSAÇÕES ATIVAS DIVERSAS	1.000,00D	1.500,00	1.000,00	1.500,00D
1.9.9.1		RESPONSABILIDADES POR VALORES, TÍTULOS E BENS	1.000,00D	1.500,00	1.000,00	1.500,00D
1.9.9.1.1		RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	1.000,00D	1.500,00	1.000,00	1.500,00D
1.9.9.1.1.99		OUTRAS RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	1.000,00D	1.500,00	1.000,00	1.500,00D
1.9.9.1.1.99.00.01		RESPONSÁVEIS POR ADIANTAMENTOS	1.000,00D	1.500,00	1.000,00	1.500,00D
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0001 (11297)	C	SIMONE APARECIDA SANTIAN RALDI	1.000,00D	1.500,00	1.000,00	1.500,00D

**Santa Catarina****CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete de Verificação - 2011

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Abril

Página: 3/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2		PASSIVO	3.316.838,47C	158.656,40	180.694,78	3.338.876,85C
2.1		PASSIVO CIRCULANTE	20.257,75C	47.510,19	35.989,18	8.736,74C
2.1.1		DEPÓSITOS	676,95C	602,94	1.158,40	1.232,41C
2.1.1.1		CONSIGNAÇÕES	676,95C	602,94	1.158,40	1.232,41C
2.1.1.1.1		PREVIDÊNCIA SOCIAL	567,90C	567,90	926,83	926,83C
2.1.1.1.1.02		INSS	567,90C	567,90	926,83	926,83C
2.1.1.1.1.02.00.00.00.0001 (9337)	F	INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	386,91C	386,91	385,55	385,55C
2.1.1.1.1.02.00.00.00.0002 (11317)	F	INSS LIDER MAT. ELÉTRICOS LTDA	180,99C	180,99	541,28	541,28C
2.1.1.1.4		TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	109,05C	35,04	231,57	305,58C
2.1.1.1.4.02		ISS	109,05C	35,04	231,57	305,58C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0001 (11311)	F	ISS A RECOLHER IOMERÊ	4,52C	0,00	37,54	42,06C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0002 (11312)	F	ISS A RECOLHER RIO DAS ANTAS	0,73C	0,00	0,00	0,73C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0003 (11313)	F	ISS A RECOLHER LEBON RÉGIS	0,31C	0,00	15,04	15,35C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0004 (11314)	F	ISS A RECOLHER FRAIBURGO	55,89C	35,04	53,09	73,94C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0005 (11315)	F	ISS A RECOLHER ARROIO TRINTA	44,96C	0,00	4,29	49,25C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0006 (11316)	F	ISS A RECOLHER VIDEIRA	2,64C	0,00	1,60	4,24C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0007 (11320)	F	ISS A RECOLHER CAÇADOR	0,00	0,00	54,37	54,37C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0008 (11321)	F	ISS A RECOLHER SALTO VELOSO	0,00	0,00	20,73	20,73C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0009 (11322)	F	ISS A RECOLHER MATOS COSTA	0,00	0,00	33,81	33,81C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0010 (11323)	F	ISS A RECOLHER CALMON	0,00	0,00	11,10	11,10C
2.1.2		OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	19.580,80C	46.907,25	34.830,78	7.504,33C
2.1.2.1		OBRIGAÇÕES A PAGAR	19.580,80C	46.907,25	34.830,78	7.504,33C
2.1.2.1.1		FORNECEDORES	18.254,28C	45.033,68	29.102,16	2.322,76C
2.1.2.1.1.01		DO EXERCÍCIO	18.254,28C	45.033,68	29.102,16	2.322,76C
2.1.2.1.1.01.00.01		FORNECEDORES DO EXERCÍCIO	18.254,28C	45.033,68	29.102,16	2.322,76C
2.1.2.1.2		PESSOAL A PAGAR	0,00	547,05	4.406,64	3.859,59C
2.1.2.1.2.01		PESSOAL A PAGAR DO EXERCÍCIO	0,00	547,05	4.406,64	3.859,59C
2.1.2.1.3		ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	1.326,52C	1.326,52	1.321,98	1.321,98C
2.1.2.1.3.01		INSS	972,78C	972,78	969,45	969,45C
2.1.2.1.3.01.00.01		INSS DO EXERCÍCIO	972,78C	972,78	969,45	969,45C
2.1.2.1.3.03		FGTS	353,74C	353,74	352,53	352,53C
2.1.2.1.3.03.00.01		FGTS DO EXERCÍCIO	353,74C	353,74	352,53	352,53C
2.4		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18.914,50C	0,00	0,00	18.914,50C
2.4.1		PATRIMONIO/CAPITAL	18.914,50C	0,00	0,00	18.914,50C
2.4.1.1 (1064)	P	PATRIMÔNIO	18.914,50C	0,00	0,00	18.914,50C
2.9		PASSIVO COMPENSADO	3.277.666,22C	111.146,21	144.705,60	3.311.225,61C
2.9.1		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA	1.255.000,00C	0,00	0,00	1.255.000,00C

**Santa Catarina****CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete de Verificação - 2011

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Abril

Página: 4/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2.9.1.1		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA - NATUREZA DA RECEITA	1.255.000,00C	0,00	0,00	1.255.000,00C
2.9.1.1.1 (1080)	O	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA	1.255.000,00C	0,00	0,00	1.255.000,00C
2.9.1.2.1.01 (1085)	O	PREVISÃO INICIAL POR FONTE DE RECURSOS	1.255.000,00C	0,00	0,00	1.255.000,00C
2.9.1.2.1.99 (1089)	O	(R)OUTROS CONTROLES POR FONTE DE RECURSOS	1.255.000,00D	0,00	0,00	1.255.000,00D
2.9.2		EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA	1.941.000,00C	110.146,21	110.146,21	1.941.000,00C
2.9.2.1		DISPONIBILIDADES DE CRÉDITO	1.907.343,52C	109.739,11	64.965,96	1.862.570,37C
2.9.2.1.1 (1092)	O	CRÉDITO DISPONÍVEL	1.197.434,97C	27.103,29	2.624,79	1.172.956,47C
2.9.2.1.3		CRÉDITO UTILIZADO	709.908,55C	82.635,82	62.341,17	689.613,90C
2.9.2.1.3.01 (1100)	O	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	689.278,81C	37.048,47	27.510,39	679.740,73C
2.9.2.1.3.02		CRÉDITO LIQUIDADO	20.629,74C	45.587,35	34.830,78	9.873,17C
2.9.2.1.3.02.01 (1102)	O	CRÉDITO EMPENHADO - LIQUIDADO	20.629,74C	45.587,35	34.830,78	9.873,17C
2.9.2.4		EXECUÇÃO DA DESPESA	33.656,48C	407,10	45.180,25	78.429,63C
2.9.2.4.1		EMISSION DE EMPENHO	33.656,48C	407,10	45.180,25	78.429,63C
2.9.2.4.1.04		EMPENHOS POR CREDOR	33.656,48C	407,10	45.180,25	78.429,63C
2.9.2.4.1.04.03 (1141)	O	VALORES PAGOS	33.656,48C	407,10	45.180,25	78.429,63C
2.9.3		EXECUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA	80.666,22C	0,00	33.059,39	113.725,61C
2.9.3.2		DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	80.666,22C	0,00	33.059,39	113.725,61C
2.9.3.2.9 (9342)	C	Controle das disponibilidades de recursos	80.666,22C	0,00	33.059,39	113.725,61C
2.9.9		COMPENSAÇÕES PASSIVAS DIVERSAS	1.000,00C	1.000,00	1.500,00	1.500,00C
2.9.9.1 (1217)	C	VALORES, TÍTULOS E BENS SOB RESPONSABILIDADE	1.000,00C	1.000,00	1.500,00	1.500,00C

**Santa Catarina**  
**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**  
Balancete de Verificação - 2011

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Abril

Página: 5/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3		DESPEZA	54.286,22D	34.423,68	407,10	88.302,80D
3.3		DESPESAS CORRENTES	54.286,22D	34.423,68	407,10	88.302,80D
3.3.1		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.332,81D	5.728,62	0,00	17.061,43D
3.3.1.9		Aplicacoes Diretas	11.332,81D	5.728,62	0,00	17.061,43D
3.3.1.9.0.11		Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	8.717,58D	4.406,64	0,00	13.124,22D
3.3.1.9.0.11.01 (11299)	F	Vencimentos e Salários	8.717,58D	4.406,64	0,00	13.124,22D
3.3.1.9.0.13		Obrigacoes Patronais	2.615,23D	1.321,98	0,00	3.937,21D
3.3.1.9.0.13.01 (3295)	F	FGTS	697,39D	352,53	0,00	1.049,92D
3.3.1.9.0.13.02 (3296)	F	Contribuições Previdenciárias - INSS	1.917,84D	969,45	0,00	2.887,29D
3.3.3		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	42.953,41D	28.695,06	407,10	71.241,37D
3.3.3.9		Aplicacoes Diretas	42.953,41D	28.695,06	407,10	71.241,37D
3.3.3.9.0.30		Material de Consumo	25.576,86D	14.970,42	400,00	40.147,28D
3.3.3.9.0.30.01 (4557)	F	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	15.825,95D	2.756,06	0,00	18.582,01D
3.3.3.9.0.30.26 (4582)	F	Material Elétrico e Eletrônico	5.796,83D	11.714,36	0,00	17.511,19D
3.3.3.9.0.30.28 (4584)	F	Material de Proteção e Segurança	10,00D	0,00	0,00	10,00D
3.3.3.9.0.30.39 (4595)	F	Material para Manutenção de Veículos	3.148,08D	0,00	0,00	3.148,08D
3.3.3.9.0.30.42 (4598)	F	Ferramentas	396,00D	0,00	0,00	396,00D
3.3.3.9.0.30.96 (4608)	F	Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado	400,00D	500,00	400,00	500,00D
3.3.3.9.0.36		Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	1.000,00D	0,00	0,00	1.000,00D
3.3.3.9.0.36.15 (4649)	F	Locação de Imóveis	1.000,00D	0,00	0,00	1.000,00D
3.3.3.9.0.39		Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	16.376,55D	13.724,64	7,10	30.094,09D
3.3.3.9.0.39.08 (4705)	F	Manutenção de Software	2.150,00D	0,00	0,00	2.150,00D
3.3.3.9.0.39.11 (4708)	F	Locação de Softwares	5.024,30D	466,20	0,00	5.490,50D
3.3.3.9.0.39.17 (4713)	F	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	1.229,83D	0,00	0,00	1.229,83D
3.3.3.9.0.39.41 (4730)	F	Fornecimento de Alimentação	495,00D	0,00	0,00	495,00D
3.3.3.9.0.39.58 (4746)	F	Serviços de Telecomunicações	0,00	98,13	0,00	98,13D
3.3.3.9.0.39.63 (4751)	F	Serviços Gráficos e Editoriais	1.168,00D	0,00	0,00	1.168,00D
3.3.3.9.0.39.80 (4768)	F	Hospedagens	988,00D	0,00	0,00	988,00D
3.3.3.9.0.39.81 (4769)	F	Serviços Bancários	103,00D	110,50	0,00	213,50D
3.3.3.9.0.39.96 (4780)	F	Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec	600,00D	1.000,00	7,10	1.592,90D
3.3.3.9.0.39.97 (4781)	F	Despesas de Teleprocessamento	300,00D	0,00	0,00	300,00D
3.3.3.9.0.39.99 (4782)	F	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	4.318,42D	12.049,81	0,00	16.368,23D



**Santa Catarina**  
**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**  
Balancete de Verificação - 2011

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Abril

Página: 6/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4		RECEITAS	61.751,72C	0,00	33.059,39	94.811,11C
4.1		RECEITAS CORRENTES	61.751,72C	0,00	33.059,39	94.811,11C
4.1.7		TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	61.333,35C	0,00	32.897,89	94.231,24C
4.1.7.2		TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	61.333,35C	0,00	32.897,89	94.231,24C
4.1.7.2.3		TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	61.333,35C	0,00	32.897,89	94.231,24C
4.1.7.2.3.37		Transferências a Consórcios Públicos	61.333,35C	0,00	32.897,89	94.231,24C
4.1.7.2.3.37.05		ARROIO TRINTA	0,00	0,00	9.407,89	9.407,89C
4.1.7.2.3.37.05.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	0,00	0,00	9.407,89	9.407,89C
4.1.7.2.3.37.05.01.01		Manutenção do CINCO	0,00	0,00	850,00	850,00C
4.1.7.2.3.37.05.01.01.3300 (9328)	F	Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	718,40	718,40C
4.1.7.2.3.37.05.01.01.4400 (9329)	F	Investimentos	0,00	0,00	131,60	131,60C
4.1.7.2.3.37.05.01.03		Iluminação Pública	0,00	0,00	8.557,89	8.557,89C
4.1.7.2.3.37.05.01.03.3100 (10244)	F	Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	368,44	368,44C
4.1.7.2.3.37.05.01.03.3300 (11116)	F	Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	8.189,45	8.189,45C
4.1.7.2.3.37.19		FRAIBURGO	23.840,00C	0,00	14.360,00	38.200,00C
4.1.7.2.3.37.19.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	23.840,00C	0,00	14.360,00	38.200,00C
4.1.7.2.3.37.19.01.01		Manutenção do CINCO	1.530,00C	0,00	1.020,00	2.550,00C
4.1.7.2.3.37.19.01.01.3300 (11152)	F	Outras Despesas Correntes	1.293,15C	0,00	862,10	2.155,25C
4.1.7.2.3.37.19.01.01.4400 (11153)	F	Investimentos	236,85C	0,00	157,90	394,75C
4.1.7.2.3.37.19.01.02		Serviços de Máquinas	8.400,00C	0,00	0,00	8.400,00C
4.1.7.2.3.37.19.01.02.3300 (11156)	F	Outras Despesas Correntes	8.400,00C	0,00	0,00	8.400,00C
4.1.7.2.3.37.19.01.03		Iluminação Pública	13.910,00C	0,00	13.340,00	27.250,00C
4.1.7.2.3.37.19.01.03.3100 (11159)	F	Pessoal e Encargos Sociais	828,96C	0,00	552,64	1.381,60C
4.1.7.2.3.37.19.01.03.3300 (11160)	F	Outras Despesas Correntes	13.081,04C	0,00	12.787,36	25.868,40C
4.1.7.2.3.37.24		IOMERÊ	18.400,00C	0,00	850,00	19.250,00C
4.1.7.2.3.37.24.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	18.400,00C	0,00	850,00	19.250,00C
4.1.7.2.3.37.24.01.01		Manutenção do CINCO	0,00	0,00	850,00	850,00C
4.1.7.2.3.37.24.01.01.3300 (11180)	F	Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	718,40	718,40C
4.1.7.2.3.37.24.01.01.4400 (11181)	F	Investimentos	0,00	0,00	131,60	131,60C
4.1.7.2.3.37.24.01.02		Serviços de Máquinas	18.400,00C	0,00	0,00	18.400,00C
4.1.7.2.3.37.24.01.02.3100 (11183)	F	Pessoal e Encargos Sociais	4.420,00C	0,00	0,00	4.420,00C
4.1.7.2.3.37.24.01.02.3300 (11184)	F	Outras Despesas Correntes	13.580,00C	0,00	0,00	13.580,00C
4.1.7.2.3.37.24.01.02.4400 (11185)	F	Investimentos	400,00C	0,00	0,00	400,00C
4.1.7.2.3.37.60		VIDEIRA	19.093,35C	0,00	8.280,00	27.373,35C
4.1.7.2.3.37.60.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	19.093,35C	0,00	8.280,00	27.373,35C
4.1.7.2.3.37.60.01.01		Manutenção do CINCO	3.145,28C	0,00	510,00	3.655,28C
4.1.7.2.3.37.60.01.01.3300 (11278)	F	Outras Despesas Correntes	1.724,20C	0,00	431,05	2.155,25C

**Santa Catarina**  
**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**  
Balancete de Verificação - 2011

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Abril

Página: 7/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4.1.7.2.3.37.60.01.01.4400 (11279)	F	Investimentos	1.421,08C	0,00	78,95	1.500,03C
4.1.7.2.3.37.60.01.03		Iluminação Pública	15.948,07C	0,00	7.770,00	23.718,07C
4.1.7.2.3.37.60.01.03.3100 (11285)	F	Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	276,32	276,32C
4.1.7.2.3.37.60.01.03.3300 (11286)	F	Outras Despesas Correntes	15.948,07C	0,00	7.493,68	23.441,75C
4.1.9		OUTRAS RECEITAS CORRENTES	418,37C	0,00	161,50	579,87C
4.1.9.1		Multas e Juros de Mora	418,36C	0,00	0,00	418,36C
4.1.9.1.9		Multas de Outras Origens	418,36C	0,00	0,00	418,36C
4.1.9.1.9.27 (10680)	F	Multas e Juros Previstos em Contratos	418,36C	0,00	0,00	418,36C
4.1.9.2		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	161,50	161,50C
4.1.9.2.2		RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	161,50	161,50C
4.1.9.2.2.99 (10721)	F	Outras Restituicoes	0,00	0,00	161,50	161,50C
4.1.9.9		RECEITAS DIVERSAS	0,01C	0,00	0,00	0,01C
4.1.9.9.0.99 (10878)	F	Outras Receitas	0,01C	0,00	0,00	0,01C

**Santa Catarina**  
**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete de Verificação - 2011

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Abril

Página: 8/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
5		RESULTADO DIMINUTIVO DO EXERCÍCIO	18.914,50D	0,00	0,00	18.914,50D
5.2		RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	18.914,50D	0,00	0,00	18.914,50D
5.2.2		INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	18.914,50D	0,00	0,00	18.914,50D
5.2.2.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS A CRÉDITO	18.914,50D	0,00	0,00	18.914,50D
5.2.2.3.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS PRÓPRIOS	18.914,50D	0,00	0,00	18.914,50D
5.2.2.3.3.07		AJUSTE DE SISTEMAS CONTÁBEIS	18.914,50D	0,00	0,00	18.914,50D
5.2.2.3.3.07.03 (1286)	P	AJUSTE DE SISTEMAS CONTÁBEIS - NÃO FINANCEIRO	18.914,50D	0,00	0,00	18.914,50D

**Santa Catarina****CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete de Verificação - 2011

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Abril

Página: 9/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
6		RESULTADO AUMENTATIVO DO EXERCÍCIO	18.914,50C	0,00	0,00	18.914,50C
6.2		RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	18.914,50C	0,00	0,00	18.914,50C
6.2.2		INTERFERÊNCIAS ATIVAS	18.914,50C	0,00	0,00	18.914,50C
6.2.2.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS A DÉBITO	18.914,50C	0,00	0,00	18.914,50C
6.2.2.3.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS PRÓPRIOS	18.914,50C	0,00	0,00	18.914,50C
6.2.2.3.3.07		AJUSTES DE SISTEMAS CONTÁBEIS	18.914,50C	0,00	0,00	18.914,50C
6.2.2.3.3.07.04 (1472)	F	AJUSTES DE SISTEMAS CONTÁBEIS - FINANCEIROS	18.914,50C	0,00	0,00	18.914,50C



**Santa Catarina**  
**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**  
Balancete de Verificação - 2011

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Abril

Página: 10/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
9		DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL:				403.143,11	403.143,11	

Fraiburgo, 25/05/2011

\_\_\_\_\_  
Nelmar Pinz  
Presidente

\_\_\_\_\_  
Elói Ronnau  
Diretor Executivo

\_\_\_\_\_  
Moisés Amadeu Patricio  
Contador CRC/SC nº 018341/O-7



Betha Sistemas

Exercício de 2011

Abril

**Santa Catarina****CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete do Razão

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até mês anterior	Do mês	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
ATIVO	37.829,00	4.242.567,89	210.063,03	4.452.630,92	3.345.385,16
	0,00	956.092,92	188.981,84	1.145.074,76	0,00
ATIVO CIRCULANTE	18.914,50	61.751,71	33.304,99	95.056,70	34.159,55
	0,00	34.028,46	45.783,19	79.811,65	0,00
ATIVO COMPENSADO	18.914,50	4.180.816,18	176.758,04	4.357.574,22	3.311.225,61
	0,00	922.064,46	143.198,65	1.065.263,11	0,00
PASSIVO	0,00	3.462.552,65	158.656,40	3.621.209,05	0,00
	37.829,00	6.741.562,12	180.694,78	6.922.256,90	3.338.876,85
PASSIVO CIRCULANTE	0,00	35.077,40	47.510,19	82.587,59	0,00
	0,00	55.335,15	35.989,18	91.324,33	8.736,74
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	18.914,50	0,00	0,00	0,00	18.914,50
PASSIVO COMPENSADO	0,00	3.427.475,25	111.146,21	3.538.621,46	0,00
	18.914,50	6.686.226,97	144.705,60	6.830.932,57	3.311.225,61
DESPESA	0,00	54.286,22	34.423,68	88.709,90	88.302,80
	0,00	0,00	407,10	407,10	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	54.286,22	34.423,68	88.709,90	88.302,80
	0,00	0,00	407,10	407,10	0,00
RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	61.751,72	33.059,39	94.811,11	94.811,11
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	61.751,72	33.059,39	94.811,11	94.811,11
RESULTADO DIMINUTIVO DO EXERCÍCIO	18.914,50	0,00	0,00	0,00	18.914,50
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	18.914,50	0,00	0,00	0,00	18.914,50
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO AUMENTATIVO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	18.914,50	0,00	0,00	0,00	18.914,50
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	18.914,50	0,00	0,00	0,00	18.914,50
Totais	56.743,50	7.759.406,76	403.143,11	8.162.549,87	3.452.602,46
	56.743,50	7.759.406,76	403.143,11	8.162.549,87	3.452.602,46

Fraiburgo, 25/05/2011

Nelmar Pinz  
Presidente

Elói Ronnau  
Diretor Executivo

Moisés Amadeu Patricio  
Contador CRC/SC nº 018341/O-7

**Santa Catarina****CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Abril/2011

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	33.059,39	Despesa Orçamentária	34.016,58
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	32.897,89	Despesas exceto Intra-orçamentárias	34.016,58
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	161,50	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.728,62
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	28.287,96
Receita Extra - Orçamentária	35.989,18	Despesa Extra - Orçamentária	47.510,19
DEPÓSITOS	1.158,40	DEPÓSITOS	602,94
CONSIGNAÇÕES	1.158,40	CONSIGNAÇÕES	602,94
PREVIDÊNCIA SOCIAL	926,83	PREVIDÊNCIA SOCIAL	567,90
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	231,57	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	35,04
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	34.830,78	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	46.907,25
OBRIGAÇÕES A PAGAR	34.830,78	OBRIGAÇÕES A PAGAR	46.907,25
FORNECEDORES	29.102,16	FORNECEDORES	45.033,68
PESSOAL A PAGAR	4.406,64	PESSOAL A PAGAR	547,05
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	1.321,98	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	1.326,52
Saldos anteriores	46.637,75	Saldos atuais	34.159,55
BANCO C/ MOVIMENTO	46.637,75	BANCO C/ MOVIMENTO	34.159,55
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	115.686,32	Total	115.686,32

Fraiburgo, 25/05/2011

Nelmar Pinz  
Presidente

Elói Ronnau  
Diretor Executivo

Moisés Amadeu Patricio  
Contador CRC/SC nº 018341/O-7

**Santa Catarina****CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Período: Abril

Página 1 de 4

Entidade : CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Códigos	Especificações	Créditos				Despesa Empenhada		Saldos
		Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período	
01	CONSORCIO PÚBLICO	1.251.000,00	706.000,00	20.000,00	1.937.000,00	24.478,50	768.043,53	1.168.956,47
01.01.0	CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	1.200.000,00	706.000,00	20.000,00	1.886.000,00	24.478,50	768.043,53	1.117.956,47
01.01.04	Administração	107.000,00	20.000,00	20.000,00	107.000,00	1.092,90	21.817,00	85.183,00
01.01.04.122	Administração Geral	107.000,00	20.000,00	20.000,00	107.000,00	1.092,90	21.817,00	85.183,00
01.01.04.122.0001	Desenvolvimento Regional	107.000,00	20.000,00	20.000,00	107.000,00	1.092,90	21.817,00	85.183,00
04.122.0001.2.001	MANUTENÇÃO DO CINCO	55.000,00	20.000,00	20.000,00	55.000,00	1.092,90	21.817,00	33.183,00
3.1.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	25.000,00	0,00	20.000,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	-407,10	892,90	1.107,10
3.3.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	15.000,00	19.000,00	0,00	34.000,00	1.500,00	20.924,10	13.075,90
4.4.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1292	Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	5.000,00	1.000,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
04.122.0001.2.002	DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	52.000,00	0,00	0,00	52.000,00	0,00	0,00	52.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00
01.01.13	Cultura	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
01.01.13.392	Difusão Cultural	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
01.01.13.392.0001	Desenvolvimento Regional	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
13.392.0001.2.003	DESENVOLVIMENTO DA CULTURA	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00
01.01.15	Urbanismo	216.000,00	686.000,00	0,00	902.000,00	1.435,21	671.473,64	230.526,36
01.01.15.451	Infra-Estrutura Urbana	192.000,00	0,00	0,00	192.000,00	0,00	0,00	192.000,00
01.01.15.451.0001	Desenvolvimento Regional	192.000,00	0,00	0,00	192.000,00	0,00	0,00	192.000,00
15.451.0001.1.002	CONSTRUÇÃO/REFORMA DE OBRAS PÚBLICAS	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
15.451.0001.1.003	IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL E VE	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
15.451.0001.1.004	PAVIMENTAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE RUAS, AVENIDAS E I	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
15.451.0001.2.004	DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA	52.000,00	0,00	0,00	52.000,00	0,00	0,00	52.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00

**Santa Catarina****CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Período: Abril

Página 2 de 4

Entidade : CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Códigos	Especificações	Créditos				Despesa Empenhada		Saldos
		Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período	
01	CONSORCIO PÚBLICO	1.251.000,00	706.000,00	20.000,00	1.937.000,00	24.478,50	768.043,53	1.168.956,47
01.01.0	CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	1.200.000,00	706.000,00	20.000,00	1.886.000,00	24.478,50	768.043,53	1.117.956,47
01.01.15	Urbanismo	216.000,00	686.000,00	0,00	902.000,00	1.435,21	671.473,64	230.526,36
01.01.15.452	Serviços Urbanos	24.000,00	686.000,00	0,00	710.000,00	1.435,21	671.473,64	38.526,36
01.01.15.452.0001	Desenvolvimento Regional	24.000,00	686.000,00	0,00	710.000,00	1.435,21	671.473,64	38.526,36
15.452.0001.2.005	DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS URBANOS	24.000,00	686.000,00	0,00	710.000,00	1.435,21	671.473,64	38.526,36
3.1.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	0,00	21.000,00	0,00	21.000,00	1.435,21	4.305,64	16.694,36
3.3.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	18.000,00	665.000,00	0,00	683.000,00	0,00	667.168,00	15.832,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
01.01.20	Agricultura	767.000,00	0,00	0,00	767.000,00	21.950,39	74.752,89	692.247,11
01.01.20.606	Extensão Rural	767.000,00	0,00	0,00	767.000,00	21.950,39	74.752,89	692.247,11
01.01.20.606.0001	Desenvolvimento Regional	767.000,00	0,00	0,00	767.000,00	21.950,39	74.752,89	692.247,11
20.606.0001.1.006	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS	310.000,00	0,00	0,00	310.000,00	0,00	0,00	310.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1290	Aplicacoes Diretas	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
20.606.0001.1.007	CONSTRUÇÃO/REFORMAS DE PONTES E PONTILHÕES	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00
20.606.0001.1.008	PAVIMENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
20.606.0001.2.008	DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO RURAL	332.000,00	0,00	0,00	332.000,00	21.950,39	74.752,89	257.247,11
3.1.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	1.933,23	38.066,77
3.1.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	4.293,41	10.822,56	19.177,44
3.3.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	104,80	149.895,20
3.3.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	90.000,00	0,00	0,00	90.000,00	17.656,98	61.892,30	28.107,70
4.4.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00
01.01.23	Comércio e Serviços	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00
01.01.23.691	Promoção Comercial	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00
01.01.23.691.0001	Desenvolvimento Regional	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00
23.691.0001.1.011	IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO TURISTICA	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
23.691.0001.2.009	DESENVOLVIMENTO DA PROMOÇÃO COMERCIAL	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00

**Santa Catarina****CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Período: Abril

Página 3 de 4

Entidade : CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Códigos	Especificações	Créditos				Despesa Empenhada		Saldos
		Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período	
01	CONSÓRCIO PÚBLICO	1.251.000,00	706.000,00	20.000,00	1.937.000,00	24.478,50	768.043,53	1.168.956,47
01.01.0	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	1.200.000,00	706.000,00	20.000,00	1.886.000,00	24.478,50	768.043,53	1.117.956,47
01.01.23	Comércio e Serviços	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00
01.01.23.695	Turismo	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
01.01.23.695.0001	Desenvolvimento Regional	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
23.695.0001.2.010	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
23.695.0001.2.011	DESENVOLVIMENTO DE EVENTOS FEIRAS E EXPOSIÇÕES	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
01.01.27	Desporto e Lazer	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
01.01.27.812	Desporto Comunitário	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
01.01.27.812.0001	Desenvolvimento Regional	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
27.812.0001.2.012	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER COMUNITÁRIO	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
01.02.0	ENCARGOS GERAIS DO CINCO	51.000,00	0,00	0,00	51.000,00	0,00	0,00	51.000,00
01.02.28	Encargos Especiais	51.000,00	0,00	0,00	51.000,00	0,00	0,00	51.000,00
01.02.28.843	Serviço da Dívida Interna	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00
01.02.28.843.0000	Encargos Especiais	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00
28.843.0000.0.100	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA FUNDADA	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00
3.2.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
3.2.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
01.02.28.846	Outros Encargos Especiais	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00
01.02.28.846.0000	Encargos Especiais	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00
28.846.0000.0.300	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
28.846.0000.0.400	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00



**Santa Catarina****CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Período: Abril

Página 4 de 4

Entidade : CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Códigos	Especificações	Créditos				Despesa Empenhada		Saldos
		Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período	
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
99.99.0	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
99.99.99	Reserva de Contingência	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
99.99.99.999	Reserva de Contingência	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
99.99.99.999.0002	Reserva de Contingência	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
99.999.0002.9.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00.1200	RESERVA DE CONTINGENCIA	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00.1300	RESERVA DE CONTINGENCIA	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Total por Entidade :		1.255.000,00	706.000,00	20.000,00	1.941.000,00	24.478,50	768.043,53	1.172.956,47
Total Geral :		1.255.000,00	706.000,00	20.000,00	1.941.000,00	24.478,50	768.043,53	1.172.956,47

Fraiburgo, 25/05/2011

\_\_\_\_\_  
 Nelmar Pinz  
 Presidente

\_\_\_\_\_  
 Elói Ronnau  
 Diretor Executivo

\_\_\_\_\_  
 Moisés Amadeu Patricio  
 Contador CRC/SC nº 018341/O-7

**Santa Catarina**

Betha Sistemas

**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Exercício de 2011

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada

Período: Abril

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Títulos		Orçada	Arrecadada		Diferenças	
			No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	940.100,00	33.059,39	94.811,11	10.769,32	856.058,21
1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	1.100,00	0,00	0,00	0,00	1.100,00
1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS	600,00	0,00	0,00	0,00	600,00
1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	600,00	0,00	0,00	0,00	600,00
1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualqu	600,00	0,00	0,00	0,00	600,00
1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
1.1.1.2.04.34.00.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
1.1.2.2.00.00.00.00.00	Tx pela Prestacao de Servicos	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	300,00	0,00	0,00	0,00	300,00
1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	300,00	0,00	0,00	0,00	300,00
1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	300,00	0,00	0,00	0,00	300,00
1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Dep Banc de Rec Vincu	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00
1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remuneração de Outros Dep Banc Recu	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00
1.3.2.5.01.99.01.00.00	Remuneração Dep. Bancários - Municipi	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
1.3.2.5.01.99.02.00.00	Remuneração de Dep Bancários - Alienz	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Dep. Banc. de Rec. Nãc	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de Outros Dep Recursos	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	280.800,00	0,00	0,00	0,00	280.800,00
1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serv. Administrativos	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
1.6.0.0.13.02.00.00.00	Serv. de Venda de Editais	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1.6.0.0.13.99.00.00.00	Outros Serv. Administrativos	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
1.6.0.0.19.00.00.00.00	Serv. Recreativos e Culturais	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
1.6.0.0.20.00.00.00.00	Serv. Consultoria, Assist.Tecnica e Analis	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1.6.0.0.20.01.00.00.00	Serv. Consultoria, Assist.Tecnica e Analis	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	277.800,00	0,00	0,00	0,00	277.800,00
1.6.0.0.99.01.00.00.00	Outros Serviços - Horas Máquinas	277.800,00	0,00	0,00	0,00	277.800,00
1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	657.900,00	32.897,89	94.231,24	10.189,45	573.858,21
1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	657.900,00	32.897,89	94.231,24	10.189,45	573.858,21
1.7.2.3.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	657.900,00	32.897,89	94.231,24	10.189,45	573.858,21
1.7.2.3.37.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	657.900,00	32.897,89	94.231,24	10.189,45	573.858,21
1.7.2.3.37.05.00.00.00	ARROIO TRINTA	30.000,00	9.407,89	9.407,89	1.189,45	21.781,56
1.7.2.3.37.05.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	30.000,00	9.407,89	9.407,89	1.189,45	21.781,56
1.7.2.3.37.05.01.01.00	Manutenção do CINCO	8.000,00	850,00	850,00	0,00	7.150,00
1.7.2.3.37.05.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
1.7.2.3.37.05.01.01.33	Outras Despesas Correntes	4.000,00	718,40	718,40	0,00	3.281,60
1.7.2.3.37.05.01.01.44	Investimentos	2.000,00	131,60	131,60	0,00	1.868,40
1.7.2.3.37.05.01.02.00	Serviços de Máquinas	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
1.7.2.3.37.05.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
1.7.2.3.37.05.01.02.33	Outras Despesas Correntes	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
1.7.2.3.37.05.01.02.44	Investimentos	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
1.7.2.3.37.05.01.03.00	Iluminação Pública	11.000,00	8.557,89	8.557,89	1.189,45	3.631,56
1.7.2.3.37.05.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	368,44	368,44	0,00	1.631,56
1.7.2.3.37.05.01.03.33	Outras Despesas Correntes	7.000,00	8.189,45	8.189,45	1.189,45	0,00
1.7.2.3.37.05.01.03.44	Investimentos	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
1.7.2.3.37.09.00.00.00	CAÇADOR	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
1.7.2.3.37.09.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
1.7.2.3.37.09.01.01.00	Manutenção do CINCO	26.000,00	0,00	0,00	0,00	26.000,00
1.7.2.3.37.09.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
1.7.2.3.37.09.01.01.33	Outras Despesas Correntes	14.000,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00
1.7.2.3.37.09.01.01.44	Investimentos	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
1.7.2.3.37.09.01.02.00	Serviços de Máquinas	47.000,00	0,00	0,00	0,00	47.000,00
1.7.2.3.37.09.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
1.7.2.3.37.09.01.02.33	Outras Despesas Correntes	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00
1.7.2.3.37.09.01.02.44	Investimentos	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
1.7.2.3.37.09.01.03.00	Iluminação Pública	47.000,00	0,00	0,00	0,00	47.000,00
1.7.2.3.37.09.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
1.7.2.3.37.09.01.03.33	Outras Despesas Correntes	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00
1.7.2.3.37.09.01.03.44	Investimentos	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
1.7.2.3.37.10.00.00.00	CALMON	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
1.7.2.3.37.10.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
1.7.2.3.37.10.01.01.00	Manutenção do CINCO	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
1.7.2.3.37.10.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
1.7.2.3.37.10.01.01.33	Outras Despesas Correntes	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
1.7.2.3.37.10.01.01.44	Investimentos	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00

**Santa Catarina**

Betha Sistemas

**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Exercício de 2011

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada

Período: Abril

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Títulos	Orçada	Arrecadada		Diferenças	
		No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
1.7.2.3.37.10.01.02.00	Serviços de Máquinas	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00
1.7.2.3.37.10.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
1.7.2.3.37.10.01.02.33	Outras Despesas Correntes	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
1.7.2.3.37.10.01.02.44	Investimentos	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
1.7.2.3.37.10.01.03.00	Iluminação Pública	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00
1.7.2.3.37.10.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
1.7.2.3.37.10.01.03.33	Outras Despesas Correntes	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
1.7.2.3.37.10.01.03.44	Investimentos	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
1.7.2.3.37.19.00.00.00	FRAIBURGO	117.900,00	14.360,00	38.200,00	0,00
1.7.2.3.37.19.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	117.900,00	14.360,00	38.200,00	0,00
1.7.2.3.37.19.01.01.00	Manutenção do CINCO	23.900,00	1.020,00	2.550,00	0,00
1.7.2.3.37.19.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	6.000,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.3.37.19.01.01.33	Outras Despesas Correntes	11.900,00	862,10	2.155,25	0,00
1.7.2.3.37.19.01.01.44	Investimentos	6.000,00	157,90	394,75	0,00
1.7.2.3.37.19.01.02.00	Serviços de Máquinas	47.000,00	0,00	8.400,00	0,00
1.7.2.3.37.19.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	6.000,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.3.37.19.01.02.33	Outras Despesas Correntes	35.000,00	0,00	8.400,00	0,00
1.7.2.3.37.19.01.02.44	Investimentos	6.000,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.3.37.19.01.03.00	Iluminação Pública	47.000,00	13.340,00	27.250,00	0,00
1.7.2.3.37.19.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	6.000,00	552,64	1.381,60	0,00
1.7.2.3.37.19.01.03.33	Outras Despesas Correntes	35.000,00	12.787,36	25.868,40	0,00
1.7.2.3.37.19.01.03.44	Investimentos	6.000,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.3.37.22.00.00.00	BIAM	30.000,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.3.37.22.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	30.000,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.3.37.22.01.01.00	Manutenção do CINCO	8.000,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.3.37.22.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.3.37.22.01.01.33	Outras Despesas Correntes	4.000,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.3.37.22.01.01.44	Investimentos	2.000,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.3.37.22.01.02.00	Serviços de Máquinas	11.000,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.3.37.22.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.3.37.22.01.02.33	Outras Despesas Correntes	7.000,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.3.37.22.01.02.44	Investimentos	2.000,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.3.37.22.01.03.00	Iluminação Pública	11.000,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.3.37.22.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.3.37.22.01.03.33	Outras Despesas Correntes	7.000,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.3.37.22.01.03.44	Investimentos	2.000,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.3.37.24.00.00.00	IOMERÊ	30.000,00	850,00	19.250,00	9.000,00
1.7.2.3.37.24.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	30.000,00	850,00	19.250,00	9.000,00
1.7.2.3.37.24.01.01.00	Manutenção do CINCO	8.000,00	850,00	850,00	0,00
1.7.2.3.37.24.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.3.37.24.01.01.33	Outras Despesas Correntes	4.000,00	718,40	718,40	0,00
1.7.2.3.37.24.01.01.44	Investimentos	2.000,00	131,60	131,60	0,00
1.7.2.3.37.24.01.02.00	Serviços de Máquinas	11.000,00	0,00	18.400,00	9.000,00
1.7.2.3.37.24.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	0,00	4.420,00	2.420,00
1.7.2.3.37.24.01.02.33	Outras Despesas Correntes	7.000,00	0,00	13.580,00	6.580,00
1.7.2.3.37.24.01.02.44	Investimentos	2.000,00	0,00	400,00	0,00
1.7.2.3.37.24.01.03.00	Iluminação Pública	11.000,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.3.37.24.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.3.37.24.01.03.33	Outras Despesas Correntes	7.000,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.3.37.24.01.03.44	Investimentos	2.000,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.3.37.33.00.00.00	LEBON RÉGIS	30.000,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.3.37.33.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	30.000,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.3.37.33.01.01.00	Manutenção do CINCO	8.000,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.3.37.33.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.3.37.33.01.01.33	Outras Despesas Correntes	4.000,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.3.37.33.01.01.44	Investimentos	2.000,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.3.37.33.01.02.00	Serviços de Máquinas	11.000,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.3.37.33.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.3.37.33.01.02.33	Outras Despesas Correntes	7.000,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.3.37.33.01.02.44	Investimentos	2.000,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.3.37.33.01.03.00	Iluminação Pública	11.000,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.3.37.33.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.3.37.33.01.03.33	Outras Despesas Correntes	7.000,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.3.37.33.01.03.44	Investimentos	2.000,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.3.37.36.00.00.00	MACIEIRA	30.000,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.3.37.36.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	30.000,00	0,00	0,00	0,00

**Santa Catarina**

Betha Sistemas

**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Exercício de 2011

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada

Período: Abril

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Títulos	Orçada	Arrecadada		Diferenças	
		No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
1.7.2.3.37.36.01.01.00	Manutenção do CINCO	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00
1.7.2.3.37.36.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
1.7.2.3.37.36.01.01.33	Outras Despesas Correntes	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
1.7.2.3.37.36.01.01.44	Investimentos	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
1.7.2.3.37.36.01.02.00	Serviços de Máquinas	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00
1.7.2.3.37.36.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
1.7.2.3.37.36.01.02.33	Outras Despesas Correntes	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
1.7.2.3.37.36.01.02.44	Investimentos	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
1.7.2.3.37.36.01.03.00	Iluminação Pública	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00
1.7.2.3.37.36.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
1.7.2.3.37.36.01.03.33	Outras Despesas Correntes	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
1.7.2.3.37.36.01.03.44	Investimentos	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
1.7.2.3.37.38.00.00.00	MATOS COSTA	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
1.7.2.3.37.38.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
1.7.2.3.37.38.01.01.00	Manutenção do CINCO	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00
1.7.2.3.37.38.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
1.7.2.3.37.38.01.01.33	Outras Despesas Correntes	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
1.7.2.3.37.38.01.01.44	Investimentos	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
1.7.2.3.37.38.01.02.00	Serviços de Máquinas	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00
1.7.2.3.37.38.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
1.7.2.3.37.38.01.02.33	Outras Despesas Correntes	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
1.7.2.3.37.38.01.02.44	Investimentos	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
1.7.2.3.37.38.01.03.00	Iluminação Pública	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00
1.7.2.3.37.38.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
1.7.2.3.37.38.01.03.33	Outras Despesas Correntes	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
1.7.2.3.37.38.01.03.44	Investimentos	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
1.7.2.3.37.43.00.00.00	PINHEIRO PRETO	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
1.7.2.3.37.43.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
1.7.2.3.37.43.01.01.00	Manutenção do CINCO	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00
1.7.2.3.37.43.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
1.7.2.3.37.43.01.01.33	Outras Despesas Correntes	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
1.7.2.3.37.43.01.01.44	Investimentos	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
1.7.2.3.37.43.01.02.00	Serviços de Máquinas	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00
1.7.2.3.37.43.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
1.7.2.3.37.43.01.02.33	Outras Despesas Correntes	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
1.7.2.3.37.43.01.02.44	Investimentos	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
1.7.2.3.37.43.01.03.00	Iluminação Pública	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00
1.7.2.3.37.43.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
1.7.2.3.37.43.01.03.33	Outras Despesas Correntes	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
1.7.2.3.37.43.01.03.44	Investimentos	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
1.7.2.3.37.49.00.00.00	RIO DAS ANTAS	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
1.7.2.3.37.49.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
1.7.2.3.37.49.01.01.00	Manutenção do CINCO	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00
1.7.2.3.37.49.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
1.7.2.3.37.49.01.01.33	Outras Despesas Correntes	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
1.7.2.3.37.49.01.01.44	Investimentos	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
1.7.2.3.37.49.01.02.00	Serviços de Máquinas	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00
1.7.2.3.37.49.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
1.7.2.3.37.49.01.02.33	Outras Despesas Correntes	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
1.7.2.3.37.49.01.02.44	Investimentos	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
1.7.2.3.37.49.01.03.00	Iluminação Pública	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00
1.7.2.3.37.49.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
1.7.2.3.37.49.01.03.33	Outras Despesas Correntes	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
1.7.2.3.37.49.01.03.44	Investimentos	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
1.7.2.3.37.50.00.00.00	SALTO VELOSO	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
1.7.2.3.37.50.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
1.7.2.3.37.50.01.01.00	Manutenção do CINCO	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00
1.7.2.3.37.50.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
1.7.2.3.37.50.01.01.33	Outras Despesas Correntes	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
1.7.2.3.37.50.01.01.44	Investimentos	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
1.7.2.3.37.50.01.02.00	Serviços de Máquinas	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00
1.7.2.3.37.50.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
1.7.2.3.37.50.01.02.33	Outras Despesas Correntes	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
1.7.2.3.37.50.01.02.44	Investimentos	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
1.7.2.3.37.50.01.03.00	Iluminação Pública	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00
1.7.2.3.37.50.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00

**Santa Catarina**

Betha Sistemas

**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Exercício de 2011

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada

Período: Abril

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Títulos		Orçada	Arrecadada		Diferenças	
			No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
1.7.2.3.37.50.01.03.33	Outras Despesas Correntes	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
1.7.2.3.37.50.01.03.44	Investimentos	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
1.7.2.3.37.60.00.00.00	VIDEIRA	120.000,00	8.280,00	27.373,35	0,00	92.626,65
1.7.2.3.37.60.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	120.000,00	8.280,00	27.373,35	0,00	92.626,65
1.7.2.3.37.60.01.01.00	Manutenção do CINCO	26.000,00	510,00	3.655,28	0,00	22.344,72
1.7.2.3.37.60.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
1.7.2.3.37.60.01.01.33	Outras Despesas Correntes	14.000,00	431,05	2.155,25	0,00	11.844,75
1.7.2.3.37.60.01.01.44	Investimentos	6.000,00	78,95	1.500,03	0,00	4.499,97
1.7.2.3.37.60.01.02.00	Serviços de Máquinas	47.000,00	0,00	0,00	0,00	47.000,00
1.7.2.3.37.60.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
1.7.2.3.37.60.01.02.33	Outras Despesas Correntes	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00
1.7.2.3.37.60.01.02.44	Investimentos	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
1.7.2.3.37.60.01.03.00	Iluminação Pública	47.000,00	7.770,00	23.718,07	0,00	23.281,93
1.7.2.3.37.60.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	6.000,00	276,32	276,32	0,00	5.723,68
1.7.2.3.37.60.01.03.33	Outras Despesas Correntes	35.000,00	7.493,68	23.441,75	0,00	11.558,25
1.7.2.3.37.60.01.03.44	Investimentos	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	161,50	579,87	579,87	0,00
1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	418,36	418,36	0,00
1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	0,00	0,00	418,36	418,36	0,00
1.9.1.9.27.00.00.00.00	Multas e Juros Previstos em Contratos	0,00	0,00	418,36	418,36	0,00
1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	161,50	161,50	161,50	0,00
1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	0,00	161,50	161,50	161,50	0,00
1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	0,00	161,50	161,50	161,50	0,00
1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	0,01	0,01	0,00
1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	0,00	0,00	0,01	0,01	0,00
2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	314.900,00	0,00	0,00	0,00	314.900,00
2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratua	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - C	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	4.900,00	0,00	0,00	0,00	4.900,00
2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	4.900,00	0,00	0,00	0,00	4.900,00
2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis	4.900,00	0,00	0,00	0,00	4.900,00
2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
2.4.2.3.00.00.00.00.00	Transf. dos Municípios	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
2.4.2.3.37.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
2.4.2.3.37.19.00.00.00	FRAIBURGO	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
2.4.2.3.37.19.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
2.4.2.3.37.19.01.01.00	Manutenção do CINCO	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
2.4.2.3.37.19.01.01.44	Investimentos	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Totais Gerais :		1.255.000,00	33.059,39	94.811,11	10.769,32	1.170.958,21

Fraiburgo, 25/05/2011

Nelmar Pinz  
Presidente

Elói Ronnau  
Diretor Executivo

Moisés Amadeu Patricio  
Contador CRC/SC nº 018341/O-7



**Santa Catarina**  
**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**  
Conciliação Bancária

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Mês de Abril

Banco: B. BRASIL SA CINCO MOVIMENTO 18.520-5

Conta Nº : 18.520-5

Saldo conforme extrato bancário em: 30/04/2011

R\$ 34.049,03

Data	Documento	Valor R\$	Motivo
Mais (+)			
(+)Aviso de débito não considerado pela contabilidade			
13/04/2011		0,02	
29/04/2011		110,50	
Total:		110,52	

Saldo conforme nosso registro em: 30/04/2011

R\$ 34.159,55

Fraiburgo, 25/05/2011

\_\_\_\_\_  
Nelmar Pinz  
Presidente

\_\_\_\_\_  
Elói Ronnau  
Diretor Executivo

\_\_\_\_\_  
Moisés Amadeu Patricio  
Contador CRC/SC nº 018341/O-7



Betha Sistemas

Exercício de 2011

Abril

**Santa Catarina****CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Espécie	Recebido		
	No Mês	Até o Mês	
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>Recurso</b>	<b>33.059,39</b>	<b>94.811,11</b>
1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES		33.059,39	94.811,11
1.7.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		32.897,89	94.231,24
1.7.2.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		32.897,89	94.231,24
1.7.2.3.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS		32.897,89	94.231,24
1.7.2.3.37.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos		32.897,89	94.231,24
1.7.2.3.37.05.00.00.00 ARROIO TRINTA		9.407,89	9.407,89
1.7.2.3.37.05.01.00.00 GRUPO DE PROGRAMA 01		9.407,89	9.407,89
1.7.2.3.37.05.01.01.00 Manutenção do CINCO		850,00	850,00
1.7.2.3.37.05.01.01.33 Outras Despesas Correntes	1300	718,40	718,40
1.7.2.3.37.05.01.01.44 Investimentos	1300	131,60	131,60
1.7.2.3.37.05.01.03.00 Iluminação Pública		8.557,89	8.557,89
1.7.2.3.37.05.01.03.31 Pessoal e Encargos Sociais	1300	368,44	368,44
1.7.2.3.37.05.01.03.33 Outras Despesas Correntes	1300	8.189,45	8.189,45
1.7.2.3.37.19.00.00.00 FRAIBURGO		14.360,00	38.200,00
1.7.2.3.37.19.01.00.00 GRUPO DE PROGRAMA 01		14.360,00	38.200,00
1.7.2.3.37.19.01.01.00 Manutenção do CINCO		1.020,00	2.550,00
1.7.2.3.37.19.01.01.33 Outras Despesas Correntes	1300	862,10	2.155,25
1.7.2.3.37.19.01.01.44 Investimentos	1300	157,90	394,75
1.7.2.3.37.19.01.02.00 Serviços de Máquinas		0,00	8.400,00
1.7.2.3.37.19.01.02.33 Outras Despesas Correntes	1300	0,00	8.400,00
1.7.2.3.37.19.01.03.00 Iluminação Pública		13.340,00	27.250,00
1.7.2.3.37.19.01.03.31 Pessoal e Encargos Sociais	1300	552,64	1.381,60
1.7.2.3.37.19.01.03.33 Outras Despesas Correntes	1300	12.787,36	25.868,40
1.7.2.3.37.24.00.00.00 IOMERÊ		850,00	19.250,00
1.7.2.3.37.24.01.00.00 GRUPO DE PROGRAMA 01		850,00	19.250,00
1.7.2.3.37.24.01.01.00 Manutenção do CINCO		850,00	850,00
1.7.2.3.37.24.01.01.33 Outras Despesas Correntes	1300	718,40	718,40
1.7.2.3.37.24.01.01.44 Investimentos	1300	131,60	131,60
1.7.2.3.37.24.01.02.00 Serviços de Máquinas		0,00	18.400,00
1.7.2.3.37.24.01.02.31 Pessoal e Encargos Sociais	1300	0,00	4.420,00
1.7.2.3.37.24.01.02.33 Outras Despesas Correntes	1300	0,00	13.580,00
1.7.2.3.37.24.01.02.44 Investimentos	1300	0,00	400,00
1.7.2.3.37.60.00.00.00 VIDEIRA		8.280,00	27.373,35
1.7.2.3.37.60.01.00.00 GRUPO DE PROGRAMA 01		8.280,00	27.373,35
1.7.2.3.37.60.01.01.00 Manutenção do CINCO		510,00	3.655,28
1.7.2.3.37.60.01.01.33 Outras Despesas Correntes	1300	431,05	2.155,25
1.7.2.3.37.60.01.01.44 Investimentos	1300	78,95	1.500,03
1.7.2.3.37.60.01.03.00 Iluminação Pública		7.770,00	23.718,07
1.7.2.3.37.60.01.03.31 Pessoal e Encargos Sociais	1300	276,32	276,32
1.7.2.3.37.60.01.03.33 Outras Despesas Correntes	1300	7.493,68	23.441,75
1.9.0.0.00.00.00.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES		161,50	579,87
1.9.1.0.00.00.00.00.00 Multas e Juros de Mora		0,00	418,36
1.9.1.9.00.00.00.00.00 Multas de Outras Origens		0,00	418,36
1.9.1.9.27.00.00.00.00 Multas e Juros Previstos em Contratos	1200	0,00	418,36
1.9.2.0.00.00.00.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		161,50	161,50
1.9.2.2.00.00.00.00.00 RESTITUIÇÕES		161,50	161,50
1.9.2.2.99.00.00.00.00 Outras Restituições	1200	161,50	161,50
1.9.9.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DIVERSAS		0,00	0,01
1.9.9.0.99.00.00.00.00 Outras Receitas	1200	0,00	0,01
<b>Receita Extra Orçamentária</b>	<b>Recurso</b>	<b>1.158,40</b>	<b>2.207,33</b>
9337 INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	1200	385,55	1.144,44
11311 ISS A RECOLHER IOMERÊ		37,54	42,06
11312 ISS A RECOLHER RIO DAS ANTAS		0,00	0,73
11313 ISS A RECOLHER LEBON RÉGIS		15,04	15,35
11314 ISS A RECOLHER FRAIBURGO		53,09	108,98
11315 ISS A RECOLHER ARROIO TRINTA		4,29	49,25
11316 ISS A RECOLHER VIDEIRA		1,60	4,24
11317 INSS LIDER MAT. ELÉTRICOS LTDA	1300	541,28	722,27
11320 ISS A RECOLHER CAÇADOR		54,37	54,37
11321 ISS A RECOLHER SALTO VELOSO		20,73	20,73



**Santa Catarina**

Betha Sistemas

Exercício de 2011

**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Abril

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Espécie	Recebido	
	No Mês	Até o Mês
<b>Receita Extra Orçamentária</b>	<b>Recurso</b>	
11322 ISS A RECOLHER MATOS COSTA	1.158,40	2.207,33
11323 ISS A RECOLHER CALMON	33,81	33,81
	11,10	11,10
<b>Total Geral :</b>	<b>34.217,79</b>	<b>97.018,44</b>

Fraiburgo, 25/05/2011

\_\_\_\_\_  
Nelmar Pinz  
Presidente\_\_\_\_\_  
Elói Ronnau  
Diretor Executivo\_\_\_\_\_  
Moisés Amadeu Patricio  
Contador CRC/SC nº 018341/O-7

**Santa Catarina****CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Relação de Empenhos Emitidos

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Página: 1/2

Período de 01/04/2011 até 30/04/2011

Empenho	Processo	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elem.	Credor	Hist.
Entidade: 1 - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO															
48		01/04	4.040,00	0,00	0,00	0,00	4.040,00		20.606.0001	1300		2.008	34 3.3.90.00.00.00.00.00	AUTO POSTO GIUL LT	122
			AQUISIÇÃO DE OLEO DIESEL COMUM PARA ABASTECIMENTO DAS MÁQUINAS QUANDO EM SERVIÇO NO MUNICIPIO DE MACIEIRA.												
49		01/04	990,00	0,00	0,00	0,00	990,00		20.606.0001	1300		2.008	34 3.3.90.00.00.00.00.00	ALAIRTO CARLOS PIA	122
			SERVIÇO DE HOSPEDAGEM AOS EMPREGADOS PÚBLICOS OPERADORES DE MÁQUINAS DO CONSÓRCIO QUANDO EM ATIVIDADES NO MUNICIPIO DE MACIEIRA.												
50		01/04	990,00	0,00	0,00	0,00	990,00		20.606.0001	1300		2.008	34 3.3.90.00.00.00.00.00	ALAIRTO CARLOS PIA	122
			FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AOS OPERADORES DE MÁQUINAS DO CONSÓRCIO QUANDO EM ATIVIDADES NO MUNICIPIO DE MACIEIRA.												
51		04/04	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	9317	04.122.0001	1300		2.001	13 3.3.90.00.00.00.00.00	SIMONE APARECIDA :	123
			ADIANTAMENTO PARA PAGAMENTO DE DESPESAS DE VIAGENS E SERVIÇOS DE PEQUENO VALOR.												
52		04/04	500,00	0,00	500,00	500,00	0,00	9317	04.122.0001	1300		2.001	13 3.3.90.00.00.00.00.00	SIMONE APARECIDA :	123
			ADIANTAMENTO PARA PAGAMENTO DE DESPESAS DE VIAGENS E COMPRAS DE PEQUENO VALOR.												
53		08/04	240,00	0,00	0,00	0,00	240,00		20.606.0001	1300		2.008	34 3.3.90.00.00.00.00.00	AUTO POSTO CALMO	122
			FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES (CAFÉ DA MANHÃ) PARA OPERADOR DE MÁQUINAS, EMPREGADO PÚBLICO QUANDO EM SERVIÇO NO MUNICIPIO DE CALMON.												
54		08/04	6.510,00	0,00	2.315,94	1.410,50	5.099,50	9317	20.606.0001	1300		2.008	34 3.3.90.00.00.00.00.00	AUTO POSTO CALMO	122
			AQUISIÇÃO DE 3000 LITROS DE OLEO DIESEL COMUM PARA ABASTECIMENTO DAS MÁQUINAS QUANDO EM SERVIÇO NO MUNICIPIO DE CALMON.												
55		08/04	700,00	0,00	0,00	0,00	700,00		20.606.0001	1300		2.008	34 3.3.90.00.00.00.00.00	ELEMAR KOCH ME	122
			HOSPEDAGENS PARA EMPREGADO PÚBLICO DO CONSÓRCIO, QUANDO EM SERVIÇO NO MUNICIPIO DE CALMON.												
56		08/04	720,00	0,00	0,00	0,00	720,00		20.606.0001	1300		2.008	34 3.3.90.00.00.00.00.00	ELEMAR KOCH ME	122
			FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES (ALMOÇO E JANTAR) PARA EMPREGADO PÚBLICO DO CONSÓRCIO, QUANDO EM SERVIÇO NO MUNICIPIO DE CALMON.												
57		08/04	180,00	0,00	180,00	180,00	0,00	9317	20.606.0001	1300		2.008	34 3.3.90.00.00.00.00.00	AUTO POSTO CALMO	122
			AQUISIÇÃO DE 01 GALÃO 20 LITROS DE OLEO LUBRIFICANTE PARA USO NAS ESCAVADEIRAS.												
58		25/04	1.561,67	0,00	0,00	0,00	1.561,67		20.606.0001	1300		2.008	34 3.3.90.00.00.00.00.00	SHARK MAQUINAS PA	122
			SERVIÇOS MECANICOS PARA TROCA DE FILTROS E OLEO LUBRIFICANTE DAS MAQUINAS ESCAVADEIRAS												
59		25/04	3.943,00	0,00	0,00	0,00	3.943,00		20.606.0001	1300		2.008	34 3.3.90.00.00.00.00.00	SHARK MAQUINAS PA	122
			AQUISIÇÃO DE FILTROS E OLEO LUBRIFICANTE PARA REPOSIÇÃO NAS ESCAVADEIRA HIDRAULICAS.												
60		29/04	3.302,63	0,00	3.302,63	458,73	2.843,90		20.606.0001	1300		2.008	33 3.1.90.00.00.00.00.00	DIEGO PIRES DA SILVA	124
			FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE ABRIL/2011.												

**Santa Catarina****CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Relação de Empenhos Emitidos

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Página: 2/2

Período de 01/04/2011 até 30/04/2011

Empenho	Processo	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elem.	Credor	Hist.
Entidade: 1 - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO															
61		29/04	726,57	0,00	726,57	0,00	726,57		20.606.0001	1300		2.008	33 3.1.90.00.00.00.00.00	INSS	122
			INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE ABRIL/2011.												
62		29/04	264,21	0,00	264,21	0,00	264,21		20.606.0001	1300		2.008	33 3.1.90.00.00.00.00.00	CAIXA ECONOMICA FI	122
			FGTS SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE ABRIL/2011.												
63		29/04	1.104,01	0,00	1.104,01	88,32	1.015,69		15.452.0001	1300		2.005	55 3.1.90.00.00.00.00.00	SIMONE APARECIDA :	124
			FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE ABRIL/2011.												
64		29/04	242,88	0,00	242,88	0,00	242,88		15.452.0001	1300		2.005	55 3.1.90.00.00.00.00.00	INSS	122
			INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE ABRIL/2011.												
65		29/04	88,32	0,00	88,32	0,00	88,32		15.452.0001	1300		2.005	55 3.1.90.00.00.00.00.00	CAIXA ECONOMICA FI	122
			FGTS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE ABRIL/2011.												
Total da Entidade:			27.103,29	0,00	9.724,56	3.637,55	23.465,74								
Total do Período:			27.103,29	0,00	9.724,56	3.637,55	23.465,74								

Fraiburgo, 25/05/2011

Nelmar Pinz  
Presidente

Elói Ronnau  
Diretor Executivo

Moisés Amadeu Patricio  
Contador CRC/SC nº 018341/O-7

**Santa Catarina**

Betha Sistemas

**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Exercício de 2011

Relação de Ordens de Pagamentos Emitidas - Período de 01/04/2011 até 30/04/2011

Página: 1/3

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Ordem	Processo	Data Emis.	Vlr. Ordem	Anulado	Saldo	Data Pagto	Descontos	Liq. Pago	Conta	Cheque/Docto	Empenho	Funcional	Pro/Atv	Dot.	Elemento	Credor
Entidade: 1 - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO																
50		01/04/11	466,20	0,00	466,20	01/04/11	0,00	466,20	9317	40101		8 04.122.0001	2.001	13	3.3.90.00.00.00.00.00	BETHA SISTEMAS LTDA
			LOCAÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA, FOLHA DE PAGAMENTO E COMPRAS E LICITAÇÕES EM AMBIENTE WINDOWS PARA O MES DE MARÇO/2011.													
51		01/04/11	420,00	0,00	420,00	01/04/11	0,00	420,00	9317	40801		36 04.122.0001	2.001	13	3.3.90.00.00.00.00.00	GEINFO TECNOLOGIA DA INF
			LOCAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO DE SOFTWARE AQUILA HELP DESK, COM APLICAÇÃO EM HELP DESK, SERVICE DESK, CALL CENTER, 0800 E SAC PARA O MES DE MARÇO DE 2011.													
52		01/04/11	729,90	0,00	729,90	01/04/11	0,00	729,90	9317	03 11		42 20.606.0001	2.008	33	3.1.90.00.00.00.00.00	INSS
			INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE MARÇO 2011.													
53		01/04/11	242,88	0,00	242,88	01/04/11	0,00	242,88	9317	03 11		43 15.452.0001	2.005	55	3.1.90.00.00.00.00.00	INSS
			INSS SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE MARÇO 2011.													
54		01/04/11	265,41	0,00	265,41	01/04/11	0,00	265,41	9317	03 11		44 20.606.0001	2.008	33	3.1.90.00.00.00.00.00	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
			FGTS RELATIVO AO MES DE MARÇO/2011.													
55		01/04/11	88,33	0,00	88,33	01/04/11	0,00	88,33	9317	03 11		45 15.452.0001	2.005	55	3.1.90.00.00.00.00.00	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
			FGTS RELATIVO AO MES DE MARÇO/2011.													
56		01/04/11	1.132,96	0,00	1.132,96	01/04/11	0,00	1.132,96	9317			38 15.452.0001	2.005	28	3.3.90.00.00.00.00.00	ROBSON DOUGLAS TOMAZIN
			SERVIÇO DE CONFEÇÃO DE 5.000 PANFLETOS E 100 ADESIVOS PARA DIVULGAÇÃO DO - MIP (MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA) NOS DIVERSOS MUNICIPIOS CONSORCIADOS.													
57		01/04/11	92,00	0,00	92,00	01/04/11	0,00	92,00	9317			27 04.122.0001	2.001	10	3.3.90.00.00.00.00.00	BANCO DO BRASIL SA
			TARIFAS BANCARIAS RELATIVAS AO MES 03/2011.													
58		01/04/11	3,00	0,00	3,00	01/04/11	0,00	3,00	9317			46 04.122.0001	2.001	10	3.3.90.00.00.00.00.00	BANCO DO BRASIL SA
			TARIFAS BANCARIAS RELATIVAS AO MES 03/2011.													
59		01/04/11	150,00	0,00	150,00	01/04/11	0,00	150,00	9317	850031		21 04.122.0001	2.001	13	3.3.90.00.00.00.00.00	REVOLUCION SERVIÇOS DE I
			IMPLANTAÇÃO DO SITE WWW.CINCO.SC.GOV.BR E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO SITE NO MES DE MARÇO/2011.													
60 AF-9/201	01/04/11		3.446,92	0,00	3.446,92	01/04/11	0,00	3.446,92	9317			25 15.452.0001	2.005	28	3.3.90.00.00.00.00.00	LÍDER MATERIAIS ELÉTRICOS
			DESPESAS COM A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, NOS MUNICIPIOS CONSORCIADOS NO MES DE FEVEREIRO DE 2011. (Licitação Nº : 1/2011-PR)													
61 AF-10/20	01/04/11		5.796,83	0,00	5.796,83	01/04/11	0,00	5.796,83	9317			26 15.452.0001	2.005	28	3.3.90.00.00.00.00.00	LÍDER MATERIAIS ELÉTRICOS
			AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, NOS MUNICIPIOS CONSORCIADOS NO MES DE FEVEREIRO DE 2011. (Licitação Nº : 1/2011-PR)													
62		05/04/11	1.000,00	0,00	1.000,00	05/04/11	0,00	1.000,00	9317	850033		51 04.122.0001	2.001	13	3.3.90.00.00.00.00.00	SIMONE APARECIDA SANTIAI
			ADIANTAMENTO PARA PAGAMENTO DE DESPESAS DE VIAGENS E SERVIÇOS DE PEQUENO VALOR.													
63		05/04/11	500,00	0,00	500,00	05/04/11	0,00	500,00	9317	850033		52 04.122.0001	2.001	13	3.3.90.00.00.00.00.00	SIMONE APARECIDA SANTIAI
			ADIANTAMENTO PARA PAGAMENTO DE DESPESAS DE VIAGENS E COMPRAS DE PEQUENO VALOR.													
64		08/04/11	1.936,93	0,00	1.936,93	08/04/11	0,00	1.936,93	9317			37 20.606.0001	2.008	34	3.3.90.00.00.00.00.00	SCHNEIKER & CIA LTDA
			AQUISIÇÃO DE 954,81 LITROS DE ÓLEO DIESEL PARA ABASTECIMENTOS DE MÁQUINAS QUANDO EM SERVIÇO NO MUNICIPIO DE FRAIBURGO NO MES DE MARÇO/2011.													
65		08/04/11	2.167,66	0,00	2.167,66	08/04/11	0,00	2.167,66	9317			22 20.606.0001	2.008	34	3.3.90.00.00.00.00.00	AUTO POSTO IOMERE LTDA
			AQUISIÇÃO 1047,18 LITROS DE ÓLEO DIESEL COMUM PARA ABASTECIMENTO DAS MÁQUINAS QUANDO EM SERVIÇO NO MUNICIPIO DE IOMERE.													

**Santa Catarina**

Betha Sistemas

**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Exercício de 2011

Relação de Ordens de Pagamentos Emitidas - Período de 01/04/2011 até 30/04/2011

Página: 2/3

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Ordem	Processo	Data Emis.	Vlr. Ordem	Anulado	Saldo	Data Pagto	Descontos	Liq. Pago	Conta	Cheque/Docto	Empenho	Funcional	Pro/Atv	Dot.	Elemento	Credor
Entidade: 1 - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO																
66		08/04/11	1.841,78	0,00	1.841,78	08/04/11	0,00	1.841,78	9317		35	20.606.0001	2.008	34	3.3.90.00.00.00.00.00	AUTO POSTO IOMERE LTDA
			AQUISIÇÃO 889,75 LITROS DE ÓLEO DIESEL COMUM PARA ABASTECIMENTO DAS MÁQUINAS QUANDO EM SERVIÇO NO MUNICÍPIO DE IOMERÊ.													
67		08/04/11	300,00	0,00	300,00	08/04/11	0,00	300,00	9317	850034	23	20.606.0001	2.008	34	3.3.90.00.00.00.00.00	RESTAURANTE IOMERÊ LTD/
			DESPESAS COM O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AO EMPREGADO PÚBLICO DO CINCO QUENDO EM SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE IOMERÊ NO MES DE MARÇO 2011.													
68		08/04/11	500,00	0,00	500,00	08/04/11	0,00	500,00	9317	850035	24	20.606.0001	2.008	34	3.3.90.00.00.00.00.00	JORGE SOVRANI
			LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO LOCALIZADO NA RUA LUIZ NORA SN NA CIDADE DE IOMERE PARASER UTILIZADO PELO EMPREGADO PÚBLICO DO CONSÓRCIO QUENDO EM SERVIÇO NESSE MUNICÍPIO NO MES DE MARÇO/2011.													
69		12/04/11	772,85	0,00	772,85	12/04/11	772,85	0,00			25	15.452.0001	2.005	28	3.3.90.00.00.00.00.00	LÍDER MATERIAIS ELÉTRICOS
			Retenções referentes a liquidação 59 do empenho 25: DESPESAS COM A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO NO MES DE MARÇO DE 2011. (Licitação Nº : 1/2011-PR)													
70 AF-9/201		12/04/11	9.674,96	0,00	9.674,96	12/04/11	0,00	9.674,96	9317		25	15.452.0001	2.005	28	3.3.90.00.00.00.00.00	LÍDER MATERIAIS ELÉTRICOS
			DESPESAS COM A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO NO MES DE MARÇO DE 2011. (Licitação Nº : 1/2011-PR)													
71 AF-10/20		12/04/11	11.714,36	0,00	11.714,36	12/04/11	0,00	11.714,36	9317		26	15.452.0001	2.005	28	3.3.90.00.00.00.00.00	LÍDER MATERIAIS ELÉTRICOS
			AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO PARA O MES DE MARÇO DE 2011. (Licitação Nº : 1/2011-PR)													
72		12/04/11	98,13	0,00	98,13	12/04/11	0,00	98,13	9317		47	15.452.0001	2.005	28	3.3.90.00.00.00.00.00	BRASIL TELECON S.A "OI"
			SERVIÇOS TELEFONICOS DO MES DE MARÇO DE 2011.													
73		13/04/11	1.021,50	0,00	1.021,50	13/04/11	0,00	1.021,50	9317		3	20.606.0001	2.008	34	3.3.90.00.00.00.00.00	ALFA LIA PRESTADORA DE S
			DESPESAS COM 227 KM DE TRANSPORTE DE MÁQUINAS PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS AOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS.													
74		26/04/11	1.410,50	0,00	1.410,50	26/04/11	0,00	1.410,50	9317		54	20.606.0001	2.008	34	3.3.90.00.00.00.00.00	AUTO POSTO CALMON LTDA
			AQUISIÇÃO DE 650 LITROS DE ÓLEO DIESEL COMUM PARA ABASTECIMENTO DAS MÁQUINAS QUANDO EM SERVIÇO NO MUNICÍPIO DE CALMON.													
75		26/04/11	180,00	0,00	180,00	26/04/11	0,00	180,00	9317		57	20.606.0001	2.008	34	3.3.90.00.00.00.00.00	AUTO POSTO CALMON LTDA
			AQUISIÇÃO DE 01 GALÃO 20 LITROS DE ÓLEO LUBRIFICANTE PARA USO NAS ESCAVADEIRAS.													
76		29/04/11	458,73	0,00	458,73	29/04/11	458,73	0,00			60	20.606.0001	2.008	33	3.1.90.00.00.00.00.00	DIEGO PIRES DA SILVA
			Retenções referentes a liquidação 66 do empenho 60: FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE ABRIL/2011.													



**Santa Catarina**

Betha Sistemas

**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Exercício de 2011

Relação de Ordens de Pagamentos Emitidas - Período de 01/04/2011 até 30/04/2011

Página: 3/3

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Ordem	Processo	Data Emis.	Vlr. Ordem	Anulado	Saldo	Data Pagto	Descontos	Liq. Pago	Conta	Cheque/Docto	Empenho	Funcional	Pro/Atv	Dot.	Elemento	Credor
Entidade: 1 - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO																
77		29/04/11	88,32	0,00	88,32	29/04/11	88,32	0,00				63 15.452.0001	2.005	55	3.1.90.00.00.00.00.00	SIMONE APARECIDA SANTIAI
Retenções referentes a liquidação 69 do empenho 63: FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE ABRIL/2011.																
Total da Entidade:			46.500,15	0,00	46.500,15		1.319,90	45.180,25								
Total do Período:			46.500,15	0,00	46.500,15		1.319,90	45.180,25								

Fraiburgo, 25/05/2011

---

Nelmar Pinz  
Presidente

---

Elói Ronnau  
Diretor Executivo

---

Moisés Amadeu Patricio  
Contador CRC/SC nº 018341/O-7

**Extrato das Atas de Registro de Preços**

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATOS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0001/2011

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de medicamentos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Municípios de Caçador, Fraiburgo, Iomerê, Macieira, Rio das Antas e Videira, durante o período de 06 de maio a 09 de setembro de 2011.

**FORNECEDORES:**

CENTERMEDI - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

- Ata nº AT11CINCO07;

CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT11CINCO08;

PRODIET FARMACÊUTICA LTDA - Ata nº AT11CINCO09;

METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT11CINCO10;

MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - Ata nº AT11CINCO11;

DISMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT11CINCO12;

DIPROLMEDI - MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT11CINCO13;

PRATI, DONADUZZI &amp; CIA LTDA - Ata nº AT11CINCO14;

NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT11CINCO15;

SULMEDI - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT11CINCO16;

COMERCIAL CIRURGICA RIO CLARENSE LTDA - Ata nº AT11CINCO17;

HOSPFAR IND. E COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT11CINCO18.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010, Resolução nº 23, de 14 de abril de 2011 e suas alterações, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 20.05.2011 a 09.09.2011. PAL nº: 0003/2011 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0001. Registro de Preços nº: 0002.

Fraiburgo (SC), 25 de maio de 2011

NELMAR PINZ

Presidente do CINCO

Prefeito Municipal de Fraiburgo

---

**CIS/AMUREL**

---

**Extrato de Contrato**

EXTRATO DE CONTRATO

CT de Rateio nº. 020/2011

Município: Pedras Grandes

Consórcio: Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região da Amurel

Objeto: Rateio das despesas, inclusive pré-operacionais, necessárias à manutenção do Consórcio, bem como aquelas referentes aos serviços que serão contratados e disponibilizados aos Municípios.

Amparo Legal: Lei nº. 11.107/05

Data da Assinatura: 17/05/2011.

Assinantes: Antonio Felipe Sobrinho e Lourdes Grassi Correa pelo Município e Leonete Back Loffi e Jaime Wensing pelo Consórcio.